

 **BARCLAYS**

Índice

2 Indicadores-chave de desempenho

6 Análise financeira

- 6 Comentário da declaração de rendimentos
- 7 Comentário sobre o balanço
- 9 Análise segmentar
- 11 Banca de retalho e banca de empresas do Reino Unido
- 13 Banca de retalho e banca de empresas da Europa
- 15 Banca de retalho e banca de empresas da África
- 17 Barclaycard
- 19 Barclays Capital
- 21 Barclays Corporate
- 23 Barclays Wealth
- 24 Gestão de investimento
- 25 Funções da sede e outras operações

27 Gestão do risco

- 28 Factores de risco
- 34 Risco de crédito
- 70 Risco do mercado
- 77 Risco de financiamento – Capital
- 78 Risco de financiamento – Liquidez
- 95 Supervisão e regulação

100 Relatório dos Directores

103 Apresentação da informação

104 Relatório dos Auditores Independentes

106 Mapa financeiro consolidado

- 106 Mapa consolidado dos resultados do exercício
- 107 Mapa consolidado de rendimentos globais
- 108 Balanço consolidado
- 109 Mapa consolidado de mudanças no capital próprio
- 111 Mapa de fluxo de caixa consolidado

112 Notas às demonstrações financeiras

O termo "Barclays PLC Group" ou "Group" significa o Barclays PLC juntamente com as suas subsidiárias e o termo "Barclays Bank PLC Group" significa o Barclays Bank PLC juntamente com as suas subsidiárias. "Barclays" é utilizado para referir os grupos anteriores quando o assunto em foco é idêntico. O termo "Sociedade mãe" ou "Mãe" refere-se ao Barclays PLC e o termo "Banco" ou "Sociedade" refere-se ao Barclays Bank PLC. O termo "The Group" refere-se ao Barclays Bank PLC juntamente com as subsidiárias e "Banco" refere-se ao Barclays Bank PLC. Neste relatório, as abreviaturas "m de £" e "bl de £" representam milhões e milhares de milhões de libras inglesas respectivamente; as abreviaturas "m de US\$" e "bl de US\$" representam milhões e milhares de milhões de dólares americanos respectivamente e "m de €" e "bl de €" representam milhões e milhares de milhões de euros respectivamente. Informações relativas ao Grupo, salvo indicação em contrário.

Salvo indicação em contrário, as análises da demonstração de resultados financeiros comparam os 12 meses a 31 de Dezembro de 2011 aos 12 meses correspondentes de 2010 e as comparações do balanço, estão relacionadas com a posição correspondente em 31 de Dezembro de 2010.

Declarações previsionais

Este documento contém certas declarações previsionais na acepção da Secção 21E da Lei de Mercado de Capitais dos EUA de 1934, conforme alterada, e a Secção 27A da Lei de Mercado de Capitais dos EUA de 1933, conforme alterada, a respeito de certos planos do Grupo e dos seus objectivos e expectativas actuais relacionados com a sua futura condição financeira e o desempenho. O Barclays adverte os leitores que nenhuma declaração previsional é uma garantia de desempenho futuro e que os resultados actuais podem diferir materialmente dos contidos nas declarações previsionais. Estas declarações previsionais podem ser identificadas pelo facto de não só estarem relacionadas com factos históricos ou actuais. As declarações previsionais por vezes utilizam palavras como "poder", "vontade", "procura", "continuação", "pretensão", "antecipação", "alvo", "expectativa", "estimativa", "intenção", "plano", "objectivo", "crença" ou outras palavras de significado semelhante. Exemplos de declarações previsionais são, entre outros, as declarações sobre posição financeira futura do Grupo, crescimento dos resultados, capitais, encargos de imparidade, estratégia da actividade empresarial, rácios de capital, rácios de capital próprio, pagamento de dividendos, níveis de crescimento projectados nos mercados da banca e financeiro, custos projectados, estimativas de despesas de capital, e planos e objectivos para futuras operações e outras declarações que não são factos históricos. Pela sua natureza, as declarações previsionais envolvem riscos e incertezas porque estão relacionadas com eventos e circunstâncias futuros, incluindo, mas não limitado a, condições domésticas da actividade empresarial do Reino Unido, Eurozona e economias mundiais, efeitos da volatilidade continuada de mercados de crédito, riscos relacionados com o mercado, como alterações em taxas de juro e taxas de câmbio, efeitos de alterações na avaliação de exposições de mercado de crédito, alterações na avaliação de notas emitidas, políticas e acções de autoridades governamentais e regulamentares (incluindo os requisitos no que refere o capital e estruturas do Grupo e o potencial de um ou mais países saírem o Euro), alterações em legislação, desenvolvimento posterior de normas e interpretações nos termos das NIIF aplicáveis ao passado, presente e futuro, desenvolvendo práticas a respeito da interpretação e aplicação das normas nos termos das NIIF, o resultado de litígios presentes e futuros, o sucesso de futuras aquisições e outras transacções estratégicas e o impacto da concorrência - vários factores como esses que ultrapassam o controlo do Grupo. Como consequência, os resultados actuais e futuros do Grupo podem diferir materialmente de planos, objectivos, e expectativas definidos nas declarações previsionais do Grupo.

Qualquer declaração previsional feita neste documento só se refere à data Salvo conforme exigido pela Autoridade de Serviços Financeiros do Reino Unido (FSA), pela Bolsa de Londres (LSE) ou pela legislação aplicável, o Barclays renuncia expressamente a qualquer obrigação ou responsabilidade para lançar publicamente quaisquer actualizações ou análises de quaisquer declarações previsionais contidas neste anúncio que reflectam qualquer alteração nas expectativas do Barclays a respeito disto ou qualquer alteração em eventos, condições ou circunstâncias em que tal declaração se baseie. O leitor, deve, contudo, consultar quaisquer divulgações de informação bancária adicionais que o Barclays tenha feito ou possa fazer em documentos arquivados ou que possa arquivar na LSE e/ou na SEC.

Sede social:
1 Churchill Place
London E14 5HP
Tel: +44 (0)20 7116 1000

Nº da sociedade: 1026167

Indicadores-chave de desempenho

ICDs de capital

Definição

A sua importância para a actividade empresarial e gestão

Rácio do capital de base de nível 1

Os requisitos de capital fazem parte do enquadramento regulamentar que rege a forma como os bancos e as instituições depositárias são geridos. Os rácios de capital expressam um capital do banco como uma percentagem dos seus capitais de risco avaliados como definido pela FSA do Reino Unido. O capital de nível 1 é um fundo dos accionistas largamente corpóreo menos certas deduções de um capital de nível 1.

As actividades de gestão de capitais do Grupo procuram maximizar o valor dos accionistas optimizando o nível e a combinação dos seus recursos de capitais. assegurar que a sociedade de participação financeira está bem capitalizada relativamente aos requisitos de capital mínimos regulamentares definidos pela FSA do Reino Unido e pela Reserva Federal dos EUA; assegurar localmente que as subsidiárias regulamentadas cumprem com os seus requisitos de capital mínimos regulamentares; apoiar a apetência de risco e os requisitos de capital económico do Grupo; e apoiar as notações de crédito bancário.

Durante 2011, o rácio do capital de base de nível 1 do banco foi reforçado para 11,0% depois de absorver o impacto do CRD3.

11 – 11,0%
10 – 10,9%

Rácio do capital próprio bruto ajustado

O rácio do capital próprio bruto ajustado é o ajustamento sobre o total que qualifica um capital de nível 1. O total de activos corpóreos ajustados é o total de activos menos as compensações derivadas da contraparte, os activos nos termos da gestão sobre o balanço, e garantias em numerário sobre passivos financeiros derivados, o estabelecimento de balanços, os fundos de comércio e os activos incorpóreos. O capital do Segmento 1 é definido pela Conta de Despesas Flexíveis do Reino Unido.

O Barclays reconhece que existirá mais capital e menos rácio do capital próprio no sistema bancário e que os níveis mais baixos do rácio do capital próprio são vistos como uma medida-chave de estabilidade futura. Esta opinião é consistente com a opinião dos nossos reguladores e investidores.

Em 2011, o rácio do capital próprio bruto ajustado manteve-se estável em 20 vezes principalmente dado que a redução em capital que qualifica um capital de nível 1 para 50.4bl de £ (2010: 53.bl de £) foi compensada pela redução em 4% no total dos activos corpóreos ajustados para 1,016bl de £.

11 - 20X
10 - 20X

ICDs de rendimento

Definição

A sua importância para a actividade empresarial e gestão

Lucro antes dos impostos (PBT)

O lucro antes dos impostos é declarado de acordo com as normas IFRS e representa o rendimento total deduzido de custos de imparidade e operacionais. O lucro antes dos impostos ajustado representa o lucro antes dos impostos ajustado de forma a excluir o impacto do crédito próprio, ganhos sobre resgates de dívida, perdas por alienação e respectivas imparidades de uma parte do restante do investimento do Grupo na BlackRock, Inc., a provisão de indemnizações relacionadas com Seguro de Protecção para Pagamentos (SPP), imparidades de Goodwill, e ganhos e perdas por aquisições e alienações de subsidiárias, empresas associadas e comuns.

O lucro antes dos impostos e o lucro antes dos impostos ajustado são as duas medidas prioritárias de rentabilidade utilizadas pela gestão para avaliação do desempenho. O lucro antes dos impostos é um indicador-chave de desempenho financeiro para muitos dos nossos accionistas.

O lucro antes dos impostos ajustado é apresentado a fim de providenciar uma base mais consistente na comparação do desempenho do negócio entre períodos.

Lucro antes dos impostos (PBT)

11 – 5.974m de £
10 – 6.079m de £

Lucro ajustado
antes dos
impostos
11 – 5.685m
de £
10 – 5.721m
de £

rácio do rendimento

o rácio do rendimento é definido como uma despesa operacional comparado ao total do rendimento líquido de indemnizações de seguros.

Esta medida é uma medida de gestão para avaliar a produtividade das operações empresariais. A reestruturação da base de custos é uma prioridade-chave a ser executada na gestão e inclui uma análise de todas as categorias de despesas discricionárias e uma análise de como podemos gerir a actividade empresarial de modo a assegurar que os custos aumentem a uma taxa mais lenta que os rendimentos. Em 2011, definimos um objectivo para retirar 1bl de £ da taxa de custos base corrente durante um ano completo em 2013. Agora aumentamos esse objectivo para 2bl de £.

11 – 64%
10 – 63%

A taxa de perda de créditos é indicada em pontos base e representa os custos de imparidade sobre empréstimos e adiantamentos, dividido pelos empréstimos brutos e adiantamentos detidos pelo custo amortizado à data do Balanço.

Taxa de perdas para empréstimos

A concessão de crédito é uma das maiores fontes de rendimento do Barclays e significativamente o seu maior risco. A taxa de perdas para empréstimos é um indicador do custo da concessão de crédito.

Durante 2011, a imparidade continuou a aumentar em todas as nossas actividades empresariais e um aumento de 3% em empréstimos e adiantamentos resultou em uma menor taxa de perda de empréstimo em todo o Grupo de 77bps (2010: 118bps).

11 - 77 bps
10 - 118 bps

Indicadores-chave de desempenho

ICDs de crescimento do rendimento																							
Definição	A sua importância para a actividade empresarial e gestão																						
Total de rendimentos																							
Definido como o rendimento líquido total de indemnizações de seguros.	O rendimento total é um indicador-chave dos resultados financeiros para muitos dos nossos accionistas e o crescimento do rendimento uma prioridade-chave para a gestão do Barclays. O rendimento total do Grupo aumentou 3% para 33 biliões de £.	11 – 32.382m de £ 10 – 31.450m de £																					
Rendimento por área geográfica																							
Definido como o rendimento líquido total de indemnizações de seguros em áreas geográficas distintas. A análise das áreas geográficas baseia-se na localização do cliente e na definição dos países de cada região disponibilizados no glossário.	O objectivo de aumentar a diversificação internacional do nosso rendimento ajuda a reduzir o risco ao ter em vista a exposição a diferentes ciclos económicos e é demonstrado pelo nosso rácio do rendimento de actividades empresariais fora do Reino Unido para dentro do Reino Unido.																						
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Divisão geográfica do rendimento</th> <th>2011</th> <th>2010</th> </tr> <tr> <td></td> <th>%</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Reino Unido</td> <td>49</td> <td>40</td> </tr> <tr> <td>Europe</td> <td>13</td> <td>15</td> </tr> <tr> <td>América</td> <td>19</td> <td>25</td> </tr> <tr> <td>África e Médio Oriente</td> <td>15</td> <td>16</td> </tr> <tr> <td>Ásia</td> <td>4</td> <td>4</td> </tr> </tbody> </table>	Divisão geográfica do rendimento	2011	2010		%	%	Reino Unido	49	40	Europe	13	15	América	19	25	África e Médio Oriente	15	16	Ásia	4	4	
Divisão geográfica do rendimento	2011	2010																					
	%	%																					
Reino Unido	49	40																					
Europe	13	15																					
América	19	25																					
África e Médio Oriente	15	16																					
Ásia	4	4																					
CDIs de cidadania																							
Novos empréstimos brutos para famílias e empresas do Reino Unido.																							
Definido como empréstimos a famílias do Reino Unido e empresas em actividade no Reino Unido.	Temos uma noção clara do nosso propósito de negócios - ajudar no progresso e no crescimento de pessoas, empresas e economias. Nós claramente demos isso em 2011, proporcionando 43.6bl de £ de novos empréstimos para empresas do Reino Unido, incluindo 14.7bl de £ às PME, ultrapassando metas do Projeto Merlin. Também apoiamos 10.000 compradores da primeira vez e na criação de mais de 100.000 novas empresas.	11 – 45,0bl de £ 10 – 43,5bl de £																					
Investimento global nas nossas comunidades																							
Definido como contribuição total do Barclays para apoiar as comunidades onde actuamos.	O sucesso e a competitividade de uma actividade empresarial e, na medida em que contribuem para tal e se integram nas comunidades onde actuam, estão intimamente relacionados. Comprometemo-nos a manter o investimento nas nossas comunidades, a longo prazo tanto em épocas de prosperidade como em períodos difíceis. Este índice de desempenho demonstra a consistência do nosso compromisso ao longo dos tempos.	11 – 63,5m de £ 10 – 55,3m de £																					

Continuação dos CDIs de cidadania

Definição	A sua importância para a actividade empresarial e gestão	
Colegas envolvidos em voluntariado, donativos regulares e iniciativas de angariação de fundos		
<p>Definido como o número total de empregados do Barclays que prestam voluntariado, fazem donativos ou angariam fundos.</p>	<p>O programa do Barclays de investimento na comunidade visa envolver e apoiar colegas em todo o mundo no sentido de se envolverem com as nossas principais parcerias, bem como com as causas locais a que se dedicam. Aproveitar as suas energias, tempo e aptidões proporciona benefícios reais às comunidades locais, ao seu próprio desenvolvimento pessoal e ao seu empenhamento com o Barclays.</p>	<p>11 – 73.000 10 – 62.000</p>
Questionário de Opinião do Empregado (EOS) – O orgulho de pertencer ao Barclays		
<p>Os EOS são utilizados em toda a empresa para compreender a opinião dos nossos empregados e dar prioridade a medidas de gestão de modo a responder às necessidades de cada empregado. Este ICD é uma calibragem de diferentes pontuações do estudo em todo o Grupo Barclays num questionário onde se avalia o sentido de orgulho ao se ser sócio ou empregado do Barclays. As pontuações médias de cada ano são fornecidas.</p>	<p>Compreender os níveis de compromisso dos empregados e o sentido de compromisso para com o Barclays é importante, pois existe uma forte correlação entres estes factores e o compromisso dos nossos empregados no sentido de atenderem às necessidades dos nossos clientes e consumidores.</p>	<p>11 – 81% 10 – 83%</p>
Percentagem de gestores séniores do sexo feminino		
<p>O número de colegas do sexo feminino que trabalha em todas as actividades empresariais do Barclays a nível de gestão sénior como percentagem da população de gestores séniores total.</p>	<p>A diversidade é importante para o Barclays, pois acreditamos que só através do acesso ao mais diverso manancial de talentos é que recrutaremos e admitiremos as pessoas mais bem qualificadas para atender os nossos clientes e consumidores.</p>	<p>11 – 22% 10 – 24%</p>

Nota:

a Os valores do EOS exclui Absa e Barclays Capital para 2011, inquéritos realizados em 2010 em Absa e Barclays Capital foram projectadas para abranger um ciclo de dois anos. Tendo em consideração os resultados de 2010 da pesquisa em conta, a taxa de todo grupo para 2011 é de 82%.

Análise financeira

Comentário da declaração de rendimentos

O Grupo Barclays PLC teve um lucro antes dos impostos de 5.974m de £ em 2011, e um decréscimo de 2% (2010: 6.079m de £). Excluindo o movimento sobre crédito próprio, ganhos sobre resgates de dívidas e perdas/ganhos sobre aquisições e alienações, insuficiência de investimento em BlackRock Inc., provisão para deterioração PPI e boprovision for PPI and goodwill impairment lucro antes de impostos diminuiu 1% para 5.685m de £ (2010: 5.721m de £).

Em 27 de Fevereiro de 2012, HMRC anunciou a intenção de implementar nova legislação fiscal, com aplicação retrospectivamente a partir de 01 de Dezembro de 2011, que resultaria em 1.130m de £ de ganhos sobre a dívida recompra de se tornarem plenamente tributável. O Barclays divulgou voluntariamente a transação HMRC e, em 31 de Dezembro de 2011, realizou uma provisão para o imposto a pagar potencial em relação à transação. Se a legislação tivesse sido promulgada em 31 de Dezembro de 2011, a carga fiscal adicional não teria tido um impacto material sobre o Grupo nos resultados de 2011.

O rendimento aumentou 3% para 32.382m de £ (2010: 31.450m de £). O rendimento excluindo o crédito próprio e as compras de títulos da dívida diminuiu em 8% para 28.602m de £ reflectindo principalmente uma diminuição no rendimento do Barclays Capital. Aumento do rendimento na maioria dos outros negócios, apesar da persistência de taxas de juro baixas e difíceis condições macroeconômicas. A RBB, Corporate e Wealth margem líquida de juros permaneceu estável em 204bps (2010: 203bps). Receita líquida de juros a partir de RBB, Corporate, Wealth e Barclays Capital aumentou 5%, para 13.2bl de £, de que a contribuição de cobertura (incluindo 463m de £ de ganhos crescentes provenientes da alienação de instrumentos de hedging) aumentou 3%.

Encargos de imparidade de crédito e outras provisões diminuiu 33%, para 3.802m de £ (2010: 5.672m de £), refletindo melhorias significativas em todos os negócios. Os encargos de imparidade gerais em proporção aos empréstimos e adiantamentos do Grupo em 31 de Dezembro de 2011 foram de 77bps, em comparação com 118bps de 2010. Além disso, prejuízo de 1.800m de £ foi tomada contra o investimento em BlackRock, Inc.

Em consequência, o lucro líquido do Grupo após os encargos de imparidade aumentou 4% para 26.780m de £ (2010: 25.778m de £)

As despesas operacionais aumentaram 4% para 20.772m de £ em 2011 (2010: 19.967m de £) As despesas operacionais, excluindo 1.000m de £ de provisões para reparações relacionadas com PPI, 597m de £ (2010: 243 m de £) por imparidade de goodwill, e a taxa do banco britânico de 325m de £, despesas operacionais caíram 4% para 18.850m de £, incluindo 408m de £ (2010: 330m de £) de encargos de reestruturação. Não obstante a contação de custos, o rácio custos: rendimentos subiu ligeiramente para 64% (2010: 63%).

Os custos com pessoal diminuíram 4% para 11.407m de £, em grande parte devido a uma redução de 25% dos custos de desempenho parcialmente compensado pela não-recorrência de um crédito de 304m de £ em 2010 associado a benefícios pós-reforma. Os encargos relacionados com diferimentos do ano anterior montam a 1bl de £. Os prémios de desempenho concedidos no Grupo (que excluem os encargos relacionados com diferimentos do ano anterior, mas incluem prémios do ano em curso de realização em anos futuros) caíram 26% montando a 2,6bl de £. Os prémios de incentivo do Barclays Capital caíram 35% montando a 1,7bl de £.

Por favor consulte na página 106 a demonstração de resultados consolidados.

Análise financeira

Comentário sobre o balanço

Total de activos

O total de activos aumentou de £ 73bl para £ 1.563bl principalmente devido ao aumento do valor justo de derivados da taxa de juro parcialmente compensado por uma redução dos acordos de recompra e revenda.

Dinheiro, balanços em bancos centrais e produtos no decurso da recolha aumentaram 9,7bl de £ contribuindo para o aumento na carteira de liquidez do Grupo. Os activos da carteira comercial diminuíram 16,7bl de £ e os empréstimos de recompra inversos e de outros empréstimos simulares diminuíram 52,1bl de £.

Os activos financeiros derivados aumentaram 118,6bl de £ reflectindo principalmente um aumento das variações do valor de mercado na taxa de juro e os derivados cambiais estrangeiros devido a movimentos nas curvas da taxa de juro posteriormente e a volatilidade no mercado cambial estrangeiro. Isto foi parcialmente compensado pela diminuição no crédito, no património líquido e nos derivados sobre mercadorias devido à volatilidade reduzida.

Os activos financeiros derivados aumentaram 13,0bl de £ reflectindo um aumento das variações do valor de mercado na taxa de juro devido a movimentos nas curvas da taxa de juro.

Os investimentos financeiros disponíveis para venda aumentaram 3,6bl de £ inicialmente determinados pela compra de obrigações do Estado aumentando os activos líquidos do Grupo. Isto foi parcialmente compensado por uma redução de 0,5bl de £ no justo valor do investimento do Grupo na BlackRock, Inc.

Total de passivos

O total de passivos aumentou de 71bl de £ para 1.498bl de £.

Os depósitos e produtos no decurso da cobrança dos bancos e as contas de clientes aumentaram 33bl de £ reflectindo o crescimento de depósitos dos clientes no Grupo assim como a volatilidade do mercado resultando numa subida dos saldos de garantias de caixa. Passivos financeiros pelo justo valor baixaram em 9,7bl de £ e títulos de dívida em emissão baixaram 26,9bl de £ devido à gestão de mudanças na composição de financiamento.

Os passivos da carteira comercial aumentaram 26,8bl de £ e os contratos de recompra e outros empréstimos de seguro semelhantes diminuíram 18,2bl de £. Passivos financeiros derivados aumentaram 122,3bl de £ em linha com o aumento em activos derivados.

Passivos subordinados baixaram 3,6bl de £ reflectindo sobretudo o reforma de capital antecipada não qualificável sob Basileia 3.1

Património Líquido dos Accionistas

O património líquido total aumentou 2,6bl de £ para 65,2bl de £ (2010: 62,6bl de £), capital social e prémio de acções permaneceu estável em 14,5bl de £. Lucros retidos aumentaram 2,8bl de £ para 44,3bl de £ (2010: 41,5bl de £) com o lucro atribuível aos detentores de capital da empresa mãe de 3,6bl de £ foram parcialmente compensados por dividendos pagos no montante de 1,2bl de £.

Reserva disponível para venda aumentou 1,2bl de £, em grande parte impulsionado por ganhos de 2,6bl de £ de mudanças no valor justo, compensados por 1,6bl de £ em ganhos líquidos transferidos para a declaração de rendimentos após o reconhecimento de imparidade de 1,8bl de £ em investimentos do Grupo na BlackRock, Inc. O movimento de reserva da transposição de moeda de 1bl de £ deve-se em grande parte à apreciação do Dólar Americano, compensados pela depreciação do Euro, Rand e Rupia Indiana.

Os juros não controlados aumentaram de 0,4bl de £ para 3,1bl de £ (2010: 3,5bl de £). A redução reflete, principalmente, movimentos de conversão cambial de 0,6bl de £ relativas ao Rand, compensado pelo lucro do exercício atribuível aos juros minoritários de 0,4bl de £ e distribuições de 0,2bl de £.

Análise financeira

Comentário sobre o balanço

Gestão de capitais

O rácio Core Tier 1 manteve-se robusto a 11,0% (2010: 10,9%) e o rácio Tier 1 foi de 12,9% (2010: 13,5%).

Os activos ponderados pelo risco diminuíram 2% de 398bl de £ para 391bl de £ em 2011. Isto foi em grande parte impulsionado por uma redução no crédito, contrapartida e risco de mercado no Barclays Capital, devido a menores níveis de actividade, redução de riscos e redução de exposição ao mercado de crédito. Adicionalmente, houve uma redução de movimentos cambiais, sobretudo desvalorização do Rand e do Euro contra a Libra. Isto diminuiu mais do que compensou o aumento aproximado de 30bl de £ resultantes da implementação de CRD3 em Dezembro de 2011.

O rácio Core Tier 1 aumentou em 0,2bl de £ para 43,0bl de £. Isto foi devido a 2,6bl de £ de capital gerado a partir de lucros retidos ser compensado pela redução no valor do investimento em Blackrock, Inc, a contribuições de Setembro de 2011 feitas para o Fundo de Reforma do Reino Unido e movimentos em moeda estrangeira. Os recursos de capital totais diminuíram 3,4bl de £ para £ 63,9bl principalmente como resultado da recompra e resgate de instrumentos Tier 1 que não se qualificam sob Basileia 3.

Liquidez e Financiamento

A estratégia global de financiamento do Grupo é desenvolver uma base de financiamento diversificada e manter o acesso a uma variedade de fontes de financiamento alternativas, minimizando o custo de financiamento e fornecer protecção contra flutuações inesperadas. Dentro deste contexto, o Grupo tem como objetivo alinhar as origens e aplicações de financiamento.

O crédito e adiantamentos a clientes são financiados em grande parte por depósitos de clientes, sendo o excesso financiado por dívida de longo prazo garantida em mercado grossista e capital próprio. O rácio de empréstimo total para depósitos em 31 de Dezembro de 2011 era 118% (2010: 124%) e o de empréstimo para depósito e financiamento de longo prazo de 75% (2010: 77%).

Financiamento em mercado grossista está bem gerido, sendo os activos de carteiras de negociação em grande parte financiados por acordos de recompra e sendo a maioria dos acordos de recompra reversa igualados por financiamento de recompra. Activos e passivos de derivados também são na maioria paritários.

Em 31 de Dezembro de 2011, o Grupo contava com 265,2bl de £ de dívida no mercado grossista diversificada através de moedas diferentes, dos quais apenas 38,7bl de £ foi assegurados.

- Financiamento a prazo com maturidade em 2012 no total de 27bl de £. Financiamento a prazo constituído em 2011 no montante de 30,2bl de £ (2010: 35 bl de £) em comparação com maturidades de financiamento a prazo de 25bl de £. Durante Janeiro 2012, 5bl de £ de financiamento a prazo foi constituído
- Aproximadamente 10% dos empréstimos e adiantamentos de clientes em 31 de Dezembro de 2011, foram garantidos contra o financiamento externo, deixando margem significativa para nova emissão garantida.

Em 31 de Dezembro de 2011, o pool de liquidez equivalia a 152bl de £ (2010: 154bl de £) e evoluiu até ao final de um mês de £140bl de £ para 167bl de £, com financiamento de curto prazo ultrapassado, apesar da situação de tensão nos mercados de financiamento por grosso. O pool de liquidez compreende alta qualidade, activos líquidos desonerados, diversificada através de moedas, amplamente em linha com os requisitos de dívida por grosso, com 93% (2010: 88%) do conjunto composto por caixa e depósitos em bancos centrais e títulos do governo.

O Grupo monitora o cumprimento contra 3 métricas Basileia antecipadas, incluindo o Índice de Cobertura de Liquidez (LCR) e o Rácio de Financiamento Líquido Estável (NSFR). Em 31 de Dezembro de 2011, o Grupo atingiu em 82% os requisitos do LCR (2010: 80%) e em 97% os do NSFR (2010: 94%) e está em linha para cumprir em 100% as exigências no quadro 3 de Basileia em 2015 e 2018 respectivamente.

Por favor consulte a página 108 para o balanço consolidado

Análise segmentar Auditado

Análise de resultados pela actividade empresarial	Reino Unido RBB	Europe RBB	África RBB	Barclays - Card	O Barclays Capital	O Barclays Corporate	O Barclays Wealth	Gestão de Investimento	Funções do Responsável Máximo e outras Operações	Total
	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £
Em 31 de Dezembro de 2011										
Total de rendimento líquido de										
Indemnizações de seguros	4.656	1.226	3.767	4.095	10.345	2.912	1.744	53	3.584	32.382
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	(536)	(261)	(464)	(1.259)	(93)	(1.149)	(41)	-	1	(3.802)
	-	-	-	-	-	-	-	(1.800)	-	(1.800)
Despesas operacionais\TAB (1,045)	(3.102)	(1.638)	(2.399)	(2.306)	(7.289)	(1.762)	(1.493)	(15)	(768)	(20.772)
	2	12	6	31	12	(71)	(3)	-	(23)	(34)
Lucro/perda antes de impostos com base em operações contínuas	1.020	(661)	910	561	2.975	(70)	207	(1.762)	2.794	5.974
Total de activos	127.845	51.310	50.759	33.838	1.158.350	88.674	20.866	4.066	27.694	1.563.402
Em 31 de Dezembro de 2010										
Rendimento total líquido de indemnizações de seguros	4.518	1.164	3.700	4.024	13.209	2.974	1.560	78	223	31.450
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	(819)	(314)	(562)	(1.688)	(543)	(1.696)	(48)	-	(2)	(5.672)
Despesas operacionais\TAB (1,045)	(2.809)	(1.033)	(2.418)	(1.570)	(8.295)	(1.907)	(1.349)	(11)	(575)	(19.967)
	99	44	84	25	18	(2)	-	-	-	268
Lucro/perda antes de impostos com base em operações contínuas	989	(139)	804	791	4.389	(631)	163	67	(354)	6.079
Total de activos	121.661	53.626	60.266	30.368	1.094.887	85.762	17.878	4.611	20.957	1.490.038

Notas

- a O impacto dos movimentos de créditos próprios no valor justo de emissão de títulos estruturados de 2.708m de £ (2010: R \$ 391m) está incluído entre os resultados da Administração da Sede e Outras Operações, ao invés do Barclays Capital. Isso reflete o facto de que esses movimentos de valor justo estão relacionados com a idoneidade do crédito do emissor como um todo, ao invés do Barclays Capital em particular, e não são incluídos em qualquer avaliação de desempenho subjacente ao Barclays Capital. Além disso, os atrasos nas mudanças planeadas às normas de contabilidade significam que movimentos próprios de crédito provavelmente continuarão a ser reflectidos no futuro próximo na declaração de rendimento.
- b A taxa bancária do banco britânico de 325m de £ (2010: zero) é relatada sob Administração da Sede e Outras Operações.
- c A provisão para reforma de reclamações PPI de 1,000m de £ é relatada sob UK RBB com 400m de £ (2010: zero) e no Barclaycard com 600m de £ (2010: zero).
- d A imparidade do goodwill de 597m de £ (2010: 243m de £) diz respeito à Europe RBB com 427m de £ (2010: zero), Barclays Corporate com 123m de £ (2010: 243m de £) e Barclaycard com 47m de £ (2010: zero).
- e Outras receitas / (perdas) representam: a parte de resultados depois de impostos de associadas e joint ventures; ganhos ou (perdas) na alienação de subsidiárias, associadas e joint ventures, e ganhos com aquisições.

Análise financeira

Análise de resultados pela actividade empresarial

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

Desde 1 de Janeiro de 2011, as actividades do Grupo têm sido organizadas nos termos dos seguintes agrupamentos de empresas:

- O UK Retail Banking e o Business Banking (UK RBB) são dois importantes bancos com vários balcões no Reino Unido que fornecem contas correntes e produtos de poupança e hipotecas de marca Woolwich. O UK RBB também disponibiliza empréstimos não segurados e seguros gerais assim como serviços de transferência de dinheiro e bancários a pequenas e médias empresas. Anteriormente, o UK RBB tinha o nome de UK Retail Banking;
- O Europe Retail e o Business Banking (Europe RBB) oferecem serviços de retalho, incluindo cartões de crédito em Espanha, Itália, Portugal e França, assim como serviços de crédito a pequenas e médias empresas, através de vários canais de distribuição. Anteriormente, o Europe RBB tinha o nome de Western Europe Retail Banking;
- O Africa Retail e o Business Banking (Africa RBB) oferecem serviços de retalho, empresariais e cartões de crédito na África e no Oceano Índico. O Africa RBB combina as operações anteriormente reportadas conforme o Barclays Africa e o Absa;
- O Barclaycard é um serviço de pagamento internacional para o consumidor e clientes empresariais que inclui cartões de crédito e empréstimos ao consumidor;
- O Barclays Capital é a divisão de investimento bancário do Barclays que fornece a grandes clientes comerciais, governamentais e institucionais um conjunto completo de soluções para atender às suas necessidades de aconselhamento estratégicas, financeiras e de gestão de risco;
- O Barclays Corporate oferece soluções bancárias integradas a grandes empresas, instituições financeiras e multinacionais no Reino Unido e internacionalmente;
- O Barclays Wealth é a divisão de gestão do património do Barclays. Concentra-se nos clientes privados e intermediários de todo o mundo, fornecendo serviços bancários privados, de gestão do investimento, fiduciários e de corretagem;
- O Investment Management gere o juro económico do Grupo no BlackRock, Inc. e os elementos residuais relativos ao Barclays Global Investors, que foram vendidos em 1 de Dezembro de 2009; e
- As Funções e Outras Operações da Sede compreendem as funções de apoio da sede e centrais, as empresas em transição e os ajustamentos de consolidação.

Os produtos e os serviços fornecidos aos clientes organizam-se por segmento empresarial conforme descrito acima.

Rendimento por região geográfica ^{a,b} (auditado)	2011 m de £	2010 m de £
Reino Unido	15.909	12.724
Europa	4.207	4.828
Américas	6.025	7.742
África e Médio Oriente	4.967	4.997
Ásia	1.274	1.159
Total	32.382	31.450

Rendimento de países individuais que representam mais do que 5% do rendimento total ^a (auditado)	2011 m de £	2010 m de £
Reino Unido	15.909	12.724
Estados Unidos	5.802	7.172
África do Sul	3.942	3.684

a Rendimento líquido total de reclamações de seguros com base no local da parte contrária.

b As regiões geográficas foram revistas desde Janeiro de 2011, a Irlanda está agora incluída na Europa e o Médio Oriente reporta-se agora a África. Foram actualizadas comparações que reflectem estas alterações.

Banca de retalho e banca de empresas Banca de retalho e banca de empresas do Reino Unido (auditadas)

2011

A banca de retalho e a banca de empresas do Reino Unido ajustaram o lucro antes de impostos melhorando-o em 60% para 1.420 milhões de libras inglesas. Inclui 400 milhões de libras inglesas de provisão para compensar o PPI (Seguros de Protecção de Pagamento) e 100 milhões de libras inglesas de ganho na aquisição do lucro antes de impostos do Standard Life Bank em 2010 melhorando-o em 3% para 1.020 milhões de libras inglesas. O rendimento aumentou em 3% para 4.656 milhões de libras inglesas impulsionado pelos empréstimos hipotecários e pelas poupanças pessoais.

O rendimento líquido de juros aumentou em 8% para 3.413 milhões de libras inglesas com a margem de juro líquido que subiu para 151 pontos base (2010: 145 pontos base) e a margem de juro líquido ajustada subiu para 127 pontos base (2010: 108 pontos base). A margem do activo do cliente baixou para 122 pontos base (2010: 126 pontos base) com uma média do activo do cliente que aumentou em 4% para 118,5 biliões de libras inglesas. A margem do passivo do cliente melhorou para 87 pontos base (2010: 68 pontos base) reflectindo o aumento no custo de fundos e, portanto, o valor gerado do passivo do cliente com uma média do passivo do cliente que aumentou em 3% para 107,8 biliões de libras inglesas.

O rendimento líquido de honorários e comissões diminuiu em 8% para 1.157 milhões de libras inglesas na sequência do encerramento de dependências bancárias da actividade de planeamento financeiro.

Os custos de imparidade de crédito diminuíram em 35% para 536 milhões de libras inglesas com uma taxa de perda para empréstimo anual de 44 pontos base (2010: 70 pontos base). A imparidade do empréstimo pessoal não segurado melhorou em 44% para 311 milhões de libras inglesas com taxas aplicáveis aos juros de mora de 90 dias em empréstimos pessoais no Reino Unido que melhoraram em 1,7% (2010: 2,6%).

As despesas operacionais diminuíram em 8% para 2.702 milhões de libras inglesas, excluindo a provisão de 400 milhões de libras inglesas para a compensação do PPI em 2011 e de 123 milhões de libras inglesas de crédito de pensão único em 2010. Incluindo estes produtos, as despesas operacionais aumentaram em 10% para 3.102 milhões de libras inglesas.

Os empréstimos e adiantamentos totais feitos aos clientes aumentaram em 5% para 121,2 biliões de libras inglesas impulsionados pelo crescimento nos saldos de crédito hipotecário. A média dos saldos de crédito hipotecário aumentou em 6% reflectindo o forte empréstimo líquido positivo. Os saldos de crédito hipotecário em 31 de Dezembro de 2011 foram de 107,8 biliões de libras inglesas, uma participação em termos de valor de 9% (2010: 8%). O novo empréstimo hipotecário bruto aumentou para 17,2 biliões de libras inglesas (2010: 16,9 biliões de libras inglesas), com uma participação em termos de valor de 12% (2010: 13%). Os resgates hipotecários diminuíram para 10,7 biliões de libras inglesas (2010: 11,0 biliões de libras inglesas), resultando no novo empréstimo hipotecário de 6,5 biliões de libras inglesas (2010: 5,9 biliões de libras inglesas). A média entre a relação do Valor do Empréstimo e do Valor da Avaliação (LTV) sobre a carteira de empréstimos hipotecários (incluindo a compra para arrendamento) em termos da avaliação actual foi de 44% (2010: 43%). A média do LTV do novo empréstimo hipotecário foi de 54% (2010: 52%).

O activo ponderado pelo risco diminuiu em 4% para 34,0 biliões de libras inglesas reflectindo uma diminuição nos saldos de empréstimos não segurados parcialmente compensados pelo crescimento nos saldos hipotecários. A média do rendimento do capital ajustado melhorou para 14,9% (2010: 9,9%) e a média do rendimento do capital ajustado corpóreo melhorou para 28,6% (2010: 18,7%).

(auditado)	2011 m de £	2010 m de £
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento líquido de juros	3.413	3.165
Rendimento líquido de honorários e comissões	1.157	1.255
Perda das operações financeiras	-	(2)
Rendimento líquido de capital	17	-
Prémios líquidos de contratos de seguros	92	130
Outros (despesas)/rendimentos	(1)	1
Rendimento total	4.678	4.549
Activo líquido e benefícios derivados de contratos de seguros	(22)	(31)
Rendimento total líquido de indemnizações de seguros	4.656	4.518
Custos de imparidade de crédito e outras provisões	(536)	(819)
Rendimento operacional líquido	4.120	3.699
Despesas operacionais (excluindo provisão para compensação do PPI)	(2.702)	(2.809)
Provisão para compensação do PPI	(400)	-
Despesas operacionais	(3.102)	(2.809)
Participação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos	2	(1)
Ganhos sobre aquisição	-	100
Lucro antes de impostos	1.020	989
Lucro antes de impostos ajustado^a	1.420	889
Informações do balanço financeiro		
Empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado ^b	121.2 bl de £	115.6 bl de £
Contas de clientes ^b	111.8 bl de £	108.4 bl de £
Total do activo	127.8 bl de £	121.7 bl de £
Activo ponderado pelo risco	34.0 bl de £	35.3 bl de £

Notas

a O lucro antes de impostos ajustado exclui o impacto da provisão para a compensação do PPI de 400 milhões de libras inglesas (2010: 0 libras inglesas) e os ganhos sobre aquisições de 0 libras inglesas (2010: 100 milhões de libras inglesas).

b Em 2010 a aquisição do Standard Life Bank contribuiu com 5,9 biliões de libras inglesas em empréstimos e adiantamentos e com 5,2 biliões de libras inglesas em contas de clientes.

Análise financeira

Análise de resultados pela actividade empresarial

(auditado)	Ajustado ^a	Regulamentado		
	2011	2010	2011	2010
Medidas de desempenho				
Média do rendimento do capital	14,9%	9,9%	10,6%	11,4%
Média do rendimento do capital corpóreo	28,6%	18,7%	20,3%	21,4%
Média do rendimento do activo ponderado pelo risco	3,0%	1,9%	2,1%	2,2%
Taxa de perda para empréstimo (pontos base)	44	70	44	70
Custo: rácio do rendimento	58%	62%	67%	62%
Factos principais				
Taxas aplicáveis aos juros de mora de 90 dias - empréstimos do Reino Unido			1,7%	2,6%
Número de contas correntes do Reino Unido			11.9 m	11.6 m
Número de contas poupança do Reino Unido			15.1 m	14.4 m
Número de contas hipotecárias do Reino Unido			930.000	916.000
Número de clientes do Barclays Business			785.000	760.000
LTV da carteira de empréstimos hipotecários			44%	43%
LTV dos novos empréstimos hipotecários			54%	52%
Número de dependências			1.625	1.658
Número de ATMs			3.629	3.345
Número de empregados (o equivalente a tempo inteiro)			34.100	34.700

Notas

- As medidas de desempenho ajustadas excluem o impacto da provisão para a compensação do PPI de 400 milhões de libras inglesas (2010: 0 libras inglesas) e os ganhos sobre aquisições de 0 libras inglesas (2010: 100 milhões de libras inglesas).
- As comparações da média do rendimento do capital e da média do rendimento do capital corpóreo foram revistas para utilizar 10% da média do activo ponderado pelo risco (anteriormente a 2010: 9%) no cálculo da média do capital e da média do capital corpóreo.
- Os dados do ano findo em 31 de Dezembro de 2010 e de 2011 incluem o impacto do Standard Life Bank.

Banca de retalho e banca de empresas Banca de retalho e banca de empresas da Europa(auditadas)

2011

A banca de retalho e a banca de empresas da Europa ajustaram o lucro antes de impostos aumentando-o para 234 milhões de libras inglesas (2010: 168 milhões de libras inglesas) reflectindo o reposicionamento da actividade pela degradação da conjuntura económica e pelas despesas de reestruturação de 189 milhões de libras inglesas (2010: 22 milhões de libras inglesas). Perda antes de impostos de 661 milhões de libras inglesas (2010: 139 milhões de libras inglesas) reflectindo 427 milhões de libras inglesas do goodwill por imparidade espanhol e pelas despesas de reestruturação de 189 milhões de libras inglesas. O goodwill por imparidade espanhol deveu-se totalmente à degradação da conjuntura económica em Espanha no quarto trimestre de 2011 e na incerteza económica existente.

O rendimento melhorou em 5% para 1.226 milhões de libras inglesas reflectindo uma média do activo e volumes do passivo mais altos, melhores margens e a apreciação do valor médio do Euro face à Libra Esterlina.

O rendimento líquido de juros aumentou em 16% para 786 milhões de libras inglesas com a margem de juro líquido que subiu para 128 pontos base (2010: 116 pontos base). A média do activo do cliente aumentou em 5% para 43,7 biliões de libras inglesas apesar da redução da margem do activo do cliente de 87 pontos base (2010: 102 pontos base) devido ao aumento dos custos de financiamento. A média do passivo do cliente aumentou em 3% para 17,7 biliões de libras inglesas com uma margem do activo do cliente de até 65 pontos base (2010: 11 pontos base) devido principalmente à reavaliação de preços.

Os prémios líquidos dos contratos de seguros diminuíram em 3% para 463 milhões de libras inglesas, com uma descida correspondente no activo líquido e benefícios de 503 milhões de libras inglesas (2010: 511 milhões de libras inglesas).

Os custos de imparidade de crédito e outras provisões diminuíram em 17% para 261 milhões de libras inglesas o que se deveu principalmente aos mais baixos custos nos conjuntos dos cartões bancários reflectindo taxas aplicáveis aos juros de mora de 30 e 90 dias mais baixas e saldos de recuperação mais baixos. A imparidade mais baixa foi o principal impulsionador da diminuição da taxa de perda para empréstimo para 54 pontos base (2010: 71 pontos base).

As despesas operacionais que excluem o goodwill por imparidade espanhol de 427 milhões de libras inglesas diminuíram em 17% para 1.211 milhões de libras inglesas, o que se deveu principalmente às despesas de reestruturação de 189 milhões de libras inglesas. Em Espanha foram fechadas 142 dependências e o número de empregados diminuiu para 900 durante 2011.

Os empréstimos e os adiantamentos a clientes permaneceram estáveis. Os depósitos do cliente diminuíram em 13% para 16,4 biliões de libras inglesas, reflectindo a conjuntura concorrencial.

A média do rendimento do capital ajustado de 6,0% negativa (2010: 1,0% negativa) reflecte o reposicionamento da actividade durante 2011.

(auditado)	2011 m de £	2010 m de £
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento líquido de juros	786	679
Rendimento líquido de honorários e comissões	429	421
Juros de exploração líquidos	9	20
Rendimento líquido de capital	91	67
Prémios líquidos de contratos de seguros	463	479
Outros (despesas)/rendimentos	(49)	9
Rendimento total	1.729	1.675
Activo líquido e benefícios derivados de contratos de seguros	(503)	(511)
Rendimento total líquido de indemnizações de seguros	1.226	1.164
Custos de imparidade de crédito e outras provisões	(261)	(314)
Rendimento operacional líquido	965	850
Despesas operacionais (excluindo o goodwill por imparidade)	(1.211)	(1.033)
Goodwill por imparidade	(427)	-
Despesas operacionais	(1.638)	(1.033)
Participação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos	12	15
Lucro sobre a alienação de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Ganhos sobre aquisição	-	29
(Perda)/lucro antes de impostos	(661)	(139)
Lucro/(perda) antes de impostos ajustado^a	(234)	(168)
Informações do balanço financeiro		
Empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado	43.6 bl de £	43.4 bl de £
Contas de clientes	16.4 bl de £	18.9 bl de £
Total do activo	51.3 bl de £	53.6 bl de £
Activo ponderado pelo risco	17.4 bl de £	17.3 bl de £

Notas

a O lucro antes de impostos ajustado e as medidas de desempenho excluem o goodwill por imparidade de 427 milhões de libras inglesas (2010: 0 libras inglesas) e os ganhos sobre aquisições de 0 libras inglesas (2010: 29 milhões de libras inglesas) e os lucros sobre a alienação de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos de 0 libras inglesas (2010: 0 libras inglesas).

Análise financeira

Análise de resultados pela actividade empresarial

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

(auditado)	Ajustado ^a		Regulamentado	
	2011	2010	2011	2010
Medidas de desempenho				
Média do rendimento do capital	(6,0%)	(1,0%)	(21,8%)	(0,2%)
Média do rendimento do capital corpóreo ^c	(7,9%)	(1,3%)	(29,0%)	(0,2%)
Média do rendimento do activo ponderado pelo risco	(0,9%)	(0,1%)	(3,3%)	(0,0%)
Taxa de perda para empréstimo (pontos base)	54	71	54	71
Custo: rácio do rendimento	99%	89%	134%	89%
Factos principais				
Taxas de juros de mora de 30 dias - cartões			5,9%	6,8%
Número de clientes			2.7 m	2.7 m
Número de dependências			978	1.120
Número de centros de vendas			250	243
Número de pontos de distribuição				
Número de empregados (o equivalente a tempo inteiro)			8.500	9.400

Notas

- a O lucro antes de impostos ajustado e as medidas de desempenho excluem o goodwill por imparidade de 427 milhões de libras inglesas (2010: 0 libras inglesas) e os ganhos sobre aquisições de 0 libras inglesas (2010: 29 milhões de libras inglesas) e os lucros sobre a alienação de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos de 0 libras inglesas (2010: 0 libras inglesas).
- b As comparações da média do rendimento do capital e da média do rendimento do capital corpóreo foram revistas para utilizar 10% da média do activo ponderado pelo risco (anteriormente a 2010: 9%) no cálculo da média do capital e da média do capital corpóreo.
- c A média do rendimento do capital, a média do rendimento do capital corpóreo e a média do activo ponderado pelo risco de 2010 reflectem um benefício fiscal diferido de 205 milhões de libras inglesas.

Banca de retalho e banca de empresas Banca de retalho e banca de empresas da África (auditadas)

2011

A banca de retalho e a banca de empresas da África ajustaram o lucro antes de impostos melhorando-o em 26% para 908 milhões de libras inglesas reflectindo um crescimento empresarial na África do Sul e uma melhoria significativa nas imparidades de crédito no continente africano compensados por uma não recorrência ao crédito de pensão de 54 milhões de libras inglesas em 2010. O lucro antes de impostos melhorou em 13% para 910 milhões de libras inglesas, com 2010 a incluir um ganho de 77 milhões de libras inglesas pela venda dos serviços de custódia bancária.

O rendimento melhorou em 2% para 3.767 milhões de libras inglesas com um bom crescimento subjacente compensado pelos movimentos monetários.

O rendimento líquido de juros aumentou em 3% para 2.096 milhões de libras inglesas com uma margem de juro líquido de até 307 pontos base (2010: 294 pontos base). A África do Sul melhorou em 9% para 1.628 milhões de libras inglesas devido ao forte crescimento do passivo e às melhores margens, parcialmente compensados pela depreciação no valor médio do Rand face à Libra Esterlina e por uma redução nos adiantamentos totais feitos aos clientes. As restantes empresas africanas diminuíram em 12% para 468 milhões de libras inglesas devido à depreciação da Libra Esterlina e ao impacto da compressão da margem nas carteiras de retalho e empresarial.

A média do activo do cliente diminuiu de 6% para 38,9 biliões de libras inglesas, impulsionada pela depreciação da maioria das moedas africanas face à Libra Esterlina e aos volumes mais baixos. A margem do activo do cliente permaneceu estável em 311 pontos base (2010: 312 pontos base). A África do Sul melhorou impulsionada pelo forte crescimento do passivo e às melhores margens, parcialmente compensados pela depreciação no valor médio do Rand face à Libra Esterlina e por uma redução nos adiantamentos totais feitos aos clientes.

A média do passivo do cliente aumentou em 6% para 29,5 biliões de libras inglesas impulsionada pelo crescimento subjacente nos depósitos retalhista e comercial de 13% na África do Sul parcialmente compensados pela depreciação do Rand face à Libra Esterlina. A margem do passivo do cliente permaneceu estável em 227 pontos base (2010: 225 pontos base) enquanto o crescimento nos produtos de margem alta retalhista foi compensado por pressões nas margens comerciais.

O rendimento líquido de honorários e comissões diminuiu em 4% para 1.271 milhões de libras inglesas reflectindo o impacto dos movimentos monetários parcialmente compensados pelo impacto do crescimento do volume e pelo aumento dos preços seleccionado.

Os custos de imparidade de crédito diminuíram em 17% para 464 milhões de libras inglesas reflectindo melhores condições económicas na África do Sul e melhores recuperações no continente, juntamente com os movimentos monetários.

As despesas operacionais diminuíram em 1% para 2.399 milhões de libras inglesas, impulsionadas principalmente pela forte gestão de custos, pelos movimentos monetários e benefícios de reestruturação parcialmente compensados por um crédito de pensão único em 2010 e pressões inflacionistas.

Os empréstimos e adiantamentos totais feitos aos clientes diminuíram em 19% para 36,7 biliões de libras inglesas reflectindo principalmente um impacto de 16% nos movimentos monetários.

(auditado)	2011 m de £	2010 m de £
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento líquido de juros	2.096	2.033
Rendimento líquido de honorários e comissões	1.271	1.318
Juros de exploração líquidos	70	53
Rendimento líquido de capital	56	58
Prémios líquidos de contratos de seguros	432	399
Outros rendimentos	57	54
Rendimento total	3.982	3.915
Activo líquido e benefícios derivados de contratos de seguros	(215)	(215)
Rendimento total líquido de indemnizações de seguros	3.767	3.700
Custos de imparidade de crédito e outras provisões	(464)	(562)
Rendimento operacional líquido	3.303	3.138
Despesas operacionais	(2.399)	(2.418)
Participação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos	4	3
Lucro sobre a alienação de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	2	81
Lucro antes de impostos	910	804
Lucro antes de impostos ajustado^a	908	723
Informações do balanço financeiro		
Empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado	36.7 bl de £	45.4 bl de £
Contas de clientes	30.1 bl de £).	31.3 bl de £
Total do activo	50.8 bl de £	60.3 bl de £
Activo ponderado pelo risco	33.4 bl de £	38.4 bl de £

Notas

a O lucro antes de impostos ajustado e as medidas de desempenho excluem o impacto dos ganhos nas aquisições e alienações de 2 milhões de libras inglesas (2010: 81 milhões de libras inglesas).

Análise financeira

Análise de resultados pela actividade empresarial

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

(auditado)	Ajustado ^a		Regulamentado	
	2011	2010	2011	2010
Medidas de desempenho				
Média do rendimento do capital ^c	10,0%	9,0%	10,0%	11,5%
Média do rendimento do capital corpóreo ^c	16,6%	15,9%	16,7%	18,2%
Média do rendimento do activo ponderado pelo risco	1,7%	1,6%	1,7%	1,8%
Taxa de perda para empréstimo (pontos base)	121	119	121	119
Custo: rácio do rendimento	64%	65%	64%	65%
Factos principais				
Número de clientes			14.5 m	14.4 m
Número de ATMs			10.068	9.530
Número de dependências			1.354	1.321
Número de centros de vendas			139	222
Número de pontos de distribuição			1.493	1.543
Número de empregados (o equivalente a tempo inteiro)			45.300	47.700

Notas

- O lucro antes de impostos ajustado e as medidas de desempenho excluem o impacto dos ganhos nas aquisições e alienações de 2 milhões de libras inglesas (2010: 81 milhões de libras inglesas).
- As comparações da média do rendimento do capital e da média do rendimento do capital corpóreo foram revistas para utilizar 10% da média do activo ponderado pelo risco (anteriormente a 2010: 9%) no cálculo da média do capital e da média do capital corpóreo.
- A média do rendimento do capital difere do rendimento do capital reportado pelo Absa Group pois o último não inclui o goodwill resultante da aquisição do Barclays do Absa Group, mas inclui outras actividades do Absa Group que o Barclays reporta ao Barclaycard, Barclays Capital e Barclays Wealth.
- Inclui juros não controladores.
- O número de empregados em 2010 foi revisto para incluir 100 empregados transferidos das Funções e Outras Operações da Sede.

Banca de retalho e banca de empresas Barclaycard (auditado)

2011

O lucro antes de impostos ajustado do Barclaycard melhorou em 53% para 1.208 milhões de libras inglesas. O lucro antes de impostos desceu em 29% para 561 milhões de libras inglesas após a provisão de 600 milhões de libras inglesas para a compensação do PPI e 47 milhões de libras inglesas do goodwill por imparidade na carteira de empréstimos segurados do FirstPlus. O lucro empresarial internacional do Barclaycard aumentou impulsionado por melhorias significativas nos Estados Unidos e na África do Sul. Quer o activo relacionado com os cartões dos clientes do Egg, quer os conjuntos dos cartões bancários empresariais do MBNA adquiridos durante a primeira metade de 2011 apresentaram lucros.

O rendimento aumentou em 2% para 4.095 milhões de libras inglesas, com um crescimento nos saldos impulsionado pelos cartões do Reino Unido parcialmente compensados pelos reembolsos do saldo do cliente nos Estados Unidos mais altos e pela depreciação do Dólar Americano face à Libra Esterlina. O rendimento empresarial do Reino Unido do Barclaycard melhorou em 8% para 2.639 milhões de libras inglesas incluindo a contribuição das carteiras do Egg e do MBNA, parcialmente compensados pelo contínuo "run-off" da carteira do FirstPlus. O rendimento empresarial do Barclaycard desceu em 7% para 1.456 milhões de libras inglesas pelos reembolsos do saldo do cliente nos Estados Unidos e pela depreciação do Dólar Americano face à Libra Esterlina.

O rendimento líquido de juros melhorou em 2% para 2.860 milhões de libras inglesas. A média do activo do cliente aumentou em 5% para 30,3 biliões de libras inglesas. A média dos cartões do Reino Unido que se estendeu aos saldos de cartões aumentou em 27% para 11,2 biliões de libras inglesas devido à aquisições e às transferências de saldo, parcialmente compensados pelo reembolso do saldo do cliente nos Estados Unidos mais alto e pelo contínuo "run-off" da carteira do FirstPlus.. A margem do activo do cliente foi de até 17 pontos base a 952 pontos base, com uma margem de juro líquido que desceu de 33 pontos base para 944 pontos base devido ao impacto dos fundos de retorno.

Os custos de imparidade de crédito diminuíram em 25% para 1.259 milhões de libras inglesas impulsionados principalmente pelos mais baixos custos nos conjuntos dos cartões, reflectindo um melhor desempenho subjacente à inadimplência, bancarrotas mais baixas e anulação de contas incobráveis.

As despesas operacionais aumentaram em 47% para 2.306 milhões de libras inglesas, reflectindo a provisão para a compensação do PPI, o goodwill por imparidade do FirstPlus e o impacto das aquisições do Egg e do MBNA. Excluindo estes produtos, as despesas operacionais foram positivas no ano anterior.

O total do activo aumentou em 12% para 33,8 biliões de libras inglesas e o activo ponderado pelo risco aumentou em 7% para 34,2 biliões de libras inglesas reflectindo as carteiras adquiridas e o crescimento orgânico no Reino Unido. Esses foram parcialmente compensados pelo contínuo "run-off" da carteira do FirstPlus.

A média do rendimento do capital ajustado aumentou para 17,4% (2010: 12,5%) e a média do rendimento do capital ajustado aumentou para 23,0% (2010: 16,9%), reflectindo o aumento do lucro antes de impostos.

(auditado)	2011 m de £	2010 m de £
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento líquido de juros	2.860	2.814
Rendimento líquido de honorários e comissões	1.171	1.136
Perda das operações financeiras	(7)	(8)
Rendimento líquido de capital	10	39
Prémios líquidos de contratos de seguros	42	50
Outros rendimentos	20	1
Rendimento total	4.096	4.032
Activo líquido e benefícios derivados de contratos de seguros	(1)	(8)
Rendimento total líquido de indemnizações de seguros	4.095	4.024
Custos de imparidade de crédito e outras provisões	(1.259)	(1.688)
Rendimento operacional líquido	2.836	2.336
Despesas operacionais (excluindo provisão para compensação do PPI e goodwill por imparidade)	(1.659)	(1.570)
Provisão para compensação do PPI	(600)	-
Goodwill por imparidade	(47)	-
Despesas operacionais	(2.306)	(1.570)
Participação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos	31	25
Lucro sobre a alienação de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Lucro antes de impostos	561	791
Lucro antes de impostos ajustado^a	1.208	791
Informações do balanço financeiro		
Empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado	30.1 bl de £.	26.6 bl de £
Total do activo	33.8 bl de £	30.4 bl de £
Activo ponderado pelo risco	34.2 bl de £	31.9 bl de £

Notas:

a O lucro antes de impostos ajustado e as medidas de desempenho excluem o impacto da provisão para a compensação do PPI de 600 milhões de libras inglesas (2010: 0 libras inglesas), 47 milhões de libras inglesas do goodwill por imparidade na carteira de empréstimos segurada do FirstPlus (2010: 0 libras inglesas) e o lucro sobre a alienação de 0 libras inglesas (2010: 0 libras inglesas).

Análise financeira

Análise de resultados pela actividade empresarial

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

(auditado)	Ajustado ^a		Regulamentado	
	2011	2010	2011	2010
Medidas de desempenho				
Média do rendimento do capital ^b	17,4%	12,5%	6,8%	12,5%
Média do rendimento do capital corpóreo ^b	23,0%	16,9%	9,0%	16,9%
Média do rendimento do activo ponderado pelo risco	2,6%	1,9%	1,2%	1,9%
Taxa de perda para empréstimo (pontos base)	391	570	391	570
Custo: rácio do rendimento	41%	39%	56%	39%
Factos principais				
Taxas de juros de mora de 30 dias - cartões do Reino Unido	2,7%	3,4%		
Taxas de juros de mora de 30 dias - cartões dos Estados Unidos	3,1%	4,6%		
Taxas de juros de mora de 30 dias - cartões da África do Sul ^c	4,9%	7,2%		
Número total de clientes do Barclaycard	23.5 m	21.7 m		
Média total dos saldos pendentes - cartões	22.8 bl de £	20.9 bl de £		
Média total dos saldos de crédito prolongados - cartões	19.1 bl de £	17.0 bl de £		
Média dos saldos pendentes - empréstimos	5.0 bl de £	5.5 bl de £		
Número de relações com retalhistas	87,000	87,000		
Número de empregados (o equivalente a tempo inteiro)	10.400	9.900		

Notas

- a O lucro antes de impostos ajustado e as medidas de desempenho excluem o impacto da provisão para a compensação do PPI de 600 milhões de libras inglesas (2010: 0 libras inglesas), 47 milhões de libras inglesas do goodwill por imparidade na carteira de empréstimos segurada do FirstPlus (2010: 0 libras inglesas) e o lucro sobre a alienação de 0 libras inglesas (2010: 0 libras inglesas).
- b As comparações da média do rendimento do capital e da média do rendimento do capital corpóreo foram revistas para utilizar 10% da média do activo ponderado pelo risco (anteriormente a 2010: 9%) no cálculo da média do capital e da média do capital corpóreo.
- c As taxas de juros de mora de 30 dias dos cartões da África do Sul foram revistas para incluir contas de débito aprovadas pela consultoria.

Barclays Capital (auditado)

2011

O lucro antes de impostos do Barclays Capital desceu para 2.975 milhões de libras inglesas (2010: 4.389 de libras inglesas) impulsionado por uma redução de 22% no rendimento para 10.345 milhões de libras inglesas num ambiente de mercado que comporta mais desafios, parcialmente compensados pelas despesas de imparidade de crédito reduzido e pelas despesas operacionais, incluindo os custos de compensação.

O rendimento fixo, a moeda e os produtos base (FICC) desceram em 27% para 6.325 milhões de libras inglesas, reflectindo contribuições mais baixas das taxas, do crédito e dos produtos base num ambiente de mercado que comporta mais desafios. A moeda melhorou para 27% em 2010, beneficiando da volatilidade do mercado e dos fortes volumes de clientes.

O capital e os principais serviços desceram para 14%, com um desempenho reduzido nos capitais em numerário e na compensação dos capitais derivados melhorados pelo fluxo de clientes no financiamento de capitais.

A banca de investimento diminuiu para 10%. A subscrição de capitais esteve em conformidade com o ano anterior, enquanto que a consultoria financeira e a subscrição de débito sofreram um impacto pela actividade de negociação mais baixa.

Os custos de imparidade de crédito de 93 milhões de libras inglesas reflectiram principalmente custos relativos às estruturas financeiras alavancadas, compensados por uma disponibilização de 223 milhões de libras inglesas da provisão por imparidade relativa ao empréstimo Protium.

As despesas operacionais diminuíram em 12% para 7.289 milhões de libras inglesas, reflectindo uma descida nos custos de não compensação e nos custos de compensação. Os fundos de bonificação de 2011 desceram em 32% para 1,5 biliões de libras inglesas em comparação à descida dos efectivos de 3%.

O activo que contribui para a alavancagem bruta ajustada diminuiu em 10% para 604 biliões de libras inglesas devido principalmente a uma redução nas transacções de recompra inversas. O total do activo aumentou em 6% para 1.158 biliões de libras inglesas, reflectindo aumentos no justo valor do activo derivado da taxa de juros bruta compensados por uma redução nos contratos de recompra inversos.

As exposições de crédito de mercado de 15,2 biliões de libras inglesas desceram para 8,7 biliões de libras inglesas impulsionadas principalmente pela venda do activo anteriormente detido como empréstimos para aquisição de bens imóveis Protium colaterais e comerciais.

O activo ponderado pelo risco desceu em 2% para 187 biliões de libras inglesas, reflectindo níveis da actividade de clientes mais baixos, redução de risco e redução em exposições de mercado de crédito, mais do que a compensação do impacto do CRD3.

A média do rendimento do capital desceu para 10,4% (2010: 13,5%) e a média do activo ponderado pelo risco para 1,2% (2010: 1,5%), reflectindo condições de mercado difíceis.

(auditado)	2011 m de £	2010 m de £
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento líquido de juros	1.177	1.121
Rendimento líquido de honorários e comissões	3.026	3.347
Juros de exploração líquidos	5.264	7.986
Rendimento líquido de capital	883	752
Outros (despesas)/rendimentos	(5)	3
Rendimento total	10.345	13.209
Custos de imparidade de crédito e outras provisões	(93)	(543)
Rendimento operacional líquido	10.252	12.666
Despesas operacionais	(7.289)	(8.295)
Participação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos	12	18
Lucro antes de impostos	2.975	4.389
Lucro antes de impostos ajustado^a	2.975	4.389
Informações do balanço financeiro		
Empréstimos e adiantamentos a bancos e a clientes a custo amortizado	158.6 bl de £	149.7 bl de £
Depósitos do cliente	83.1 bl de £	70.3 bl de £
Total do activo	1.158.4 bl de £	1.094.9 bl de £
Activo que contribui para a alavancagem bruta ajustada	604.0 bl de £	668.1 bl de £
Activo ponderado pelo risco	186.7 bl de £	191.3 bl de £
Fundos de liquidez	152 bl de £	154 bl de £

Notas:

a O impacto dos movimentos de crédito próprio no justo valor da emissão de letras estruturada de 2.708 milhões de libras inglesas (2010: 391 milhões de libras inglesas) foi agora incluído nos resultados das Funções e Outras Operações da Sede, do que no Barclays Capital. Isso reflecte-se no facto de que estes movimentos de justo valor estão relacionados com a fiabilidade creditícia do emitente como um todo, do que com o Barclays Capital em particular, e não estão incluídos em nenhuma avaliação do desempenho do Barclays Capital subjacente. Além disso, os atrasos nas alterações planeadas nos padrões de contabilidade significarão que os movimentos de crédito próprio vão provavelmente continuar a reflectir-se na demonstração dos resultados num futuro próximo.

Análise financeira

Análise de resultados pela actividade empresarial

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

(auditado)	Ano findo em 31 de Dezembro	
	2011	2010
Análise do rendimento total		
Rendimento fixo, moeda e produtos base	6.325	8.687
Capitais e fundos de bonificação	1.751	2.040
Investimento bancário	2.027	2.243
Investimentos principais	232	239
Rendimento total	10.335	13.209

(auditado)	Ajustado ^a		Regulamentado	
	2011	2010	2011	2010
Medidas de desempenho				
Média do rendimento do capital	10,4%	13,5%	10,4%	13,5%
Média do rendimento do capital corpóreo	10,8%	14,1%	10,8%	14,1%
Média do rendimento do activo ponderado pelo risco	1,2%	1,5%	1,2%	1,5%
Taxa de perda para empréstimo (pontos base)	8	42	8	42
Custo: rácio do rendimento	71%	63%	71%	63%
Custo: rácio do rendimento operacional líquido	71%	65%	71%	65%
Compensação: rácio do rendimento	47%	43%	47%	43%
Média do rendimento por empregado (000s)	£424	£529	£424	£529
Outras medidas				
Média de DVaR (95%)			57 m de £	53 m de £
Número de empregados (o equivalente a tempo inteiro)			24.000	24.800

Notas

- a O impacto dos movimentos de crédito próprio no justo valor da emissão de letras estruturada de 2.708 milhões de libras inglesas (2010: 391 milhões de libras inglesas) foi agora incluído nos resultados das Funções e Outras Operações da Sede, do que no Barclays Capital. Isso reflecte-se no facto de que estes movimentos de justo valor estão relacionados com a fiabilidade creditícia do emitente como um todo, do que com o Barclays Capital em particular, e não estão incluídos em nenhuma avaliação do desempenho do Barclays Capital subjacente. Além disso, os atrasos nas alterações planeadas nos padrões de contabilidade significarão que os movimentos de crédito próprio vão provavelmente continuar a reflectir-se na demonstração dos resultados num futuro próximo.
- b As comparações da média do rendimento do capital e da média do rendimento do capital corpóreo foram revistas para utilizar 10% da média do activo ponderado pelo risco (anteriormente a 2010: no cálculo da média do capital e da média do capital corpóreo).

2011

O Barclays Corporate ajustou o lucro antes de impostos melhorando-o para 126 milhões de libras inglesas (2010: perda de 388 milhões de libras inglesas), reflectindo um progresso significativo nas operações de reestruturação do estrangeiro e na melhor imparidade de crédito na Europa. A perda antes de impostos melhorou em 70 milhões de libras inglesas (2010: perda de 631 milhões de libras inglesas), incluindo 123 milhões de libras inglesas do goodwill por imparidade espanhol e 73 milhões de libras inglesas de perda na alienação do Barclays Bank Russia (BBR).

O lucro antes de impostos do Reino Unido desceu de 87 para 747 milhões de libras inglesas incluindo uma descida na avaliação líquida de empréstimos de justo valor. Excluindo este produto, o desempenho subjacente do Reino Unido melhorou, reflectindo um aumento do rendimento líquido de honorários e comissões e melhorando a imparidade de crédito, parcialmente compensados por um aumento nos custos principalmente pela não recorrência de um crédito de pensão de um ano anterior e do investimento contínuo nas infraestruturas. A perda antes de impostos da Europa diminuiu em 24% para 647 milhões de libras inglesas, reflectindo uma imparidade de crédito mais baixa parcialmente compensados pelo goodwill por imparidade espanhol. A perda antes de impostos no resto do mundo diminuiu em 72% para 170 milhões de libras inglesas, devido principalmente à não recorrência de um goodwill por imparidade de um ano anterior no BBR, às despesas operacionais mais baixas e a uma melhoria nas taxas de perda para empréstimo, parcialmente compensados pela perda na alienação do BBR.

O rendimento líquido de juros melhorou em 2% para 2.036 milhões de libras inglesas impulsionado pelo aumento no passivo do cliente e pelas margens do passivo do cliente no Reino Unido. A margem de juro líquido diminuiu para 146 pontos base (2010: 153 pontos base), com uma média do activo do cliente que diminuiu em 2% para 68,7 biliões de libras inglesas e uma média do passivo do cliente que aumentou em 16% para 70,6 biliões de libras inglesas.

Os custos de imparidade de crédito desceram em 32% para 1.149 milhões de libras inglesas, enquanto que taxa de perda para empréstimo total melhorou para 162 pontos base (2010: 226 pontos base). O Reino Unido diminuiu em 23% para 355 milhões de libras inglesas, beneficiando de taxas por defeito mais baixas e de uma exposição controlada com rigor para empréstimos para aquisição de bens imóveis comerciais. A Europa diminuiu em 33% para 716 milhões de libras inglesas devido principalmente aos custos de imparidade mais baixos na Espanha de 480 milhões de libras inglesas (2010: 898 milhões de libras inglesas), reflectindo uma acção de gestão de risco proactivo para reduzir a exposição nos sectores imobiliário e de construção. O resto do mundo diminuiu em 53% para 78 milhões de libras inglesas, principalmente como resultado de uma acção de gestão para reduzir o perfil de risco das carteiras.

As despesas operacionais diminuíram em 2% para 1.639 milhões de libras inglesas, excluindo o impacto do goodwill por imparidade. Houve uma diminuição dos custos de reestruturação e dos benefícios de operações simplificadas em vez de compensar o impacto da não recorrência do crédito de pensão do ano anterior.

O total do activo aumentou para 88,7 biliões de libras inglesas (2010: 85,8 biliões de libras inglesas) impulsionado principalmente pelos saldos mais altos no Reino Unido. Houve um bom crescimento nos depósitos do cliente de 77,7 biliões de libras inglesas (2010: 71,0 biliões de libras inglesas), largamente observado no Reino Unido, beneficiando da inovação do produto.

O activo ponderado pelo risco diminuiu em 2% para 69,7 biliões de libras inglesas reflectindo as reduções nas exposições líquidas na Europa e no resto do mundo, parcialmente compensados pelos saldos líquidos mais altos no Reino Unido.

(auditado)	2011 m de £	2010 m de £
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento líquido de juros	2.036	2.004
Rendimento líquido de honorários e comissões	929	910
Rendimento/(despesas) comercial líquido	(99)	80
Rendimento/(perda) de investimento líquido	29	(32)
Ganhos de resgates de dívidas e extinções	-	-
Outros rendimentos	17	12
Rendimento total	2.912	2.974
Custos de imparidade de crédito e outras provisões	(1.149)	(1.696)
Rendimento operacional líquido	1.763	1.278
Despesas operacionais excluindo o goodwill por imparidade	(1.639)	(1.664)
Goodwill por imparidade	(123)	(243)
Despesas operacionais	(1.762)	(1.907)
Participação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos	2	(2)
Perda sobre a alienação de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(73)	-
(Perda)/lucro antes de impostos	(70)	(631)
Lucro/(perda) antes de impostos ajustado^a	126	(388)
Informações da demonstração dos resultados e dos factos principais		
Empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado	64.6 bl de £	65.7 bl de £
Empréstimos e adiantamentos a clientes a justo valor	17.2 bl de £	14.4 bl de £
Depósitos do cliente	77.7 bl de £	71.0 bl de £
Total do activo	88.7 bl de £	85.8 bl de £
Activo ponderado pelo risco	69.7 bl de £	70.8 bl de £
Número de empregados (o equivalente a tempo inteiro)	9.700	11.900

Notas

a O lucro antes de impostos ajustado e as medidas de desempenho excluem o impacto de perda na alienação do Barclays Bank Russia de 73 milhões de libras inglesas (2010: 0 libras inglesas) e 123 milhões de libras inglesas do goodwill por imparidade espanhol (2010: 243 milhões de libras inglesas). O lucro antes de impostos ajustado de 2010 foi revisto para excluir o goodwill por imparidade de 243 milhões de libras inglesas no Barclays Bank Russia.

Análise financeira

Análise de resultados pela actividade empresarial

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

(auditado)	Ajustado ^a		Regulamentado	
	2011	2010	2011	2010
Medidas de desempenho				
Média do rendimento do capital ^b	1,3%	(4,1%)	(1,4%)	(7,1%)
Média do rendimento do capital corpóreo ^b	1,4%	(4,4%)	(1,5%)	(7,7%)
Média do rendimento do activo ponderado pelo risco	0,1%	(0,5%)	(0,2%)	(0,8%)
Taxa de perda para empréstimo (pontos base)	162	226	162	226
Custo: rácio do rendimento	56%	56%	61%	64%

(auditado)	2011				2010			
	Reino Unido	Europa	Resto do mundo	Total	Reino Unido	Europa	Resto do mundo	Total
	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £
Informações da demonstração dos resultados								
Rendimento	2.199	440	273	2.912	2.279	428	267	2.974
Custos de imparidade de crédito e outras provisões	(355)	(716)	(78)	(1.149)	(459)	(1.072)	(165)	(1.696)
Despesas operacionais excluindo o goodwill por imparidade	(1.099)	(248)	(292)	(1.639)	(984)	(209)	(471)	(1.664)
Goodwill por imparidade	-	(123)	-	(123)	-	-	(243)	(243)
Participação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos	2	-	-	2	(2)	-	-	(2)
Perda sobre a alienação de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	(73)	(73)	-	-	-	-
Lucro/(perda) antes de impostos	747	(647)	(170)	(70)	834	(853)	(612)	(631)
Lucro/(perda) antes de impostos ajustado^a	747	(524)	(97)	126	834	(853)	(369)	(388)

Notas

- a O lucro antes de impostos ajustado e as medidas de desempenho excluem o impacto de perda na alienação do Barclays Bank Russia de 73 milhões de libras inglesas (2010: 0 libras inglesas) e 123 milhões de libras inglesas do goodwill por imparidade espanhol (2010: 243 milhões de libras inglesas). O lucro antes de impostos ajustado de 2010 foi revisto para excluir o goodwill por imparidade de 243 milhões de libras inglesas no Barclays Bank Russia.
- b As comparações da média do rendimento do capital e da média do rendimento do capital corpóreo foram revistas para utilizar 10% da média dos activos ponderados pelo risco (anteriormente a 2010: 9%) no cálculo da média do capital e da média do capital corpóreo.

Barclays Wealth (auditado)

2011

O lucro antes de impostos do Barclays Wealth aumentou em 27% para 207 milhões de libras inglesas pelo forte crescimento do rendimento parcialmente compensado pelo aumento do investimento no crescimento da actividade.

O rendimento melhorou em 12% para 1,744 milhões reflectindo o forte crescimento do rendimento nas actividades de Alto Património Líquido. O rendimento operacional líquido melhorou em 13% para 1.703 milhões de libras inglesas com a taxa de perda para empréstimo reduzida para 21 pontos base (2010: 29 pontos base).

O rendimento líquido de juros melhorou em 18% para 798 milhões de libras inglesas como os depósitos do cliente e os saldos do empréstimo melhoraram reflectindo os saldos do cliente de Alto Património Líquido e um aumento das margens nos depósitos. A margem de juros líquidos aumentou para 129 pontos base de 122 pontos base com uma média de depósitos do cliente de até 3,6 a 44,5 biliões de libras inglesas e de até 3,0 a 17,5 biliões de libras inglesas.

O rendimento líquido de honorários e comissões melhorou em 9% para 943 milhões de libras inglesas impulsionado por uma actividade transaccional mais alta nas actividades de Alto Património Líquido.

As despesas operacionais aumentaram em 11% para 1.493 milhões de libras inglesas reflectindo um aumento no investimento gasto e nos custos de reestruturação respectivos para apoiar o programa de investimento estratégico. Inclui o custo do aumento do pessoal em relação ao cliente e das infraestruturas para apoiar as actividades de Alto Património Líquido.

A média do activo ponderado por risco aumentou em 6% para 13,1 biliões de libras inglesas. Isto compara-se ao crescimento no empréstimo de 17%, com um aumento do nível de empréstimo colateral na carteira de empréstimos. A margem do activo do cliente aumentou para 164,2 biliões de libras inglesas (2010: 163,9 biliões de libras inglesas) com um forte crescimento do novo activo líquido nas actividades de Alto Património Líquido compensados pelo mercado, câmbio estrangeiro e outros movimentos. A média do rendimento do capital aumentou para 10,9% (2010: 8,8%) e a média do rendimento do capital corpóreo até 15,0% (2010: 12,3%) com um crescimento no rendimento e no lucro antes de impostos significativamente mais alto que o aumento do capital.

(auditado)	2011 m de £	2010 m de £
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento líquido de juros	798	678
Rendimento líquido de honorários e comissões	943	869
Juros de exploração líquidos	5	11
Rendimento líquido de capital	-	2
Outros (despesas)/rendimentos	(2)	-
Rendimento total	1.744	1.560
Custos de imparidade de crédito e outras provisões	(41)	(48)
Rendimento operacional líquido	1.703	1.512
Despesas operacionais	(1.493)	(1.349)
Participação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos	(3)	-
Lucro antes de impostos	207	163
Lucro antes de impostos ajustado	207	163
Informações do balanço financeiro		
Empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado	18.8 bl de £	16.1 bl de £
Depósitos do cliente	46.5 bl de £	44.8 bl de £
Total do activo	20.9 bl de £	17.9 bl de £
Activo ponderado pelo risco	13.1 bl de £	12.4 bl de £

(auditado)	Ajustado		Regulamentado	
	2011	2010	2011	2010
Medidas de desempenho				
Média do rendimento do capital	10,9%	8,8%	10,9%	8,8%
Média do rendimento do capital corpóreo ^a	15,0%	12,3%	15,0%	12,3%
Média do rendimento do activo ponderado pelo risco	1,5%	1,2%	1,5%	1,2%
Taxa de perdas para empréstimos (pontos base)	21	29	21	29
Custo: rácio do rendimento	86%	86%	86%	86%
Outras medidas financeiras				
Total do activo do cliente			164.2 bl de £	163.9 bl de £
Número de empregados			7.700	7.700

Notas

a As comparações da média do rendimento do capital e da média do rendimento do capital corpóreo foram revistas para utilizar 10% da média do activo ponderado pelo risco (anteriormente a 2010: 9%) no cálculo da média do capital e da média do capital corpóreo.

Análise financeira

Análise de resultados pela actividade empresarial

Toda a exposição incluída nesta secção não é auditada salvo indicação em contrário.

Investment Management (auditado)

2011

O Investment Management ajustou o lucro antes de impostos de 96 milhões de libras inglesas (2010: 67 milhões de libras inglesas), reflectindo principalmente o rendimento de dividendos de 123 milhões de libras inglesas (2010: 100 milhões de libras inglesas) da venda da participação disponível do Grupo no BlackRock, Inc. que representa 19,7% (2010: 19,9%) de juros.

A taxa antes de impostos não ajustada de 1.762 milhões de libras inglesas (2010: lucro de 67 milhões de libras inglesas) resultou da imparidade de 1.800 milhões de libras inglesas do investimento do Grupo no BlackRock, Inc. A imparidade reflecte a reciclagem através da demonstração dos resultados da redução cumulativa no valor de mercado do investimento do Grupo no BlackRock, Inc. conforme anteriormente reconhecido em 30 de Setembro de 2011 no capital.

O justo valor da participação em 31 de Dezembro de 2011 foi de 4,1 biliões de libras inglesas (2010: 4,6 biliões de libras inglesas). Desde 30 de Setembro de 2011, o valor da participação aumentou para 0,7 biliões de libras inglesas, o que transitou para o capital. Por motivos de capital regulamentar, o aumento é deduzido do Core Tier 1 do Grupo. Se o aumento tivesse sido incluído no Core Tier 1 do Capital, o rácio do Core Tier 1 do Capital do Grupo teria sido 0,2% mais alto.

(auditado)	2011	2010
	m de £	m de £
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento total	53	78
Imparidade do investimento no Black Rock, Inc.	(1.800)	-
Rendimento operacional liquid	(1.747)	78
Despesas operacionais	(15)	(11)
(Perda)/lucro antes de impostos	(1.762)	67
Lucro antes de impostos ajustado ^a	96	67
Informações do balanço financeiro		
Total do active	4.1 bl de £	4.6 bl de £
Activo ponderado pelo risco	0.1 bl de £	0.1 bl de £

Notas

- a A taxa antes de impostos ajustada exclui 1.800 milhões de libras inglesas de imparidade do investimento no BlackRock, Inc. (2010: 0 libras inglesas) e perda de 58 milhões de libras inglesas (2010: 0 libras inglesas) na alienação de uma parte do investimento estratégico do Grupo no BlackRock, Inc. reciclado através do rendimento do investimento.

Funções e Outras Operações da Sede (auditado)

2011

A taxa antes de impostos ajustada das Funções e Outras Operações da Sede aumentou em 46% para 1.106 milhões de libras inglesas, principalmente como resultado de um custo de 325 milhões de libras inglesas resultante de um imposto bancário do Reino Unido que entrou em vigor durante 2011. O lucro antes de impostos melhorou significativamente para 2.794 milhões de libras inglesas (2010: perda de 334 milhões de libras inglesas), reflectindo os ganhos de crédito próprio sobre operações de resgate de dívidas.

O rendimento total melhorou para 3.584 milhões de libras inglesas (2010: 223 milhões de libras inglesas). Os ganhos de crédito próprio aumentaram para 2.708 milhões de libras inglesas (2010: 391 milhões de libras inglesas) e os ganhos sobre operações de resgate de dívidas de 1.130 milhões de libras inglesas (2010: 0 libras inglesas) foram reconhecidos resultando da retirada do Tier 1 do Capital, o que não se qualificará como Tier 1 do Capital de acordo com o Basileia 3. Isto foi parcialmente compensado pela não recorrência em 2011 do rendimento de 265 milhões de libras inglesas das reservas de transposição de moeda estrangeira na sequência da repatriação de capitais de operações estrangeiras reconhecidas em 2010.

As despesas operacionais aumentaram para 768 milhões de libras inglesas (2010: 575 milhões de libras inglesas) devido principalmente ao imposto bancário do Reino Unido de 325 milhões de libras inglesas e aos custos mais altos do Financial Services Compensation Scheme (FSCS), parcialmente compensados pela não recorrência de uma provisão de 2010 de 194 milhões de libras inglesas em relação à resolução da investigação para a conformidade do Barclays com as sanções económicas dos Estados Unidos. A perda sobre a alienação de 23 milhões de libras inglesas reflecte a perda das reservas de transposição de moeda estrangeira reconhecida na demonstração dos resultados na sequência da alienação do Barclays Bank Russia.

O total do activo aumentou em 33% para 27,7 bilhões de libras inglesas devido à compra de obrigações do Estado para apoiar as actividades de gestão de cobertura e liquidez do Grupo.

(auditado)	2011 m de £	2010 m de £
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento líquido total de reclamações de seguros (excluindo o crédito próprio e os ganhos sobre operações de resgate de dívidas)	(254)	(168)
Crédito próprio	2.708	391
Ganhos de resgates de dívidas e extinções	1.130	-
Rendimento total líquido de indemnizações de seguros	3.584	223
Custos/(despesas) de imparidade de crédito e outras provisões	1	(2)
Rendimento/(perda) operacional líquido	3.585	221
Despesas operacionais (excluindo o imposto bancário do Reino Unido)	(443)	(575)
Imposto bancário do Reino Unido	(325)	-
Despesas operacionais	(768)	(575)
Lucro sobre a alienação de associadas e empreendimentos conjuntos	(23)	-
Lucro/(perda) antes de impostos ^a	2.794	(354)
Perda antes de impostos ajustada ^b	(1.021)	(745)
Informações do balanço financeiro		
Total do activo	27.7 bl de £	21.0 bl de £
Activo ponderado pelo risco	2.4 bl de £	0.6 bl de £
Número de empregados (o equivalente a tempo inteiro) ^c	1.400	1.400

Notas

- a O impacto dos movimentos de crédito próprio no justo valor da emissão de letras estruturada de 2.708 milhões de libras inglesas (2010: 391 milhões de libras inglesas) foi agora incluído nos resultados das Funções e Outras Operações da Sede, do que no Barclays Capital. Isso reflecte-se no facto de que estes movimentos de justo valor estão relacionados com a fiabilidade creditícia do Grupo como um todo, do que com o Barclays Capital em particular, e não estão incluídos em nenhuma avaliação do desempenho do Barclays Capital subjacente. Além disso, os atrasos nas alterações planeadas nos padrões de contabilidade significarão que os movimentos de crédito próprio vão provavelmente continuar a reflectir-se na demonstração dos resultados num futuro próximo.
- b A perda antes de impostos ajustada exclui o impacto dos ganhos de crédito próprio de 2.708 milhões de libras inglesas (2010: 391 milhões de libras inglesas) e os ganhos sobre operações de resgate de dívidas de 1.130 milhões de libras inglesas (2010: 0 libras inglesas) e 23 milhões de libras inglesas (2010: 0 libras inglesas) de perda sobre a alienação de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.
- c O número de empregados durante 2010 foi revisto para excluir 100 empregados transferidos para o Africa RBB.

Gestão de risco

Resumo

Não há diferenças na maneira em como o Grupo Barclays Bank PLC e o Grupo Barclays PLC gerem e avaliam o risco. Portanto, as explicações da administração, as responsabilidades de controlo e a avaliação descritas nesta secção e nas secções seguintes sobre o risco de crédito, risco de mercado, capital e gestão de risco do liquidez são para o Grupo Barclays PLC, o qual inclui o Grupo Barclays Bank PLC. Os montantes incluídos nestas notas são as do Barclays Bank PLC.

O Grupo é um importante fornecedor global de serviços financeiros envolvido na banca de retalho e comercial, cartões de crédito, banca de investimento, gestão de património e serviços de gestão de investimento. Os instrumentos financeiros são fundamentais para os negócios do Grupo e para a gestão de riscos financeiros, especialmente o risco de crédito, é uma parte fundamental da sua actividade.

As políticas e processos de gestão de risco do Grupo são concebidos para identificar e analisar o risco, para definir adequada apetência pelo risco, limites e controlos, e para monitorizar os riscos e a adesão aos limites por meio de dados actualizados de confiança. As políticas de gestão de risco, modelos e sistemas são revistos regularmente para reflectir as alterações aos mercados, produtos e as melhores práticas de mercado.

Responsabilidades do risco

O Conselho de Administração é responsável pela aprovação da apetência pelo risco, que é o nível de risco que o Grupo escolhe correr na prossecução dos seus objectivos de negócio. O director responsável pela matéria do risco, "Chief Risk Officer" (CRO), apresenta regularmente um relatório ao Conselho de Administração resumindo os desenvolvimentos no ambiente de risco e tendências de desempenho nas principais carteiras de negociação. O Conselho de Administração também é responsável pelo Enquadramento do Controlo e Garantia da Qualidade Internos (Grupo de Controlo). Ele supervisiona a gestão dos riscos mais significativos, através da revisão periódica das exposições ao risco e correspondentes controlos principais. As responsabilidades da gestão executiva são definidas através da Política do Grupo relativamente aos Riscos Principais.

A Comissão de Risco do Conselho de Administração monitoriza o perfil de risco do Grupo tendo em conta a apetência acordada. Quando o desempenho real difere das expectativas, as acções tomadas pela administração são revistas para garantir que a Comissão de Risco está de acordo com as mesmas. Após cada reunião, o presidente da Comissão de Risco prepara um relatório para a próxima reunião do Conselho de Administração. O Barclays estabeleceu a primeira Comissão de Risco autónoma em 1999 e todos os membros são administradores não-executivos. O Director financeiro e o CRO, naturalmente, também estão presentes nestas reuniões. A Comissão de Risco recebe relatórios periódicos e detalhados sobre as metodologias de risco e perfil de risco do Grupo, incluindo as principais questões que afetam cada carteira de negócios e tendências de risco. A Comissão também encomenda análises aprofundadas quanto a temáticas relacionadas com riscos significativos, que são apresentadas pelo CRO ou gerentes de risco seniores nas empresas. O Presidente da Comissão de Risco do Conselho de Administração prepara uma declaração anual sobre as actividades desta Comissão.

A Comissão de Auditoria do Conselho de Administração recebe relatórios trimestrais sobre questões de controlo relevantes e de uma análise semestral da adequação da provisão para imparidades, que analisa em relação ao risco inerente às carteiras de negociação, o ambiente empresarial, as políticas e metodologias do Grupo e as tendências de desempenho dos restantes bancos. O Presidente da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração também tem lugar na Comissão de Risco do Conselho de Administração.

A Comissão de Cidadania do Conselho de Administração fornece supervisão da gestão de risco de reputação e analisa as questões emergentes com impacto na reputação potencialmente significativo. O Comissão também analisa o desempenho face às prioridades da Cidadania, olhando para a forma como fazemos negócios, como estamos a contribuir para o crescimento da economia real e apoiando às comunidades através de programas de investimento e dos esforços dos empregados.

A Comissão de Remuneração do Conselho de Administração recebe um relatório detalhado sobre o desempenho de gestão de risco da Comissão de Risco do Conselho de Administração, que é considerado na definição dos objectivos de desempenho no contexto de pacotes de incentivos.

A Comissão de Governança Empresarial e Nomeações do Conselho de Administração tem um papel fundamental na análise de novas nomeações e planos de sucessão para assegurar que temos um Conselho de Administração e uma equipa de gestão executiva com as capacidades, conhecimentos e experiência adequados para agir com eficiência num ambiente constantemente desafiador.

A Auditoria Interna é responsável pela análise independente de gestão de risco e do ambiente de controlo. O seu objectivo é fornecer uma garantia de confiança e qualidade ao Conselho de Administração e Gestão Executiva quanto à eficácia dos controlos, mitigando altos riscos actuais e em desenvolvimento e assim reforçar a cultura de controlo dentro do Grupo. A Comissão de Auditoria do Conselho de Administração analisa e aprova os planos recursos da Auditoria Interna e avalia a eficácia da Auditoria Interna. Uma avaliação por consultores externos é, também, realizada periodicamente.

O CRO é membro da Comissão Executiva e tem a responsabilidade global do dia-a-dia da gestão de risco sob a autoridade delegada do Director Executivo. O Director Executivo deve consultar o Presidente da Comissão de Risco do Conselho de Administração em relação à avaliação do desempenho e remuneração do CRO, bem como quanto a todas as nomeações e destituições do cargo.

O CRO gere a função independente do Grupo de Risco e preside a Comissão de Risco Financeiro e a Comissão de Risco Operacional, que monitorizam o perfil de risco financeiro e não financeiro do Grupo para definir a apetência pelo risco. Reportam ao CRO e trabalham no Grupo de Risco, os responsáveis para os seguintes tipos de risco: risco de crédito de retalho, risco de crédito grossista, risco de mercado, risco operacional e risco de fraude. Juntamente com suas equipas, os responsáveis dos tipos de risco são responsáveis por estabelecer um enquadramento para todo o Grupo para a supervisão dos riscos e controlos de seu tipo de risco. Estas equipas estabelecem ligação com cada unidade de negócio como parte dos processos de monitorização e gestão.

Além disso, cada unidade de negócio tem uma função de gestão de risco integrada, dirigida por um "Business Chief Risk Officer" (BCRO). Estes Directores e as suas equipas são responsáveis por prestar assistência aos responsáveis de negócio na identificação e gestão dos seus perfis de risco de negócios e pela implementação dos controlos apropriados. Estas equipas também auxiliam o Grupo de Risco na formulação de políticas do Grupo e na sua aplicação para todos os negócios. Os directores de risco de negócio respondem ao responsável da respectiva actividade e ao CRO.

Os responsáveis dos tipos de risco dentro da função central do Grupo de Risco e os BCRO dentro das unidades de negócios respondem perante o CRO e são membros da Comissão de Risco Financeiro ou Comissão de Risco Operacional, conforme apropriado.

Gestão de risco

Factores de risco

Factores de risco

Durante 2011, a Política dos Riscos Principais foi atualizada e em resultado os riscos foram agrupados em quatro categorias sem mudança significativa para os tipos de risco subjacentes. As definições dos quatro riscos principais estão nas páginas 29 a 33. Este resumo também inclui discussões sobre o impacto das condições de negócio, economia em geral e mudanças regulatórias que podem causar impacto nos factores de risco e assim influenciar os resultados do Grupo. Os Riscos Principais descritos abaixo também podem potencialmente afectar a reputação do Grupo e da marca.

A informação abaixo descreve os factores de risco que o Grupo acredita que podem fazer com que seus resultados futuros difiram materialmente das expectativas. No entanto, outros factores podem, também, afectar adversamente os resultados do Grupo e, assim, os factores discutidos neste relatório não devem ser considerados como um conjunto completo de todos os potenciais riscos e incertezas.

Condições de negócio e a economia em geral

O Grupo tem actividades significativas num grande número de países. Consequentemente, as mudanças nas condições de negócio e na economia em geral podem influenciar negativamente a rentabilidade de muitas maneiras, seja ao nível do Grupo, das unidades de negócio individuais ou de operação em países específicos.

Durante 2011, o ambiente económico nos mercados principais do Barclays foi marcado por um crescimento geral mais fraco do que o esperado e pela crise da dívida soberana em curso na zona euro. No Reino Unido, a economia recuperou ligeiramente em 2011 apesar de o PIB ter diminuído ligeiramente no quarto trimestre levando à incerteza no curto prazo. O potencial para o desemprego persistente, altas taxas de juros e aumento da inflação pode aumentar a pressão sobre a renda disponível, afectando a capacidade para assegurar o serviço da dívida do indivíduo com o potencial de afectar negativamente o desempenho no sector de retalho do Grupo. As condições económicas dos Estados Unidos foram melhores do que as do Reino Unido em 2011. No entanto, o desemprego ainda é elevado, o que aumenta a incerteza a curto prazo. As condições de crédito na Europa permanecem fracas e o sector de habitação deprimido e a elevada taxa de desemprego poderá, a curto prazo, afectar negativamente as operações de negócio do Barclays nesta região. O ambiente global do comércio grossista tem sido afectada pela crise da dívida soberana e em geral, a confiança das empresas diminuiu. Assim, o desempenho a curto prazo permanece incerto.

As condições de negócio que o Grupo enfrenta em 2012 a nível mundial e em muitos mercados em que o Grupo opera estão sujeitas a incertezas significativas que podem, em alguns casos, levar a impactos materiais adversos nas operações do Grupo, condições financeiras e perspectivas, incluindo, por exemplo, alterações nas classificações do crédito, preço de acções e solvência das contrapartes, bem como níveis mais elevados de imparidade, menores receitas ou custos mais elevados.

Incertezas significativas, por Risco Principal, incluem:

Risco de Crédito

- Impacto da qualidade do crédito soberano potencialmente em depreciação, nomeadamente serviço da dívida e a capacidade de refinanciamento;
- Extensão e sustentabilidade de recuperação económica, incluindo o impacto das medidas de austeridade nas economias europeias;
- Aumento do desemprego devido à economias mais fracas num número de países onde o Grupo opera, medidas fiscais mais apertadas e outras medidas;
- Impacto do aumento da inflação e aumentos das taxas de juros potenciais sobre acessibilidade à dívida do consumidor e lucro das empresas;
- Possibilidade de mais quedas nos preços das propriedades residenciais no Reino Unido, África do Sul e Europa Ocidental;
- Potencial escassez de liquidez aumentando os riscos da contraparte;
- Potencial de grandes perdas num único nome e deterioração em determinados sectores e geografias;
- Possível deterioração nos restantes riscos do mercado de crédito; e
- Potencial de saída de um ou mais países do Euro como consequência da crise da dívida europeia.

Risco de Mercado

- Reduzida actividade do cliente, levando a menores receitas;
- Diminuição da liquidez no mercado devido à incerteza económica;
- Impacto sobre o rendimento da carteira bancária por parte do interesse incerto e do ambiente da taxa de câmbio; e
- Rentabilidade de activos com desempenho abaixo das obrigações de pensões.

Risco de Financiamento

- Impacto de Basileia 3, com a finalização das regras reguladoras;
- Impactos sobre os rácios de capital de desempenho de lucro fraco;
- Disponibilidade e volatilidade no custo de financiamento devido à incerteza económica; e Redução de depositantes disponíveis e financiamento do mercado grossista.

Risco Operacional

- Implementação de mudanças estratégicas e programas de integração em todo o Grupo;
- Continuação do foco na regulação e política, impulsionado pelo clima económico global;
- Impacto de nova e mais ampla legislação, em vários países, juntamente com a mudança na paisagem regulamentar;
- Ambiente cada vez mais litigioso; e
- A agenda da gestão de crises e a amplitude da mudança regulatória necessária em instituições financeiras globais.

1. Risco de crédito

O Risco de Crédito é o risco do Grupo sofrer perdas financeiras se qualquer um dos seus clientes ou contrapartes no mercado não cumprir suas obrigações contratuais para com o Grupo.

O risco de crédito que o Grupo enfrenta decorre, principalmente, de empréstimos e adiantamentos grossistas e retalhistas, juntamente com o risco de crédito da contraparte decorrente de contratos de derivados celebrados com os seus clientes. Outras fontes de risco de crédito provêm de atividades comerciais, incluindo títulos de dívida, os saldos de liquidação com contrapartes no mercado, activos disponíveis para venda e empréstimos de revenda. Também pode surgir quando baixa a classificação de uma entidade de crédito, levando a uma queda no valor do investimento do Barclays nos seus instrumentos financeiros emitidos.

Gestão de Risco

O Conselho de Administração e a gestão estabeleceram uma série de comissões-chave para analisar a gestão do risco de crédito, aprovar a política global de crédito do Grupo e resolver todas as questões relevantes relacionadas com política de crédito. Estas incluem: a Comissão de Risco do Conselho de Administração, a Comissão de Risco Financeiro, a Comissão de Gestão de Risco de Crédito Grossista e Comissão de Gestão de Risco a retalho.

O Barclays analisa constantemente a sua concentração em várias áreas, incluindo, por exemplo, segmentos da carteira de negociação, geografia, maturidade, indústria e classificação de crédito.

Diversificação é alcançada através da criação mandatos máximos de exposição aos segmentos da carteira de negociação, contrapartes individuais, sectores e países, com excessos reportados à Comissão de Risco Financeiro e à Comissão de Risco do Conselho de Administração.

Para mais informações, consultar Gestão do Risco de Crédito (páginas 34 a 69).

Principais Riscos Específicos e Mitigação

Áreas e cenários específicos em que o risco de crédito pode levar a taxas mais elevadas de imparidade nos próximos anos incluem:

Risco Soberano

Os déficits fiscais continuam a permanecer elevados, levando a elevados níveis de dívida pública em alguns países num momento de crescimento modesto do PIB. Isto levou a uma perda de confiança do mercado em alguns países onde o Grupo está exposto causando deterioração da qualidade do crédito soberano, nomeadamente em relação ao serviço da dívida e refinanciamento. O Grupo colocou alguns países numa lista de observação com elaboração de relatório mensal detalhado para a Comissão de Gestão de Risco de Crédito por grosso.

Para mais informações, ver as exposições do Grupo em países seleccionados da Zona Euro (páginas 61 a 69).

Fraqueza Económica

A implementação de medidas de austeridade para combater os altos níveis de dívida pública têm impactado negativamente o crescimento econômico e levou a um aumento do desemprego em alguns países europeus e as taxas monetária e de juros e outras políticas dos bancos centrais e autoridades reguladoras também podem ter um efeito adverso significativo num número de países onde o Grupo opera.

A ameaça de economias mais fracas num número de países onde o Grupo opera pode levar a crescentes níveis de desemprego ainda mais elevados, aumento da inflação, taxas de juros potencialmente mais elevadas e a queda dos preços dos imóveis. Por exemplo, os sectores de habitação de Espanha e de Portugal continuam em crise, impactando as exposições de risco de crédito grossista e a retalho do Grupo.

O Grupo tem experimentado uma elevada imparidade nas suas operações nestas dois países, apesar da imparidade em Espanha ter diminuído em 2011, após uma redução acentuada no Mercado da actividade de construção e diminuição dos gastos do consumidor. O Grupo reduziu a sua apetência pelo risco de crédito para os segmentos da economia mais severamente afectados. Em Espanha, os novos empréstimos para a propriedade e sector da construção cessaram e equipas de treino de recursos têm vindo a aumentar significativamente.

Além disso, se a capacidade de financiamento nos mercados grossista e nas operações dos bancos centrais mudassem significativamente poderia resultar em escassez de liquidez que pode levar ao aumento do risco da contraparte junto de outras instituições financeiras. Isto também poderia ter um impacto nos riscos de refinanciamento nos sectores corporativo e de retalho. O Grupo continua a gerir activamente este risco, nomeadamente através de seu extenso sistema de limites Mandate and Scale.

Para mais informações consultar Risco de Crédito Grossista e Gestão de Risco a Retalho (páginas 48 a 55).

Crise da Zona Euro

As preocupações com o risco de crédito (incluindo a dos soberanos) e a crise da Zona Euro permanecem muito elevadas. As grandes dívidas soberanas e/ou os déficits fiscais de vários países europeus aumentaram a preocupação quant à situação financeira das instituições financeiras, seguradoras e outras empresas (i) localizadas nestes países; (ii) que têm exposição directa ou indirecta a estes países (à dívida soberana e à dívida do sector privado); e/ou (iii) cujos bancos, contrapartes, depositários, clientes, prestadores de serviços, fontes de financiamento e/ou fornecedores que têm exposição directa ou indirecta a estes países. O incumprimento, ou uma nova redução do rating do crédito, de um ou mais soberanos ou instituições financeiras poderá causar stress severo no sistema financeiro em geral e poderá afectar adversamente os mercados em que o Grupo opera e os negócios, condição económica e as perspectivas das contrapartes do Grupo, clientes, fornecedores ou credores, direta ou indirectamente, de formas difíceis de prever.

Gestão de risco

Factores de risco

Para mais informações, consultar as exposições do Grupo para determinados países da Zona Euro (páginas 61 a 69).

Exposições do Mercado de Crédito

O Barclays Capital detém certas exposições aos mercados de crédito que se tornaram ilíquidas durante 2007. Estas exposições relacionam-se, em primeiro lugar, com o sector imobiliário comercial e com empréstimos financeiros alavancados. O Grupo continua a gerir activamente estas exposições.

Para mais informações consulte Exposições do Mercado de Crédito do Barclays Capital (página 59).

2. Risco de mercado

O Risco de Mercado é o risco do Grupo sofrer perdas financeiras devido à capacidade do Grupo de proteger o seu balanço aos níveis prevalentes no mercado.

O Grupo pode ser afectado por mudanças no nível e volatilidade dos preços, por exemplo, taxas de juros, spreads de crédito, preços dos produtos de base, preços de acções e taxas de câmbio.

Este risco é reportado como de Risco Negociado quando o Barclays apoia a actividade do cliente principalmente através do Barclays Capital; Risco Não Negociado quando apoia os produtos dos clientes principalmente na banca de retalho; e Riscos Relativos às Pensões, onde o perfil de investimento é revisto em relação ao regime de benefício definido.

Gestão de Risco

O Conselho de Administração a apetência do Risco de Mercado para as actividades comerciais e não-comerciais, com limites definidos dentro deste context pelo Director do Grupo de Risco de Mercado.

O Grupo de Risco é responsável por todo o Quadro de Controlo do Risco de Mercado do Barclays que implementa o processo de cinco etapas de gestão de risco.

Equipas de Risco de Mercado específico de certas actividades são responsáveis pela implementação do Quadro de Controlo. Supervisão e contestação é feita por comissões de negócios, comissões de grupo e pela equipa entral do Grupo de Risco de Mercado.

Para mais informações consulte as páginas Gestão de Risco de Mercado páginas 70 a 76.

Principais Riscos Específicos e Mitigação

Áreas e cenários específicos em que o risco de mercado pode levar a menor receitas nos próximos anos incluem:

Redução da Actividade do Cliente e da Liquidez do Mercado

Enquanto o Grupo está exposto à volatilidade continua do mercado, as actividades comerciais do Barclays Capital são principalmente uma consequência da actividade de apoio ao cliente.

O impacto da incerteza económica em curso no volume de clientes, a reduzida liquidez do Mercado e a maior volatilidade pode levar a menores receitas. A base de custos e as posições de risco são constantemente revistas para garantir que são calibradas de forma adequada. As carteiras de negociação são constantemente revistas para assegurar que os inventários estão adequadamente dimensionados para apoiar a actividade do cliente, tendo em conta a volatilidade do mercado.

Para mais informações consultar Gestão do Risco de Mercado páginas 70 a 76.

Risco da Taxa de Juro Não Transaccionável

A volatilidade dos juros pode afectar a margem líquida de juros da empresa. O potencial de volatilidade future e mudanças de margem permanece e é difícil prever com alguma precisão, mudanças nos níveis absolutos de taxas de juros, as curvas de rendimento e spread.

Para mais informações consulte as páginas de mercado de Gestão de Risco de 70 a 76.

Risco do Fundo de Pensões

Movimentos adversos entre activos e passivos de pensões de benefício definido podem contribuir para um défice de pensões. A equipa de Gestão de Investimentos do Barclays e dos Administradores das Pensões revê constantemente a disparidade activo/ passivo trunfo para garantir uma estratégia de investimento adequada.

Para mais informações consultar Gestão do Risco de Mercado páginas 70 a 76 e Nota 37.

3. Risco de Financiamento

O Risco de Financiamento é o risco que o Grupo é incapaz de alcançar nos seus planos de negócios, devido a financiamento, capital ou a gestão dos riscos estruturais do balanço.

O Risco de Liquidez é o risco que o Grupo é incapaz de cumprir as suas obrigações nos respectivos vencimentos, resultando em: incapacidade de suportar a actividade normal da empresa; não cumprimento dos requisitos de liquidez regulamentares; ou alterações às notações de crédito.

O Capital de Risco é o risco que o Grupo é incapaz de manter os rácios de capital adequados que poderiam levar a uma incapacidade de uportar a actividade empresarial; não cumprimento dos requisitos regulamentares; ou alterações às notações de crédito.

O Risco Estrutural diz respeito à gestão de riscos não-contratuais e, predominantemente, surge do impacto no balanço do Grupo de alterações nas taxas de juros predominantemente sobre o rendimento ou taxas de câmbio sobre os rácios de capital.

Gestão de Risco

O Conselho de Administração aprova a Apetência do Risco de Liquidez, o Plano de Capital e a abordagem para Protecção Estrutural do Grupo.

O Grupo de Risco oferece revisão, supervisão e contestação aos Quadros de Controlo de Liquidez, Capital e Risco Estrutural. A função do Risco também proporciona entrada direta, bem como aprovação de vários aspectos da calibração, cálculo e relato para estes riscos principais.

O Grupo do Tesouro tem a responsabilidade de implementar o quadro de control dos Riscos Principais para a Liquidez, o Capital e os Riscos Estruturais a nível do Grupo e de Entidade Jurídica e para assegurar que a empresa mantém a conformidade com todos os requisitos mínimos regulamentares locais relativos a estes riscos principais.

Supervisão e contestação pelas Comissões de Activos e Passivos locais e do Grupo todos reportando à Comissão do Tesouro do Grupo se reúne pelo menos mensalmente. Para mais informações consultar páginas 77 e 78 a 94.

Principais Riscos Específicos e Mitigação

Áreas específicas e cenários onde o risco de financiamento pode levar a custos mais elevados ou limitar a capacidade do Barclays para executar os seus planos de negócio incluem:

Aumento das exigências de capital

Há uma série de desenvolvimentos regulatórios que influenciam os requisitos de capital. Mais significativamente, Basileia 3, tal como adoptada na legislação da UE através da quarta Directiva sobre Requisitos de Fundos Próprios (CRD4) e do Regulamento sobre Requisitos de Fundos Próprios, cujos processos legislativos da UE ainda correm. Requisitos de capital adicionais podem surgir a partir de outras propostas, incluindo as recomendações da Comissão Independente da Actividade Bancária.

O Barclays continua a preparar a implementação da quarta Directiva sobre Requisitos de Fundos Próprios e inclui o impacto estimado das futuras mudanças regulatórias no seu quadro de planeamento de capital. As previsões actuais já incluem o impacto de Basileia 3, como entendida actualmente, e as previsões serão atualizadas continuamente enquanto a quarta Directiva sobre Requisitos de Fundos Próprios e outras propostas para desenvolvimento de regulamentação são finalizados.

Manutenção da Solidez do Capital

A deterioração material adversa no desempenho financeiro do Grupo pode afectar a capacidade para suportar o uso adicional de capital. O Plano de Capital é monitorizado continuamente de acordo com as rácios internas de capital alvo com risco, a empresa e as entidades jurídicas através de uma abordagem pró-activa e prospectiva para a gestão de capital de risco, que garante que o Plano continue a ser apropriado. O processo de gestão de capital inclui também um processo interno e regulamentar de testes de esforço que informa o plano de capital do Grupo. Mais detalhes sobre os recursos de regulamentação do capital do Grupo na página 77.

Mudanças na Disponibilidade de Financiamento e Custos

A liquidez do mercado, o nível dos depósitos de clientes e capacidade do Grupo para aumentar financiamento por grosso, afecta tanto a margem líquida de juros do Grupo, que é sensível à volatilidade dos custos de financiamento, como a sua capacidade para cumprir as suas obrigações e apoiar empréstimos a clientes, actividades comerciais e investimentos. Grandes saídas inesperadas, por exemplo de levantamentos de clientes, descida das notações ou levantamentos de empréstimos, também pode resultar numa redução forçada no balanço, incapacidade de cumprir as obrigações de empréstimos e violações regulamentares. O Perfil de Liquidez é constantemente monitorizado e é sustentado por uma variedade de indicadores de alerta precoces para garantir que o perfil permaneça adequado e que sejam detidos suficientes recursos líquidos como protecção quanto a saídas inesperadas. São fornecidos mais detalhes em Risco de Financiamento - secção de liquidez nas páginas 78 a 94.

Risk Gestão de Balanço Local e Risco de Redenominação

A introdução de controlos de capital ou novas moedas pelos países (por exemplo na Zona Euro) para atenuar tensões actuais poderiam ter um impacto duradouro ou limitado no tempo no desempenho dos balanços locais de certas empresas do Grupo com base na qualidade dos activos, tipos de garantia e combinação de passivos. Activos locais e posições de passivos são cuidadosamente monitorizados pelas Comissões locais de Activos Passivos com a supervisão do Grupo do Tesouro.

Mais detalhes sobre a exposição do Grupo a determinados países da Zona Euro nas páginas 61 a 69.

4. Risco Operacional

O Risco Operacional é o risco de impactos directos ou indirectos resultantes de factores humanos, processos e sistemas internos inadequados ou inexistentes ou eventos externos. Os riscos operacionais são inerentes às actividades comerciais do Grupo.

Os Principais Riscos que este Risco Principal inclui são os Fornecedores Externos, Relatórios Financeiros, Fraude, Informação, Legal, Produto, Processo de Pagamentos, Pessoas, Instalações e Segurança, Regulamentação, Tributação, Tecnologia e Operações de Transação. Para definições destes Principais Riscos ver páginas 31 a 32.

Gestão de Risco

O quadro de Risco Operacional permite ao Barclays gerir e medir o seu perfil de risco Operacional e calcular a quantidade de capital de risco Operacional que precisa de deter. Os requisitos mínimos obrigatórios aplicáveis a todas as Unidades de Negócio são definidos nas políticas de risco Operacional do Grupo.

Gestão de risco

Factores de risco

Os responsáveis de Risco Principal do Grupo devem monitorizar as informações relevantes para o seu Risco Principal de cada elemento do quadro do risco Operacional. Além disso, cada Proprietários de Risco Principal ordena requisitos de controlo específicos para o seu Risco Principal através de um Quadro de Controlo de Risco Principal.

Principais Riscos Específicos e Mitigação

Áreas específicas e cenários onde o risco operacional pode levar a impactos financeiros e/ou não financeiros, incluindo incumprimentos legais ou regulamentares ou danos à reputação incluem:

Risco Regulatório

O risco regulatório decorre de uma falha ou incapacidade de cumprir integralmente com as disposições legais, regulamentares ou códigos aplicáveis especificamente à indústria de serviços financeiros que estão actualmente sujeitos a mudanças significativas. O não cumprimento pode levar a multas, reprimendas públicas, danos à reputação, aumento dos requisitos prudenciais, suspensão forçada de operações ou, em casos extremos, a revogação de autorizações para operar.

A resposta regulatória à crise financeira levou e vai continuar a levar a mudanças regulatórias substanciais nos países onde o Grupo opera. Isto também tem levado a (i) uma abordagem mais assertiva pelas autoridades em muitas jurisdições, e (ii) melhoria do capital e requisitos de liquidez (por exemplo, nos termos da CRD4). Exemplos actuais de áreas de preocupação específicas incluem:

Comissão Bancária Independente

A Comissão Bancária Independente foi encarregada pelo governo britânico, com a revisão do sistema bancário do Reino Unido e os resultados foram publicados a 12 de Setembro de 2011. A Comissão Bancária Independente recomendou (entre outras coisas) que: (i) as actividades bancárias comerciais do Reino Unido e do Espaço Económico Europeu com um banco ou uma sociedade de construção do Reino Unido devem ser colocadas numa entidade juridicamente distinta, operacionalmente separada e economicamente independente (a chamada compartimentação); e (ii) a capacidade de absorção de perdas de bancos compartimentados e de bancos globais sistemicamente importantes e com sede no Reino Unido (tais como o Barclays PLC) deve ser aumentada para níveis mais elevados do que os das propostas de Basileia3.

O governo britânico publicou a sua resposta às recomendações da Comissão Bancária Independente, em Dezembro de 2011 e indicou que a legislação primária e secundária relativa à proposta compartimentação será concluída até Maio de 2015, prevendo-se que os bancos do Reino Unido e as sociedades de construção previstos estejam em conformidade logo que possível, e as exigências relativas ao aumento da capacidade de absorção de perdas dos bancos compartimentados e de bancos globais sistemicamente importantes e com sede no Reino Unido será aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2019. Alterações na estrutura dos bancos do Reino Unido e um aumento na quantidade de capital que absorve perdas emitido por bancos do Reino Unido pode ter um impacto adverso significativo sobre o resultado e condição financeira do Banco e do Grupo. Também não é possível prever o detalhe da implementação da legislação execução ou as consequências extremas para o Grupo.

A Reforma Dodd-Frank Wall Street e a Lei de Defesa do Consumidor

A Lei de Defesa do Consumidor terá um impacto sobre o Grupo e os seus negócios. Um número significativo de normas e projectos de regulamentos foram emitidos até 2011. Enquanto o impacto desta actividade normativa será substancial, a escala total deste impacto permanece incerto, pois muitas das disposições da Lei exigem que se estipulem regras para dar-lhes efeito e este processo ainda está em andamento. O Barclays tem tomado uma abordagem centralizada para acompanhar este processo e para assegurar o cumprimento das regras que são desenvolvidas em resultado.

Planos de Recuperação e Resolução

O forte ênfase regulador sobre a resolutividade tem continuado em 2011, tanto dos órgãos reguladores do Reino Unido e como dos órgãos reguladores internacionais. O Grupo tem estado empenhado, e continua empenhado, juntamente com as autoridades em levar para a frente o planeamento da recuperação e em identificar informação que seria necessária no caso de uma resolução. O Grupo deverá preparar um plano inicial para os reguladores do Reino Unido e dos Estados Unidos no primeiro semestre de 2012.

Quaisquer futuras alterações reguladoras podem restringir as operações do Grupo, ordenar certas actividades de empréstimos e impor outros custos significativos de conformidade. Para mais informações consultar Supervisão e Regulamentação páginas 95 a 99.

Risco Legal

O Grupo está sujeito a uma vasta variedade de obrigações legais em todos os países em que actua e por isso está exposto a muitas formas de risco legal, que pode surgir de várias maneiras: (i) o negócio pode não ser realizado em conformidade com as leis aplicáveis em todo o mundo; (ii) obrigações contratuais podem não ser aplicáveis como pretendido ou podem ser aplicáveis de uma maneira adversa; (iii) a propriedade intelectual pode não ser protegida de forma adequada; e (iv) responsabilidade por danos pode ser incorrida sobre terceiros prejudicados pela conduta da actividade do Grupo. O grupo também enfrenta risco quando processos judiciais são instaurados contra ele. O Grupo é, e pode ser no futuro, envolvido em várias disputas, processos judiciais e investigações reguladoras em várias jurisdições, incluindo, nos EUA. Além disso, o Grupo, como muitas outras instituições financeiras, tem estado sob maior escrutínio regulamentar nos últimos anos e prevê que este ambiente continue particularmente no que se refere ao cumprimento da nova e existente governação empresarial, remuneração de funcionários, realização de negócios, legislação e regulamentos anti-lavagem de dinheiro e anti-terrorismo, bem como regimes internacionais de sanções aplicáveis.

Principais riscos legais a que o Grupo foi exposto em 2011 incluíram litígios com:

- Lehman Brothers Holdings Inc;
- American Depository Shares;
- US Federal Housing Finance Agency and Other Residential Mortgage-Backed Securities; e

Para mais informações, consultar processos judiciais (página 166).

Seguro de Protecção de Pagamento

Durante 2011 o Barclays concordou com a FSA que iria processar todas e quaisquer queixas de clientes sobre as políticas do Seguro de Protecção de Pagamento que detêm. O Barclays também anunciou que, como gesto de boa vontade, iria pagar uma compensação aos clientes que tinham queixas relativas ao Seguro de Protecção de Pagamento colocadas em espera durante a revisão judicial. O Barclays usou uma prestação de £ 1 bl no segundo trimestre de 2011 para cobrir o custo de reparação futura e administração. Para mais informações, consultar Provisões (página 163).

Risco de CyberSegurança

O Barclays reconhece as ameaças crescentes do ciberespaço aos seus sistemas, incluindo no que diz respeito ao cliente e à sua própria informação e transações processadas através destes sistemas. A implementação de medidas para gerir o risco está a envolver um aumento de investimento e uso de recursos internos. No entanto, dada a crescente sofisticação e alcance de potenciais ataques do ciberespaço, é possível que no futuro tais ataques possam levar a violações significativas levando a custos associados e a danos à reputação.

O Grupo tem investido ao longo de muitos anos na construção de defesas para enfrentar estas ameaças e continua a fazê-lo, reconhecendo que esta é uma área de risco que muda rapidamente e exige foco contínuo.

Até agora, o Grupo não tem conhecimento de quaisquer violações significativas dos seus sistemas do ciberespaço.

Risco de Tributação

Risco de tributação é o risco em que o Grupo sofre perdas decorrentes de encargos fiscais adicionais, sanções financeiras ou danos à reputação associados à incapacidade em cumprir os procedimentos exigidos pelas autoridades fiscais, mudanças na legislação tributária e da interpretação da lei fiscal. O Grupo está sujeito às leis fiscais em todos os países em que opera, incluindo as leis fiscais adoptadas a nível da UE, e é influenciado por uma série de acordos de dupla tributação entre os países.

HMRC, sendo a autoridade primária de tributação do Grupo, recentemente tomou a decisão pouco comum de emitir uma declaração pública dizendo que o Governo estava a delinear legislação fiscal retrospectiva. Tais medidas juntam-se à necessidade de acompanhar de perto as mudanças na forma como o HMRC aborda a aplicação do seu Código de Práticas de Tributação dos Bancos. Além disso, e para todas as autoridades fiscais em que o Grupo opera, continuamos a monitorizar o impacto potencial de impostos propostos e recentemente promulgados destinados aos bancos.

Em 2011, o Grupo continuou a resolver as questões fiscais abertas em várias jurisdições e em cumprimento das suas obrigações fiscais fez pagamentos globais de impostos no total de £ 6,4 bl. As previsões de lucro que suportam impostos diferidos activos do Grupo, principalmente em Espanha e nos EUA, têm sido sujeitas a um exame minucioso pela administração. Para mais informações, ver Nota 11.

Gestão de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Resumo da Exposição ao Risco de Crédito do Grupo Barclays

O risco de crédito é o risco de sofrer perdas financeiras caso os clientes do Grupo ou contrapartes do mercado não cumpram as suas obrigações contratuais para com o Grupo. O risco de crédito que o Grupo enfrenta surge principalmente dos empréstimos e adiantamentos a grossistas e ao retalho, juntamente com o risco de crédito da contraparte decorrente de contratos de derivados celebrados com os clientes. Outras fontes de risco de crédito provêm de actividades comerciais, incluindo títulos de dívida, saldos de liquidação com contrapartes do mercado, activos disponíveis para venda e acordos de revenda.

As perdas decorrentes de activos detidos para negociação (derivados, títulos de dívida) são contabilizados como perdas comerciais, em vez de custos por imparidade, embora a queda no valor causando a perda possa ser atribuída à deterioração de crédito.

Análise da exposição máxima ao risco de crédito do Grupo e garantias colaterais e outras melhorias da qualidade do crédito detidas

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito em 31 de Dezembro do Grupo e os efeitos financeiros de garantia, melhorias da qualidade do crédito e outras acções tomadas para mitigar a exposição do Grupo. Para os activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição máxima ao risco de crédito representa o valor contabilístico do balanço após provisão para imparidade. Para garantias extrapatrimoniais, a exposição máxima é a quantidade máxima que o Barclays teria que pagar se as garantias fossem accionadas. Para compromissos de empréstimos e outros compromissos relacionados com crédito que são irrevogáveis durante a vida das respectivas facilidades, a exposição máxima é o valor total das facilidades contratadas.

Esta e as próximas análises do risco de crédito incluem apenas os activos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Elas excluem outros activos financeiros não sujeitos ao risco de crédito, principalmente **títulos de capital** detidos na carteira de negociação, como disponíveis para venda ou designados ao valor justo, e produtos de base. Os activos financeiros designados ao valor justo respeitantes a passivos relacionados com clientes com contratos de investimento não foram incluídas visto o Grupo não estar exposto a risco de crédito quanto a estes activos. As perdas de crédito nestas carteiras, se for o caso, levariam a uma redução nos passivos e não resultaria numa perda para o Grupo. Esta análise e posterior análise do risco de crédito inclui apenas os activos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Elas excluem outros activos financeiros, principalmente **títulos de capital** detidos na carteira de negociação, como disponíveis para venda ou designados ao valor justo, e produtos de base, que não estão sujeitos ao risco de crédito. Os activos financeiros designados ao valor justo respeitantes a passivos relacionados com clientes com contratos de investimento também não foram incluídos uma vez que o Grupo não está exposto ao risco de crédito quanto a estes activos. As perdas de crédito nestas carteiras, se for o caso, levaria a uma redução nos passivos e não resultaria numa perda para o Grupo.

Exposição máxima e efeitos das garantias colaterais e outras melhorias da qualidade do crédito					
O Grupo A 31 Dezembro 2011	Exposição Máxima £m	Compensação £m	Garantias colaterais £m	Transferência de risco £m	Exposição líquida £m
Rubricas patrimoniais:					
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	106.894	-	-	-	106.894
Itens em fase de cobrança de outros bancos	1.812	-	-	-	1.812
Activos da Carteira de negociação:	-	-	-	-	-
Títulos de dívida	123.364	-	-	-	123.364
Empréstimos negociados	1.374	-	-	-	1.374
Total activos da carteira de negociação	124.738	-	-	-	124.738
Activos financeiros designados pelo justo valor:					
Empréstimos e adiantamentos	21.960	-	(7.887)	(76)	13.997
Títulos de dívida	2.095	-	(22)	-	2.073
Outros activos financeiros	7.574	-	(5.541)	-	2.033
Total de activos financeiros designados pelo justo valor	31.629	-	(13.450)	(76)	18.103
Instrumentos financeiros derivados	538.964	(440.592)	(57.294)	(7.544)	33.534
Empréstimos e adiantamentos a bancos	46.792	(1.886)	(7.999)	(171)	36.736
Empréstimos e adiantamentos a clientes:					
Empréstimos para habitação	171.272	-	(167.581)	(1.130)	2.561
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	64.492	(11)	(16.159)	(2.564)	45.758
Venda por grosso	196.170	(8.873)	(53.616)	(9.550)	124.131
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	431.934	(8.884)	(237.356)	(13.244)	172.450
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	153.665	-	(150.337)	-	3.328
Títulos de dívida disponíveis para venda	63.608	-	(219)	(3.532)	59.857
Outros activos	2.620	-	-	-	2.620
Total rubricas patrimoniais	1.502.656	(451.362)	(466.655)	(24.567)	560.072
Rubricas extrapatrimoniais:					
Acordo de empréstimo de títulos	35.996	-	(35.996)	-	-
Garantias e cartas de crédito dados como garantia colateral	14.181	-	(1.699)	(523)	11.959
Aceites e endossos	475	-	(9)	-	466
Créditos documentários e outras transacções de curto-prazo relacionadas com comércio	1.358	-	(39)	(49)	1.270
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	240.282	-	(15.522)	(3.829)	220.931
Total rubricas extrapatrimoniais	292.292	-	(53.265)	(4.401)	234.626
Total	1.794.948	(451.362)	(519.920)	(28.968)	794.698

Gestão de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Exposição máxima e efeitos das garantias colaterais e outras melhorias da qualidade do crédito (auditadas)					
O Banco A 31 Dezembro 2011	Exposição Máxima £m	Compensa ção £m	Garantias colaterais £m	Transferêc ia de risco £m	Exposição Líquida £m
Rubricas patrimoniais:					
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	103.087	-	-	-	103.087
Itens em fase de cobrança de outros bancos	1.634	-	-	-	1.634
Activos da Carteira de negociação:					
Títulos de dívida	77.279	-	-	-	77.279
Empréstimos negociados	1.361	-	-	-	1.361
Total activos da carteira de negociação	78.640	-	-	-	78.640
Activos financeiros designados pelo justo valor:					
Empréstimos e adiantamentos	21.899	-	(7.254)	(1)	14.644
Títulos de dívida	19.198	(14.823)	-	-	4.375
Outros activos financeiros	3.419	-	(2.269)	-	1.150
Total de activos financeiros designados pelo justo valor	44.516	(14.823)	(9.523)	(1)	20.169
Instrumentos financeiros derivados					
Empréstimos e adiantamentos a bancos	52.287	(14.404)	-	(33)	37.850
Empréstimos e adiantamentos a clientes:					
Empréstimos para habitação	133.516	-	(131.841)	(1.088)	587
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	32.821	-	(8.499)	(2.191)	22.131
Venda por grosso	351.443	(7.867)	(84.018)	(8.215)	251.343
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	517.780	(7.867)	(224.358)	(11.494)	274.061
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	161.436	-	(151.961)	-	9.475
Títulos de dívida disponíveis para venda	47.805	-	-	(3.533)	44.272
Outros activos	1.170	-	(16)	-	1.154
Total rubricas patrimoniais	1.555.276	(474.729)	(438.149)	(22.444)	619.954
Rubricas extrapatrimoniais:					
Acordo de empréstimo de títulos	35.996	-	(35.996)	-	-
Garantias e cartas de crédito dados como garantia colateral	14.356	-	(1.406)	(304)	12.646
Aceites e endossos	449	-	-	-	449
Créditos documentários e outras transacções de curto-prazo relacionadas com comércio	1.106	-	(12)	-	1.094
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	190.736	-	(15.020)	(3.901)	171.815
Total rubricas elementos extrapatrimoniais	242.643	-	(52.434)	(4.205)	186.004
Total	1.797.919	(474.729)	(490.583)	(26.649)	805.958

Exposição máxima e efeitos das garantias colaterais e outras melhorias da qualidade do crédito (auditadas)					
O Grupo	Exposição Máxima	Compensação	Garantias colaterais	Transferência de risco	Exposição líquida
A 31 Dezembro 2010	£m	£m	£m	£m	£m
Rubricas patrimoniais:					
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	97.630	-	-	-	97.630
Itens em fase de cobrança de outros bancos	1.384	-	-	-	1.384
Activos da Carteira de negociação:					
Títulos de dívida	139.240	-	-	-	139.240
Empréstimos negociados	2.170	-	-	-	2.170
Total activos da carteira de negociação	141.410	-	-	-	141.410
Activos financeiros designados pelo justo valor:					
Empréstimos e adiantamentos	22.352	-	(9.997)	(8)	12.347
Títulos de dívida	1.918	-	(150)	-	1.768
Outros activos financeiros	10.101	-	(7.368)	-	2.733
Total de activos financeiros designados pelo justo valor	34.371	-	(17.515)	(8)	16.848
Instrumentos financeiros derivados					
Empréstimos e adiantamentos a bancos	37.799	(1.699)	(8.915)	(442)	26.743
Empréstimos e adiantamentos a clientes:					
Empréstimos para habitação	168.055	-	(163.602)	(1.053)	3.400
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	59.269	(8)	(13.670)	(2.263)	43.328
Venda por grosso	200.618	(9.477)	(60.099)	(12.443)	118.599
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	427.942	(9.485)	(237.371)	(15.759)	165.327
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	205.772	-	(200.665)	-	5.107
Títulos de dívida disponíveis para venda	59.629	-	(218)	(4.532)	54.879
Outros activos	2.824	-	-	-	2.824
Total rubricas patrimoniais:	1.429.080	(351.651)	(507.479)	(23.943)	546.007
Rubricas extrapatrimoniais:					
Acordo de empréstimo de títulos	27.672	-	(27.672)	-	-
Garantias e cartas de crédito dados como garantia colateral	13.783	-	(1.282)	(396)	12.105
Aceites e endossos	331	-	(8)	-	323
Créditos documentários e outras transacções de curto-prazo relacionadas com comércio	1.194	-	(23)	(85)	1.086
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	222.963	-	(12.461)	(3.990)	206.512
Total rubricas extrapatrimoniais:	265.943	-	(41.446)	(4.471)	220.026
Total	1.695.023	(351.651)	(548.925)	(28.414)	766.033

Gestão de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Exposição máxima e efeitos das garantias colaterais e outras melhorias da qualidade do crédito (auditadas)					
O Banco	Exposição Máxima	Compensação	Garantias colaterais	Transferência de risco	Exposição Líquida
A 31 Dezembro 2010	£m	£m	£m	£m	£m
Rubricas patrimoniais:					
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	92.686	-	-	-	92.686
Itens em fase de cobrança de outros bancos	1.268	-	-	-	1.268
Activos da carteira de negociação:					
Títulos de dívida	86.328	-	-	-	86.328
Empréstimos negociados	2.500	-	-	-	2.500
Total activos da carteira de negociação:	88.828	-	-	-	88.828
Activos financeiros designados pelo justo valor:					
Empréstimos e adiantamentos	25.093	-	(8.359)	-	16.734
Títulos de dívida	783	-	-	-	783
Outros activos financeiros	3.294	-	(1.612)	-	1.682
Total de activos financeiros designados pelo justo valor	29.170	-	(9.971)	-	19.199
Instrumentos financeiros derivados					
Empréstimos e adiantamentos a bancos	441.145	(336.482)	(39.379)	(3.075)	62.209
Empréstimos e adiantamentos a clientes	40.390	(11.183)	-	(430)	28.777
Empréstimos para habitação	123.995	-	(122.153)	(1.039)	803
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	26.640	(4.958)	(1.995)	19.687	
Venda por grosso	372.301	(7.537)	(78.831)	(11.720)	274.213
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	522.936	(7.537)	(205.942)	(14.754)	294.703
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	227.343	-	(213.576)	-	13.767
Títulos de dívida disponíveis para venda	45.076	-	-	(4.532)	40.544
Outros activos	1.054	-	-	-	1.054
Total rubricas patrimoniais:	1.489.896	(355.202)	(468.868)	(22.791)	643.035
Rubricas extrapatrimoniais:					
Acordo de empréstimo de títulos	27.672	-	(27.672)	-	-
Garantias e cartas de crédito dados como garantia colateral	11.823	-	(1.063)	(307)	10.453
Aceites e endossos	302	-	-	-	302
Créditos documentários e outras transacções de curto-prazo relacionadas com comércio	924	-	(7)	(61)	856
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	173.795	-	(12.372)	(3.997)	157.426
Total rubricas extrapatrimoniais:	214.516	-	(41.114)	(4.365)	169.037
Total	1.704.412	(355.202)	(509.982)	(27.156)	812.072

Resumo

A 31 de Dezembro de 2011, a exposição líquida do Grupo ao risco de crédito depois de considerada a compensação, as garantias colaterais e a transferência de risco manteve-se estável em £ 794,698 m (2010: £ 766,033 m), na medida em que o Grupo detém a mitigação sobre os seus activos subiu ligeiramente de 55% para 56%.

Exposição líquida do Banco ao risco de crédito também permaneceu estável em £ 805,958 m (2010: £ 812,072 m), na medida em que o Grupo detém mitigação sobre os seus activos subiu de 52% para 55%.

Da exposição remanescente não mitigada, uma parcela significativa diz respeito às disponibilidades mantidas no banco central, títulos de dívida disponíveis para venda emitidos por governos, garantias em numerário e saldos de liquidação, sendo todos considerados de menor risco. As posições do passivo da carteira de negociação, que em grande medida economicamente protegem os activos da carteira de negociação, mas que não são detidas especificamente para fins de gestão de risco, são excluídas da análise anterior. A qualidade de crédito das contrapartes para activos derivados, disponíveis para venda e empréstimos a grossistas é predominantemente qualificada/classificada como "investment grade". Uma análise mais aprofundada sobre a qualidade de crédito dos activos é apresentada nas páginas 48 a 58.

"Netting" e compensação

O Grupo tem a capacidade de compensar as posições de activos e passivos em caso de incumprimento ou falência do mutuário. Isto inclui acordos-quadro de compensação para empréstimos e adiantamentos (detidos ao custo amortizado ou ao justo valor).

Derivados também podem ser liquidados pelo valor líquido quando existir um acordo-quadro em vigor fazendo esta previsão em caso de incumprimento, reduzindo a exposição do Grupo às contrapartes quanto às posições do activo de derivados. A redução do risco é o montante do passivo detido. O Grupo compensa montantes do activo e do passivo no balanço quando tem tanto a capacidade e a intenção de liquidar pelo valor líquido. Os montantes das tabelas anteriores representam a compensação disponível em caso de incumprimento do activo.

Garantias colaterais

O Grupo tem a capacidade de recorrer à garantia em caso de incumprimento do mutuário ou de outra contraparte, incluindo/compreendendo:

- Empréstimos para habitação: uma taxa fixa sobre a propriedade residencial sob a forma de casas, apartamentos e outras habitações;
- Crédito grossista: uma taxa fixa sobre a propriedade comercial e outros activos físicos, sob diversas formas;
- Cartões de crédito, crédito sem garantia e outros créditos a retalho: inclui taxas sobre veículos automóveis e outros activos físicos; segunda taxa sobre propriedade residencial, que está subordinada à primeira taxa detida ou pelo Grupo ou por outra parte; e valores a receber referentes a locação financeira, para a qual o Grupo, normalmente, conserva o título legal do activo locado e tem o direito de reaver o activo em caso de incumprimento do mutuário;
- Derivados: garantias monetárias e não monetárias podem ser detidas contra as operações de derivados com determinadas contrapartes;
- Acordos de revenda: garantia colateral engloba habitualmente títulos de alta liquidez, que tenham sido legalmente transferidos para o Barclays sujeitos a um acordo para os devolver por um preço fixo; e
- Garantias financeiras e compromissos extrapatrimoniais similares: garantias colaterais monetárias podem ser detidas contra estas disposições.

O Grupo também pode obter garantias colaterais sob a forma de taxas variáveis/flutuantes sobre valores a receber e inventário dos clientes empresariais e outros clientes comerciais. O montante destas garantias colaterais varia de período para período, dependendo do nível de valores a receber e inventário. É impraticável fornecer uma estimativa do montante (valor justo ou valor nominal) destas garantias. O Grupo pode, em alguns casos, obter garantias colaterais e outros mecanismos de melhoria do crédito ao nível de contraparte, que não são específicas de uma determinada classe de instrumento financeiro. O justo valor da melhoria do crédito ganha foi distribuído pelas classes de activos relevantes.

O valor contabilístico de garantias colaterais não monetárias reflecte o justo valor dos activos físicos limitado ao valor contabilístico do activo, onde a exposição é excessivamente garantida. Em certos casos, quando os mercados de activos ou avaliações recentes dos activos não estão disponíveis, serão usadas estimativas. Para os activos garantidos por propriedade residencial ou comercial (e outros activos físicos), quando não é praticável estabelecer as avaliações actuais do mercado de cada propriedade subjacente, valores reflectem justos valores históricos alterados para movimentos em índices externos apropriados.

Para os activos garantidos por instrumentos financeiros negociados, valores reflectem avaliação desses activos ao valor de mercado ou avaliação com recurso a um modelo, aplicando uma margem de avaliação quando adequado. O valor realizável líquido de uma venda de garantias colaterais de alto risco obtidas pelo Grupo em caso de incumprimento ou falência de uma contraparte, será em alguns casos inferior ao valor contabilístico supra referido. Os activos obtidos são normalmente vendidos, geralmente em leilão, ou realizados de uma forma ordenada para o benefício máximo do Grupo, do mutuário e de outros credores do mutuário, em conformidade com as normas relevantes em caso de insolvência. Para clientes empresariais, em algumas circunstâncias, quando existe um excesso de fundos disponíveis após o reembolso integral do empréstimo em dívida, são oferecidos a qualquer outro, mutuante seguro, de menor ranking, credores garantidos. Todos os fundos adicionais são devolvidos ao cliente. O Barclays não ocupa, em regra, propriedades recuperadas para sua utilização comercial nem usa activos obtidos nas suas operações.

Transferência de risco

O Grupo, em alguns casos, detém garantias, cartas de crédito e instrumentos semelhantes de terceiros que lhe permitem reivindicar pagamento em caso de incumprimento por parte da contraparte. Os balanços apresentados representam o valor nominal das garantias detidas pelo Grupo emitidas por contrapartes corporativas e instituições financeiras. Além disso, o Grupo obtém garantias dos clientes no que diz respeito a empréstimos pessoais e empréstimos concedidos a pequenas empresas. Estes não são quantificados na tabela acima apresentada.

Gestão de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Garantias colaterais e outras melhorias da qualidade de crédito obtidas

O valor contabilístico dos activos detidos pelo Grupo a 31 de Dezembro de 2011 como resultado da execução de garantias foi a seguinte:

Activos recebidos (auditado)	O Grupo		O Banco	
	2011	2010	2011	2010
	Valor contabilístico	Valor contabilístico	Valor contabilístico	Valor contabilístico
A 31 Dezembro	£m	£m	£m	£m
Propriedade residencial	173	71	97	19
Propriedade comercial e industrial	267	14	2	-
Outras melhorias da qualidade de crédito	30	210	18	177
Total	470	295	117	196

Concentrações de risco de crédito

Uma concentração do risco de crédito ocorre quando um número de contra partes estão localizadas numa zona geográfica ou estão envolvidas em actividades similares e têm características económicas semelhantes que fazem com que a sua capacidade para cumprir obrigações contratuais seja da mesma forma afectada por alterações nas condições económicas ou noutras condições. A análise das concentrações de risco de crédito apresentada a seguir baseia-se na localização da contraparte ou do cliente ou da indústria em que estão envolvidos.

Concentrações de risco de crédito por sector geográfico (auditado)						
	Reino Unido	Europa	Américas	África e Médio Oriente	Ásia	Total
A 31 Dezembro 2011	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo						
Rubricas patrimoniais:						
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	14.631	53.779	27.065	2.418	9.001	106.894
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.557	88	1	166	-	1.812
Activos da carteira de negociação:	15.162	23.381	68.835	3.498	13.862	124.738
Activos financeiros designados pelo justo valor:	19.405	3.287	6.724	1.958	255	31.629
Instrumentos financeiros derivados	173.792	173.863	153.629	4.857	32.823	538.964
Empréstimos e adiantamentos a bancos	8.967	14.704	13.637	3.234	6.250	46.792
Empréstimos e adiantamentos a clients	220.815	90.444	63.457	49.309	7.909	431.934
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	22.701	32.926	80.124	1.795	16.119	153.665
Títulos de dívida disponíveis para venda	23.055	17.371	9.889	6.922	6.371	63.608
Outros activos	1.510	407	256	365	82	2.620
Total rubricas patrimoniais:	501.595	410.250	423.617	74.522	92.672	1.502.656
Rubricas extrapatrimoniais:						
Acordo de empréstimo de títulos	-	-	35.996	-	-	35.996
Garantias e cartas de crédito dados como garantia colateral	3.885	2.416	5.457	2.100	323	14.181
Aceites e endossos	301	8	-	91	75	475
Créditos documentários e outras transacções de curto-prazo relacionadas com comércio	655	235	143	201	124	1.358
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	99.735	33.004	85.381	20.478	1.684	240.282
Total rubricas extrapatrimoniais:	104.576	35.663	126.977	22.870	2.206	292.292
Total	606.171	445.913	550.594	97.392	94.878	1.794.948

Concentrações de risco de crédito por sector geográfico (auditado)						
	Reino Unido	Europa	Américas	África e Médio Oriente	Ásia	Total
A 31 Dezembro 2011	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Banco						
Rubricas patrimoniais:						
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	14.550	52.896	26.711	170	8.760	103.087
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.555	71	-	8	-	1.634
Activos da carteira de negociação:	15.018	22.336	32.613	772	7.901	78.640
Activos financeiros designados pelo justo valor:	39.853	2.991	1.159	187	326	44.516
Instrumentos financeiros derivados	186.706	174.177	150.672	2.399	32.967	546.921
Empréstimos e adiantamentos a bancos	7.721	16.780	20.311	1.456	6.019	52.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	378.845	75.338	47.918	7.857	7.822	517.780
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	27.635	38.152	75.146	1.778	18.725	161.436
Títulos de dívida disponíveis para venda	17.706	14.368	8.981	380	6.370	47.805
Outros activos	868	188	62	17	35	1.170
Total rubricas patrimoniais:	690.457	397.297	363.573	15.024	88.925	1.555.276
Rubricas extrapatrimoniais:						
Acordo de empréstimo de títulos	-	-	35.996	-	-	35.996
Garantias e cartas de crédito dados como garantia colateral	5.846	2.550	5.388	263	309	14.356
Aceites e endossos	300	8	-	66	75	449
Créditos documentários e outras transacções de curto-prazo relacionadas com comércio	655	38	143	146	124	1.106
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	92.512	29.033	65.049	1.764	2.378	190.736
Total rubricas extrapatrimoniais:	99.313	31.629	106.576	2.239	2.886	242.643
Total	789.770	428.926	470.149	17.263	91.811	1.797.919

Gestão de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Concentrações de risco de crédito por sector geográfico (auditado)	Reino Unido	Europa	Américas	África e Médio Oriente	Ásia	Total
A 31 Dezembro 2010	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo						
Rubricas patrimoniais:						
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	18.535	14.306	41.288	2.296	21.205	97.630
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.169	114	-	100	1	1.384
Activos da carteira de negociação:	16.170	35.449	71.291	2.568	15.932	141.410
Activos financeiros designados pelo justo valor:	15.136	5.054	10.608	2.991	582	34.371
Instrumentos financeiros derivados	129.603	135.730	117.769	5.251	31.966	420.319
Empréstimos e adiantamentos a bancos	5.199	9.211	17.305	2.056	4.028	37.799
Empréstimos e adiantamentos a clientes	211.853	90.644	58.518	57.848	9.079	427.942
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	50.046	47.470	88.675	2.104	17.477	205.772
Títulos de dívida disponíveis para venda	25.466	14.904	6.423	7.281	5.555	59.629
Outros activos	1.612	235	314	537	126	2.824
Total rubricas patrimoniais:	474.789	353.117	412.191	83.032	105.951	1.429.080
Rubricas extrapatrimoniais:						
Acordo de empréstimo de títulos	-	-	27.672	-	-	27.672
Garantias e cartas de crédito dados como garantia colateral	3.865	2.413	4.772	2.185	548	13.783
Aceites e endossos	125	4	6	88	108	331
Créditos documentários e outras transacções de curto-prazo relacionadas com comércio	476	156	143	287	132	1.194
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	94.676	29.985	64.812	24.522	8.968	222.963
Total rubricas extrapatrimoniais:	99.142	32.558	97.405	27.082	9.756	265.943
Total	573.931	385.675	509.596	110.114	115.707	1.695.023

Concentrações de risco de crédito por sector geográfico (auditado)						
	Reino Unido	Europa	Américas	África e Médio Oriente	Ásia	Total
A 31 Dezembro 2010	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Banco						
Rubricas patrimoniais:						
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	18.425	13.485	40.160	86	20.530	92.686
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.169	93	-	5	1	1.268
Activos da carteira de negociação:	15.357	33.723	29.330	1.208	9.210	88.828
Activos financeiros designados pelo justo valor:	20.861	4.859	2.665	281	504	29.170
Instrumentos financeiros derivados	158.526	134.983	115.170	1.964	30.502	441.145
Empréstimos e adiantamentos a bancos	4.498	12.212	17.461	1.138	5.081	40.390
Empréstimos e adiantamentos a clientes	391.743	67.241	51.226	7.866	4.860	522.936
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	53.665	52.197	105.591	2.085	13.805	227.343
Títulos de dívida disponíveis para venda	24.716	9.418	5.208	202	5.532	45.076
Outros activos	919	66	20	1	48	1.054
Total rubricas patrimoniais:	689.879	328.277	366.831	14.836	90.073	1.489.896
Rubricas extrapatrimoniais:						
Acordo de empréstimo de títulos	-	-	27.672	-	-	27.672
Garantias e cartas de crédito dados como garantia colateral	3.806	2.056	5.261	153	547	11.823
Aceites e endossos	125	3	6	60	108	302
Créditos documentários e outras transacções de curto-prazo relacionadas com comércio	476	43	143	131	131	924
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	87.208	25.599	51.390	397	9.201	173.795
Total rubricas extrapatrimoniais:	91.615	27.701	84.472	741	9.987	214.516
Total	781.494	355.978	451.303	15.577	100.060	1.704.412

Gestão de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Concentrações de risco de crédito por sector industrial (auditado)											
	Instituições financeiras	Manufatura	Construção e propriedades	Governo e banco central	Energia e água	Distribuição por grosso e a retalho e lazer	Comércio e outros serviços	Empréstimos para habitação	Empréstimos não garantidos de cartões e outros empréstimos pessoais	Outros	Total
A 31 Dezembro 2011	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo											
Rubricas patrimoniais:											
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	-	-	-	106.894	-	-	-	-	-	-	106.894
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.810	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1.812
Activos da carteira de negociação	32.849	1.585	480	83.631	3.191	448	1.773	-	-	781	124.738
Activos financeiros designados pelo justo valor	9.370	75	10.447	6.354	1.053	332	3.547	-	1	450	31.629
Instrumentos financeiros derivados	498.246	4.044	4.853	8.321	12.960	3.309	3.928	-	19	3.284	538.964
Empréstimos e adiantamentos a bancos	44.053	-	-	2.739	-	-	-	-	-	-	46.792
Empréstimos e adiantamentos a clientes	89.650	12.904	28.711	6.129	7.414	16.206	26.300	171.272	50.062	23.286	431.934
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	148.474	195	201	3.842	127	63	235	-	-	528	153.665
Títulos de dívida disponíveis para venda	23.101	213	137	38.511	126	90	820	370	-	240	63.608
Outros activos	880	-	54	492	-	7	310	2	818	57	2.620
Total rubricas patrimoniais:	848.433	19.016	44.883	256.915	24.871	20.455	36.913	171.644	50.900	28.626	1.502.656
Rubricas extrapatrimoniais											
Acordo de empréstimo de títulos	35.996	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.996
Garantias e cartas de crédito dados como garantia colateral	4.937	1.534	757	630	1.615	913	2.213	-	310	1.272	14.181
Aceites e endossos	145	108	52	-	2	115	53	-	-	-	475
Créditos documentários e outras transacções de curto-prazo relacionadas com comércio	556	40	1	-	-	215	480	-	65	1	1.358
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	33.296	23.429	9.114	3.573	20.764	12.052	17.012	15.663	90.062	15.317	240.282
Total rubricas extrapatrimoniais	74.930	25.111	9.924	4.203	22.381	13.295	19.758	15.663	90.437	16.590	292.292
Total	923.363	44.127	54.807	261.118	47.252	33.750	56.671	187.307	141.337	45.216	1.794.948

Concentrações de risco de crédito por sector industrial (auditado)											
A 31 Dezembro 2011	Instituições financeiras	Manufatura	Construção e propriedades	Governo e banco central	Energia e água	Distribuição por grosso e a retalho e lazer	Comércio e outros serviços	Empréstimos para habitação	Empréstimos não garantidos de cartões e outros empréstimos pessoais	Outros	Total
£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Banco											
Rubricas patrimoniais:											
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	-	-	-	103.087	-	-	-	-	-	-	103.087
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.634	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.634
Activos da carteira de negociação	17.151	935	381	55.324	2.629	346	1.312	-	-	562	78.640
Activos financeiros designados pelo justo valor	25.167	62	9.831	5.609	220	154	3.349	-	-	124	44.516
Instrumentos financeiros derivados	506.129	4.251	4.851	8.321	12.857	3.367	3.908	-	11	3.226	546.921
Empréstimos e adiantamentos a bancos	50.007	-	-	2.280	-	-	-	-	-	-	52.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	259.041	10.772	23.219	5.474	6.496	14.311	24.468	133.516	29.348	11.135	517.780
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	156.450	195	3	3.842	127	63	229	-	-	527	161.436
Títulos de dívida disponíveis para venda	16.538	213	133	30.443	126	69	57	-	-	226	47.805
Outros activos	228	-	22	6	-	4	221	2	687	-	1.170
Total rubricas patrimoniais:	1.032.345	16.428	38.440	214.386	22.455	18.314	33.544	133.518	30.046	15.800	1.555.276
Rubricas extrapatrimoniais											
Acordo de empréstimo de títulos	35.996	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.996
Garantias e cartas de crédito dados como garantia colateral	6.821	1.274	544	596	1.591	710	1.591	-	226	1.003	14.356
Aceites e endossos	144	108	52	-	2	116	27	-	-	-	449
Créditos documentários e outras transacções de curto-prazo relacionadas com comércio	533	40	1	-	-	215	251	-	65	1	1.106
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	35.932	21.628	8.506	3.391	19.545	10.609	14.881	15.656	50.644	9.944	190.736
Total rubricas extrapatrimoniais	79.426	23.050	9.103	3.987	21.138	11.650	16.750	15.656	50.935	10.948	242.643
Total	1.111.771	39.478	47.543	218.373	43.593	29.964	50.294	149.174	80.981	26.748	1.797.919

Gestão de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Concentrações de risco de crédito por sector industrial (auditado)											
	Instituições financeiras	Manufatura	Construção e propriedades	Governo e banco central	Energia e água	Distribuição por grosso e a retalho e lazer	Comércio e outros serviços	Empréstimos para habitação	Empréstimos não garantidos de cartões e outros empréstimos pessoais	Outros	Total
A 31 Dezembro 2010	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo											
Rubricas patrimoniais:											
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	-	-	-	97.630	-	-	-	-	-	-	97.630
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.378	-	-	6	-	-	-	-	-	-	1.384
Activos da carteira de negociação	51.337	2.222	986	79.055	3.408	873	2.209	-	17	1.303	141.410
Activos financeiros designados pelo justo valor	11.507	71	11.746	5.328	1.389	683	2.944	-	109	594	34.371
Instrumentos financeiros derivados	382.038	4.810	2.953	7.637	11.265	3.193	2.622	-	61	5.740	420.319
Empréstimos e adiantamentos a bancos	36.606	-	-	1.193	-	-	-	-	-	-	37.799
Empréstimos e adiantamentos a clientes	87.405	14.766	28.670	5.108	9.231	17.357	26.228	168.055	46.668	24.454	427.942
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	197.808	50	7	7.247	-	279	339	-	-	42	205.772
Títulos de dívida disponíveis para venda	23.585	154	336	33.402	37	117	1.359	410	72	157	59.629
Outros activos	1.267	4	47	436	9	9	383	4	615	50	2.824
Total rubricas patrimoniais:	792.931	22.077	44.745	237.042	25.339	22.511	36.084	168.469	47.542	32.340	1.429.080
Rubricas extrapatrimoniais											
Acordo de empréstimo de títulos	27.672	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.672
Garantias e cartas de crédito dados como garantia colateral	5.213	1.445	752	358	1.256	686	2.196	439	477	961	13.783
Aceites e endossos	28	111	38	-	4	48	92	-	8	2	331
Créditos documentários e outras transacções de curto-prazo relacionadas com comércio	396	35	103	-	3	124	477	-	56	-	1.194
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	47.784	20.999	9.860	2.307	15.671	9.220	10.664	16.789	79.341	10.328	222.963
Total rubricas extrapatrimoniais	81.093	22.590	10.753	2.665	16.934	10.078	13.429	17.228	79.882	11.291	265.943
Total	874.024	44.667	55.498	239.707	42.273	32.589	49.513	185.697	127.424	43.631	1.695.023

Concentrações de risco de crédito por sector industrial (auditado)											
A 31 Dezembro 2010	Instituições financeiras	Manufatura	Construção e propriedades	Governo e banco central	Energia e água	Distribuição por grosso e a retalho e lazer	Comércio e outros serviços	Empréstimos para habitação	Empréstimos não garantidos de cartões e outros empréstimos pessoais	Outros	Total
£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Banco											
Rubricas patrimoniais:											
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	-	-	-	92.686	-	-	-	-	-	-	92.686
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.263	-	-	5	-	-	-	-	-	-	1.268
Activos da carteira de negociação	22.985	1.040	669	58.317	2.740	656	1.714	-	-	707	88.828
Activos financeiros designados pelo justo valor	9.861	51	10.654	4.816	398	447	2.791	-	-	152	29.170
Instrumentos financeiros derivados	402.702	4.824	2.950	7.637	10.994	3.415	2.936	-	36	5.651	441.145
Empréstimos e adiantamentos a bancos	39.486	-	-	904	-	-	-	-	-	-	40.390
Empréstimos e adiantamentos a clientes	273.376	12.785	20.413	3.969	8.378	15.424	26.556	123.995	27.383	10.657	522.936
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	219.560	50	7	7.066	-	279	339	-	-	42	227.343
Títulos de dívida disponíveis para venda	20.466	154	337	23.498	3	52	387	-	23	156	45.076
Outros activos	296	4	15	40	-	2	238	1	457	1	1.054
Total rubricas patrimoniais:	989.995	18.908	35.045	198.938	22.513	20.275	34.961	123.996	27.899	17.366	1.489.896
Rubricas extrapatrimoniais											
Acordo de empréstimo de títulos	27.672	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.672
Garantias e cartas de crédito dados como garantia colateral	4.878	1.321	619	358	1.196	591	1.822	-	196	842	11.823
Aceites e endossos	27	111	38	-	4	48	64	-	8	2	302
Créditos documentários e outras transacções de curto-prazo relacionadas com comércio	395	35	-	-	3	124	311	-	56	-	924
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	36.982	20.509	8.825	2.307	15.246	9.024	12.956	14.570	43.219	10.157	173.795
Total rubricas extrapatrimoniais	69.954	21.976	9.482	2.665	16.449	9.787	15.153	14.570	43.479	11.001	214.516
Total	1.059.949	40.884	44.527	201.603	38.962	30.062	50.114	138.566	71.378	28.367	1.704.412

Gestão de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Resumo Gestão do Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de sofrer perdas financeiras se algum dos clientes do Grupo ou contrapartes de mercado deixam de cumprir suas obrigações contratuais para com o Grupo. A concessão de crédito é uma das principais fontes de rendimento do Grupo, tem o risco mais significativo, o Grupo dedica recursos consideráveis ao seu controle. Técnicas de mitigação e medição e de classificações internas são discutidas com mais detalhe na Coluna 3 Divulgações 2011.

Resumo

O risco de crédito que o Grupo enfrenta decorre, principalmente, de empréstimos e adiantamentos grossistas e retalhistas, juntamente com o risco de crédito da contraparte decorrente de contratos de derivados celebrados com os seus clientes. Outras fontes de risco de crédito provêm de actividades comerciais, incluindo títulos de dívida, os saldos de liquidação com contrapartes no mercado, activos disponíveis para venda e empréstimos de revenda.

Objetivos da gestão de risco de crédito são:

- estabelecer um quadro de controlos para garantir que a assunção de risco de crédito é baseada em sólidos princípios de gestão de risco de crédito;
- identificar, avaliar e medir o risco de crédito com clareza e precisão em todo o Grupo e dentro de cada empresa em separado, desde o nível das responsabilidades individuais até à carteira total;
- controlar, planear e medir a assunção do risco de crédito em linha com as expectativas das partes interessadas externas e evitando concentrações indesejadas;
- monitorizar o risco de crédito e aderência aos controlos acordados; e
- garantir que os objectivos de recompensa de risco sejam atingidos.

Organização e estrutura

O Barclays estruturou as responsabilidades da gestão do risco de crédito de modo a que as decisões sejam tomadas tão próximo quanto possível do negócio, assegurando análise robusta e contestação do desempenho, infra-estrutura de risco e planos estratégicos. As equipas de gestão do risco de crédito em cada empresa são responsáveis perante os directores de risco dessas empresas os quais, por sua vez, reportam aos chefes das suas empresas e também ao CRO.

O papel da função do Grupo de Risco é fornecer ao Grupo uma ampla direcção, supervisão e contestar a assunção de riscos de crédito. O Grupo de Risco estabelece o Quadro de Control do Risco de Crédito, que fornece uma estrutura dentro da qual o risco de crédito é gerido em conjunto com o apoio do Grupo de Políticas de Risco de Crédito. O Grupo de Risco também presta suporte técnico, análise e validação de modelos de medição do risco de crédito para todo o Grupo.

Comunicação do risco

O Grupo dedica recursos consideráveis para obter uma compreensão clara e precisa do risco de crédito em toda a empresa e garantir que o balanço reflete correctamente o valor dos activos em conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis. Este processo pode ser resumido em cinco grandes etapas:

- medição de exposições e concentrações;
- monitorização de fraquezas nas carteiras;
- identificação de potenciais empréstimos problemáticos e empréstimos de risco de crédito (conhecidos coletivamente como potenciais empréstimos de risco de crédito ou PCRL);
- aumentar provisões para empréstimos com imparidade, e
- eliminar activos quando a totalidade ou parte de uma dívida é considerada irrecoverável.

Medição de exposições e concentrações

Empréstimos e adiantamentos a clientes fornecem a principal fonte de risco de crédito ao Grupo embora o Barclays também possa ser exposto a outras formas de risco de crédito através, por exemplo, empréstimos a bancos, compromissos de empréstimo e títulos de dívida. As políticas e processos de gestão de risco do Barclays estão projetados para identificar e analisar o risco, para definir a apetência de risco adequada, limites e controlos, e monitorizar os riscos e adesão aos limites, através de dados de confiança e atempados. Uma área de análise especial, é a concentração de risco. A concentração do risco de crédito existe quando um número de contrapartes estão envolvidos em actividades semelhantes e têm as mesmas características económicas que poderiam fazer com que a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais fosse igualmente afectada por mudanças nas condições económicas e outras. Como resultado, o Barclays revê constantemente a sua concentração em várias de áreas, incluindo, por exemplo, geografia, maturidade e indústria.

A diversificação é conseguida através da definição de orientações de máximos de exposição para contrapartes individuais. Os excessos são reportados à Comissão de Risco Financeiro e ao BRC. Limites de mandato e de escala são usados para limitar o stock de exposições actuais numa carteira de empréstimos e o fluxo de novas exposições numa carteira de empréstimos. Os limites são geralmente baseados na natureza do empréstimo e o montante da carteira atendendo certos padrões de critérios de subscrição.

Monitorização de fraquezas em portfolios

Embora os princípios básicos para monitorizar as fraquezas em exposições por grosso e a retalho sejam muito semelhantes, eles irão refletir a diferente natureza dos activos. Por uma questão de política, todas as facilidades concedidas aos clientes corporativos ou grossistas estão sujeitas a uma revisão, pelo menos, numa base anual, mesmo quando eles estão a ter um desempenho satisfatório.

Contas corporativas que são consideradas para conter elevados níveis de risco são registadas em listas classificadas de alerta precoce ("early warning lists" - EWL) ou listas Watch ("watch lists" - WL) que compreendem três categorias classificadas de acordo com a severidade observada do risco associado ao empréstimo e à sua probabilidade de incumprimento. Estes são actualizados mensalmente e distribuídos pelos os pontos de controlo de risco relevantes. Quando uma conta é colocada na WL ou EWL, a exposição é cuidadosamente monitorizada e, quando for caso disso, a redução à exposição são efectuadas. Caso uma conta se escontre debilitada, ela normalmente, mas não necessariamente, poderá ter passado através de cada uma das três categorias, que reflectem a necessidade de aumentar o cuidado e o controlo. Quando a saúde financeira de um devedor dá motivos para preocupação, é imediatamente colocado na categoria apropriada. Enquanto todos os devedores, independentemente da saúde financeira, estão sujeitos a uma análise completa de todos os recursos, pelo menos, anualmente, análises intercalares mais frequentes podem ser realizadas, se as circunstâncias assim o exigirem. Especialistas de recuperação lidam com clientes em incumprimento ou insolvência. O seu mandato é de maximizar o valor para os accionistas através da recuperação de dívidas com imparidade de forma ordenada e atempada. As contas podem ficar em Recuperações até dois anos, a menos que uma estratégia de longo prazo tenha sido acordada.

Dentro das carteiras a retalho, que tendem a incluir ctivos homogéneos, técnicas de estatística mais prontamente permitem que os possíveis pontos fracos possam ser monitorizados com base na carteira. A abordagem é coerente com a política do Grupo de criar uma provisão colectiva para imparidades logo que prova objectiva de imparidade é identificada. Contas a retalho podem ser classificadas de acordo com categorias específicas de status (ou ciclo) de atraso no pagamento, que reflecte o nível de pagamentos contratuais que se encontram em atraso de um empréstimo.

A probabilidade de incumprimento aumenta com o número de pagamentos contratuais não efectuados, elevando assim o requisito de imparidade associado.

Quando um empréstimo passou por todos os seis ciclos será cancelado e entrará no status de recuperação. Na maioria dos casos, o cancelamento irá resultar na mudança da conta para uma função de recuperação legal ou venda de débito. Isto normalmente ocorre depois de uma conta ter sido tratada por uma função de cobrança. No entanto, em certos casos, uma conta pode ser cancelada directamente a partir de um status de desempenho actualizado, tal como no caso de falência ou morte.

Como um princípio geral, o cancelamento marca o ponto em que se torna economicamente mais eficiente tratar de uma conta através de uma função de recuperação ou de venda da dívida em vez de uma função de cobrança. A eficiência económica inclui (com desconto) o montante esperado recuperado e os custos legais e operacionais. Embora o cancelamento seja considerado um estado irreversível, em certos casos, pode ser aceitável para as contas de financiamento hipotecário e de veículos moverem-se de canceladas para um estado de desempenho ou delinquentes. Isto só é considerado aceitável quando os requisitos da legislação local estão em vigor ou quando se considerar que o cliente tem uma renovada vontade de pagar e há uma forte probabilidade de que ele seja capaz de cumprir suas obrigações contratuais num futuro previsível.

Para a maioria dos produtos, o prazo normal para cancelamento das contas é de 180 dias após o prazo para cumprimento da obrigação contratual. No entanto, no caso de falência ou insolvência do cliente, as contas associadas serão canceladas no prazo de 60 dias. Dentro do RBB Local Business no Reino Unido, as contas que são consideradas como tendo um nível elevado de risco ou que apresentam algumas características pouco satisfatórias que podem afectar a viabilidade a curto e médio prazo, são transferidas para um fluxo de 'cautela' separado. As contas no referido fluxo são revistas pelo menos de três em três meses, altura em que se considera continuar com a estratégia acordada, colocar o cliente num fluxo de menor risco ou instigar a recuperação/saída.

A qualidade de crédito dos empréstimos e adiantamento (auditado)

Todos os empréstimos e adiantamentos são classificados como nem vencidos nem com imparidade; vencidos mas não com imparidade; ou com imparidade. Empréstimos com imparidade incluem empréstimos reestruturados. Para efeitos das divulgações:

- Um empréstimo é considerado vencido quando o mutuário não conseguiu fazer um pagamento, quando exigível nos termos do contrato de empréstimo;
- A provisão para imparidade inclui provisões quanto aos activos financeiros que foram individualmente prejudicados e aqueles sujeitos à imparidade colectiva;
- Empréstimos nem vencidos nem com imparidade são constituídos predominantemente por empréstimos por grosso e a retalho. Estes empréstimos, embora sem imparidade, podem transportar uma provisão para imparidade não identificada;
- Empréstimos vencidos, mas não com imparidade são constituídos predominantemente por empréstimos por atacado que estão vencidos, mas individualmente avaliados como sem imparidade. Estes empréstimos, embora individualmente avaliados sem imparidade, podem transportar uma provisão para imparidade não identificada;
- Empréstimos com imparidade que são individualmente avaliados para imparidade são constituídos predominantemente por empréstimos por atacado que estão vencidos e para os quais uma provisão individual foi angariada; e
- Empréstimos que são colectivamente avaliados com imparidade são constituídos predominantemente por empréstimos a retalho que estão em atraso 1 dia ou mais dias para os quais uma provisão colectiva é angariada. Empréstimos por atacado que estão vencidos, avaliados individualmente como sem imparidade, mas que transportam uma provisão para imparidade não identificada, estão excluídos desta categoria.

Gestão de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Empréstimos e adiantamentos (auditado)	Nem vencidos nem com imparidade	Vencidos mas sem imparidade ^c	Empréstimos com Imparidade		Total	Provisão para Imparidade
			Colectivamente	Individualmente		
			£m	£m		
A 31 Dezembro 2011						
O Grupo						
Empréstimos da carteira de negociação	1.374	-	-	-	1.374	-
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	21.528	432	-	-	21.960	-
Empréstimos para habitação	160.932	114	10.678	382	172.106	(834)
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	60.648	348	7.334	702	69.032	(4.540)
Venda por grosso	228.255	9.507	816	9.607	248.185	(5.223)
Total	472.737	10.401	18.828	10.691	512.657	(10.597)
O Banco						
Empréstimos da carteira de negociação	1.361	-	-	-	1.361	-
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	21.772	127	-	-	21.899	-
Empréstimos para habitação	126.532	68	6.859	343	133.802	(286)
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	30.704	246	4.749	96	35.795	(2.974)
Venda por grosso	392.694	7.349	730	7.116	407.889	(4.159)
Total	573.063	7.790	12.338	7.555	600.746	(7.419)

Empréstimos e adiantamentos (auditado)	Nem vencidos nem com imparidade	Vencidos mas sem imparidade ^c	Empréstimos com Imparidade		Total	Provisão para Imparidade
			Colectivamente	Individualmente		
			£m	£m		
A 31 Dezembro 2011						
O Grupo						
Empréstimos da carteira de negociação	2.170	-	-	-	2.170	-
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	22.273	79	-	-	22.352	-
Empréstimos para habitação	156.908	467	11.238	296	168.909	(854)
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	54.435	626	9.459	668	65.188	(5.919)
Venda por grosso	218.622	7.070	779	17.605	244.076	(5.659)
Total	454.408	8.242	21.476	18.569	502.695	(12.432)
O Banco						
Empréstimos da carteira de negociação	2.500	-	-	-	2.500	-
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	25.022	71	-	-	25.093	-
Empréstimos para habitação	116.983	91	6.912	224	124.210	(215)
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	24.335	178	5.496	81	30.090	(3.450)
Total	398.554	2.619	681	15.296	417.150	(4.459)

Notas

a Para 2010, como resultado de melhorias na qualidade dos dados, os empréstimos à habitação no valor de £ 40.0bl que foram classificados como Satisfatórios em 2010, foram identificados como sendo Sólidos.

b Para 2010, como resultado de melhorias na qualidade dos dados, os empréstimos à habitação no valor de £ 30.1bl que foram classificados como Satisfatórios em 2010, foram identificados como sendo Sólidos.

c Para 2011, os empréstimos que foram previamente classificados como vencidos, mas não individualmente depreciados foram desagregados em empréstimos vencidos mas não depreciados e em empréstimos avaliados colectivamente.

Empréstimos e adiantamentos nem vencidos nem com imparidade (auditado)								
	2011				2010			
	Sólidas	Satisfatórias	Risco elevado	Total	Sólidas	Satisfatórias	Risco elevado	Total
A 31 Dezembro	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo								
Empréstimos da carteira de negociação	74	821	479	1.374	352	1.203	615	2.170
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	19.484	1.487	557	21.528	17.496	2.100	2.677	22.273
Empréstimos para habitação	134.009	25.847	1.076	160.932	125.311	29.785	1.812	156.908
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	14.226	45.388	1.034	60.648	9.239	41.896	3.300	54.435
Venda por grosso	161.480	61.964	4.811	228.255	151.449	61.281	5.892	218.622
Total	329.273	135.507	7.957	472.737	303.847	136.265	14.296	454.408
% of total	69,6%	28,7%	1,7%	100,0%	66,9%	30,0%	3,1%	100,0%
O Banco								
Empréstimos da carteira de negociação	61	821	479	1.361	337	1.203	960	2.500
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	20.430	1.241	101	21.772	21.808	1.342	1.872	25.022
Empréstimos para habitação	116.339	9.903	290	126.532	105.755	10.995	233	116.983
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	9.654	20.614	436	30.704	5.088	17.103	2.144	24.335
Venda por grosso	335.311	50.697	6.686	392.694	345.140	48.549	4.865	398.554
Total	481.795	83.276	7.992	573.063	478.128	79.192	10.074	567.394
% of total	84,1%	14,5%	1,4%	100,0%	84,2%	14,0%	1,8%	100,0%

Com o objectivo de analisar a qualidade do crédito, as seguintes medidas internas quanto à qualidade de crédito têm sido utilizadas:

Descrição das demonstrações financeiras	Empréstimo venda Retalho	Empréstimo venda Grosso	Grau de Incumprimento
	Probabilidade de incumprimento	Probabilidade de incumprimento	
Sólidas	0,0-0,60%	0,0-0,05%	1-3
		0,05-0,15%	4-5
		0,15-0,30%	6-8
		0,30-0,60%	9-11
Satisfatórias	0,60-10,00%	0,60-2,15%	12-14
		2,15-11,35%	15-19
Risco elevado	10,00% +	11,35% +	20-21

Gestão de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

As descrições das demonstrações financeiras podem ser resumidas da seguinte forma:

Sólidas - há uma probabilidade muito elevada de o activo ser recuperado na íntegra.

Satisfatórias - embora não haja uma elevada probabilidade de o activo ser recuperado e, portanto, sem motivo para preocupação para o Grupo, o activo pode não ser garantido ou pode referir-se a vantagens da venda a retalho, como os balanços de cartões de crédito e os empréstimos não garantidos, que foram classificados como satisfatórios, independentemente do facto de o resultado dos modelos de classificação interna poder ter indicado uma classificação mais elevada. Na extremidade inferior desta classificação, há clientes que estão a ser cuidadosamente monitorizados, por exemplo, clientes empresariais, que estão a indicar sinais de alguma deterioração, hipotecas com uma taxa de empréstimo elevada e empréstimos para retalho sem garantias a operar fora das directrizes normais do produto.

Risco elevado - há preocupação com a capacidade do mutuário para efectuar pagamentos quando devidos. No entanto, estes ainda não se converteram em delito. Também podem existir dúvidas quanto ao valor da garantia prestada. No entanto, o mutuário ou a contraparte continua a fazer pagamentos quando devidos e espera-se que liquide todos os montantes em dívida e juros.

Uma análise à duração dos empréstimos e adiantamentos que estão vencidos, mas não individualmente reduzidos é definida a seguir.

Empréstimos e adiantamentos vencidos mas sem imparidade (auditado)						
	Vencidos até 1 mês	Vencidos 1 -2 meses	Vencidos 2 -3 meses	Vencidos 3 -6 meses	Vencidos 6 meses e acima	Total
A 31 Dezembro 2011	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo						
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	56	46	-	3	327	432
Empréstimos para habitação	35	5	22	31	21	114
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	117	29	27	48	127	348
Venda por grosso	8.343	315	298	315	236	9.507
Total	8.551	395	347	397	711	10.401
O Banco						
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	36	4	-	-	87	127
Empréstimos para habitação	17	5	13	20	13	68
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	88	9	15	19	115	246
Venda por grosso	6.514	326	174	163	172	7.349
Total	6.655	344	202	202	387	7.790

Empréstimos e adiantamentos vencidos mas sem imparidade (auditado)						Vencidos 6 meses e acima	Total
	Vencidos até 1 mês	Vencidos 1 -2 meses	Vencidos 2 -3 meses	Vencidos 3 -6 meses			
A 31 Dezembro 2010	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo							
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	-	-	70	1	8	79	
Empréstimos para habitação	164	22	28	29	224	467	
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	268	86	96	81	95	626	
Venda por grosso	4.653	730	482	504	701	7.070	
Total	5.085	838	676	615	1.028	8.242	
O Banco							
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	-	-	70	1	-	71	
Empréstimos para habitação	52	14	5	7	13	91	
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	76	15	-	6	81	178	
Venda por grosso	1.729	212	219	164	295	2.619	
Total	1.857	241	294	178	389	2.959	

Empréstimos e adiantamentos avaliados como enfraquecidos (auditado)	Colectivamente avaliados						Individualmente avaliados	Total
	Vencidos até 1 mês	Vencidos 1-2 meses	Vencidos 2-3 meses	Vencidos 3-6 meses	Vencidos 6 meses e acima	Total		
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
A 31 Dezembro 2011								
O Grupo								
Empréstimos para habitação	4.034	2.636	550	1.345	2.113	10.678	382	11.060
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	1.390	1.117	357	885	3.585	7.334	702	8.036
Venda por grosso	138	71	71	81	455	816	9.607	10.423
Total	5.562	3.824	978	2.311	6.153	18.828	10.691	29.519
O Banco								
Empréstimos para habitação	3.601	1.536	453	575	694	6.859	343	7.202
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	895	652	200	354	2.648	4.749	96	4.845
Venda por grosso	128	69	68	75	390	730	7.116	7.846
Total	4.624	2.257	721	1.004	3.732	12.338	7.555	19.893

Gestão de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Empréstimos e adiantamentos avaliados como enfraquecidos (auditado)	Colectivamente avaliados						Individualmente avaliados	Total
	Vencidos até 1 mês	Vencidos 1-2 meses	Vencidos 2-3 meses	Vencidos 3-6 meses	Vencidos 6 meses e acima	Total		
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	
A 31 Dezembro 2010								
O Grupo								
Empréstimos para habitação	4.751	1.853	889	1.352	2.393	11.238	296	11.534
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	1.380	1.105	502	1.133	5.339	9.459	668	10.127
Venda por grosso	114	58	51	116	440	779	17.605	18.384
Total	6.245	3.016	1.442	2.601	8.172	21.476	18.569	40.045
O Banco								
Empréstimos para habitação	3.447	1.570	764	340	791	6.912	224	7.136
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	868	719	299	392	3.218	5.496	81	5.577
Venda por grosso	100	57	48	96	380	681	15.296	15.977
Total	4.415	2.346	1.111	828	4.389	13.089	15.601	28.690

Provisões para imparidade

Os movimentos na provisão para imparidade durante o ano foram os seguintes:

Movimentos na provisão para imparidade por classe de activo (auditado)									
	No início do ano	Aquisições e alienações	Efeito do desconto	Câmbio e outros ajustes	Montantes anulados	Reembolsos	Montantes imputados a conta de lucros e perdas	Balanço a 31 Dezembro	
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo									
Empréstimos para habitação	854	(2)	(80)	(101)	(184)	14	333	834	
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	5.919	(4)	(154)	(145)	(3.292)	139	2.077	4.540	
Venda por grosso	5.659	(12)	(9)	(194)	(1.689)	112	1.356	5.223	
Total provisão imparidade	12.432	(18)	(243)	(440)	(5.165)	265	3.766	10.597	
O Banco									
Empréstimos para habitação	215	-	(5)	(3)	(41)	13	107	286	
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	3.450	-	(110)	4	(1.610)	127	1.113	2.974	
Venda por grosso	4.459	-	-	(117)	(1.353)	43	1.127	4.159	
Total provisão imparidade	8.124	-	(115)	(116)	(3.004)	183	2.347	7.419	

Movimentos na provisão para imparidade por classe de activo (auditado)								
	No início do ano	Aquisições e alienações	Efeito do desconto	Câmbio e outros ajustes	Montantes anulados	Reembolsos	Montantes imputados a conta de lucros e perdas	Balço a 31 Dezembro
2010	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo	639	18	(54)	63	(134)	6	316	854
Empréstimos para habitação	5.538	74	(153)	121	(2.618)	138	2.819	5.919
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho								
Venda por grosso	4.619	(14)	(6)	147	(1.558)	57	2.414	5.659
Total provisão imparidade	10.796	78	(213)	331	(4.310)	201	5.549	12.432
O Banco	148	18	(3)	(1)	(22)	1	74	215
Empréstimos para habitação	3.249	63	(112)	(9)	(1.526)	92	1.693	3.450
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho								
Venda por grosso	4.005	-	-	123	(1.428)	44	1.715	4.459
Total provisão imparidade	7.402	81	(115)	113	(2.976)	137	3.482	8.124

Taxas de perda de empréstimo					
A 31 Dezembro	Empréstimos brutos e adiantamentos	Provisão para imparidade	Empréstimos e adiantamentos líquidos de imparidade	Taxa do empréstimo com imparidade	Taxas de perda de empréstimo bps
	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo					
2011	489.323	10.597	478.726	3.790	77
2010	478.173	12.432	465.741	5.625	118
O Banco					
2011	577.486	7.419	570.067	2.387	41
2010	571.450	8.124	563.326	3.476	61

Gestão de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Títulos de dívida

Qualidade de crédito dos títulos de dívida (auditado)

Os activos da carteira de negociação, os activos financeiros designados pelo justo valor e os activos disponíveis para venda são avaliados pelo justo valor. O justo valor irá reflectir, entre outras coisas, o risco de crédito do emitente.

A maioria dos títulos cotados e alguns não cotados são avaliados por agências de notação externas. O Grupo utiliza principalmente as notações de risco externas indicadas pela Standard & Poors' ou pela Moody's. Quando tais avaliações não estão disponíveis ou não estão actualizadas, o Grupo utilizará as suas notações internas para os títulos.

Uma análise da qualidade de crédito dos títulos de dívida do Grupo é estabelecida de seguida:

Títulos de dívida (auditado)	2011				2010			
	AAA to BBB - (categoria de investimento)	BB+ a B	B- e inferior	Total	AAA to BBB - (categoria de investimento)	BB+ a B	B- e inferior	Total
A 31 Dezembro	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo								
Carteira de negociação	116.743	4.922	1.699	123.364	130.744	6.663	1.833	139.240
Activos financeiros designados pelo justo valor	1.163	184	748	2.095	942	644	332	1.918
Investimentos financeiros disponíveis para venda	57.793	3.253	2.564	63.610	55.107	2.022	2.500	59.629
Total títulos de dívida	175.699	8.359	5.011	189.069	186.793	9.329	4.665	200.787
% of total	92,9%	4,4%	2,7%	100,0%	93,0%	4,7%	2,3%	100,0%

Incluídos na tabela anterior estão os títulos de dívida enfraquecidos disponíveis para venda com um valor contabilístico a 31 de Dezembro de 2011 de £61m (2010: £358m), após uma redução de £ 583 milhões (2009: £ 692 milhões).

Títulos de dívida (auditado)	2011				2010			
	AAA to BBB - (categoria de investimento)	BB+ a B	B- e inferior	Total	AAA to BBB - (categoria de investimento)	BB+ a B	B- e inferior	Total
A 31 Dezembro	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Banco								
Carteira de negociação	73.467	2.587	1.225	77.279	80.732	3.774	1.822	86.328
Activos financeiros designados pelo justo valor	18.974	2	222	19.198	244	252	287	783
Investimentos financeiros disponíveis para venda	44.129	1.304	2.372	47.805	42.656	287	2.133	45.076
Total títulos de dívida	136.570	3.893	3.819	144.282	123.632	4.313	4.242	132.187
% of total	94,7%	2,7%	2,6%	100,0%	93,5%	3,3%	3,2%	100,0%

Derivados (auditado)

A qualidade de crédito dos activos derivados de acordo com a qualidade de crédito da contraparte foi a seguinte:

Qualidade de crédito (audited)	2011				2010			
	AAA to BBB - (categoria de investimento)	BB+ a B	B- e inferior	Total	AAA to BBB - (categoria de investimento)	BB+ a B	B- e inferior	Total
A 31 Dezembro	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo								
Derivados	515.109	19.875	3.980	538.964	401.242	15.598	3.479	420.319
% do total	95,6%	3,7%	0,7%	100,0%	95,5%	3,7%	0,8%	100,0%
O Banco								
Derivados	523.323	19.618	3.980	546.921	423.625	14.046	3.474	441.145
% do total	95,7%	3,6%	0,7%	100,0%	96,0%	3,2%	0,8%	100,0%

Compensação e acordos de garantia financeira

O risco de crédito dos derivados é mitigado, quando possível, através de acordos de compensação pelos quais os activos e passivos derivados com a mesma contraparte possam ser compensados. A política do Grupo exige que todos os acordos de compensação sejam legalmente documentados. O Acordo-Quadro do ISDA é o acordo preferencial do Grupo para documentar os derivados de venda livre (Over The Counter –OTC). Este fornece o enquadramento contratual dentro do qual as actividades transaccionais relativas a uma ampla gama de produtos OTC são realizadas e contratualmente vincula ambas as partes a aplicar compensação com vencimento antecipado a todas as transações pendentes abrangidas por um acordo se alguma das partes não cumprir ou se outros eventos pré-determinados ocorrerem.

A garantia adicional é obtida mediante activos derivados, dependendo do mérito do crédito da contraparte e/ou da natureza da operação. Qualquer garantia adicional tomada em relação aos riscos de negociação dos OTC estará sujeita a uma margem de avaliação, que é negociada no momento da assinatura do contrato de garantia adicional. Um "haircut" é o percentual de avaliação aplicável a cada tipo de garantia e será em grande parte baseado na liquidez e volatilidade do preço do título subjacente. A garantia obtida para os derivados pode ser em dinheiro, obrigação de directa, obrigações do governo (G14 +) denominadas na moeda nacional do país emissor, dívida emitida por organizações supranacionais ou cartas de crédito emitidas por uma instituição com uma notação de dívida a longo prazo sem garantia de A+/A3 ou melhor. Quando o Grupo tem acordos-quadro ISDA, o documento de garantia será o Anexo de Apoio ao Crédito (Credit Support Annex – CSA) do ISDA. O documento de garantia deve dar ao Barclays o poder para accionar qualquer garantia obtida junto desta instituição em caso de incumprimento da contraparte e reforçar a garantia adicional, quando solicitado ou em caso de insolvência, administração ou processos similares, bem como em caso de rescisão antecipada.

Segundo o IFRS, a compensação é autorizada somente se os seguintes critérios forem preenchidos:

- a entidade tiver um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos; e
- a entidade pretenda ou pagar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Gestão de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Acordos de revenda e Outros Activos Financeiros

Os acordos de revenda e acordos de empréstimo de títulos são empréstimos normalmente garantidos com prazos de vencimento curtos.

Os empréstimos são totalmente garantidos com títulos de alta liquidez legalmente transferidos para o Grupo. O nível de garantia adicional é controlado diariamente e quando necessário será solicitado reforço da garantia adicional.

Qualidade de crédito (auditado)	2011				2010			
	AAA to BBB - (categoria de investimento)	BB+ a B	B- e inferior	Total	AAA to BBB - (categoria de investimento)	BB+ a B	B- e inferior	Total
A 31 Dezembro	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo								
Acordos de revenda	117.719	34.653	1.293	153.665	179.625	24.801	1.346	205.772
Activos financeiros designados ao justo valor:								
Acordos de revenda	4.018	1.554	207	5.779	7.285	271	3	7.559
Outros activos financeiros	655	1.079	61	1.795	1.115	1.312	115	2.542
Total acordos de revenda e outros activos financeiros	122.392	37.286	1.561	161.239	188.025	26.384	1.464	215.873
% do total	75,9%	23,1%	1,0%	100,0%	87,1%	12,2%	0,7%	100,0%
O Banco								
Acordos de revenda	134.371	25.773	1.292	161.436	208.120	17.920	1.303	227.343
Activos financeiros designados ao justo valor:								
Acordos de revenda	2.183	291	18	2.492	2.324	165	-	2.489
Outros activos financeiros	608	260	59	927	638	-	-	638
Total acordos de revenda e outros activos financeiros	137.162	26.324	1.369	164.855	211.082	18.085	1.303	230.470
% do total	83,2%	16,0%	0,8%	100,0%	91,6%	7,9%	0,6%	100,0%

Nenhum acordo de revenda detido pelo Grupo a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foi individualmente enfraquecido. No entanto, durante o ano, o Grupo amortizou £48 milhões de imparidade nos acordos de revenda (2010: £4 milhões).

Outros Activos de Risco de Crédito

Outros activos do Grupo sujeitos a risco de crédito incluem:

- caixa e disponibilidades em bancos centrais no montante de £106,894m (2010: £97,630m), sobre os quais há um reduzido grau de risco de crédito;
- itens em fase de cobrança a outros bancos no montante de £1,812m (2010: £1,384m), sobre os quais há um reduzido grau de risco de crédito em virtude do sistema de liquidação do sector bancário; e
- outros activos financeiros no montante de £2,620m (2010: £2,824m).

Rubricas extrapatrimoniais

O Grupo aplica fundamentalmente as mesmas políticas de gestão de risco para os riscos extrapatrimoniais e para os seus riscos patrimoniais. No caso dos compromissos para concessão de empréstimos, os clientes e as contrapartes serão sujeitos às mesmas políticas de gestão de crédito que existem para os empréstimos e adiantamentos. Garantia adicional pode ser solicitada, dependendo da força da contraparte e da natureza da operação.

Riscos do mercado de crédito do Barclays Capital (audita)

Riscos do mercado de crédito do Barclays Capital ^a					2011		
A 31 Dezembro	2011	2010	2011	2010	Justo Valor (perdas)/ Ganhos e financiamento líquido	Impairment saída/ (taxa)	Total (perdas)/ ganhos
	\$m	\$m	£m	£m	£m	£m	£m
Activos Protium ^b	3.508	10.884	2.272	7.028	(555)	223	(332)
Hipotecas Residenciais EUA							
ABS CDO Super Senior	2.844	3.085	1.842	1.992	(29)	(6)	(35)
EUA sub-prime e Alt-A	644	1.025	416	662	(4)	35	31
Hipotecas Comerciais							
Empréstimos comerciais imobiliários e propriedades	8.228	11.006	5.329	7.106	486	-	486
Títulos comerciais garantidos com hipoteca	156	184	101	119	-	-	-
Protecção Monolinha a CMBS	14	18	9	12	32	-	32
Outros riscos Mercado de Crédito							
Financiamento alavancado ^c	6.278	7.636	4.066	4.930	43	(203)	(160)
SIVs, SIV-Lites e CDPCs	9	618	6	399	(32)	-	(32)
Protecção Monolinha a CLO e outros	1.729	2.541	1.120	1.641	(13)	-	(13)
Total	23.410	36.997	15.161	23.889	(72)	49	(23)

Os riscos do mercado de crédito do Barclays Capital dizem respeito principalmente a imóveis comerciais, financiamento alavancado e colaterais garantindo primeiramente um empréstimo ao Protium Finance LP. Estes riscos do mercado de crédito surgiram antes da deslocação do mercado em meados de 2007.

Durante 2011, os riscos do mercado de crédito diminuíram em £8.728m para £15.161m, reflectindo vendas líquidas e paydowns e outros movimentos de £8.442m, movimentos das taxas de câmbio de £263m e perdas de justo valor e imparidade de £23m. As vendas líquidas, paydowns e outros movimentos de £8.442m incluíam:

- £4.218m relacionados com activos anteriormente detidos como garantia para o empréstimo da Protium Finance LP, compreendendo £2.697m vendas líquidas, £959m empréstimo e reembolsos de juros e £562m paydowns e outros movimentos;
- £2.141m de empréstimos imobiliários comerciais e vendas de propriedades e paydowns; e
- £820m redução em empréstimos alavancados principalmente em relação a cinco contrapartes.

Em Janeiro de 2012, o Barclays concluiu a venda de £405m (\$628m) de um título de capital de imóvel comercial ao justo valor representando 50% da sua participação na Archstone.

Notas

- a Como a maioria do risco é detido em EUA Dólar, os riscos acima indicados são mostrados em EUA Dólar e Libras Esterlinas.
b Antes de 27 de Abril de 2011 quando a Protium foi adquirida pelo Grupo o risco era um empréstimo. Isto foi feito ao montante equivalente ao justo valor da garantia collateral subjacente apartir de 30 de Dezembro de 2010.
c Inclui compromissos não utilizados de £180m (31 de Dezembro de 2010: £264m).

Gestão de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Activos Protium

Activos Protium	Acquisition Date		Acquisition Date		Acquisition Date	
	As at 31.12.11 \$m	As at 27.04.11 \$m	As at 31.12.10 \$m	As at 31.12.11 £m	As at 27.04.11 £m	As at 31.12.10 £m
EUA sub-prime e Alt-A	1.490	4.406	4.402	965	2.665	2.710
Títulos comerciais garantidos com hipoteca	1.422	3.092	3.257	921	1.870	2.103
Protecção Monolinha	-	-	225	-	-	145
CLO e outros activos	596	1.952	1.636	386	1.181	1.189
Total colateral	3.508	9.450	9.520	2.272	5.716	6.147
Caixa e equivalentes de caixa	n/a	231	1.364	n/a	140	881
Total activos	3.508	9.681	10.884	2.272	5.856	7.028
Empréstimo Protium	-	-	10.884	-	-	7.028

A 16 de Setembro de 2009, o Barclays Capital vendeu activos no montante de \$ 12,285, incluindo \$ 8,384m em activos do mercado de crédito, ao Protium Finance LP (Protium). Como parte da transacção, o Barclays prolongou um empréstimo de 10 anos no montante de \$12,641m ao Protium Finance LP.

Em Abril de 2011, o Barclays celebrou vários acordos para a aquisição de todos os interesses de terceiros no Protium, a fim de facilitar a saída precoce do Grupo dos riscos subjacentes. Como resultado, o Protium foi então consolidado pelo Grupo. Posteriormente, o Protium vendeu os seus activos a entidades do Barclays e que o empréstimo foi reembolsado.

Como parte da transacção, £459m (US \$ 750 m) foram investidos no Helix, um fundo existente gerido pelo gerente de investimento do Protium. O investimento original representavam 86% do fundo Helix, que foi consolidado pelo Grupo. Os investimentos do fundo são constituídos, principalmente, por títulos públicos e de agência. Em 31 de Dezembro de 2011, o valor justo do investimento do Barclays no fundo foi de US \$ 729m.

Exposições a países seleccionados da Zona Euro (auditado)

Resumo

As condições de crédito irão deteriorar-se num ambiente de recessão, como o visto recentemente no Reino Unido, nos EUA, na Zona do Euro e noutras economias. A deterioração das condições de crédito terá impacto exposições a contrapartes a retalho e por atacado, incluindo o governo de um país ou as suas agências (via risco soberano), reduzindo, assim, o valor dos activos de crédito do Barclays.

O impacto destas condições pode afectar adversamente o Barclays e a solvência das suas contrapartes, depositários, clientes e prestadores de services, a sua notação de crédito, o preço de suas acções, o valor e a liquidez dos seus activos e passivos e a capacidade do Grupo para cumprir as suas obrigações de dívida em geral.

As divulgações a seguir apresentadas indicam as exposições do Grupo para países seleccionados da Zona Euro, representando países da Zona Euro que têm uma notação de crédito de AA ou inferior da Standard and Poor's e onde o Grupo tem uma exposição de mais de £ 0.5bl. A exposição do Grupo à Grécia, embora inferior a £0.5bl, também é apresentada devido ao continuo ênfase de mercado.

O Grupo continua a acompanhar de perto a sua exposição para países da Zona Euro:

- exposição soberana espanhola reduziu 45% para £2,5 bl, devido à alienação de títulos do governo disponíveis para venda, detidos com a finalidade de cobertura de taxa de juro e de liquidez, que foram substituídos por swaps de taxas de juro com contrapartes alternativas;
- exposição soberana italiana aumentou 57% para £3,5 bl, principalmente devido à aquisição de títulos do governo refletindo melhores rendimentos e participações como parte da carteira de gestão de liquidez do Tesouro;
- exposições não-soberanas italianas aumentaram £ 0,8 bl para £ 21.9bl, principalmente devido a um aumento de £2.2 bl em novos empréstimos hipotecários (com um LTV médio de 59,6%), compensado pela redução de £1.1 bl em exposições a instituições financeiras;
- exposição soberana portuguesa reduziu 21% para £0,8 bl, devido principalmente a uma redução em títulos do governo detidos como disponíveis para venda;
- as exposições da Irlanda aumentaram 5% para £ 5.7bl, reflectindo principalmente o aumento dos empréstimos às instituições financeiras de £ 4,3 bl (31 de Dezembro de 2010: £ 3,8 bl), incluindo £0.9 bl de activos de negociação e £1,3 bl de empréstimos a entidades domiciliadas na Irlanda cujo principal negócio e exposições estão fora da Irlanda. A exposição a bancos irlandeses domésticos continua a ser mínima;
- exposição à Grécia continua a ser mínima e a exposição soberana é predominantemente avaliada pelo mercado diariamente através do rendimento; e
- A Bélgica está incluída nas seguintes divulgações porque a sua notação de crédito foi desvalorizado para AA em Novembro de 2011. Exposição aumentou marginalmente para £ 2,4 bl (2010: £ 2,2 bl), principalmente em relação às participações de dívida soberana disponíveis para venda.

Exposição por país e contraparte (auditado)	Espanha	Itália	Portugal	Irlanda	Grécia	Bélgica
	£m	£m	£m	£m	£m	£m
A 31 Dezembro 2011						
Soberano	2.530	3.493	810	244	14	2.033
Instituições financeiras	987	669	51	4.311	2	42
Hipotecas residenciais	14.654	15.934	3.651	94	5	10
Corporativo	5.345	2.918	3.295	977	67	282
Outros empréstimos comerciais	3.031	2.335	2.053	86	18	-
Total exposição rubricas patrimoniais	26.547	25.349	9.860	5.712	106	2.367
Total passivos contingentes e compromissos rubricas extrapatrimoniais	3.842	3.140	2.536	1.807	26	881
Total exposição	30.389	28.489	12.396	7.519	132	3.248
A 31 Dezembro 2010						
Soberano	4.641	2.224	1.023	296	31	1.780
Instituições financeiras	1.586	1.756	165	3.769	21	98
Hipotecas residenciais	15.977	13.741	3.476	109	4	10
Corporativo	6.473	2.938	3.728	1.123	103	304
Outros empréstimos comerciais	3.081	2.599	2.074	125	19	1
Total exposição rubricas patrimoniais	31.758	23.258	10.466	5.422	178	2.193
Total passivos contingentes e compromissos rubricas extrapatrimoniais	3.716	3.588	3.010	1.786	34	897
Total exposição	35.474	26.846	13.476	7.208	212	3.090

Gestão de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Gestão e monitorização das exposições do país

A gestão do risco do país é parte integrante do quadro mais amplo do risco de crédito do Grupo com foco no risco de concentração. Para mais informações sobre a gestão do risco de concentração do Grupo e o quadro de gestão do risco de crédito em geral, consultar as páginas 48 a 49.

Testes de esforço

O Barclays tem um quadro de teste ao esforço detalhada e completa aplicável tanto ao Grupo Barclays como a carteiras individuais e classes de activos. Os cenários macroeconómicos dos testes de esforço do Grupo são projectados para serem severos e plausíveis. Os cenários específicos também são considerados como parte dos testes de esforço inverso, por exemplo, um cenário de fim do Euro. Dados obtidos a partir dos testes são usados para iniciar acções de gestão para mitigar os riscos para o Grupo de deterioração das condições económicas e comerciais dentro da Zona Euro.

Em Julho de 2011, a Autoridade Bancária Europeia (ABE) publicou os resultados dos seus cenários macroeconómicos de esforço para os 90 bancos seleccionados que participaram no teste de esforço europeu o qual incluiu uma componente soberana da Zona Euro específica. Em Dezembro de 2011, a ABE publicou os resultados do plano de recapitalização bancária que incluiu uma margem de capital contra exposições de dívida soberana. O Barclays usa testes de esforço e Mandate and Scale para garantir que o seu perfil de risco continua a ser apropriado e isto foi confirmado pela passagem de ambos os testes da ABE.

Base de preparação

A análise a seguir apresenta a exposição directa máxima do balanço ao risco de crédito por país seleccionado da Zona Euro, com os totais reflectindo provisões para imparidade, compensação e garantias em numerário detidas quando necessário, incluindo:

- Saldos comerciais e derivados dizem respeito às actividades de banca de investimento, principalmente como avaliador de mercado para as posições de dívida pública. Posições são mantidas ao valor justo, com movimentos diários obtidos através de ganhos e perdas;
- Activos disponíveis para venda são, principalmente, investimentos em títulos públicos e outros títulos de dívida detidos para efeitos de cobertura de taxa de juro e de liquidez para as actividades bancárias locais. Os saldos são relatados numa base de justo valor, com movimentos em valor justo entrando através do capital;
- Empréstimos e adiantamentos detidos pelo custo amortizado incluem: (i) carteiras de empréstimos a retalho, predominantemente hipotecas garantidas sobre propriedade residenciais, e (ii) carteiras de empréstimos corporativos, em grande parte reflectindo estabelecidos negócios bancários corporativos em Espanha, Itália e Portugal e serviços de banca de investimento prestados às multinacionais e grandes clientes corporativos nacionais. Saldos de liquidação e garantia em numerário são excluídos desta análise;
- Exposições soberanas reflectem exposições directas aos governos centrais e locais^a, a maioria das quais são usadas para cobertura de risco de taxa de juro relativas às actividades locais. Estas posições estão sendo activamente substituídas por instrumentos não-governamentais tais como swaps de taxa de juro. A parte restante é gerida activamente reflectindo o nosso papel como líder primário, criador de mercado e provedor de liquidez para os nossos clientes;
- Exposições a instituições financeiras e empresariais reflectem o país de operações da contraparte (incluindo subsidiárias estrangeiras e sem referência a garantias transfronteiriças);
- Exposições comerciais reflectem o país de residência dos clientes comerciais, e
- Exposição extrapatrimonial consiste principalmente em compromissos e garantias não utilizados emitidos a terceiros em nome de clientes corporativos. Informações sobre as condições e limitações potenciais de tais facilidades são apresentadas nas páginas 192 a 194.

O Grupo celebra acordos de mitigação de crédito de mitigação para os quais o activo de referência é a dívida pública. Os países seleccionados incluem apenas acordos de mitigação de crédito com contrapartes no país em questão. A análise de derivados de crédito tem como referência a dívida soberana reflete compensação de derivado da contraparte e inclui todos os derivados de crédito, independentemente da localização da contraparte.

Nota

- a Além disso, o Grupo deteve dinheiro com os bancos centrais destes países, totalizando £0.8 bl a 31 de Dezembro de 2011. Outros saldos imateriais com os bancos centrais são classificados como empréstimos a instituições financeiras.

Espanha (auditado)

Justo valor através de ganhos e perdas	Carteira de negociação			Derivados					Designados a VJ através de G&P	2011 Total	2010 Total
	Activos carteira negociação	Passivos carteira negociação	Carteira negociação líquido	Activos bruto	Passivos bruto	Garantia colateral numérico	Derivados líquido	£m			
A 31 Dezembro	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	
Soberano	684	(684)	-	64	(64)	-	-	-	-	-	
Instituições financeiras	367	(247)	120	7.359	(7.023)	(336)	-	101	221	422	
Corporativo	167	(155)	12	656	(251)	-	405	212	629	431	

Justo valor através de capital próprio	Custo ^a	2011 Reserva AFS	Total	2010 Total
A 31 Dezembro	£m	£m	£m	£m
Soberano	2.519	(51)	2.468	4.491
Instituições financeiras	507	(17)	490	669
Corporativo	2	-	2	36

Empréstimos e adiantamentos detidos a custo amortizado	2011	Provisões Imparidade	Total	2010
	Líquido			Total
A 31 Dezembro	£m	£m	£m	£m
Soberano	62	-	62	150
Instituições financeiras	282	(6)	276	495
Hipotecas residenciais	14.729	(75)	14.654	15.977
Corporativo	5.901	(1.187)	4.714	6.006
Outros empréstimos comerciais	3.144	(113)	3.031	3.081

Passivos contingentes e compromissos	2011	2010
A 31 Dezembro 2011	£m	£m
Soberano	188	179
Instituições financeiras	22	179
Hipotecas residenciais	20	26
Corporativo	2.510	2.116
Outros empréstimos comerciais	1.102	1.216

Nota

a "custo" refere ao valor justo do activo no momento de reconhecimento, pondo de parte qualquer imparidade registada. "Reserva AFS" é o ganho ou perda cumulativa de valor justo nos activos detidos no património líquido. "Total" é o valor justo dos activos à data do balanço.

Gestão de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Itália (auditado)

Justo valor através de ganhos e perdas	Carteira de negociação			Derivados					2011 Total £m	2010 Total £m
	Activos carteira negociação £m	Passivos carteira negociação £m	Carteira negociação o líquido £m	Activos bruto £m	Passivos bruto £m	Garantia colateral numérico	Derivados líquido £m	Designados a VJ através de G&P £m		
A 31 Dezembro										
Soberano	2.097	(1.531)	566	1.083	(506)	-	577	1	1.144	1.004
Instituições financeiras	429	(142)	287	6.224	(4.791)	(1.319)	114	55	456	978
Corporativo	134	(134)	-	502	(325)	(92)	85	86	171	203

Justo valor através de capital próprio	Custo ^a £m	2011 Reserva AFS £m	Total £m	2010 Total £m
A 31 Dezembro				
Soberano	2.457	(123)	2.334	1.220
Instituições financeiras	141	(3)	138	226
Corporativo	28	(1)	27	19

Empréstimos e adiantamentos detidos a custo amortizado	2011	Provisões Imparidade	Total	2010
	Líquido			Total
A 31 Dezembro	£m	£m	£m	£m
Soberano	15	-	15	-
Instituições financeiras	83	(8)	75	552
Hipotecas residenciais	16.023	(89)	15.934	13.741
Corporativo	2.850	(130)	2.720	2.716
Outros empréstimos comerciais	2.515	(180)	2.335	2.599

Passivos contingentes e compromissos	2011	2010
A 31 Dezembro 2011	£m	£m
Instituições financeiras	17	35
Hipotecas residenciais	101	92
Corporativo	2.034	2.549
Outros empréstimos comerciais	988	912

Nota

a "custo" refere ao valor justo do activo no momento de reconhecimento, pondo de parte qualquer imparidade registada. "Reserva AFS" é o ganho ou perda cumulativa de valor justo nos activos detidos no património líquido. "Total" é o valor justo dos activos à data do balanço.

Portugal (auditado)

Justo valor através de ganhos e perdas	Carteira de negociação			Derivados				Designados a VJ através de G&P	2011 Total	2010 Total
	Activos carteira negociação	Passivos carteira negociação	Carteira negociação líquido	Activos bruto	Passivos bruto	Garantia colateral numerário	Derivados líquido			
A 31 Dezembro	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Soberano	143	(76)	67	216	(216)	-	-	2	69	121
Instituições financeiras	24	(13)	11	336	(336)	-	-	-	11	106
Corporativo	129	(21)	108	445	(223)	(2)	220	-	328	193

Justo valor através de capital próprio	Custo ^a	2011 Reserva AFS	Total	2010 Total
A 31 Dezembro	£m	£m	£m	£m
Soberano	875	(159)	716	886
Instituições financeiras	2	-	2	9
Corporativo	675	2	677	896

Empréstimos e adiantamentos detidos a custo amortizado	2011	Provisões Imparidade	Total	2010
	Líquido			Total
A 31 Dezembro	£m	£m	£m	£m
Soberano	25	-	25	16
Instituições financeiras	38	-	38	50
Hipotecas residenciais	3.665	(14)	3.651	3.476
Corporativo	2.484	(194)	2.290	2.639
Outros empréstimos comerciais	2.252	(199)	2.053	2.074

Passivos contingentes e compromissos	2011	2010
A 31 Dezembro 2011	£m	£m
Soberano	3	-
Instituições financeiras	3	6
Hipotecas residenciais	52	15
Corporativo	1.101	1.622
Outros empréstimos comerciais	1.377	1.367

Nota

a "custo" refere ao valor justo do activo no momento de reconhecimento, pondo de parte qualquer imparidade registada. "Reserva AFS" é o ganho ou perda cumulativa de valor justo nos activos detidos no património líquido. "Total" é o valor justo dos activos à data do balanço.

Gestão de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Irlanda (auditado)

Justo valor através de ganhos e perdas	Carteira de negociação			Derivados				Designados a VJ através de G&P	2011 Total	2010 Total
	Activos carteira negociação	Passivos carteira negociação	Carteira negociação o líquido	Activos bruto	Passivos bruto	Garantia colateral numerário	Derivados líquido			
A 31 Dezembro	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Soberano	98	(64)	34	45	(4)	(36)	5	-	39	59
Instituições financeiras	1.416	(39)	1.377	5.889	(3.909)	(1.846)	134	50	1.561	1.149
Corporativo	73	(30)	43	658	(658)	-	-	9	52	164

Justo valor através de capital próprio	Custo	2011 Reserva AFS	Total	2010 Total
A 31 Dezembro	£m	£m	£m	£m
Soberano	215	(10)	205	237
Instituições financeiras	274	(25)	249	584

Empréstimos e adiantamentos detidos a custo amortizado	2011	Provisões Imparidade	Total	2010
	Líquido			Total
A 31 Dezembro	£m	£m	£m	£m
Instituições financeiras	2.651	(150)	2.501	2.036
Hipotecas residenciais	104	(10)	94	109
Corporativo	946	(21)	925	959
Outros empréstimos comerciais	86	-	86	125

Passivos contingentes e compromissos	2011	2010
A 31 Dezembro 2011	£m	£m
Instituições financeiras	927	871
Corporativo	872	906
Outros empréstimos comerciais	8	9

Nota

a "custo" refere ao valor justo do activo no momento de reconhecimento, pondo de parte qualquer imparidade registada. "Reserva AFS" é o ganho ou perda cumulativa de valor justo nos activos detidos no património líquido. "Total" é o valor justo dos activos à data do balanço.

Grécia (auditedo)

Justo valor através de ganhos e perdas	Carteira de negociação			Derivados					Designados a VJ através de G&P	2011 Total	2010 Total
	Activos carteira negociação	Passivos carteira negociação	Carteira negociação líquido	Activos bruto	Passivos bruto	Garantia colateral numerário	Derivados líquido	£m			
A 31 Dezembro	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Soberano	7	-	7	1	-	-	1	-	8	15	
Instituições financeiras	2	-	2	1.109	(253)	(856)	-	-	2	21	
Corporativo	3	-	3	-	-	-	-	-	3	7	

Justo valor através de capital próprio	Custo ^e	2011 Reserva AFS	Total	2010 Total
A 31 Dezembro	£m	£m	£m	£m
Soberano	6	-	6	16

Empréstimos e adiantamentos detidos a custo amortizado	2011	Provisões Imparidade	Total	2010
	Líquido			Total
A 31 Dezembro	£m	£m	£m	£m
Hipotecas residenciais	5	-	5	4
Corporativo	64	-	64	96
Outros empréstimos comerciais	27	(9)	18	19

Passivos contingentes e compromissos	2011	2010
A 31 Dezembro 2011	£m	£m
Instituições financeiras	1	1
Corporativo	3	15
Outros empréstimos comerciais	22	18

Nota

a "custo" refere ao valor justo do activo no momento de reconhecimento, pondo de parte qualquer imparidade registada. "Reserva AFS" é o ganho ou perda cumulativa de valor justo nos activos detidos no património líquido. "Total" é o valor justo dos activos à data do balanço.

Gestão de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Bélgica (auditado)

Justo valor através de ganhos e perdas	Carteira de negociação			Derivados					Designados a VJ através de G&P	2011 Total	2010 Total
	Activos carteira negociação	Passivos carteira negociação	Carteira negociação líquido	Activos bruto	Passivos bruto	Garantia colateral numerário	Derivados líquido	£m			
A 31 Dezembro	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Soberano	735	(414)	321	442	(442)	-	-	-	321	431	
Instituições financeiras	46	(5)	41	9,713	(6,362)	(3,351)	-	-	41	86	
Corporativo	59	(42)	17	362	(329)	-	33	47	97	67	

Justo valor através de capital próprio	Custo ^e	2011 Reserva AFS	Total	2010 Total
A 31 Dezembro	£m	£m	£m	£m
Soberano	1,738	(26)	1,712	1,349
Corporativo	15	1	16	-

Empréstimos e adiantamentos detidos a custo amortizado	2011	Provisões Imparidade	Total	2010
	Líquido			Total
A 31 Dezembro	£m	£m	£m	£m
Instituições financeiras	1	-	1	12
Hipotecas residenciais	10	-	10	10
Corporativo	204	(35)	169	237
Outros empréstimos comerciais	-	-	-	1

Passivos contingentes e compromissos	2011	2010
A 31 Dezembro 2011	£m	£m
Instituições financeiras	-	8
Corporativo	879	888
Outros empréstimos comerciais	2	1

Análise de exposições indirectas

A exposição indirecta aos soberanos pode surgir através de um número de diferentes causas, incluindo derivados de crédito da dívida soberana; garantias para a poupanças e fundos de investimento que possuem risco de crédito soberano; empréstimos às instituições financeiras que detêm exposição aos soberanos e garantias, implícitas ou explícitas, pelo soberano para as contrapartes do Grupo.

Nota

a "custo" refere ao valor justo do activo no momento de reconhecimento, pondo de parte qualquer imparidade registada. "Reserva AFS" é o ganho ou perda cumulativa de valor justo nos activos detidos no património líquido. "Total" é o valor justo dos activos à data do balanço.

Derivados de crédito referenciando a dívida soberana

Os derivados de crédito da dívida soberana referenciada O Grupo entra em mitigação de crédito principalmente para fins de gestão de risco para o qual o activo de referência é a dívida pública. Estes têm o efeito líquido de redução da exposição do Grupo em caso de incumprimento soberano. Uma análise dos derivados de crédito do Grupo referenciando a dívida soberana é apresentada abaixo.

A 31 Dezembro 2011	Espanha £m	Itália £m	Portugal £m	Irlanda £m	Grécia £m	Bélgica £m
Justo Valor						
- Comprado	919	1.934	1.047	538	2.197	223
- Vendido	(917)	(1.836)	(1.023)	(538)	(2.257)	(227)
Justo Valor derivado líquido	2	98	24	-	(60)	(4)
Montante contrato nocional						
- Comprado	(9.429)	(14.056)	(3.659)	(2.782)	(3.300)	(2.755)
- Vendido	9.270	13.584	3.609	2.733	3.379	2.755
Montante nocional derivado líquido	(159)	(472)	(50)	(49)	79	-
Impacto de derivados de crédito em caso de incumprimento soberano (nocional menos justo valor de protecção)	(157)	(374)	(26)	(49)	19	(4)

Os valores justos e os montantes nocionais de activos e passivos de derivados de crédito seria menor do que o registado em IFRS se fosse permitida compensação para os activos e passivos com a mesma contraparte ou para os quais detivéssemos garantias em numerário. Uma análise dos efeitos de tal compensação é apresentada abaixo.

A 31 Dezembro 2011	Espanha £m	Itália £m	Portugal £m	Irlanda £m	Grécia £m	Bélgica £m
Justo Valor						
- Comprado	326	681	346	170	669	69
- Vendido	(324)	(583)	(322)	(170)	(729)	(73)
Justo Valor derivado líquido	2	98	24	-	(60)	(4)
Montante contrato nocional						
- Comprado	(2.924)	(4.742)	(1.027)	(854)	(1.019)	(859)
- Vendido	2.765	4.270	977	805	1.098	859
Montante nocional derivado líquido	(159)	(472)	(50)	(49)	79	-
Impacto de derivados de crédito em caso de incumprimento soberano (nocional menos justo valor de protecção)	(157)	(374)	(26)	(49)	19	(4)

Os derivados de crédito (principalmente swaps de incumprimento de crédito e swaps de retorno total) são acordos, pelos quais o risco de incumprimento de um activo (activo de referência) é transferido do comprador para o vendedor de protecção. A maioria dos derivados de crédito referenciando activos soberanos são comprados e vendidos para suportar transacções de clientes e para fins de gestão de risco. Sempre que possível, o Grupo iguala a maturidade da protecção do derivado comprada com o vencimento dos activos de referência subjacentes para ajudar a maximizar a eficácia da mitigação contra a exposição.

O montante do contrato nocional representa o valor do activo de referência a ser segurado, enquanto que o valor justo representa a mudança no valor do activo de referência, ajustados para a qualidade de crédito da contraparte que fornece a protecção. O montante líquido do derivado nocional, representando uma redução em exposições, não está incluído nas tabelas de países, mas deve ser considerado juntamente com as exposições directas divulgados nessas páginas.

Os swaps de incumprimento de crédito soberanos provocariam na ocorrência de um evento de crédito, conforme determinado pela Comissão de Determinação do ISDA. As posições dos swaps de incumprimento de crédito são monitorizadas considerando contraparte, país da contraparte e nível de concentração no que diz respeito às contrapartes e soberanos. Mais informação sobre a qualidade de crédito dos activos derivados do Grupo é apresentada na página 57.

Garantias do Grupo relativas a poupanças e fundos de investimento

O Grupo tem uma exposição soberana indirecta através da garantia de algumas poupanças e fundos de investimento, que detêm uma proporção dos seus activos em dívida soberana. A 31 de Dezembro de 2011, o passivo reconhecido em relação a estas garantias era de £ 41m, com uma exposição bruta de £1,5bl.

Além disso, um associado do Grupo, Vida Y Pensiones Companhia de Seguros, detém investimentos com um valor justo total de £1,2bl relativos a certos produtos de investimento dos clientes, dos quais uma parte são garantidos e a maioria compreendem dívida soberana, dívida instituição financeira e dívida corporativa em países da zona Euro.

Gestão de risco

Risco de mercado

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

O risco de mercado é o risco de o Grupo sofrer uma perda financeira devido à incapacidade do Grupo proteger o seu balanço aos níveis prevalecentes no Mercado. O Grupo pode ser afectado por mudanças no nível ou volatilidade dos preços, por exemplo taxas de juros, spreads de crédito, preços dos produtos base, preços das acções e taxas de câmbio.

Resumo (auditado)

As principais fontes de risco são o risco de mercado negociado, risco de taxa de juros não negociado e o risco relativo às pensões. O risco negociado reside principalmente no Barclays Capital, enquanto o risco de mercado não negociado reside principalmente na Banca de Retalho, Barclays Corporate, Barclays Wealth e Tesouraria do Grupo. Risco relativo às pensões é controlado centralmente com o custo suportado pelos respectivos negócios.

Os objetivos de risco de mercado do Barclays são:

- Compreender e controlar o risco de mercado através da medição robusta, fixação de limites, emissão de relatórios e supervisão;
- Facilitar o crescimento do negócio dentro de um quadro controlado e transparente de gestão de risco;
- Garantir que o risco de mercado negociado reside principalmente no Barclays Capital, e
- Minimizar o risco de mercado não negociado.

Organização e estrutura (auditado)

A Comissão de Risco do Conselho de Administração aprova a apetência pelo risco de mercado para o Grupo. O Director do Grupo do Risco de Mercado é responsável pelo Quadro de Controlo do Risco de Mercado e, sob competência delegada do director responsável pela matéria do risco, "Chief Risk Officer" (CRO), define um quadro-limite dentro do contexto do apetência de risco de mercado aprovada. Um relatório diário do risco de mercado resume as exposições dos riscos de mercado do Barclays face aos limites acordados e são distribuídos aos principais proprietários de risco

A Comissão de Risco de Mercado aprova e faz recomendações sobre o perfil de risco de mercado no Barclays. Isto inclui aprovar o Quadro de Controlo do Risco de Mercado do Barclays e as Políticas do Grupo; rever questões actuais e futuras, limites e utilização; e propor níveis de apetência de risco para o Conselho de Administração. A Comissão é presidida pelo Director de Risco de Mercado do Grupo e os participantes incluem o CRO, respectivos gestores do risco das empresas, grupo de tesouraria e gestores seniores do Grupo de Risco de Mercado, bem como Auditoria Interna.

O director de cada empresa, assistido pela gestão do risco de mercado, é responsável por todos os riscos de mercado associados com suas atividades. O chefe de cada equipa de gestão de risco é responsável pela aplicação do quadro de controlo do risco de mercado não-negociado, enquanto o Risco de Mercado do Barclays Capital estabelece o quadro de controlo do risco de mercado negociado. O quadros de controlo do risco de mercado negociado, não-negociado e relativo as pensões são geridos pelo quadro de controlo do risco de mercado do Barclays, que também determina como o risco de mercado deve ser identificado, medido, controlado, comunicado e revisto. O Quadro também apresenta os contornos e referencia as políticas do Grupo de Risco de Mercado.

A supervisão e contestação são feitos por comissões das empresas, comissões do Grupo incluindo a Comissão do Risco de Mercado e o Grupo do Risco de Mercado.

Risco de Mercado negociado (auditado)

Risco de mercado negociado surge principalmente como resultado da facilitação do cliente nos mercados grossistas. Isto envolve a criação de mercado, soluções de gestão de risco e execução de consórcios. A disparidade entre as transacções dos clientes e coberturas resulta risco de mercado. No Barclays Capital, o risco comercial é medido para a carteira de negociação, como definido para efeitos regulamentares, e certas carteiras bancárias.

Medição de risco

O Barclays usa uma variedade de abordagens técnicas complementares para medir e controlar o risco de Mercado negociado incluindo: Valor diário em Risco (VaR), Diminuição Prevista, 3W, testes de esforço primários e secundários e cenário combinado de testes de esforço.

O VaR é uma estimativa da perda potencial decorrente de movimentos desfavoráveis do mercado, se as posições actuais se mantivessem inalterados por um dia útil. Para fins de gestão o Barclays Capital utiliza uma metodologia de simulação histórica, com um período de dois anos igualmente ponderado período histórico, ao nível de confiança de 95% para todas as carteiras de negociação e I certas carteiras bancárias.

A volatilidade do mercado em 2011 foi intensificada, principalmente no segundo semestre, pela incerteza sobre o futuro crescimento económico e da crise da dívida soberana. As observações de alta volatilidade no início de 2009 tiveram origem nos dados históricos de VaR dos dois anos. No entanto, pontos novos foram adicionados no segundo semestre de 2011.

Conforme definido pela Financial Services Authority (FSA), um modelo verde é consistente com um modelo de VaR em bom funcionamento e é alcançado por modelos que têm quatro ou menos excepções de verificações a posteriori num período de 12 meses. As verificações a posteriori contam o número de dias em que uma perda (como definido pela FSA) excede a estimativa VaR correspondente, medida ao nível de confiança de 99%. Para o modelo VaR do Barclays Capital, o nível de modelo verde foi mantido para 2011.

O modelo VaR é regularmente avaliado e analisado internamente pela Comissão de Modelos Executivos do Grupo e dentro do Barclays Capital.

Ao rever estimativas do VaR, as seguintes considerações devem ser tidas em consideração:

- A simulação histórica usa os dados mais recentes dos últimos dois anos para gerar possíveis futuros movimentos de mercado, mas o passado pode não ser um bom indicador do futuro;
- O horizonte de tempo de um dia não consegue captar na íntegra o risco de mercado das posições que não podem ser fechadas ou cobertas num dia;
- O VaR baseia-se em posições à altura do fecho dos negócios e, conseqüentemente no risco intra-dia, o risco de uma posição comprada e vendida no mesmo dia não é capturado;
- e
- O VaR não indica a perda potencial além do percentil 95.

Em parte para mitigar estas questões, o Barclays também usa o Déficit Previsto e a métrica 3W que usam a mesma informação da simulação histórica de dois anos usada para calcular o VaR. O Déficit Previsto é a média de todas as perdas hipotéticas de um dia acima do nível de confiança de 95% do VaR, enquanto que o 3W é a média das três maiores perdas estimadas de um dia.

Os testes de esforço fornecem uma estimativa das potenciais perdas futuras significativas que podem surgir de movimentos de mercado e cenários extremos. Os testes de esforço primários aplicam manobras de pressão a factores chave de risco líquido para cada classe importante de activos comerciais incluindo taxa de juros, crédito, produtos de base, capital próprio, moeda estrangeira e produtos garantidos. Os testes de esforço secundários aplicam manobras de tensão a riscos menos líquidos. Os cenários combinados aplicam choques simultaneamente a vários factores de risco, reflectindo cenários macro extraordinariamente definidos, mas plausíveis. Isto é avaliado através da aplicação de mudanças nas taxas de câmbio, taxas de juro, spread de crédito e capital próprio ao portfólio.

Em 2011, o Barclays Capital implementou novos modelos reguladores do risco para cumprir com as revisões ao requisito do capital de risco de mercado da CRD3. Foram estes: o modelo SVaR, a Taxa de Risco Suplementar e o Risco de Todos os Preços. Os três modelos foram aprovados pela FSA para o cálculo do capital regulatório para determinadas carteiras de negociação. A aprovação do modelo SVaR coincide com o âmbito do modelo VaR conforme usado para os cálculos de capital.

O modelo SVaR é uma estimativa da perda potencial decorrente de um período de 12 meses de tensão financeira significativa. O modelo SVaR usa a metodologia VaR baseada em entradas calibradas com os dados históricos de um período contínuo de 12 meses que maximiza a capital baseado no VaR a um limite unicautal de 99% de confiança.

A Taxa de Risco Suplementar é calculada sobre todas as posições de rendimento fixas sujeitas a risco de mercado específico. Ele calcula o risco incremental decorrente de migrações de classificação e incumprimentos, além do que já é capturado em risco de mercado específico, a um nível de confiança de 99,9% ao longo de um período de um ano de espera.

O Risco de Todos os Preços substitui risco específico para a carteira de negociação de correlação e destina-se a captar todos os factores de risco relevantes para os derivativos de crédito corporativos nth-to-default e parcelares. Como para o Taxa de Risco Suplementar, a exigência de capital baseia-se num intervalo de confiança de 99,9% ao longo de um período de exploração de um ano.

Ao rever as estimativas produzidas pelos modelos da CRD3 as seguintes considerações devem ser tidas em consideração:

- o modelo SVaR usa a mesma metodologia que o modelo VaR e, portanto, está sujeito às mesmas considerações feitas a este modelo. Além disso, o modelo SVaR é calibrado para um período de tensão específico de 12 meses o qual pode não reflectir um período de tensão que poderia surgir no futuro;
- Em comum com o modelo VaR, nem o Taxa de Risco Suplementar nem o Risco de Todos os Preços indicam a perda potencial além do percentil 99 e eles não medem o risco de negócios que são comprados e vendidos entre a actividade semanal, e
- Tanto o modelo Taxa de Risco Suplementar como o Risco de Todos os Preços são calculados num nível de confiança de 1-em-1.000 anos, o qual não pode ser significativamente verificado à posteriori. Isto contrasta com o VaR, que pode ser significativamente verificado à posteriori.

Controlo do risco

O Risco de Mercado é controlado através da utilização de um quadro de limites apropriado. Os limites são fixados ao nível total do Barclays Capital, nível do factor de risco (como por exemplo o risco da taxa de juros) e nível da linha de negócios (por exemplo, Mercados Emergentes). Limites de tensão e muitos limites da carteira de negociação, como os limites de sensibilidade da taxa de câmbio e taxa de juros, também estão a ser usados para controlar apetência pelo risco.

O limite total de VaR, os limites de factores de risco VaR e limite 3W são aprovados pelo BRC. Os limites de tensão primários são aprovados pelo CRO e são apresentadas para avaliação pelo BRC. O cumprimento dos limites é monitorizado pela Equipa de Risco de Mercado do Barclays Capital com supervisão do Grupo de Risco de Mercado.

Em 2011 o Grupo de Risco de Mercado continuou o seu programa contínuo de visitas de conformidade às áreas de negócio do Barclays Capital. Estas visitas analisam tanto o actual perfil de risco do mercado e potencial desenvolvimentos de risco de mercado, como verificar a conformidade com o Quadro de Controlo de Risco de Mercado do Barclays.

Comunicação de risco

A Equipa de Risco de Mercado do Barclays Capital produz uma série de relatórios diários, semanais, quinzenais e mensais, detalhados e resumidos, sobre riscos de mercado para as empresas e gestores de risco. Estes relatórios também são enviados para o Grupo de Risco de Mercado para análise e inclusão no Relatório de Risco de Mercado Diário do Grupo. Um sumário de risco é apresentado na Comissão de Risco de Mercado e na Revisão do Risco de Posições Negociadas do Barclays Capital.

Gestão de risco

Risco de mercado

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Análise das exposições ao risco de mercado negociadas

O ambiente de negociação em 2011 foi caracterizado por um crescimento económico fraco, bem como por uma direcção do mercado incerta, resultando numa menor actividade de clientes, em particular no segundo semestre de 2011. Neste ambiente, a exposição ao risco de mercado do Barclays Capital, medida pelo VaR médio total, aumentou 8% para £ 57 milhões (2010: £ 53 milhões).

Os três principais factores de risco que afectaram o VaR foram o spread, taxa de juros e risco de capital. A partir dos níveis de 2010, VaR médio para o risco do spread diminuiu £ 3m (6%) e o VaR da taxa de juros caiu em £ 16m (48%), reflectindo posicionamento cauteloso. O VaR para o risco de capital aumentou £ 4m (29%) no crescimento contínuo do negócio global de capital e ofertas de produtos.

O efeito da diversificação caiu 38% para uma média de £ 40m em 2011 devido ao aumento da correlação de activos com o agravamento da crise europeia. No entanto, o risco de cauda indicado pelo déficite previsto e medidas de 3W caiu 9%, para € 71 milhões e 16% para £121m, respectivamente, aos níveis de 2010.

Os valores diários médios, máximos e mínimos do VaR, Déficit Previsto e 3W foram calculados conforme quadro seguinte:

Os valores diários médios, máximo e mínimo de VaR, déficite previsto e 3W (auditado)	Ano terminou 31 Dezembro 2011			Ano terminou 31 Dezembro 2010		
	Médio	Alto ^a	Baixo ^a	Médio	Alto ^a	Baixo ^a
VaR (95%)	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Risco da taxa de juro	17	47	7	33	50	21
Risco do spread	45	69	25	48	62	30
Risco dos produtos de base	12	18	7	16	25	9
Risco de títulos de capital	18	34	9	14	29	6
Risco cambial	5	8	2	6	15	2
Efeito diversificação	(40)	na	na	(64)	na	na
Total VaR	57	88	33	53	75	36
Déficite Previsto	71	113	43	78	147	47
3W	121	202	67	144	311	72

O Banco

A exposição ao risco de mercado do Barclays Capital, medido pela média total do VaR de 95%, aumentou em 8% para \$56 milhões (2010: £52 milhões). A alta do ano foi de \$86milhões (2010: £74milhões) e a baixa do ano foi de £34 milhões (2010: £35milhões).

Risco de taxa de juro não-negociado (auditado)

O risco de taxa de juro não-negociado surge da provisão de produtos e serviços bancários de venda a retalho e venda por grosso (não negociado), quando a data de alteração da taxa de juros para empréstimos (activos) é diferente da data de alteração para os depósitos (passivo). Isto inclui contas correntes e balanços de capital que não têm uma data de vencimento definida e uma taxa de juros que não se altera quando a taxa de base muda. O risco reside principalmente na Banca Comercial e de Retalho, Barclays Corporate e Grupo do Tesouro. O objectivo do Barclays é minimizar o risco da taxa de juro não negociado e isto é conseguido através da transferência de risco da taxa de juro do negócio para uma tesouraria local ou para a Tesouraria do Grupo, que por sua vez cobre a exposição líquida via Barclays Capital com o mercado externo. Existem limites para garantir que nenhum risco material é retido dentro de alguma empresa ou área de produtos.

Avaliação de risco

O risco em cada empresa é avaliado e controlado através de um rendimento métrico (Rendimentos Anuais em Risco) e de um valor métrico (Valor Económico de Capital, Capital Económico, VaR, teste de tensão de factores de risco, teste de tensão de cenários).

O rendimento anual em risco (Ear) mede a sensibilidade da receita de juros líquida durante o período dos próximos 12 meses. É calculado como a diferença entre a estimativa do rendimento usando a actual curva de juros e o menor rendimento estimado seguindo um aumento ou diminuição da taxa de juros segundo uma base de 100 pontos, sujeito a uma taxa de juro mínima de 0%.

Os pressupostos do modelo principal são:

- O balanço é mantido ao nível actual, ou seja não é assumido crescimento; e
- Os balanços são ajustados para um perfil de comportamento assumido. Isto inclui o tratamento de empréstimos de taxa fixa, incluindo hipotecas.

Nota

a Os valores VaR elevados (e baixos) reportados para cada categoria não ocorreram necessariamente no mesmo dia em que o VaR elevado (e baixo) relatado como um todo. Consequentemente, um número de efeito de diversificação para os valores do VaR alto (e baixo) não seria significativo e por isso é omitido da tabela acima.

O Valor Económico de Capital (EVE) calcula a variação no valor presente da carteira bancária para uma base de 100 pontos para cima e para baixo da taxa de choque. Este cálculo é equivalente ao de Ear excepto o facto de o Valor Económico de Capital ser uma sensibilidade do valor presente, enquanto o Ear é uma sensibilidade de rendimento.

Os modelos Capital Económico (CE) são usados para medir: risco de recrutamento, o risco de os clientes não assumirem as suas ofertas de empréstimo de taxa fixa e o risco de pagamento antecipado, o risco de um cliente decidir não continuar com seu empréstimo de taxa fixa. Os perfis comportamentais também são utilizados na modelagem do balanço.

Uma combinação de VaR, limites de tensão, posição aberta líquida e moeda específica ou tenor limits estão em vigor para todas as actividades locais do Tesouro.

Controlo do Risco

O risco de mercado é controlado através do uso de limites para as medidas de risco acima descritas. Os limites são definidos no nível do negócio total e, em seguida, em cascata descendente. Os limites de nível do negócio total para Ear, EVE, CE, VaR e tensão estão acordados pela Comissão de Risco de Mercado. O cumprimento dos limites é monitorizado pela respectiva equipa de risco de mercado empresarial com a supervisão fornecida pelo Grupo de Risco de Mercado.

O risco de mercado também é controlado através de um programa contínuo de análises de conformidade pelos departamentos de risco de mercado empresarial e do Grupo de Risco de Mercado. Estas análises examinam tanto o perfil de risco actual do mercado e potencial desenvolvimentos de risco de mercado, como verificam a conformidade com as políticas e padrões do Barclays, conforme detalhado no Quadro de Controlo de Risco de Mercado do Barclays.

O risco de taxa de juro dos saldos sem maturidade definida e uma taxa de juro que não está ligada à taxa base é gerida pela Tesouraria do Grupo. Uma série de coberturas contínuas são usadas para mitigar o risco da taxa de juro na carteira de negociação. Em 2011, a maturidade do programa de cobertura foi alargada no seguimento de uma análise feita pela Comissão de Tesouraria do Grupo da maturidade mais adequada. Esta análise foi aprovada pela Comissão Executiva do Grupo.

Comunicação do Risco

Cada área de negócio é responsável pelos seus relatórios de risco de mercado. Uma combinação de relatórios de risco diários e mensais são produzidos e utilizados pela empresa. Estes também são enviados para Grupo de Risco de Mercado para análise e inclusão no relatório diário de risco de mercado. Um resumo de risco é, também, apresentado na Comissão de Risco de Mercado e Comissão de Activos e Passivos.

Análise da sensibilidade da receita de juros líquida

A tabela abaixo mostra análise de sensibilidade no pré-imposto da receita de juros líquida para os activos e passivos financeiros não negociáveis detidos a 31 de Dezembro de 2011 e a 31 de Dezembro de 2010. A sensibilidade foi medida utilizando a metodologia Ear anteriormente descrita. A taxa de juro de referência para cada moeda é a aplicável a 31 de Dezembro de 2011. Os números incluem o efeito de instrumentos de cobertura de riscos, mas excluem as exposições da carteira bancária detidos ou emitidos pelo Barclays Capital, uma vez que estes são avaliados e geridos usando o VaR.

Sensibilidade da receita de juros líquida (Ear) por moeda (auditado)	31 Dezembro 2011		31 Dezembro 2010	
	+100 pontos base £m	-100 pontos base £m	+100 pontos base £m	-100 pontos base £m
O Grupo				
GBP	68	(321)	297	(377)
USD	(9)	(11)	(12)	(8)
EUR	(41)	(5)	(16)	12
ZAR	31	(29)	13	(10)
Outros	14	(5)	-	-
Total	63	(371)	282	(383)
Como percentage da receita de juros líquida	0,52%	(3,04%)	2,25%	(3,06%)

O risco de taxa de juro não-negociado, avaliado pelo Ear, foi de £ 371m a 31 de Dezembro de 2011, uma diminuição de £ 12m comparado com 31 de Dezembro de 2010. A diminuição no risco reflecte a redução entre Saldo de Capital do Grupo e coberturas associadas, em parte compensadas por compressão de margem na banca comercial. Se as coberturas da taxa de juro não estivessem em vigor o Ear para 2011 teria sido de £ 553m (2010: £601m).

Gestão de risco

Risco de mercado

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Sensibilidade da receita de juros líquida (EaR) por moeda (auditado)	31 Dezembro 2011		31 Dezembro 2010	
	+100 pontos base	-100 pontos base	+100 pontos base	-100 pontos base
O Banco	£m	£m	£m	£m
GBP	41	(194)	172	(219)
USD	(5)	(7)	(7)	(5)
EUR	(25)	(3)	(9)	7
ZAR	19	(18)	8	(6)
Outras	8	(3)	-	-
Total	38	(225)	164	(223)
Como percentagem da receita de juros líquida	0,52%	(3,05%)	2,25%	(3,06%)

Nota: Esta tabela exclui as exposições detidas ou emitidas pelo Barclays Capital, uma vez que estas são avaliadas e geridas usando o VaR

Análise de sensibilidade do capital próprio

Análise da sensibilidade do capital próprio (auditado)	31 Dezembro 2011		31 Dezembro 2010	
	+100 pontos base	-100 pontos base	+100 pontos base	-100 pontos base
O Grupo	£m	£m	£m	£m
Receita de juros líquida	63	(371)	282	(383)
Efeitos da tributação no valor acima indicado	(20)	120	(70)	96
Efeito no lucro para o ano	43	(251)	212	(287)
Como percentagem do lucro líquido depois dos impostos	1,06%	(6,20%)	4,65%	(6,29%)
Efeito no lucro para o ano (acima)	43	(251)	212	(287)
Reserva disponível para venda	(1.108)	1.102	(2.051)	2.051
Reserva para cobertura do fluxo de caixa	(2.248)	2.280	(1.298)	1.288
Efeitos da tributação no valor acima indicado	1.083	(1.091)	835	(833)
Efeitos no capital próprio	(2.230)	2.040	(2.302)	2.219
Como percentagem de capital próprio	3,42%	3,13%	(3,67%)	3,54%

Análise da sensibilidade do capital próprio (audited)	31 Dezembro December 2011		31 Dezembro December 2010	
	+100 pontos base	-100 pontos base	+100 pontos base	-100 pontos base
O Banco	£m	£m	£m	£m
Receita de juros líquida	38	(225)	164	(223)
Efeitos da tributação no valor acima indicado	(10)	61	19	(26)
Efeito no lucro para o ano	28	(164)	183	(249)
Como percentagem do lucro líquido depois dos impostos	1,40%	(8,22%)	7,27%	(9,89%)
Efeito no lucro para o ano (acima)	28	(164)	183	(249)
Reserva disponível para venda	(983)	977	(1,865)	1,865
Reserva para cobertura do fluxo de caixa	(2.119)	2.151	(1.136)	1.126
Efeitos da tributação no valor acima indicado	843	(850)	(356)	355
Efeitos no capital próprio	(2.231)	2.114	(3.174)	3.097
Como percentagem de capital próprio	(4,40%)	4,16%	(6,34%)	6,19%

Risco cambial (auditado)

O Grupo está exposto a duas fontes de risco cambial.

a) Risco transaccional da moeda estrangeira

Os riscos transaccionais da moeda estrangeira representam risco em activos e passivos bancários, denominados em moedas diferentes da moeda funcional da entidade que realiza a transacção. As políticas de gestão de risco do Grupo impedem a conservação de importantes posições abertas em moeda estrangeira fora da carteira de negociação gerida pelo Barclays Capital, que é controlada através do VaR.

Não existiam riscos transaccionais líquidos materiais em moeda estrangeira fora da carteira de negociação nem a 31 de Dezembro de 2011 nem em 2010. Devido ao baixo nível de riscos não comerciais, nenhuma alteração razoavelmente possível nas taxas de câmbio teria um efeito material concreto sobre o lucro ou sobre movimentos no capital próprio do Grupo para o ano findo a 31 de Dezembro de 2011 ou 2010.

b) Risco cambial translacional

Os investimentos do Grupo em filiais e sucursais estrangeiras criam recursos de capital denominados em moeda estrangeira., principalmente em USD, Euro e South African Rand. As alterações no valor da libra Esterlina dos investimentos devido aos movimentos de moeda estrangeira são capturados na reserva de conversão cambial, resultando num movimento no capital Core Tier 1.

Durante 2011, o total de exposições cambiais estruturais líquidas de instrumentos de cobertura aumentou de £ 15.3bl £ 16.7bl, impulsionada pela redenção de US\$2 bilhões Instrumentos de Reserva de Capital que faziam parte das coberturas económicas. As exposições cambiais estruturais pré coberturas económicas mantiveram-se estáveis. Exposições em US\$ aumentaram em US \$ 8 bilhões devido à reestruturação da nossa participação na BlackRock de uma entidade GBP para uma entidade norte-americana, compensada pelo aumento em derivados USD que cobrem investimentos líquidos. Exposições do Rand Sul Africano aumentaram £1,1 bl como resultado de uma redução na cobertura do investimento no Absa Group. Exposições em Euro reduzidas em £0,8 bl impulsionadas pela boa vontade de Espanha, que não teve impacto no Euro denominado capital Core 1 Tier já que a boa vontade é dedutível para fins de regulamentação de capital.

Moeda funcional das operações (auditado)	Investimentos líquidos em moeda estrangeira	Empréstimos que protegem os investimentos líquidos	Derivados que protegem os investimentos líquidos	Protecções pré-económicas de exposições cambiais	Restantes protecções económicas estruturais	Exposições cambiais
	£m	£m	£m	£m	£m	£m
A 31 Dezembro 2011						
EUA Dólar	30.335	7.217	8.094	15.024	5.072	9.952
Euro	6.568	4.096	280	2.192	2.017	175
Rand	4.258	-	-	4.258	-	4.258
Yen Japonês	681	293	336	52	-	52
Outras	3.144	-	930	2.214	-	2.214
Total	44.986	11.606	9.640	23.740	7.089	16.651
A 31 Dezembro 2011						
EUA Dólar	22.646	7.406	-	15.240	6.330	8.910
Euro	7.327	3.072	1.294	2.961	2.069	892
Rand	4.826	-	1.626	3.200	-	3.200
Yen Japonês	5.304	3.603	1.683	18	-	18
Franco Suíço	152	-	157	(5)	-	(5)
Outras	3.139	-	824	2.315	-	2.315
Total	43.394	14.081	5.584	23.729	8.399	15.330

Gestão de risco

Risco de mercado

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

As coberturas económicas representam o E.U. Dólar e as Acções Preferenciais do Euro e Instrumentos de Reserva de Capital em causa que são tratadas como capital segundo as Normas Internacionais de Informação Financeira, e não se qualificam como coberturas para fins contabilísticos. Durante o ano \$2bl de Reservas de Capital foram resgatados.

O impacto de uma mudança na taxa de câmbio entre a Libra Esterlina e qualquer outra das principais moedas seria:

- Um maior ou menor valor equivalente da Libra Esterlina de non-Sterling recursos de capital denominados e activos de risco ponderado. Isto inclui uma maior ou menor reserva de conversão de moeda no capital próprio, representando a conversão de filiais, sucursais e empresas associadas não-Esterlinas, livres do impacto das mudanças das taxas de câmbio sobre empréstimos e derivados designados como cobertura de investimentos líquidos.
- Um maior ou menor lucro depois de dedução de impostos, decorrentes de alterações nas taxas de câmbio usadas para converter itens na consolidação da demonstração de resultados; e
- Um valor maior ou menor de investimentos disponíveis para venda denominados em moeda estrangeira, afectando a reserva disponível para venda.

Gestão de risco

Risco de financiamento – Capital

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Resumo

O Barclays opera um modelo de gestão centralizada de capital, considerando tanto o capital regulamentar e económico. A estratégia de gestão de capital passa por continuar a maximizar o valor do accionista pela optimização do nível e da combinação de recursos de capital. As decisões sobre a alocação de recursos de capital são realizadas como parte da revisão do planeamento estratégico. Os objectivos de gestão de capital do Grupo são:

- Manter recursos de capital suficientes para cumprir os requisitos mínimos de capital regulamentar estabelecidas pela FSA e os requisitos do US Federal Reserve Bank para que uma companhia financeira possa ser bem capitalizada;
- Manter recursos de capital suficientes para apoiar o apetência para o risco do Grupo e os requisitos de capital económico; Apoiar classificação de crédito do Grupo;
- Garantir que as subsidiárias localmente reguladas podem satisfazer as suas exigências mínimas de capital, e
- Alocar capital as empresas para apoiar os objectivos estratégicos do Grupo, incluindo optimização de retornos de capital económico e

Requisitos externos reguladores de capital

O Grupo está sujeito a requisitos mínimos de capital impostos pela Financial Services Authority (FSA), seguindo orientações desenvolvidas pela Comissão da Basileia de Supervisão Bancária (Comissão da Basileia) e implementado no Reino Unido através de directivas da União Europeia.

No âmbito do Basileia 2, em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2008, o Grupo tem a aprovação pela FSA para usar as abordagens avançadas para gestão de crédito e risco operacional. Requisitos de capital do Pilar 1 são gerados usando os modelos de risco do Grupo.

No âmbito do Pilar 2 do Basileia II, o Grupo está sujeito a uma exigência de capital regulamentar global com base na orientação de capital individual ("ICG") recebida da FSA. O ICG impõe requisitos adicionais de capital em excesso do Pilar 1 requisitos de capital mínimo.

Fora do Reino Unido, o Grupo tem operações (e principais reguladores) localizadas na Europa continental, em especial em França, Alemanha, Espanha, Portugal e Itália (bancos locais centrais e outras autoridades reguladoras), Ásia Pacífico (várias autoridades reguladoras incluindo Autoridade Monetária de Hong Kong, a FSA Japonesa e a Autoridade Monetária de Singapura); África, onde as operações do Grupo têm sede em Joanesburgo, África do Sul (South African Reserve Bank eo Financial Services Board (FSB)) e os Estados Unidos da América (Board of Governors of the Federal Reserve System (FRB) e Securities and Exchange Commission).

Entidades locais de adequação do capital regulamentar

O Grupo gere os seus recursos de capital para garantir que as entidades do Grupo que estão sujeitas a regulamentação da adequação de capital local em países individuais satisfaçam as suas exigências de capital mínimo. A actual política do Grupo é que os requisitos de capital local sejam cumpridos, na maior medida possível, através da retenção de lucros. Alguns países também operam regulamentos de controle cambial que limitam o montante de dividendos que podem ser transferidos para os accionistas não residentes. A gestão local gere a conformidade da entidade subsidiária com requisitos mínimos de capital regulamentar com o relatório para as Comissões de Activos e Passivos e para a Comissão do Tesouro, conforme necessário.

Injeções de recursos de capital em entidades do Grupo são controladas centralmente pela Comissão do Tesouro do Grupo, sob a autoridade delegada da Comissão Executiva do Grupo. É política do Grupo que o capital excedente detido por entidades do Grupo seja repatriado para o Barclays Bank PLC, na forma de dividendos e/ ou repatriamento de capital, sujeito a requisitos regulamentares locais, controles cambiais e implicações fiscais.

Além dos mencionados, o Grupo não tem conhecimento de quaisquer outros impedimentos materiais a uma transferência rápida de recursos de capital ou reembolso de dívidas intra-grupo, quando devido.

Capital regulamentar

A tabela abaixo fornece detalhes sobre os recursos de capital regulamentar gerido pelo Grupo.

Capital Regulamentar	2011	2010
	£m	£m
Core Tier 1 Capital	43.040	43.240
Tier 1 Capital	50.447	53.729
Tier 2 Capital	16.063	15.823
Deduções do Capital total	(2.588)	(2.250)
Total recursos Capital	63.922	67.302

Gestão de risco

Risco de financiamento - Liquidez

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Risco de Liquidez

A definição de risco de liquidez é o risco que o Grupo é incapaz de cumprir com as suas obrigações nos respectivos vencimentos, como resultado de uma súbito e potencialmente prolongado, aumento de saídas líquidas de caixa. Tais saídas esgotariam os recursos em dinheiro disponíveis para empréstimos a clientes, actividades de comércio e investimentos. Estas saídas podem ocorrer principalmente através de levantamentos de clientes, contrapartes grossistas removendo financiamento, os requisitos de garantia ou draw-downs de empréstimos. Este risco é inerente a todas as operações bancárias e pode ser afectado por uma série de eventos específicos do Grupo e com amplitude de mercado que podem resultar em:

- incapacidade de suportar a actividade normal da empresa, e
- fracasso para satisfazer necessidades regulamentares de liquidez

Durante os períodos de perturbação do mercado, a capacidade do Grupo para gerir os requisitos de liquidez pode ser afetada por uma redução na disponibilidade de prazo de financiamento por atacado, bem como um aumento no custo de captação de recursos por atacado. Venda de activos, reduções do balanço e os custos crescentes de angariação fundos irão afectar os lucros do Grupo.

Em mercados sem liquidez, o Grupo pode decidir manter activos ao invés de os garantir, syndicar ou eliminar. Isso pode afectar a capacidade do Grupo para originar novos empréstimos ou oferecer suporte a transacções de outros clientes como o capital e a liquidez são consumidos por activos existentes ou legados.

Além disso, a introdução de controlos de capital ou novas moedas pelos países para atenuar tensões actuais poderia ter um efeito consequente sobre o desempenho dos balanços de certas empresas do Grupo com base na qualidade dos activos, tipos de garantias e variedade de passivos.

A gestão eficiente da liquidez é essencial para o Grupo manter a confiança dos mercados financeiros e garantir que o negócio é sustentável. O risco de liquidez é gerido através do Quadro de Risco de Liquidez, que é projectado para cumprir os seguintes objectivos:

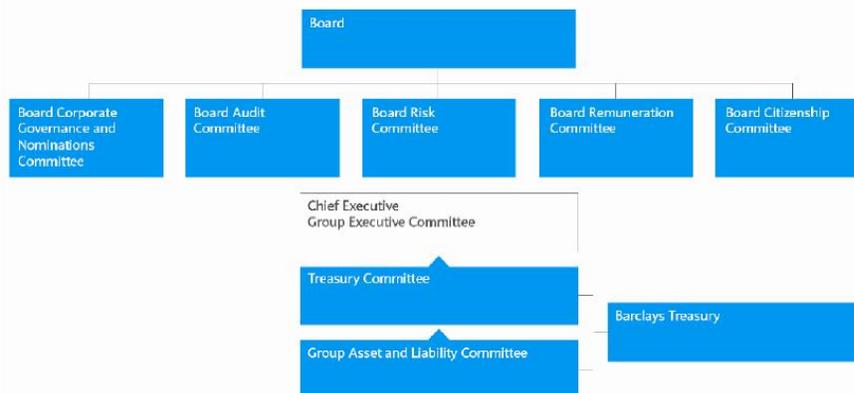
- manter os recursos de liquidez que são suficientes em quantidade e qualidade e um perfil de financiamento que é adequado para cumprir o quadro de risco de liquidez express pelo Conselho de Administração;
- manter a confiança do mercado em nome do Grupo;
- definir os limites para controlar o risco de liquidez dentro e através de linhas de negócios e entidades jurídicas;
- atribuir corretamente preços aos custos, benefícios e riscos de liquidez e incorporá-los nos preços dos produtos e medição de desempenho;
- definir indicadores de alerta precoce para identificar imediatamente o surgimento de aumento de risco de liquidez ou vulnerabilidades, incluindo eventos que possam prejudicar o acesso aos recursos de liquidez;
- projectar totalmente sobre um período e tempo apropriado fluxos de dinheiro decorrentes dos activos, passivos e itens extrapatrimoniais, e
- manter um plano de contingência de financiamento que seja abrangente e proporcional à natureza, escala e complexidade do negócio e que seja regularmente testado para assegurar que é operacionalmente robusto.

Governança e organização

O Barclays Tesouro opera um processo de controlo de governação centralizada que cobre todo o risco de liquidez das actividades de gestão do Grupo. O Tesoureiro do Barclays é responsável por projectar o Quadro de Gestão do Risco de Liquidez (o Quadro de Liquidez), que é sancionado pela Comissão de Risco do Conselho de Administração. O Quadro de Liquidez incorpora políticas de liquidez, sistemas e controlos que o Grupo implementou para gerir o risco de liquidez dentro dos limites aprovados pelo Conselho e as agências reguladoras. O Conselho define a Apetência para o Risco de Liquidez do Grupo, dependendo do nível de risco o Grupo escolhe seguir os seus objectivos de negócios e cumprir as suas obrigações regulamentares. A Comissão do Tesouro é responsável pela gestão e governação do mandato definido pelo Conselho. A Comissão de Activos e Passivos do Grupo é uma sub-comissão da Comissão de Tesouraria com a responsabilidade analisar, questionar e aprovar do Quadro de Liquidez. O Quadro de Liquidez é revisto regularmente na Comissão de Tesouraria e na Comissão de Risco do Conselho. Em geral, a liquidez e o financiamento são geridos a nível do Grupo.

A liquidez é reconhecida como um risco de chave e o Tesoureiro do Barclays é o proprietário de Risco Principal do Grupo, apoiado por Proprietários de Risco Principal ao nível regional e nacional. A execução da estratégia do Grupo de gestão do risco de liquidez é realizada ao nível do país, com os Proprietários de Risco Principal do país fornecendo relatórios à Tesouraria do Barclays para mostrar a conformidade com o perfil de risco acordado. Supervisão adicional é fornecida pelas Comissões de Activos e Passivos do país, região ou empresa local.

Estrutura de Governação do Risco de Liquidez



Enquadramento do risco de liquidez

O Barclays tem um abrangente Quadro de Liquidez para gerir o risco de liquidez do Grupo. O Quadro de Liquidez foi projectado para trazer o termo e estrutura de financiamento adequados consistentes com a Apetência para o Risco de Liquidez definida pelo Conselho de Administração.

O Quadro de Liquidez incorpora uma diversidade contínua de ferramentas de gestão de negócios para monitorizar, limitar e testar o balanço do Grupo e passivos contingentes. A fixação de limites e preços de transferência são ferramentas que são projectadas para controlar o nível de risco de liquidez tomado e conduzir a combinação adequada de fundos, que juntos reduzem a probabilidade de um evento de tensão de liquidez possa levar a uma incapacidade de



...antes sob...
...variável...
...devidos para...
...o momento. O...
...o esforço...
...o quadro

Gestão contínua de negócios

Limites de Liquidez

O Barclays consegue limitar numa variedade de exposições patrimoniais e extrapatrimoniais, uma amostra dos quais são mostrados na tabela abaixo. Estes limites servem para controlar a extensão total e composição do risco de liquidez tomado pela gestão de exposição a fontes específicas de passivos, más combinações activos passivos e concentrações da contraparte. O Barclays também limita actividades permitidas ao nível do país. As empresas só estão autorizados a ter uma exposição de financiamento para mercados grossistas em que elas possam demonstrar que o seu mercado é suficientemente profundo e líquido e apenas em relação ao tamanho e complexidade de seus negócios.



Fixação interna de preços e Incentivos

O Barclays gere activamente a composição do balanço e passivos contingentes através do preço de transferência adequado dos custos de liquidez e da indução do comportamento correcto e tomada de decisão. Estes assumem a forma de fundos de preços de transferência e alocação de fundos económicos de activos e passivos e risco de liquidez contingente cobrando às empresas. Estes mecanismos de preços de transferência são projectados para garantir que o risco de liquidez se reflecte no preço do produto e medição de desempenho, garantindo assim que o Quadro de Liquidez é integrado no processo de tomada de decisão ao nível dos negócios para impulsionar a combinação adequada de fontes e aplicações de recursos.

Gestão de risco

Risco de financiamento - Liquidez

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Primeiros indicadores de alerta

O Barclays monitoriza uma variedade de indicadores de mercado para os primeiros sinais de risco de liquidez no mercado ou especificamente para o Barclays, uma amostra dos quais são mostrados na tabela abaixo. Além disso, país e a Comissão de Activos e Passivos ao nível da empresa monitoriza primeiros indicadores de alerta apropriados para os seus negócios. Estes são projectados para identificar imediatamente o surgimento de aumento de risco de liquidez para maximizar o tempo disponível para executar as acções de mitigação apropriadas. A deterioração dos primeiros indicadores de alerta pode levar a invocação do Plano de Financiamento de Contingência do Grupo, o qual prevê um quadro de como a tensão de liquidez deverá ser gerido.



Apetência pelo Risco de Liquidez

As exigências regulamentares são cumpridas ao nível do Grupo e das entidades, com a Apetência pelo Risco de Liquidez fornecendo uma perspectiva do Grupo consistente e alargada que complementa estes requisitos. No âmbito do Quadro de Liquidez, o Grupo estabeleceu a Apetência ao Risco de Liquidez, que é o nível de risco de liquidez que o Grupo escolhe assumir no cumprimento dos seus objectivos de negócio e no cumprimento das suas obrigações regulamentares. Ela é medida com referência ao reservatório de liquidez como uma percentagem de saídas líquidas contratuais e contingentes antecipadamente esforçadas para cada um dos três cenários de esforço.

As saídas de tensão são usadas para determinar o tamanho do Reservatório de Liquidez do Grupo, que representa aqueles recursos imediatamente disponíveis para satisfazer as saídas em esforço. Além do Reservatório de Liquidez, o Quadro de Liquidez prevê outras acções de gestão, incluindo a criação de liquidez a partir de outros activos líquidos no balanço do Grupo, a fim de fazer face a saídas de tensão adicionais ou para preservar ou restabelecer o Reservatório de Liquidez no caso de uma liquidez em esforço.

Reservatório de Liquidez (auditado)

O reservatório de liquidez do Grupo é detido livre de encargos quanto a saídas de tensão contratuais e contingente nos testes de esforço da Apetência pelo Risco de Liquidez. O reservatório de liquidez não é usado para suportar requisitos de pagamento ou de compensação. A 31 de Dezembro, o reservatório de liquidez do Grupo era £152bl (2010: £154bl) e mudou num intervalo de um mês de £140 bl para £167bl durante o ano.

O Barclays não inclui quaisquer valores mobiliários em nome próprio no seu reservatório de liquidez.

O Barclays gere o reservatório de liquidez numa base centralizada. A 31 de Dezembro de 2011, 94% do reservatório de liquidez foi localizado no Barclays Bank PLC. O reservatório de liquidez residual é detido predominantemente dentro Barclays Capital Inc. (BCI), contra saídas de tensão contingentes e contratuais no teste de esforço Apetência pelo Risco de Liquidez ao nível da entidade jurídica. O Grupo não depende de qualquer excesso de activos líquidos sobre saídas de Barclays Capital Inc.

Além disso, o Grupo Absa detém um reservatório de liquidez de £2 bl, que é gerido de forma independente, devido à moeda local e as necessidades de financiamento.

Composição do reservatório de liquidez do Grupo	Numerário e depósitos nos bancos centrais ^a	Títulos de dívida pública ^b	Outra liquidez disponível	Total ^c
O Grupo (auditado)	£bl	£bl	£bl	£bl
A 31 Dezembro 2011	105	36	11	152
A 31 Dezembro 2010	96	40	18	154

Testes de Esforço do Risco de Liquidez

No âmbito do Quadro de Liquidez, o Grupo gere três cenários de tensão de liquidez, alinhados com as tensões prescritas da FSA: um evento de tensão generalizado no mercado, um evento de tensão específico do Barclays e uma combinação dos dois. Sob condições normais de mercado, o reservatório de liquidez deve estar em excesso de 100% de saídas antecipadas de três meses para uma tensão generalizada no mercado e uma saídas antecipada de um mês para cada uma das tensões específicas do Barclays e tensão combinada.

O Barclays é, principalmente, sobre o cenário de específico do Barclays, que também resulta em maiores saídas líquidas de cada um dos testes de tensão de liquidez.

Notas

a dos quais mais de 95% é colocado no Banco da Inglaterra, Federal Reserve dos EUA, Banco Central Europeu, Banco do Japão e Banco Nacional Suíço.

b dos quais mais de 80% são compostos títulos do Reino Unido, EUA, Japão, França, Alemanha e Holanda.

c £ 140 bl dos quais é elegível pela FSA.

Principais pressupostos de apetência pelo risco de liquidez incluem:

Motivo do Risco de Liquidez	Esforços específicos do Barclays
Saída líquida de financiamento por grosso	<ul style="list-style-type: none"> - Saídas no vencimento contratual de financiamento por grosso e papel comercial conduit, sem repatação/nova emissão - Corretagem prime: perda de 100% de excesso de margem de derivado de cliente e perda de 100% perda de excesso de dinheiro de cliente
Perda de financiamento garantido e aumento de cortes de valor	<ul style="list-style-type: none"> - Perda da capacidade de recompra na data de vencimento contratual e ampliação do corte de valor incremental, dependendo do tipo de garantia
Saídas de depósitos bancários e comerciais	<ul style="list-style-type: none"> - Saídas substanciais uma vez que o Barclays é visto como um risco de crédito maior do que os concorrentes
Risco intradiário	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia líquida detida face ao requisito intradiário nos sistemas de compensação e de pagamento é considerado entrave, sem valor de liquidez assumido - Garantia líquida é detida face ao levantamento de linhas intradiárias não seguras fornecidas por terceiros
Risco intra-grupo	<ul style="list-style-type: none"> - Risco do dinheiro dentro de subsidiárias tornar-se indisponível para o resto do Grupo
Risco de concentração de financiamento	<ul style="list-style-type: none"> - Saídas adicionais reconhecidas face à concentração de provedores de financiamento por grosso garantido
Risco extrapatrimonial	<ul style="list-style-type: none"> - Saídas de colaterais devido a movimentos do mercado, tendo em conta as disputas e os desajustes entre OTC garantidos e sem garantia e posições negociadas em bolsa - Saída de todas as garantias devidas pelo Barclays às contrapartes, mas ainda não accionadas - Aumento previsto da exigência da firma requerimento de margem inicial do derivado num ambiente de tensão - Contingente de saídas de colaterais sobre a descida de vários pontos do rating do crédito do Barclays Bank PLC - Redução significativa em facilidades acordadas disponibilizadas a empresas, com base no tipo de contraparte, capacidade creditícia e tipo de facilidade - Redução de compromissos comerciais
Viabilidade de franquia	<ul style="list-style-type: none"> - Os testes de liquidez do Barclays reconhecem que será necessário para deter liquidez adicional a fim de fazer face a saídas que não são de natureza contratual, mas que são necessárias a fim de apoiar a franquia em curso (por exemplo, actividades criadoras de mercado)
Ações mitigadoras	<ul style="list-style-type: none"> - Activos transaccionáveis desonerados que são detidos fora do reservatório de liquidez, e que são de valor e liquidez conhecido para a empresa, presumem-se contabilizados (sujeitos a cortes de valor)

O cenário de esforço através do mercado permite uma repartição parcial de fundos por grosso, mantém a capacidade de recompra do mercado (embora em margens mais amplas, dependendo do tipo de garantia) e inclui saídas inferiores sobre os depósitos bancários e comerciais, dado que o Barclays não seria visto como o maior risco de crédito em relação aos concorrentes.

O cenário combinado é uma combinação do mercado e dos pressupostos de esforço específicos do Barclays. A 31 de Dezembro de 2011, o reservatório de liquidez superou as saídas líquidas de esforço em todos os três cenários de esforço. Os resultados dos cenários de esforço exprimiram o reservatório de liquidez como uma percentagem de saídas líquidas antecipadas foram:

-	O Grupo		
	Mercado 3 meses	Específico Barclays 1 meses	Combinado 1 mês
Reservatório de liquidez como uma percentagem de saídas líquidas antecipadas	127%	107%	118%

O Barclays monitoriza de perto os mercados monetários, em especial para os primeiros indícios de que aperto do financiamento disponível. Nestas condições, a natureza e a severidade dos cenários de esforço são reavaliados e acção apropriada tomada com respeito ao reservatório de liquidez. Isto pode incluir maior aumento do tamanho do reservatório ou uso do reservatório para fazer face a saídas de esforço.

Plano de Financiamento de Contingência e Plano de Recuperação e Resolução

O Barclays mantém um Plano de Financiamento de Contingência (PFC), que é projectado para fornecer um quadro sob o qual a tensão de liquidez pode ser gerida de forma eficaz. O PFC é proporcional à natureza, escala e complexidade do negócio e é testado para garantir que é operacionalmente robusto. O PFC detalha as circunstâncias em que o plano poderia ser invocado, incluindo, como resultado de movimentos adversos nos Indicadores de Alerta Precoce. Como parte do plano, o Tesoureiro do Barclays criou uma Comissão de Gestão de Liquidez (CGL) Na invocação do PFC, a CGL reuniria para identificar o provável impacto do evento sobre o Grupo e determinar a resposta, que seria proporcional à natureza e gravidade do esforço. O Barclays também mantém Planos de Recuperação que considerem as acções para gerar liquidez adicional, a fim de facilitar a recuperação de um esforço.

Gestão de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Regulação da liquidez

Desde junho de 2010, o Grupo informou sua posição de liquidez contra criação de obstáculos ao Guia Individual de Liquidez (ILG) fornecido pela FSA. A FSA define activos elegíveis para o reservatório de liquidez e saídas de tensão face a saldos reportados.

Calibração do Enquadramento de Liquidez do Grupo antecipava regras finais da FSA e está, portanto, coerente com as normas da FSE vigentes

Barclays também monitoriza o cumprimento com BCBS, LCR e NSFR. A 31 de Dezembro de 2011, o Grupo cumpriu 82% da LCR (2010: 80%) e 97% dos requisitos do QREN (2010: 94%) e está a caminho de cumprir a conformidade de 100% segundo Basileia 3 exigidas até 2015 e 2018 respectivamente.

Os cenários de esforço do LRA, o ILG da FSA e o LCR do BCBS são todos cenários de esforços de curto-prazo amplamente comparáveis em que a adequação dos recursos de liquidez definidos é avaliada face a saídas de esforço contratuais e contingentes. Os testes de esforço ILG e LCR fornecem uma avaliação independente do perfil de risco de liquidez do Grupo. O NSFR do BCBS é uma métrica de longo prazo projectado para estabelecer uma quantidade mínima aceitável de financiamento estável com base nas características de liquidez dos activos e actividades de uma instituição ao longo de um horizonte temporal de um ano.

Teste de esforço	Apetência pelo Risco de Liquidez do Barclays (LRA)	Guia Individual de Liquidez da FSA (ILG)	Rácio Cobertura de Liquidez Basel3 (LCR)	Rácio Financiamento Estável Líquido Basel 3 (NSFR)
Horizonte Temporal	1 - 3 meses	3 meses	30 dias	1 ano
Cálculo	Activos líquidos para saídas de caixa líquidas	Activos líquidos para saídas de caixa líquidas	Activos líquidos para saídas de caixa líquidas	Recursos de financiamento estável para requisitos de financiamento estável

Estrutura de financiamento (auditado)

A base para uma boa gestão do risco de liquidez é uma estrutura de financiamento sólida que reduz a probabilidade de um esforço de liquidez levando a uma incapacidade de cumprir as obrigações de financiamento à medida que se vencem.

- A estratégia global de financiamento do Grupo é desenvolver uma base de financiamento diversificada (tanto geograficamente como por tipo de depositante) e manter o acesso a uma variedade de fontes de financiamento alternativas, para minimizar o custo de financiamento e proporcionando protecção contra flutuações inesperadas.
- Dentro disto, o Grupo tem como objectivo alinhar as fontes e aplicações de financiamento. Como tal, os empréstimos e avanços a clientes comerciais são em grande parte financiados por depósitos de clientes. Outros activos, juntamente com outros empréstimos e adiantamentos a activos isentos de encargos, são financiados por dívida por grosso a longo prazo e a capital próprio.
- Ativos da carteira de negociação e acordos de revenda reversa são financiados em grande parte nos mercados grossistas através de acordos de recompra e passivos da carteira de negociação, enquanto os activos derivativos são em grande parte compensada por passivos derivados.
- O reservatório de liquidez é predominantemente financiado através de mercados grossistas.
- Estas relações de financiamento, a partir de 31 de Dezembro de 2011, estão resumidas a seguir:

Assets		Liabilities	
Customer Loans and Advances ^a	£375bn	Customer Deposits ^a	£329bn
Group Liquidity Pool	£152bn	<1 year wholesale funding	£130bn
Other Assets ^a	£169bn	>1 year wholesale funding	£135bn
Repo financing and matched assets and liabilities ^a	£323bn	Equity and Other Liabilities ^a	£117bn
Derivatives	£59bn	Repo financing and matched assets and liabilities ^a	£325bn
		Derivatives ^a	£325bn

Nota

- Excluindo garantia monetária e saldos de liquidação
- Saldos Absa Group além dos empréstimos e adiantamentos de clientes de £38.0bl e depósitos de clientes de £33.0bl são incluídos noutros activos e outros passivos
- Composto por acordos de recompra reversa que fornecem financiamento aos clientes garantidos por títulos de alta liquidez numa base de curto prazo ou são utilizados para liquidar posições curtas de inventário; financiamento recompra de activos em carteira de negociação e correspondente garantia em numerário e saldos de liquidação.

Depósito de financiamento (auditado)

Composição do Rácio Empréstimo/Depósito por Empresa ^a (auditado)		Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	Depósitos de Clientes	Rácio Empréstimo/Depósito
O Grupo		£bl	£bl	%
A 31 Dezembro 2011				
RBB		231,6	158,7	146
Barclays Corporate ^a		64,6	77,7	83
Barclays Wealth		18,8	46,5	40
Total financiamento excluindo garantido		315,0	282,9	111
Financiamento garantido		-	28,7	-
Sub-total incluindo financiamento garantido		315,0	311,6	101
RBB, Corporate and Wealth		315,0	282,9	111
Barclays Capital		63,4	46,0	138
Group Centre		0,9	-	-
Saldos de liquidação de negociação e garantias monetárias		52,6	37,1	142
Total		431,9	366,0	118

O rácio empréstimo/depósito do Grupo a 31 de Dezembro de 2011 foi de 118% (2010: 124%) e o rácio empréstimo/depósito e financiamento de longo prazo foi de 75% (2010: 77%).

As actividades RBB, Barclays Corporativa e Barclays Wealth são em grande parte financiadas com depósitos de clientes. A 31 de Dezembro de 2011, o rácio empréstimo/depósito para estas empresas foi de 111% (2010: 114%) e o rácio empréstimo/depósito e financiamento garantido foi de 101% (2010: 105%). A lacuna de financiamento para estas empresas é suprimida usando títulos garantidos por activos e obrigações cobertas garantidas principalmente sobre empréstimos e adiantamentos de clientes, tais como hipotecas residenciais e recebíveis de cartão de crédito.

O excesso de empréstimos e adiantamentos do Barclays Capital sobre depósitos de clientes é financiado com dívida de longo prazo e capital próprio.

Incluídos no RBB e Barclays Capital estão os saldos relacionados com o Grupo Absarelacionados, totalizando £ 38.0bl de empréstimos e adiantamentos a clientes financiados por £33.0bl de depósitos de clientes e a diferença de £ 5.0blN é financiada com empréstimos por grosso. Estes são geridos separadamente pelo Grupo Absa devido à moeda local e às necessidades de financiamento. Durante 2011, o Grupo Absa emitiu dívida sénior sem garantia adicional para estender ainda mais o seu prazo de financiamento e diversificar a sua base de financiamento, reduzindo a sua dependência no financiamento por grosso do mercado monetário.

Embora, contratualmente, as contas correntes são reembolsados a pedido e as contas poupança com pouca num curto prazo, a ampla base de clientes do Grupo - numericamente e por tipo de depositante - ajuda a proteger contra flutuações inesperadas nos saldos. Tais contas formam uma base de financiamento estável para as operações e necessidades de liquidez do Grupo. O Barclays modela o comportamento dos activos e passivos numa base líquida de fluxo de caixa usando a nossa experiência quanto ao comportamento do cliente para avaliar as lacunas de financiamento comportamentalizado do balanço sob condições normais de negócio. Estes vencimentos comportamentais são usados para determinar o preço das taxas de juro de transferência de financiamento às quais as empresas são recompensadas e cobradas por fontes e aplicações de fundos.

Nota

a Além disso o Barclays Corporate detém £17.2bl (2010: £14.4bl) empréstimos e adiantamentos como activos financeiros detidos pelo justo valor.

Gestão de risco

Risco de financiamento - Liquidez

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Perfil de Maturidade Comportamental	Perfil de Maturidade Comportamental Entrada Dinheiro (Saída)				
	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Depósitos de clientes	Financiamento clientes Excedente/ (Déficit)	Inferior a Um ano	Superior a Um Ano
O Grupo	£bl	£bl	£bl	£bl	£bl
A 31 Dezembro 2011					
RBB	231,6	158,7	(72,9)	13,8	59,1
Barclays Corporate	64,6	77,7	13,1	(1,1)	(12,0)
Barclays Wealth	18,8	46,5	27,7	(4,0)	(23,7)
Total financiamento excluindo garantido	315,0	282,9	(32,1)	8,7	23,4
Financiamento garantido	-	28,7	28,7	(10,1)	(18,6)
Total financiamento RBB, Corporate and Wealth	315,0	311,6	(3,4)	(1,4)	4,8

O fluxo de caixa relativamente baixo durante um ano demonstra que o financiamento do cliente permanece amplamente acompanhado de uma perspectiva comportamental

Financiamento por grosso

Financiamento de Outros Activos^a a 31 de Dezembro de 2011:

Activos	£bl	Passivos	£bl
Activos da carteira de negociação	104	Acordos de revenda	207
Acordos de revenda	103		
Acordos de revenda	45	Passivos da carteira de negociação	45
Instrumentos financeiros derivados	536	Instrumentos financeiros derivados	525
Reservatório de liquidez	152	Inferior a 1 ano dívida por grosso	130
Outros activos não onerados ^b	175	Superior 1 ano dívida por grosso e capital próprio	196

Os activos e passivos da carteira negocial são amplamente financiados por acordos de revenda. A maioria dos acordos de reserva (isto é, empréstimos com garantia) são correspondidos por acordos de reserva. Os restantes acordos de reserva são usados para liquidar passivos da carteira de negociação.

Os activos e passivos de derivados são amplamente correspondidos. Uma proporção substancial de posições de derivados do balanço qualificam-se para compensação da contraparte e as porções restantes são amplamente compensadas uma vez compensadas face à com garantia em numerário recebida e paga.

O reservatório de liquidez é em grande parte financiado por dívida por grosso com vencimento a menos de um ano, com uma parcela significativa com vencimento a mais de um ano.

Outros activos desonerados (principalmente investimentos disponíveis para venda, os activos da carteira de negociação e empréstimos e adiantamentos a bancos) são largamente correspondidos pela dívida por grosso com vencimento durante uma média de 5 anos e capital próprio.

Os acordos de revenda e outro financiamento garantido são em grande parte garantidos por obrigações do governo e outros valores mobiliários de alta liquidez. A percentagem de financiamento garantido usando cada classe de activos como garantia é apresentada a seguir:

Financiamento Garantido por Classe de Activo	Capital Próprio						
	Gov	Agência	MBS	ABS	Corporativo	Capital Próprio	Outro
O Grupo	%	%	%	%	%	%	%
A 31 Dezembro 2011	66	6	9	3	7	7	2
A 31 Dezembro 2010	64	7	9	3	7	7	3

Notas

a Exclui saldos relativos ao Grupo Absa, que são geridas separadamente, devido à moeda local e necessidades de financiamento.

b Exclui saldos relativos ao Grupo Absa, que são geridas separadamente, devido à moeda local e necessidades de financiamento.

b Predominantemente investimentos disponíveis para venda não onerados, activos da carteira de negociação, activos financeiros designados ao justo valor e empréstimos e adiantamentos a bancos financiados por dívida superior a um ano por grosso e capital próprio.

Devido à alta qualidade das garantias prestadas face a fontes de financiamentos garantidas, o risco de liquidez associado a estes passivos é significativamente inferior ao dos financiamentos por grosso. No entanto, o Barclays gere uma série de limites garantidos não correspondidos para limitar o risco de refinanciamento no âmbito de um cenário severo de esforço e uma parte do reservatório de liquidez do Grupo é detido face a saídas de esforço sobre essas posições.

Composição do Financiamento por grosso ^a (auditado)

Composição de financiamento por grosso a (auditado)
O Grupo mantém o acesso a uma variedade de fontes de fundos por grosso em USD, EUR e GBP, incluindo aqueles disponíveis a partir de mercados monetários, mercados de recompra e de investidores a prazo, através de uma variedade de canais de distribuição e geografias. O Barclays é um participante activo nos mercados monetários, tem acesso directo aos mercados e capitais dos EUA, Europa e Ásia através de nossas operações globais de investimentos bancários e investidores de longo prazo através da nossa base global de clientes. Como resultado, o financiamento por grosso é muito diversificado por produto, maturidade, geografia e moeda principal.

Maturidade do Financiamento por grosso O Grupo (auditado)	Não mais do que 3 meses	Durante de 3 meses mas menos de 6 meses	Durante 6 meses mas menos de 1 ano	Sub-total menos de um ano	Durante um ano mas menos de 3 anos	Durante 3 anos	Total
A 31 Dezembro 2011							
Depósitos de Bancos	34,1	0,9	0,9	35,9	0,3	1,7	37,9
CDs e CP	35,0	7,5	4,0	46,5	1,9	1,0	49,4
ABCP	8,9	0,2	-	9,1	-	-	9,1
MTN seniores sem garantia (Referência pública)	4,7	0,1	2,5	7,3	11,1	14,6	33,0
MTN seniores sem garantia (Colocação privada)	3,1	1,6	3,4	8,1	6,5	11,7	26,3
Títulos estruturados seniores não garantidos	3,2	2,1	3,9	9,2	12,4	28,0	49,6
Obrigações cobertas/ABS	0,3	2,5	0,8	3,6	6,3	14,2	24,1
Passivos subordinados	-	-	-	-	0,8	23,0	23,8
Outro ^b	7,7	1,5	1,4	10,6	1,4	-	12,0
Total	97,0	16,4	16,9	130,3	40,7	94,2	265,2
dos quais garantidos	10,9	3,9	2,1	16,9	6,9	14,9	38,7
dos quais não garantidos	86,1	12,5	14,8	113,4	33,8	79,3	226,5

A tabela do prazo de financiamento por grosso inclui £27 bl em financiamentos com prazo de vencimento em 2012c.

O risco de liquidez é cuidadosamente gerido principalmente através dos testes de esforço LRA, face aos quais o reservatório de liquidez é detido. Embora não seja um requisito, em 31 de Dezembro de 2011, o reservatório de liquidez era equivalente a mais de um ano de vencimentos de dívida por grosso.

Excluindo financiamento por grosso do reservatório de liquidez, o prazo médio de financiamento por grosso, foi de pelo menos, 58 meses.

Financiamento a prazo (auditado)

Como descrito acima, o Grupo tem £27 bl de dívida a prazo com vencimento em 2012 e £ 16 bl adicionais com vencimento em 2013.

O Grupo continua a atrair depósitos em mercados monetários sem garantia e para aumentar financiamento adicional garantido e não garantido a prazo numa variedade de mercados. Durante 2011, o Grupo emitiu cerca de £ 30 bilhões de financiamento a prazo, compreendendo

- £3,8 bl equivalente a obrigações seniores a médio prazo sem garantia de referência pública;
- £5,0 bl equivalente a obrigações seniores a médio prazo sem garantia de colocação privada;
- £10,1 bl equivalente a obrigações seniores sem garantia;
- £10,3 bl de títulos públicos garantidos/ABS, e
- £1,0 bl de dívida pública subordinada.

Este financiamento a prazo criado em 2011 re-financiou toda a dívida por grosso a prazo com vencimento em 2011, financiou crescimento estratégico do balanço e reforçou a posição de liquidez a prazo do Grupo. Em Janeiro de 2012 £5 bl de financiamento foi angariado.

Notas

- a A composição de fundos por grosso é reconciliada com o balanço reportado Depósitos dos Bancos (excluindo garantias em numerário e saldos de liquidação), passivos financeiros ao valor justo e Títulos de Emissão de divisão por produto e Passivos Subordinados, em todos os casos, excluindo os saldos do Grupo Absa.
- b Composta principalmente por depósitos de Valor Justo e financiamento garantido de ouro físico.
- c Vencimentos de financiamento a prazo são vencimentos de MTNs seniores sem garantia, notas estruturadas, as obrigações cobertas/ABS e dívida subordinada em que o vencimento original do instrumento foi há mais de 1 ano. Além disso, a 31 de Dezembro de 2011, £1,2 bl destes instrumentos não eram financiamentos a prazo, visto que tinham um vencimento original de inferior a 1 ano.

Composição monetária da dívida por grosso:

O Grupo	USD	EUR	GBP	Outras
A 31 Dezembro 2011	%	%	%	%
Depósitos de Bancos	36	27	27	10
CDs e CP	59	25	15	1
ABCP	85	8	7	-
MTN seniores sem garantia	26	40	13	21
Obrigações Estruturadas	35	21	22	22
Obrigações cobertas/ABS	31	29	39	1
Dívida Subordinada	16	52	32	-
Dívida por grosso	37	30	22	11
Composição monetária do Reservatório de Liquidez	27	42	17	14

Para gerir o risco de refinanciamento entre moedas o Barclays gere limites de fluxo de caixa FX, que limita o risco com vencimentos específicos. O reservatório de liquidez do Grupo também é muito diversificado quanto a moeda principal e o Grupo monitoriza os três cenários de esforço LRA para as principais moedas.

Financiamento garantido face a Empréstimos e adiantamentos a Clientes

Barclays issues asset backed securities (ABS) and covered bonds that are secured primarily over customer loans and advances. As of 31 December 2011 10% of customer loans and advances were used to secure external sources of funds. This was comprised of external issuances of ABS and covered bonds and repo financing.

O Barclays emite activos garantidos por títulos (ABS) e obrigações cobertas que estão garantidas principalmente por empréstimos e adiantamentos a clientes. A partir de 31 Dezembro de 2011, 10% dos empréstimos e adiantamentos a clientes foram utilizados para garantir fonte externa de fundos. Esta era composta por emissões externas de ABS e obrigações cobertas e de financiamento de recompra.

O Grupo gere actualmente três activos patrimoniais cobertos por programas de financiamento para obter financiamento a prazo. A obrigação coberta regulada pelo Reino Unido e os dois programas de titularização de confiança das hipotecas residenciais utilizam activos originados pelas empresas do Reino Unido de hipotecas residenciais do Grupo. O terceiro programa é um programa de titularização de confiança dos cartões de crédito e usa créditos das empresas do Reino Unido de cartões de crédito do Grupo. Os programas utilizam mecanismos de true sale para transferir o título dos activos de empréstimos hipotecários ou, quando aplicável, créditos correntes e futuros de cartões de crédito do Barclays Bank (BBPLC) para veículos remotos para fins especiais de insolvência.

Todos os programas inicialmente transferir os respectivos ativos por meio de uma transferência efectiva dos activos. No entanto, deve haver uma "perfeição" do evento (incluindo, entre outras coisas, a insolvência de BBPLC ou BBPLC não manter o rating de crédito adequado exigido pela agência de classificação de relevante), a transferência legal dos bens poderia ocorrer.

Financiamento Externo Garantido face a Empréstimos e adiantamentos de Clientes

O Grupo	£bl
A 31 Dezembro 2011	
Emitidas externamente ABS	17.090
Obrigações cobertas emitidas externamente	13.791
Financiamento de recompra	12.563
Total	43.444
Balanço empréstimos e adiantamentos a clientes	431.934
Empréstimos e adiantamentos do Grupo usados para garantir financiamento externo	10%

A 31 de Dezembro de 2011, o Barclays tem um adicional de £ 16 bl de empréstimos e adiantamentos no âmbito dos seus programas veículos de financiamento de activos que podem ser facilmente usados para angariar financiamento adicional garantido e disponível para apoiar a futura emissão.

Notações de Risco

Além de monitorizar e gerir principais métricas relacionadas com a solidez financeira do Barclays, também subscrevemos análises independentes de notações de crédito das agências Standard & Poors, Moody's e Fitch. Estas classificações avaliam o mérito do crédito do Barclays e são baseadas em análises de uma ampla variedade de atributos de negócio e financeiros, incluindo processos e procedimentos de gestão de risco, força do capital, lucros, financiamento, liquidez, contabilidade de governança.

Uma descida na notação de crédito pode resultar em saídas contratuais para fazer face aos requisitos de garantia em contratos em vigor. Saídas relacionadas com a descida de notação de crédito de vários pontos estão incluídas nos cenários de esforço LRA e uma parte do Reservatório de Liquidez é detido face a este risco. As descidas das notações de crédito também podem resultar no aumento de custos ou redução da capacidade de angariar financiamento.

Ratings Crédito	Standard & Poor's	Moody's	Fitch
Barclays PLC			
Longo Prazo	A(Estável)	A1	A(Estável)
Curto Prazo	A-1	P-1	F1
Rating Força Financeira do Banco	N/A	N/A	N/A
Barclays Bank PLC			
Longo Prazo	A+(Estável)	Aa3	A(Estável)
Curto Prazo	A-1	P-1	F1
Rating Força Financeira do Banco	N/A	C(Estável)	N/A

Vencimento contratual de activos e passivos financeiros (auditado)

Os detalhes de vencimentos contratuais de activos e passivos formam uma importante fonte de informação para a gestão do risco de liquidez. Tal informação é usada (entre outras coisas) como a base para a modelação de um balanço comportamental, para contributo no quadro de liquidez, como discutido acima.

A tabela em baixo fornece detalhes sobre o vencimento contratual de todos os instrumentos financeiros e outros activos e passivos. Os derivados (para além dos designados num relacionamento de cobertura) e a carteira de negociação de activos e passivos estão incluídos na coluna mediante pedido pelo seu justo valor. O risco de liquidez sobre esses itens não é gerido com base no vencimento do contrato, uma vez que não são detidos para liquidação de acordo com tal vencimento e frequentemente liquidados antes do vencimento contratual ao justo valor. Os derivativos designados numa relação de cobertura estão incluídos de acordo com sua maturidade contratual.

Os activos financeiros designados ao justo valor em relação a obrigações ligadas aos clientes através de contratos de investimento foram incluídas em outros ativos e outros passivos uma vez que o Grupo não está exposto ao risco de liquidez resultante das mesmas; qualquer pedido de fundos pelos credores seriam cumpridas simultaneamente pela liquidação ou transferência do respectivo investimento.

Gestão de risco

Risco de financiamento - Liquidez

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Vencimento contratual de activos e passivos financeiros (auditado)									
A 31 Dezembro 2011	Mediante pedido	Até 3 meses	Durante 3 meses mas menos de 6 meses	Durante 6 meses mas menos de 1 ano	Durante 1 ano mas menos de 3 anos	Durante 3 anos mas menos de 5 anos	Durante 5 anos mas menos de 10 anos	Durante 10 anos	Total
O Grupo	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Activos									
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	58.317	48.577	-	-	-	-	-	-	106.894
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.188	624	-	-	-	-	-	-	1.812
Activos da carteira de negociação	152.183	-	-	-	-	-	-	-	152.183
Activos financeiros designados pelo justo valor	802	4.257	1.046	1.725	4.252	1.915	2.532	19.118	35.647
Instrumentos financeiros derivados	535.306	122	109	188	417	1.036	904	882	538.964
Empréstimos e adiantamentos a bancos	6.048	35.238	2.022	817	1.559	373	322	413	46.792
Empréstimos e adiantamentos a clientes	37.747	79.949	8.107	16.561	52.827	52.414	61.754	122.575	431.934
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	24	141.751	7.674	3.423	401	101	133	158	153.665
Investimentos financeiros disponíveis para venda	363	10.504	4.833	4.079	14.516	10.212	12.489	12.027	69.023
Outros activos financeiros	-	1.978	-	-	640	-	-	-	2.618
Total activos financeiros	791.978	323.000	23.791	26.793	74.612	66.051	78.134	155.173	1.539.532
Outros activos									23.870
Total activos									1.563.402
Passivos									
Depósitos de bancos	7.866	79.507	880	896	416	1.218	333	-	91.116
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	965	4	-	-	-	-	-	-	969
Contas de clientes	213.935	119.016	8.838	11.568	7.343	1.839	2.206	1.300	366.045
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	23	196.066	9.356	1.554	125	130	36	2	207.292
Passivos da carteira de negociação	45.887	-	-	-	-	-	-	-	45.887
Passivos financeiros designados ao justo valor	1.525	11.743	4.033	11.077	19.826	16.283	11.511	10.318	86.316
Instrumentos financeiros derivados	524.439	345	146	44	577	564	592	1.091	527.798
Títulos de dívida em emissão	75	52.189	13.084	7.803	22.442	15.133	13.235	5.775	129.736
Passivos subordinados	-	78	-	115	1.231	365	13.403	9.678	24.870
Outros passivos financeiros	-	3.641	-	-	1.594	-	-	-	5.235
Total passivos financeiros	794.715	462.589	36.337	33.057	53.554	35.532	41.316	28.164	1.485.264
Outros passivos									12.968
Total passivos									1.498.232
Gap liquidez cumulativa	(2.737)	(142.326)	(154.872)	(161.136)	(140.078)	(109.559)	(72.741)	54.268	65.170

Vencimento contratual de activos e passivos financeiros (auditado)									
A 31 Dezembro 2011	Mediante pedido	Até 3 meses	Durante 3 meses mas menos de 6 meses	Durante 6 meses mas menos de 1 ano	Durante 1 ano mas menos de 3 anos	Durante 3 anos mas menos de 5 anos	Durante 5 anos mas menos de 10 anos	Durante 10 anos	Total
O Grupo	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Activos									
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	54.551	48.536	-	-	-	-	-	-	103.087
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.184	450	-	-	-	-	-	-	1.634
Activos da carteira de negociação	85.048	-	-	-	-	-	-	-	85.048
Activos financeiros designados pelo justo valor	105	5.288	2.517	3.001	7.202	5.211	2.724	18.504	44.552
Instrumentos financeiros derivados	543.570	67	23	23	417	1.036	904	881	546.921
Empréstimos e adiantamentos a bancos	5.223	28.347	2.675	5.262	4.213	3.847	2.033	687	52.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	43.576	221.733	6.120	16.001	43.281	43.463	48.191	95.415	517.780
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	277	150.572	6.479	3.315	401	101	133	158	161.436
Investimentos financeiros disponíveis para venda	1	2.371	2.443	2.957	10.890	8.826	11.273	9.218	47.979
Outros activos financeiros	-	1.020	-	-	150	-	-	-	1.170
Total activos financeiros	733.535	458.384	20.257	30.559	66.554	62.484	65.258	124.863	1.561.894
Outros activos									40.709
Total activos									1.602.603
Passivos									
Depósitos de bancos	27.316	76.243	1.153	1.351	1.232	1.015	493	13	108.816
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	962	4	-	-	-	-	-	-	966
Contas de clientes	194.869	211.769	6.537	15.259	13.020	5.537	3.871	3.660	454.522
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	3	186.395	5.210	1.554	125	130	36	-	193.453
Passivos da carteira de negociação	28.632	-	-	-	-	-	-	-	28.632
Passivos financeiros designados ao justo valor	1.104	12.782	5.848	12.902	25.808	19.711	12.581	10.333	101.069
Instrumentos financeiros derivados	532.648	334	38	44	559	549	570	1.095	535.837
Títulos de dívida em emissão	18	32.157	8.590	3.671	14.362	10.847	11.691	2.603	83.939
Passivos subordinados	-	-	-	-	764	166	13.386	12.448	26.764
Outros passivos financeiros	-	12.973	-	-	232	-	-	-	13.205
Total passivos financeiros	785.552	532.657	27.376	34.781	56.102	37.955	42.628	30.152	1.547.203
Outros passivos									4.641
Total passivos									1.551.844
Gap liquidez cumulativa	(52.017)	(126.290)	(133.409)	(137.631)	(127.179)	(102.650)	(80.020)	14.691	50.759

Gestão de risco

Risco de financiamento - Liquidez

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Vencimento contratual de activos e passivos financeiros (auditado)									
A 31 Dezembro 2010	Mediante pedido	Até 3 meses	Durante 3 meses mas menos de 6 meses	Durante 6 meses mas menos de 1 ano	Durante 1 ano mas menos de 3 anos	Durante 3 anos mas menos de 5 anos	Durante 5 anos mas menos de 10 anos	Durante 10 anos	Total
			£m	£m	£m	£m	£m	£m	
Activos									
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	96.842	788	-	-	-	-	-	-	97.630
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.168	216	-	-	-	-	-	-	1.384
Activos da carteira de negociação	168.930	-	-	-	-	-	-	-	168.930
Activos financeiros designados pelo justo valor	789	5.678	1.110	2.773	7.411	3.745	2.461	16.089	40.056
Instrumentos financeiros derivados	418.587	114	20	96	488	444	396	174	420.319
Empréstimos e adiantamentos a bancos	5.698	26.462	1.858	946	2.260	5	111	459	37.799
Empréstimos e adiantamentos a clientes	48.222	60.908	9.553	16.079	53.374	44.324	65.809	129.673	427.942
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	114	192.423	7.366	5.089	390	124	238	28	205.772
Investimentos financeiros disponíveis para venda	297	7.589	2.979	5.851	15.053	10.007	12.127	11.537	65.440
Outros activos financeiros	-	2.040	-	-	784	-	-	-	2.824
Total activos financeiros	740.647	296.218	22.886	30.834	79.760	58.649	81.142	157.960	1.468.096
Outros activos									21.942
Total activos									1.490.038
Passivos									
Depósitos de bancos	5.754	65.755	2.161	2.247	739	790	249	280	77.975
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	1.312	9	-	-	-	-	-	-	1.321
Contas de clientes	230.895	77.607	13.958	11.423	5.211	3.539	2.263	906	345.802
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	907	216.454	4.358	2.755	739	256	59	6	225.534
Passivos da carteira de negociação	72.693	-	-	-	-	-	-	-	72.693
Passivos financeiros designados ao justo valor	1.237	17.866	6.191	6.963	21.453	18.446	13.553	10.073	95.782
Instrumentos financeiros derivados	403.163	303	72	101	390	927	286	274	405.516
Títulos de dívida em emissão	17	50.735	17.982	33.172	23.130	13.032	12.028	6.527	156.623
Passivos subordinados	-	835	-	218	2.094	475	9.499	15.378	28.499
Outros passivos financeiros	-	4.295	-	-	990	-	-	-	5.285
Total passivos financeiros	715.978	433.859	44.722	56.879	54.746	37.465	37.937	33.444	1.415.030
Outros passivos									12.367
Total passivos									1.427.397
Gap liquidez cumulativa	24.669	(112.972)	(134.808)	(160.853)	(135.839)	(114.655)	(71.450)	53.066	62.641

Vencimento contratual de activos e passivos financeiros (auditado)									
A 31 Dezembro 2010	Mediante pedido	Até 3 meses	Durante 3 meses mas menos de 6 meses	Durante 6 meses mas menos de 1 ano	Durante 1 ano mas menos de 3 anos	Durante 3 anos mas menos de 5 anos	Durante 5 anos mas menos de 10 anos	Durante 10 anos	Total
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Activos									
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	92.041	645	-	-	-	-	-	-	92.686
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.165	103	-	-	-	-	-	-	1.268
Activos da carteira de negociação	95.034	-	-	-	-	-	-	-	95.034
Activos financeiros designados pelo justo valor	77	3.496	346	1.824	4.202	1.991	2.295	14.950	29.181
Instrumentos financeiros derivados	439.278	108	12	61	286	293	344	763	441.145
Empréstimos e adiantamentos a bancos	5.303	20.929	1.900	3.978	5.274	134	1.933	939	40.390
Empréstimos e adiantamentos a clientes	51.708	230.225	5.774	12.711	39.694	35.288	53.752	93.784	522.936
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	531	210.915	6.671	4.085	390	401	238	4.112	227.343
Investimentos financeiros disponíveis para venda	7	3.750	1.289	2.003	10.338	7.616	12.141	8.077	45.221
Outros activos financeiros	-	1.263	-	-	241	-	-	-	1.504
Total activos financeiros	685.144	471.434	15.992	24.662	60.425	45.723	70.703	122.625	1.496.708
Outros activos									39.582
Total activos									1.536.290
Passivos									
Depósitos de bancos	23.008	67.112	2.311	2.418	1.348	637	250	442	97.526
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	1.261	9	-	-	-	-	-	-	1.270
Contas de clientes	182.057	223.697	19.040	8.741	9.374	5.313	4.346	1.258	453.826
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	884	205.814	5.326	1.123	739	256	59	6	214.207
Passivos da carteira de negociação	44.352	-	-	-	-	-	-	-	44.352
Passivos financeiros designados ao justo valor	1.225	17.463	6.771	7.124	22.293	18.920	13.705	9.541	97.042
Instrumentos financeiros derivados	423.980	303	72	82	345	903	286	272	426.243
Títulos de dívida em emissão	-	29.045	13.097	27.541	12.971	10.073	10.782	2.758	106.267
Passivos subordinados	-	833	-	218	760	155	9.499	15.529	26.994
Outros passivos financeiros	-	14.926	-	-	291	-	-	-	15.217
Total passivos financeiros	676.767	559.202	46.617	47.247	48.121	36.257	38.927	29.806	1.482.944
Outros passivos									3.301
Total passivos									1.486.245
Gap liquidez cumulativa	8.377	(79.391)	(110.016)	(132.601)	(120.297)	(110.831)	(79.055)	13.764	50.045

Gestão de risco

Risco de financiamento - Liquidez

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Datas de vencimento previstas não diferem significativamente das datas contratuais, excepto para:

- Carteira de negociação de activos e passivos e de instrumentos financeiros derivados, que não podem ser detidos até ao vencimento como parte das estratégias de negociação do Grupo. Para estes instrumentos, que são na sua maioria detidos pelo Barclays Capital, liquidez e risco de alteração de preços é gerida através da metodologia do Valor Diário em Risco (VaR);
- Depósitos de retalho, que estão incluídos nas contas dos clientes, são reembolsados à pedido ou a curto prazo numa base contratual. Na prática, estes instrumentos formam uma base estável para as operações e necessidades de liquidez do Grupo por causa da ampla base de clientes, tanto numericamente e por tipo de depositante; e
- Os activos financeiros designados ao justo valor detido em relação a passivos vinculados, que são geridos com os passivos associados.

Vencimento contratual de passivos financeiros numa base não descontada

A tabela abaixo apresenta os fluxos de caixa a pagar pelo Grupo sob passivos financeiros por maturidades contratuais remanescentes na data do balanço. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados de todos os passivos financeiros (isto é, valores nominais); enquanto O Grupo gere o risco de liquidez inerente baseado em descontos esperados dos influxos de caixa.

Os saldos na tabela acima não concordam directamente com os saldos no balanço consolidado visto que a tabela incorpora todos os fluxos de caixa, numa base não descontada, relacionados com os pagamentos futuros principais e associados.

Os instrumentos financeiros derivados detidos para negociação e passivos da carteira de negociação estão incluídos na coluna mediante pedido ao seu justo valor.

Os passivos financeiros designados ao justo valor em relação a obrigações vinculadas ao abrigo de contratos de investimento foram excluídos desta análise, visto que o Grupo não está exposto ao risco de liquidez resultante dos mesmos.

Vencimento contratual de passivos financeiros numa base não descontada (auditado)	Mediante pedido	Dentro de um ano	Durante um ano mas menos do de cinco anos	Durante cinco anos	Total
A 31 Dezembro 2011	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo					
Depósitos de bancos	7.866	81.308	1.651	409	91.234
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	965	4	-	-	969
Contas de clientes	213.935	139.620	9.417	5.659	368.631
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	23	207.000	257	41	207.321
Passivos da carteira de negociação	45.887	-	-	-	45.887
Passivos financeiros designados ao justo valor	1.525	28.147	39.458	30.744	99.874
Instrumentos financeiros derivados	524.439	828	1.512	2.333	529.112
Títulos de dívida em emissão	75	74.952	40.983	21.754	137.764
Passivos subordinados	-	1.003	4.456	27.583	33.042
Outros passivos financeiros	-	3.641	1.594	-	5.235
Total passivos financeiros	794.715	536.503	99.328	88.523	1.519.069
Rubricas extrapatrimoniais					
Compromissos de empréstimo	223.622	12.071	3.549	1.126	240.368
Outros compromissos	364	793	198	6	1.361
Total rubricas extrapatrimoniais	223.986	12.864	3.747	1.132	241.729
Total passivos financeiros e rubricas extrapatrimoniais	1.018.701	549.367	103.075	89.655	1.760.798
O Banco					
Depósitos de bancos	27.316	78.777	2.269	583	108.945
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	962	4	-	-	966
Contas de clientes	194.869	234.091	19.311	8.479	456.750
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	3	193.182	257	38	193.480
Passivos da carteira de negociação	28.632	-	-	-	28.632
Passivos financeiros designados ao justo valor	1.104	32.849	49.182	32.453	115.588
Instrumentos financeiros derivados	532.648	705	1.462	2.325	537.140
Títulos de dívida em emissão	18	45.697	28.034	15.559	89.308
Passivos subordinados	-	875	4.163	29.464	34.502
Outros passivos financeiros	-	12.973	232	-	13.205
Total passivos financeiros	785.552	599.153	104.910	88.901	1.578.516
Rubricas extrapatrimoniais					
Compromissos de empréstimo	179.028	10.955	2.867	388	193.238
Outros compromissos	219	720	167	-	1.106
Total rubricas extrapatrimoniais	179.247	11.675	3.034	388	194.344
Total passivos financeiros e rubricas extrapatrimoniais	964.799	610.828	107.944	89.289	1.772.860

Gestão de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Vencimento contratual de passivos financeiros numa base não descontada (auditado)	Mediante pedido	Dentro de um ano	Durante um ano mas menos do de cinco anos	Durante cinco anos	Total
A 31 Dezembro 2010	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo					
Depósitos de bancos	5.754	70.197	1.636	613	78.200
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	1.312	9	-	-	1.321
Contas de clientes	230.895	103.119	9.169	3.446	346.629
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	907	223.589	1.099	71	225.666
Passivos da carteira de negociação	72.693	-	-	-	72.693
Passivos financeiros designados ao justo valor	1.237	32.408	45.573	34.745	113.963
Instrumentos financeiros derivados	403.163	509	1.478	1.131	406.281
Títulos de dívida em emissão	17	103.437	39.519	26.304	169.277
Passivos subordinados	-	1.934	5.645	26.785	34.364
Outros passivos financeiros	-	4.295	990	-	5.285
Total passivos financeiros	715.978	539.497	105.109	93.095	1.453.679
Rubricas extrapatrimoniais					
Compromissos de empréstimo	188.958	17.755	5.912	10.416	223.041
Outros compromissos	227	806	183	-	1.216
Total rubricas extrapatrimoniais	189.185	18.561	6.095	10.416	224.257
Total passivos financeiros e rubricas extrapatrimoniais	905.163	558.058	111.204	103.511	1.677.936
O Banco					
Depósitos de bancos	23.008	71.893	2.114	766	97.781
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	1.261	9	-	-	1.270
Contas de clientes	182.057	251.514	15.060	6.064	454.695
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	884	212.285	1.099	71	214.339
Passivos da carteira de negociação	44.352	-	-	-	44.352
Passivos financeiros designados ao justo valor	1.225	32.831	46.971	34.504	115.531
Instrumentos financeiros derivados	423.980	488	1.437	1.117	427.022
Títulos de dívida em emissão	-	71.119	26.429	19.364	116.912
Passivos subordinados	-	1.932	4.008	26.918	32.858
Outros passivos financeiros	-	14.926	291	-	15.217
Total passivos financeiros	676.767	656.997	97.409	88.804	1.519.977
Rubricas extrapatrimoniais					
Compromissos de empréstimo	160.266	11.650	2.129	227	174.272
Outros compromissos	156	599	169	-	924
Total rubricas extrapatrimoniais	160.422	12.249	2.298	227	175.196
Total passivos financeiros e rubricas extrapatrimoniais	837.189	669.246	99.707	89.031	1.695.173

Gestão de risco

Supervisão e regulamentação

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

As operações do Grupo, incluindo os seus escritórios no estrangeiro, filiais e associadas, estão sujeitas a um conjunto significativo de regras e regulamentos que são uma condição para a autorização para prestação de serviços bancários e financeiros. Estas aplicam-se às operações comerciais e afectam retornos financeiros e incluem reserva e requisitos de prestação de informação e regulamentos prudenciais e de conduta de negócio. Estas exigências são impostas pelos bancos centrais importantes e pelas autoridades reguladoras que supervisionam o Grupo nas jurisdições em que este opera. Os requisitos reflectem padrões globais desenvolvidos por, entre outros, a Comissão da Basileia de Supervisão Bancária e da Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários. Eles refletem, também, os requisitos das directivas da UE.

No Reino Unido, a Autoridade para os Serviços Financeiros (Financial Services Authority - FSA) continua a ser, enquanto se aguarda a reorganização do regime regulador do Reino Unido (ver abaixo), o órgão independente responsável pela regulação e supervisão de captação de depósitos, seguros de vida, hipotecas para habitação, seguros em geral e negócios de investimento. O Barclays Bank PLC está autorizado pela FSA de acordo com o Financial Services and Markets Act de 2000 (Lei relativa aos Serviços e Mercados Financeiros) a realizar no Reino Unido uma série de actividades regulamentadas e está sujeito a supervisão consolidada pela FSA. No seu papel de supervisora, a FSA procura manter a segurança e a solidez das instituições financeiras com o objectivo de reforçar, mas não garantindo, a protecção dos clientes e do sistema financeiro. A supervisão contínua das instituições financeiras pela FSA é realizada através de uma variedade de instrumentos reguladores, incluindo a recolha de informações através de levantamentos estatísticos e prudenciais, relatórios de pessoas qualificadas, as visitas a empresas e reuniões periódicas com a administração para discutir questões como desempenho, gestão de risco e estratégia.

O ponto de partida para a supervisão de todas as instituições financeiras é uma análise sistemática do perfil de risco de cada empresa autorizada. A FSA tem adotado um risco homogéneo, processos e modelo de recursos na sua abordagem às suas responsabilidades de supervisão (conhecido como o modelo SETA) e os resultados da avaliação de risco são usados pela FSA para desenvolver um programa de mitigação de risco para uma empresa. Este é complementado por um programa contínuo de envolvimento intenso e compromisso intrusivo sobre questões prudenciais e de conduta com as empresas de alto impacto, como o Barclays. A FSA também promulga exigências que os bancos e outras instituições financeiras são obrigadas a atender em questões como a adequação de capital, limites aos grandes riscos para as entidades individuais e grupos de entidades intimamente ligadas, liquidez e regras de conduta empresarial.

A Lei do Sector Bancário de 2009 estabelece um regime que permite que a FSA, o Tesouro do Reino Unido e o Banco da Inglaterra dissolver bancos à beira de falência no Reino Unido. Segundo a Lei do Sector Bancário, a estas autoridades são dados poderes, incluindo (a) o poder de emitir ordens de transferência de acções nos termos das quais todos ou alguns dos títulos emitidos por um banco podem ser transferidos para um comprador comercial ou entidade do Banco da Inglaterra e (b) o poder de transferir todos ou alguns dos bens, direitos e obrigações do banco do Reino Unido a um comprador ou entidade do Banco da Inglaterra. Uma ordem de transferência de acções pode estender-se a uma ampla gama de títulos, incluindo acções e obrigações emitidas por um banco do Reino Unido (incluindo o Barclays Bank PLC) ou a sua holding (Barclays PLC) e *warrants* para tais acções e obrigações. Os poderes da Lei do Sector Bancário aplicam-se independentemente de quaisquer limitações contratuais e compensação pode ser paga no contexto tanto de ordens de transferência de acções como de apropriação de propriedade.

A Lei do Sector Bancário também dá ao Banco da Inglaterra o poder de anular, alterar ou impor obrigações contratuais entre um banco do Reino Unido ou sua holding e as antigas empresas do grupo para consideração razoável, a fim de permitir a qualquer banco cessionário ou sucessor do banco do Reino Unido operar de forma eficaz. Existe também o poder de o Tesouro alterar a lei (excluindo provisões feitas pelo ou segundo a Lei do Sector Bancário), para permitir que aquele use os poderes do regime de forma eficaz, potencialmente com efeitos retroactivos. Além disso, a Lei do Sector Bancário dá ao Banco da Inglaterra responsabilidade legislativa para a estabilidade financeira no Reino Unido e para a supervisão dos sistemas de pagamento.

A Lei relativa aos Serviços Financeiros de 2010 (Financial Services Act 2010), entre outras coisas, exige à FSA que regule quanto à remuneração e exija que as empresas reguladas tenham uma política de remuneração que seja consistente com a gestão eficaz do risco e com as normas emitidas pelo Conselho de Estabilidade Financeira (Financial Stability Board). A FSA está mandatada para fazer regras que exijam que as empresas autorizadas (ou um subconjunto de empresas autorizadas) elaborem planos de recuperação e resolução e que consultem o Tesouro e o Banco da Inglaterra sobre a adequação dos planos das empresas. Esta Lei também permite que a FSA possa fazer regras que exijam que as empresas operem um esquema de reparação colectiva dos consumidores para lidar com casos de fracasso generalizado por parte das empresas reguladas para cumprir as exigências regulamentares que possam ter criado prejuízo para o consumidor.

Os bancos, seguradoras e outras instituições financeiras no Reino Unido estão sujeitas a um regime único de compensação de serviços financeiros (o Sistema de Indemnização dos Serviços Financeiros – Financial Services Compensation Scheme – FSCS), no qual empresa autorizada não é capaz ou é susceptível de não ser incapaz de satisfazer reclamações feitas contra si por causa da sua situação financeira. A maioria dos depósitos feitos nas sucursais do Barclays Bank PLC no Espaço Económico Europeu, que são denominados em Libra Esterlina ou outras moedas do Espaço Económico Europeu (incluindo o Euro) são cobertos pelo Sistema de Indemnização dos Serviços Financeiros. A maioria das reclamações feitas em relação as operações de investimento também serão reclamações protegidas se o negócio foi realizado a partir do Reino Unido ou da uma sucursal do banco ou empresa de investimento noutro estado membro do EEE. O Sistema de Indemnização dos Serviços Financeiros é financiado por impostos sobre empresas do Reino Unido autorizadas, como o Barclays Bank PLC. No caso de o Sistema de Indemnização dos Serviços Financeiros levantar esses fundos com mais frequência ou aumentar significativamente os impostos a serem pagos pelas empresas, os custos associados para o Grupo podem ter um impacto material nos resultados do Grupo. Mais detalhes podem ser encontrados na Nota 26 na página 162.

Fora do Reino Unido, o Grupo tem operações (e principais reguladores), localizadas na Europa continental, em especial em França, Alemanha, Espanha, Suíça Portugal e Itália (bancos centrais locais e outras autoridades reguladoras); Ásia-Pacífico (várias autoridades reguladoras, incluindo a Autoridade Monetária de Hong Kong, a Agência de Serviços Financeiros do Japão, a Comissão Australiana de Títulos e Investimentos, a Autoridade Monetária de Singapura, a Comissão Chinesa de Regulamentação Bancária e o Banco Central da Índia), África e Oriente Médio (várias autoridades regulatórias, incluindo o South-African Reserve Bank e o Conselho de Serviços Financeiros e as autoridades reguladoras dos Emirados Árabes Unidos) e os Estados Unidos da América (incluindo o Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal, (FRB), o Gabinete do Controlador da Moeda e a Comissão de Títulos e Câmbios), the Securities and Exchange Commission (SEC) and the Commodity Futures Trading Commission (CFTC).

A agenda regulamentar no Reino Unido é consideravelmente moldada e influenciada pelas directivas e regulamentos emanados da União Europeia. Estas estabelecem a estrutura do Mercado Único Europeu, do qual uma característica importante o quadro para a regulação das empresas autorizadas. Este quadro é concebido para permitir que uma instituição de crédito ou uma empresa de investimento autorizada num Estado membro da UE realize serviços bancários ou negócios de investimento através da criação de sucursais ou pela prestação de serviços numa base transfronteiriça noutros Estados membros, sem necessidade de autorização local. As operações do Barclays na Europa estão autorizadas e regulamentadas por uma combinação de reguladores internos (FSA) e anfitriões.

Gestão de risco

Supervisão e regulamentação

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

As operações do Barclays na África do Sul, incluindo o Grupo Absa, são supervisionadas e reguladas pelo South African Reserve Bank (SARB) e pela Financial Services Board (FSB). O SARB supervisiona o sector bancário e segue uma abordagem à supervisão baseada no risco enquanto que o FSB supervisiona o sector de serviços financeiros não-bancários e concentra-se em melhorar a protecção do consumidor e regular a conduta do mercado.

Nos Estados Unidos, o Barclays PLC, Barclays Bank PLC e as filiais bancárias do Barclays US estão sujeitos a uma estrutura abrangente de regulamentação que envolve diversa legislação, regras e regulamentos, incluindo a Lei Bancária Internacional de 1978 (International Banking Act), o Bank Holding Company Act de 1956, com alterações (BHC Act), a Lei de Melhoramento da Supervisão de Bancos Estrangeiros de 1991, a Lei de Modernização de Serviços Financeiros de 1999 e o PATRIOT Act de 2001. Tais leis impõem restrições sobre as actividades do Barclays, incluindo as suas subsidiárias bancárias nos EUA e filiais nos EUA do Banco, bem como restrições prudenciais, tais como limites a extensões de crédito pelas filiais do Banco nos EUA e das empresas subsidiárias dos EUA a afiliadas. As filiais de Nova Iorque e da Florida do Barclays Bank PLC estão sujeitas a extensa supervisão federal e estatal e à regulação da Federal Reserve Bank e dos supervisores bancários de Nova Iorque e Florida. O Barclays Bank Delaware, é um banco comercial certificado de Delaware, está sujeito à supervisão e regulação pela FDIC (Federal Deposit Insurance Corporation). Apenas os depósitos do Barclays Bank Delaware são segurados pelo FDIC. O Barclays Wealth Trustees (US) NA é uma sociedade fiduciária não-depositária sem seguro certificada e supervisionada pelo OCC.

O Barclays PLC e o Barclays Bank PLC são holdings bancárias registadas na FRB, que exerce uma autoridade supervisionadora sobre as operações do Barclays US. O Barclays PLC e o Barclays Bank PLC elegeram ser considerados como uma holding financeira nos termos do Bank Holding Company Act. As holdings financeiras podem envolver-se numa maior variedade de actividades financeiras e actividades relacionadas do que as permitidas para as holding bancárias registadas que não mantêm o estatuto de holding financeira, incluindo subscrição e negociação de todos os tipos de títulos. Holdings financeiras como Barclays PLC e o Barclays Bank PLC têm de cumprir ou exceder certos rácios de capital e serem considerados "bem geridos" e o Barclays Bank Delaware e o Barclays Wealth Trustees (US) NA devem cumprir determinados requisitos de capital para ser considerados "bem geridos" e deve ter pelo menos uma classificação "satisfatória" ao abrigo do Community Reinvestment Act de 1977 (CRA). É concedido às entidades que deixem de cumprir qualquer destes requisitos, um período de tempo para restaurar os níveis de capital ou a gestão ou a notação. Se o nível de capital ou a classificação não for restaurado, a FRB pode exigir ao Grupo que cesse certas actividades nos Estados Unidos.

Os dos títulos corretor/revendedor, consultoria de investimento e operações bancárias de investimento do Barclays US estão sujeitas à supervisão e regulação contínua pela SEC, FINRA (Financial Industry Regulatory Authority), pela CFTC e outras agências governamentais e organizações de auto-regulação (SRO) como parte de um sistema abrangente de regulação de todos os aspectos do negócio de títulos e de mercadorias sob as leis federais e estaduais dos EUA. Da mesma forma, os futuros sobre mercadorias e operações relacionadas com opções do Barclays US estão sujeitas a supervisão contínua e regulamentação por parte do CFTC, a National Futures Association e outros SRO.

As actividades do Grupo nos EUA relacionadas com o cartões de crédito estão sujeitas ao Credit Card Accountability, Responsibility and Disclosure Act de 2009 (Lei do Cartão de Crédito), que foi promulgada pelo Congresso em Maio de 2009 para proibir a determinada fixação de preços do cartão de crédito e práticas de marketing para contas de cartão de crédito dos consumidores. Entre as numerosas disposições, que entraram em vigor em vários momentos ao longo do mês de Outubro de 2011, estão aquelas que proíbem o aumento de taxas sobre os saldos existentes e acima dos limites das taxas na maioria dos casos, restringir no futuro as taxas e encargos crescentes, restringir que multas podem ser avaliadas, regular o modo como os pagamentos devem ser alocados a diferentes saldos e como o processo de facturação deve funcionar e rever todas as comunicações com os titulares de cartões.

Desenvolvimentos Regulamentares

Na esteira da crise financeira houve mudança regulatória que está a ter e terá um impacto substancial em todas as instituições financeiras, incluindo o Grupo. Embora algumas das grandes linhas de mudança e alguns dos impactos destas mudanças estão a tornar-se mais claras, uma quantidade significativa continua a ser determinada. A mudança regulatória está a ser seguida a vários níveis, nomeadamente ao nível mundial através do G20, do FSB (Financial Stability Board) e do BCBS, ao nível regional através da União Europeia e ao nível nacional, especialmente no Reino Unido e EUA. É de grande importância para o Grupo e para o sector bancário em geral, que os diversos organismos trabalhem harmoniosamente e que uma abordagem coerente ao nível mundial seja feita à regulação bancária. Exigências prudenciais crescentes e alterações ao que está definido para constituir o capital pode afectar as actividades planeadas do Grupo e pode aumentar os custos e contribuir para impactos negativos nos lucros do Grupo. Da mesma forma, aumento dos requisitos em relação às actividades dos mercados de capital e aos requisitos de conduta do mercado podem afectar as actividades planeadas do Grupo e podem aumentar os custos e, assim, contribuir para impactos negativos sobre os lucros do Grupo.

Global

O programa de reforma do quadro regulamentar global que foi acordado pelos Chefes de Governo do G20 em Abril de 2009 continuou a avançar substancialmente em 2011.

O Financial Stability Board (FSB) tem sido designado pelo G20 como o órgão responsável por coordenar o do programa de reforma global. Tem-se focado principalmente nos riscos colocados por instituições financeiras sistemicamente importantes (SIFI). Na cimeira de Cannes, em Novembro de 2011, os Chefes de Governo dos G20 adoptaram propostas do FSB para um programa de reforma da regulação das instituições financeiras sistemicamente importantes (G-SIFI). Um elemento-chave deste programa é que as instituições sistémicas, incluindo G-SIFI devem ser capazes de serem resolvidas sem recurso ao apoio dos contribuintes. O Barclays tem sido designado um G-SIFI pelo FSB. G-SIFI serão objecto de:

- Um novo padrão internacional para os regimes nacionais de resolução. Entre outras coisas, este visa dar às autoridades de resolução poderes para intervir e resolver uma instituição financeira que já não é viável, inclusivamente por meio de transferências de negócios e recapitalização financiada pelo credor (bail-in dentro da resolução) que aloca as perdas aos accionistas e credores não garantidos e não segurados na sua ordem de antiguidade, num ponto determinado pelo regulador de inviabilidade que pode preceder a insolvência;

- Requisitos para as avaliações de resolutividade e para a recuperação e planeamento da resolução;
- Estes suplementos foram adaptados para o impacto do incumprimento do G-SIFI usando uma metodologia desenvolvida em 2011 pelo BCBS. As sobretaxas aumentam em incrementos de 1% a 2,5% dos activos ponderados pelo risco (com um balde vazio de 3,5% para desencorajar as instituições de desenvolverem os seus negócios de uma forma que aumenta a sua natureza sistémica). Este buffer adicional devem ser satisfeito com capital próprio ordinária, e
- Supervisão mais intensiva, inclusivamente através de mandatos de supervisão mais fortes, recursos e poderes, e expectativas de supervisão mais altas para as funções de gestão de risco, capacidade de agregação de dados, governação de risco e controlos internos.

As G-SIFI estarão sujeitas a uma supervisão reforçada e a um quadro abrangente de gestão de crise no âmbito dos colégios de supervisão. O conceito bail-in pode afectar os direitos dos credores seniores não garantidos sujeitos a qualquer bail-in em caso de resolução de um banco em dificuldades.

As G-SIFI terão de cumprir os requisitos de planeamento de resolução até o final de 2012. Os requisitos de absorção de perdas adicionais irão, inicialmente, aplicar-se àqueles bancos identificados em Novembro de 2014 como globalmente sistemicamente importantes. Os requisitos de perda de absorção será divididos em fases a partir de Janeiro 2016 com a plena aplicação a Janeiro de 2019. As G-SIFI também devem corresponder às expectativas de supervisão mais elevadas para as capacidades de agregação de dados a Janeiro de 2016.

O BCBS publicou as orientações finais sobre os padrões Basileia 3 quanto ao capital e liquidez em Dezembro de 2010. Continuou a refinar alguns elementos deste pacote, nomeadamente em relação ao risco de crédito da contraparte, tendo sido feitas revisões em Julho e Novembro de 2011. As exigências de Basileia 3 serão aplicáveis a partir de 01 de Janeiro de 2013 com uma série de disposições transitórias que estarão em vigor até ao final de 2018.

O BCBS também mantém uma série de fluxos de trabalho activos que irão afectar o Grupo. Estes incluem uma análise fundamental da carteira de negociação cujos resultados estão previstos serem publicados em 2012. O BCBS também estará a analisar um regime para grandes riscos. Estes desenvolvimentos podem aumentar ainda mais o capital exigido pelo Grupo para realizar negócios afectados e/ou afectar a capacidade do Grupo para realizar determinadas operações.

União Europeia

A UE alterou a sua estrutura regulatória como parte da sua resposta à crise financeira. A 1 de Janeiro de 2011, uma série de novos corpos surgiu, incluindo um Conselho Europeu do Risco Sistémico para monitorizar o sistema financeiro e aconselhar sobre acções macro-prudenciais e uma Autoridade Bancária Europeia responsável pelo desenvolvimento de um manual único para os bancos na UE e com o reforço da cooperação entre as autoridades supervisoras nacionais, especialmente no contexto da supervisão dos bancos que operam através das fronteiras dentro da UE. A Autoridade Europeia de Mercados de Títulos tem um papel semelhante em relação aos mercados de capitais e aos bancos e outras empresas que fazem investimentos e negócios no mercado de capitais. A Autoridade Bancária Europeia e o Autoridade Europeia de Mercados de Títulos têm o poder de mediar e de substituir, em determinadas circunstâncias, as autoridades nacionais. No entanto, as autoridades nacionais, continuam a ser responsáveis pela supervisão do dia-a-dia das instituições financeiras.

Basileia 3 será implementado na UE através de uma alteração à directiva relativa aos requisitos de capital (CRD). Propostas formais de alteração da CRD foram adoptadas pela Comissão Europeia em Julho de 2011. Estas assumem a forma de um regulamento e de uma directiva que estão actualmente a passar pelo processo legislativo da UE. Grande parte da implementação detalhada deverá ser feita através de normas técnicas obrigatórias a serem adoptadas pela Autoridade Bancária Europeia, que se destinam a assegurar uma aplicação harmonizada das regras em toda a UE, mas que ainda precisam ser desenvolvidas. Embora possa haver algumas diferenças de pormenor entre o CRD 4 e Basileia 3, a expectativa actual é que o impacto global seja semelhante.

Além disso, outras alterações estão a ser feitas ao quadro da directivas da União Europeia, incluindo a Directiva relativa aos sistemas de garantia de depósitos. Isto pode afectar os montantes pelos quais Grupo pode ser responsabilizado a financiar a indemnização dos depositantes de bancos falidos. A proposta também prevê que os regimes nacionais devam ser pré-financiados, com um fundo a ser criado ao longo de vários anos. Isto seria uma mudança significativa para os bancos do Reino Unido, onde taxas são actualmente cobradas como necessárias após incumprimento. As propostas continuam em debate e o impacto financeiro para o Grupo ainda não está claro.

Como previsto, a Comissão Europeia adoptou propostas de alteração dos Mercados de Instrumentos Financeiros. Isso afetará muitos dos mercados de investimento em que o Grupo opera e os instrumentos em que negocia, e como ele movimentará com contrapartes do mercado e outros clientes. Estas propostas estão numa fase muito precoce da sua consideração pelas instituições da UE e do impacto global deles sobre o Grupo ainda não está clara.

Outros desenvolvimentos da UE de nota incluem a consideração de disposições europeias em matéria de gestão de crises e a resolução de instituições financeiras. A Comissão Europeia publicou um documento para discussão em Janeiro de 2011 e as propostas de legislação que eram esperadas em 2011 são agora esperadas no final de 2012. Estas são susceptíveis de incluir disposições sobre bail-in dentro de resolução e outros assuntos que podem ter um impacto sobre os direitos dos accionistas e credores das instituições falidas. A Comissão também anunciou em Novembro de 2011 a criação de um grupo de peritos sobre os aspectos estruturais do sector bancário da UE. Estava previsto que o grupo começasse a trabalhar em Fevereiro de 2012 e terminasse durante o Verão. O seu mandato será para determinar se, além das reformas regulatórias em curso, reformas estruturais dos bancos da UE reforçarão a estabilidade financeira e melhorarão a eficiência e proteção do consumidor, e se esse for o caso, apresentar as propostas pertinentes, quando apropriado.

Gestão de risco

Risco de crédito

As divulgações nesta secção não estão auditadas, salvo indicação em contrário

Reino Unido

O Governo está a reformar a estrutura de regulação para substituir a FSA e o sistema tripartido que também envolveu o Banco de Inglaterra e HM Treasury. Pretende-se promover estabilidade financeira e aumentar o escrutínio supervisor do sector financeiro, incluindo o Grupo. O Governo apresentou uma proposta de lei que propõe que uma Comissão de Política Financeira seja estabelecida no Banco de Inglaterra com a responsabilidade pela monitorização e controlo do risco sistémico, incluindo a utilização eficaz de ferramentas macro-prudenciais de supervisão. A responsabilidade pela regulação prudencial passará para uma Autoridade de Regulamentação Prudencial a ser estabelecida como uma filial do Banco de Inglaterra, enquanto que uma Autoridade para a Conduta Financeira (Financial Conduct Authority - FCA) será responsável por questões de negócios e conduta de mercado e regulação do mercado. A FCA também será a autoridade de listagem do Reino Unido. Este processo não deverá estar concluído antes de 2013. Em antecipação da nova estrutura de regulamentação, uma Comissão de Política Financeira temporária foi criada e a FSA vai reorganizar-se em unidades de negócio distintas: Prudencial e Consumidor e Mercados a 04 de Abril de 2011. Em abril de 2012, as duas unidades de negócio começarão a observar o próximo regime e a operar como se fossem o PRA e a FCA dentro dos limites da lei em vigor.

O ICB emitiu o seu relatório final em Setembro de 2011. Entre outras coisas, incluía as seguintes recomendações: (i) que as actividades bancárias comerciais no Reino Unido e EEA de um banco do Reino Unido ou a sociedade de construção devem ser colocadas numa entidade distinta juridical distinta, operacionalmente separada e economicamente independente ("ring-fencing"), e (ii) que perda de capacidade de absorção de bancos circunscritos e a sede no Reino Unido de bancos globalmente importantes (como o Barclays Bank PLC) deve ser aumentada para níveis mais elevados do que os das propostas de Basileia 3. O governo britânico publicou a sua resposta às recomendações do ICB em Dezembro de 2011 e indicou que a legislação primária e secundária, relativa à circunscrição proposta será concluída até Maio de 2015, prevendo-se que os bancos do Reino Unido e sociedades de construção estejam em conformidade logo que possível, depois, e as exigências relativas ao aumento da capacidade de absorção de perdas de bancos circunscritos e a sede no Reino Unido de bancos sistemicamente importantes será aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2019. O Governo irá publicar um Livro Branco no final da Primavera de 2012, com mais detalhes sobre como as recomendações serão implementadas.

A FSA continua a desenvolver a sua abordagem mais intrusiva e assertiva à supervisão e sua política de dissuasão credível em relação ao cumprimento, que tem visto um crescimento significativo no tamanho das multas regulamentares. Na expectativa de um acordo internacional, a FSA tem estabelecido e implementado requisitos de capital e liquidez que foram substancialmente aumentados relativamente aos níveis pré- crise e tem, juntamente com o Banco de Inglaterra avançado para estabelecer requisitos para Planeamento para Recuperação e Resolução. De acordo com as exigências do FSB, o Grupo é obrigado a apresentar um Plano de Recuperação e Resolução até 30 de Junho de 2012. A Análise da Distribuição a Retalho e a Análise do Mercado de Hipotecas afectarão a economia de consultoria de investimento e provisão de financiamento doméstico, respectivamente. A FSA, após consulta, tornou clara a sua intenção de adoptar uma abordagem mais intervencionista à concepção de produtos financeiros e aos processos de governação em torno da concepção dos produtos. Esta abordagem será levada a cabo quando a FCA estiver estabelecida.

United States

A Reforma Dodd-Frank Wall Street e a Lei de Defesa do Consumidor (Consumer Protection Act - DFA) tornaram-se lei em Julho de 2010. A escala completa do impacto da DFA sobre o Grupo ainda não está clara porque as regras necessárias para implementar muitas das disposições da DFA ainda não foram implementadas e, em algumas áreas, ainda têm de ser propostas pelos órgãos responsáveis. Além disso, as práticas e estruturas de mercado podem mudar em resposta aos requisitos da DFA em formas que são difíceis de prever, mas que podem ter impacto nos negócios do Barclays. No entanto, certas disposições da DFA são particularmente propensas a ter um efeito sobre o Grupo, incluindo o seguinte:

– **Risco Sistémico:** A DFA criou o Conselho de Supervisão da Estabilidade Financeira (Financial Stability Oversight Council – FSOC) e deu-lhe poderes para fazer recomendações à FRB para aplicar requisitos intensificados de supervisão e normas prudenciais aplicáveis às entidades e actividades "sistemicamente importantes" e para trabalhar com todas as principais agências financeiras reguladoras para estabelecer regulamentos, conforme necessário, para responder às preocupações de estabilidade financeira. Em Dezembro de 2011, a FRB emitiu propostas para que holdings bancárias com activos totais consolidados de mais de £ 50 bilhões, e outras empresas financeiras designadas pelo FSOC como sistemicamente importantes, passem a estar sujeitas a padrões mais prudenciais mais rigorosos, incluindo (i) os requisitos de capital e limites de alavancagem, (ii) testes de esforço obrigatórios dos níveis de capital, (iii) requisitos de liquidez, (iv) os requisitos gerais de gestão de risco, e (v) limites de concentração e de exposição ao crédito. No entanto, tal como foi redigida, estas não afectam actualmente o Grupo. Embora as secções relevantes da DFA aplicarem-se tanto às holding bancárias domiciliadas nos EUA, com activos totais consolidados de £50 bilhões e como a organizações bancárias não-americanas com operações nos EUA que têm activos totais consolidados superiores a £ 50 bilhões, como o Grupo, a FRB adiou propor regras para cobrir tais organizações não-americanas. Em vez disso, as normas propostas seriam aplicáveis apenas à filial de uma empresa de propriedade estrangeira de uma holding bancária EUA, se a própria filial tiver £ 50 bilhões ou mais em activos totais consolidados. A única holding bancária subsidiária com domicílio nos EUA do Grupo, Barclays Delaware Holdings, LLC, tem activos totais abaixo deste limiar. No entanto, é possível que a FRB possa propor normas complementares que se aplicarão semelhantes exigências prudenciais a todas as organizações bancárias não-americanas com operações nos EUA que têm activos totais consolidados de mais de £ 50 bilhões, ou a qualquer outra organização bancária não-americana que o FSOC designar como sistemicamente importante. A este respeito, é potencialmente relevante que em Novembro de 2011 o Barclays tenha sido listado pelo FSB como um banco global sistemicamente importante. Ainda não está claro posição o FSOC ou outras agências terão quanto aos reguladores prudenciais dos países de origem de organizações não-americanas quando se considerar a imposição de requisitos prudenciais mais intensos a tais organizações em conformidade com a DFA.

– **Outros Requisitos Prudenciais Avançados:** Outros avançados Requisitos prudenciais: Além da capacidade do FSOC para recomendar padrões prudenciais mais elevados para instituições específicas, a DFA, conjuntamente e em separado de Basileia 3, também impõe exigências de capital, liquidez e alavancagem mais elevadas nos bancos americanos e holdings bancárias em geral.

– **Restrições à Negociação quanto à Negociação de Propriedade e Actividades Relacionadas com Fundos:** A chamada "Regra Volcker", que, uma vez eficaz, irá limitar significativamente a capacidade das holding bancárias norte-americanas e suas afiliadas e as filiais norte-americanas de bancos estrangeiros, para realizar negociações de valores mobiliários e derivados, bem como certas actividades relacionadas com os hedge funds e fundos de private equity.

Em Outubro de 2011, os reguladores norte-americanos aconselharam-se sobre as regras para implementar a Regra de Volcker. As regras propostas são altamente complexas e vários aspectos permanecem obscuros, incluindo a isenção da negociação de propriedade e proibições de actividade relacionada com fundos para actividades realizadas por organizações não-americanas "somente fora dos Estados Unidos". As agências interpretaram esta isenção de forma muito restritiva nas normas propostas. A análise das propostas continua, mas é claro que o seu cumprimento implicaria um esforço significativo pelo Grupo. Embora a Regra Volcker seja susceptível de impor ao Grupo o cumprimento adicional significativo e os custos operacionais, o impacto total só será conhecido com certeza até que as regras tenham sido finalizadas. Embora o Grupo tenha identificado que o seu fundo privado de capital, fundos de cobertura e operações comerciais podem ter sido afetados pela Regra Volcker, até que os regulamentos finais são adoptados, o impacto sobre a capacidade do Grupo para participar nestas actividades continua a ser incerto. Como tal, não pode ser determinado se, de facto, as restrições vão ter um efeito material sobre o Grupo. As disposições legais da Regra Volcker estão previstas entrar em vigor em Julho de 2012, independentemente de as normas de execução estarem concluídas e as empresas terão dois anos partir daquela data para estarem em plena conformidade com elas, sujeitas a eventuais prorrogações.

– *Planos de Resolução:* A DFA exige que as holdings bancárias com activos totais consolidados de EUA\$ 50 Bilhões ou mais submetam ao FRB e à FDIC, e que o actualizem regularmente, um plano para "rápida e ordenada" resolução a ser usado se a empresa experimentar dificuldades materiais financeiras ou fracasso. As organizações bancárias não-americanas que são consideradas como holdings bancárias sob a lei dos EUA, como o Barclays, são obrigadas a apresentar tais planos relativamente às suas operações nos EUA, se tiverem mais de EUA \$ 50 bilhões em activos americanos. Os activos do Barclays nos EUA excedem EUA \$ 250 bilhões, e, como resultado o Barclays é obrigado a apresentar um plano de resolução até 1 de Julho de 2012.

Regulamentação dos Mercados de Derivados: Entre as mudanças propostas pela DFA determina-se que muitos tipos de derivados negociados agora nos mercados de balcão sejam negociados num câmbio ou instalação de execução de swap e centralmente aprovada através de uma câmara de câmbio regulamentada. Além disso, muitos participantes nestes mercados serão obrigados a registar-se com a CFTC como "Swap Dealers" ou "participantes de swap importantes" e/ou com a SEC dos EUA como "corrector de swaps de títulos" ou "corrector importante de swaps de títulos" e estão sujeitos à regulação e supervisão da CFTC e da SEC. O Barclays Bank PLC e, potencialmente, uma ou mais das suas subsidiárias nos EUA podem ser submetidas a estes requisitos. As entidades que necessitam registar-se também estarão sujeitas aos requisitos de conduta de negócios, requisitos de capital, margem, de registos e relatórios. Além disso, a CFTC, nos termos da DFA, adoptou regras sobre limites de posições em derivados sobre mercadorias. É possível que regulamentação adicional e as respectivas despesas e requisitos venham a restringir a participação nos mercados de derivados, aumentando assim os custos de cobertura ou outras transacções e reduzindo a liquidez e o uso dos mercados de derivados. O Barclays Bank PLC e as suas subsidiárias e afiliadas podem ser expostos a estes efeitos caso tenham ou não de registar as exigências descritas. A nova regulamentação dos mercados de derivados pode afectar adversamente o negócio do Barclays Bank PLC e das suas filiais nestes mercados e poderá tornar mais difícil e cara a realização de cobertura e actividades comerciais. A DFA também contém um "push-out dos derivados" exigência de que, já em 2013, poderá evitar que o Grupo realize certas actividades relacionadas com swaps nos ramos dos EUA do Barclays Bank PLC.

– *Risk Retention Requirements for Securitisations:* As agências bancárias federais norte-americanas são obrigadas pela DFA a desenvolver regras segundo as quais quem organiza ou inicia uma transacção de segurança garantida por activos deve reter uma parte (geralmente, pelo menos, cinco por cento) de qualquer risco de crédito que a pessoa transmite a um terceiro. Isto pode ter impacto na participação pelas operações norte-americanas do Grupo em tais transacções.

– *Criação do Gabinete de Protecção Financeira do Consumidor (CFPB):* O CFPB tem poderes para regular a indústria dos cartões de crédito, incluindo os termos dos acordos de cartão de crédito com os consumidores, divulgação de informação e taxas. As acções do CFPB nesta área são susceptíveis de influenciar o negócio dos cartões de crédito do Grupo nos EUA. O CFPB tornou-se operacional em Julho de 2011, e está a solicitar comentários do público num modelo de formulário de divulgação de cartão de crédito e a aceitar queixas do consumidor de cartão de crédito. Mais amplamente, o CFPB tem autoridade para examinar e tomar medidas contra qualquer banco dos EUA com mais de EUA \$ 10 bilhões em activos totais, tal como Barclays Bank Delaware, no que diz respeito à sua conformidade com as leis federais que regulamentam a prestação de serviços financeiros ao consumidor.

Relatório dos Directores

Análise dos Negócios e Principais Actividades

Preende-se que os Directores divulguem no seu relatório uma análise correcta do negócio do Grupo, durante o ano que terminou em 31 de Dezembro de 2011, e da situação do Grupo durante o ano financeiro, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas que o Grupo enfrenta (conhecida como "Análise do Negócio"). O objectivo da Análise do Negócio é dotar os accionistas dos meios de avaliar a forma como os Directores desempenharam o seu dever ao abrigo da Secção 172 da Lei das Empresas de 2006 (dever de promover o sucesso da Empresa).

As informações que cumprem os requisitos da Análise do Negócio podem ser consultadas nos capítulos seguintes deste Relatório Anual e estão incorporadas neste relatório de referência.

	Páginas
Indicadores-chave de desempenho	2
Análise financeira	6
Gestão do risco	27

Na perspectiva da Empresa, a análise do negócio e os principais riscos e incertezas que a Empresa enfrenta estão integrados nos do Barclays PLC, o progenitor supremo da Empresa. Por conseguinte, podem ser consultadas informações adicionais no Relatório Anual 2011 do Barclays PLC, que não faz parte deste relatório.

O Barclays é um fornecedor global de serviços financeiros, envolvido em actividades bancárias retalhistas, cartões de crédito, actividades bancárias empresariais e de investimento e gestão de riqueza. O Barclays opera através de dependências, escritórios e sucursais no Reino Unido e no estrangeiro.

Os resultados do Grupo revelam um lucro bruto de 5.974m de £ (2010: 6.079m de £) durante o ano e lucros líquidos de 4.046m de £ (2010: 4.563m de £). O Grupo obteve activos líquidos de £65.170m de £, em 31 de Dezembro de 2011 (2010: 62,641m de £).

Lucro Atribuível

O lucro atribuível ao Barclays PLC, o progenitor do Banco, durante o ano de 2011, atingiu o montante de 3.616m de £ (2010: 4.172m de £)

Dividendos

Os dividendos totais sobre acções correntes, durante 2011, são divulgadas na Nota 12 às contas. Os dividendos pagos sobre acções preferenciais, durante o ano que terminou em 31 de Dezembro de 2011, atingiram o montante de 467m de £ (2010: 485m de £).

Capital Social

Não houve aumentos do capital social ordinário durante este ano. O Barclays PLC detém 100% das acções correntes emitidas.

Directores

Os Directores da Empresa estão enumerados na página 102. Os interesses dos Directores em acções estão determinados na página 63 do Relatório Anual de 2011 do Barclays Bank PLC. A pertença ao Conselho de Administração dos Directores do Barclays PLC e ao Barclays PLC é idêntica.

Sir Richard Broadbent deixou o Conselho de Administração em 30 de Setembro de 2011. Não houve mais alterações na Direcção em 2011.

Indemnizações aos Directores

A qualificação de despesas de indemnizações a terceiros (tal como é definido na secção 234 da Lei das Empresas de 2006) esteve em vigor no decurso do ano fiscal que terminou em 31 de Dezembro de 2011, em benefício dos então Directores da Empresa e outras Empresas associadas, em relação a certas perdas e passivos em que possam ter incorrido (ou incorrerem), relacionadas com as suas obrigações, poderes ou mandato.

Envolvimento na Comunidade

O Barclays tem um programa de investimento na comunidade extensivo que cobre muitos países por todo o mundo. O Grupo fornece financiamento e apoio a mais de 8000 organizações de caridade e de voluntariado, desde as instituições de caridade locais e pequenas como o The Passage, que apoia pessoas sem-abrigo em Londres, a organizações internacionais como a Unicef. O envolvimento total em 2011 foi de 63.53m de £ (2010: 55.3m de £) O Grupo comprometeu 30.3m de £ em apoio à comunidade no Reino Unido (2010: 28.6m de £) e 33.2m de £ foram comprometidos em apoio internacional (2010: 26.7m de £). O comprometimento no Reino Unido inclui 22.6m de £ de doações a instituições de caridade (2010: 22.9m de £). Mais informação sobre o envolvimento na nossa comunidade poderá encontrar nas páginas 4 e 5.

Envolvimento dos colaboradores

O Barclays está comprometido em assegurar que os seus colaboradores partilhem o sucesso do Grupo. O staff é encorajado a participar em esquemas de opção e compra de acções e a ter um montante substancial investido nas acções do Barclays. Os colaboradores são mantidos informados sobre assuntos que os preocupem por vários meios, incluindo as revistas de notícias sobre a sua unidade de negócio, intranets, briefings e SMS. Estas comunicações ajudam à consciencialização entre os colaboradores dos factores económico-financeiros que afectam a performance do Barclays. O Barclays também está empenhado em fornecer aos funcionários oportunidades para partilhar as suas opiniões sobre questões importantes para eles. São feitos Inquéritos de Opinião dos Colaboradores periodicamente através do Grupo com resultados relatados ao Conselho de Administração, a todos os colaboradores e ao nosso Conselho de Sindicatos Europeus, Fórum África, Unite (secção Amicus), ao nosso sindicato reconhecido no Reino Unido e outros sindicatos reconhecidos em todo o mundo. São também realizados fóruns de colaboradores e "roadshows". Adicionalmente, o Barclays consulta formal e regularmente os nossos sindicatos e conselhos de sindicatos reconhecidos internacionalmente.

Diversidade e inclusão

A agenda de diversidade no Barclays procura incluir clientes, colegas e fornecedores. O nosso objectivo é recrutar e reter as melhores pessoas, independentemente de (mas não limitado a) raça, religião, género, orientação sexual ou deficiência. Esforçamo-nos por assegurar que a nossa força de trabalho reflecte as comunidades onde opera e a natureza internacional da organização. Reconhecemos que a diversidade é a chave da estratégia de negócio responsável em apoio ao nosso negócio cada vez mais global. No Reino Unido, o Barclays está comprometido em fornecer apoio adicional aos colaboradores com deficiência e facilitá-los no fornecimento de informação sobre as suas necessidades específicas, incluindo a introdução de um sítio intranet dedicado e uma linha de apoio a pessoas com deficiência. Através do nosso Plano de Ajustamentos Razoáveis no Reino Unido, pode ser fornecida uma assistência adequada, incluindo quer o local físico de trabalho quer uma formação relevante, e o acesso a mentores com formação também é fornecido a funcionários incapacitados fisicamente. Foi realizado um vasto leque de iniciativas de recrutamento no sentido de aumentar o número de pessoas com deficiência a trabalhar no Barclays.

Relatório dos administradores

Ambiente

Em 2011 lançamos o Programa de Acção do Clima do Barclays - um plano de quatro anos que se concentra em questões ambientais, onde acreditamos que temos o maior potencial para fazer a diferença. O Programa de Acção do Clima está focado em gerir a nossa própria pegada de carbono e reduzir as nossas emissões de carbono absoluto, desenvolver produtos e serviços para ajudar viabilizar a transição para uma economia de baixo carbono; e gerir os riscos da mudança do clima. Nós investimos na melhoria da eficiência energética das nossas operações e compensamos as restantes emissões através da compra de créditos de carbono. Temos o compromisso de reduzir as nossas emissões de carbono em 4% em 2013. Temos também um compromisso de longa data para gerir os riscos ambientais e sociais associados à concessão de empréstimos e uma estrutura de governança instalada para facilitar o diálogo claro em toda a empresa e com os fornecedores em torno das questões do risco potencial ambiental e social. Mais detalhes podem ser encontrados no nosso site Barclays.com/citizenship.

Política de Pagamento a Credores

O Barclays valoriza os seus fornecedores e reconhece a importância de pagar facturas atempadamente, especialmente as de pequenos negócios. A política do Barclays segue o Código de Pagamento Rápido do Departamento para o Negócio, Inovações e Habilitações, do qual se podem obter cópias a partir do website do Código de Pagamento Rápido em <http://www.promptpaymentcode.org.uk>

Os dias de pagamento de credores de negócio para o Barclays Bank PLC em 2010 foram 33 (2010: 27 dias). Este é um cálculo aritmético baseado na Regulamentação da Lei das Empresas e não reflecte necessariamente a nossa prática, que pode ser descrita acima, nem a experiência de qualquer credor individual.

Contratos de negócios essenciais

Não há pessoas com quem o Grupo tenha disposições contratuais ou outras que sejam consideradas essenciais aos negócios do Grupo.

Contratos de Significância

O Barclays forneceu à BlackRock, Inc. (BlackRock) as habituais garantias e indemnizações relacionadas com a venda do Barclays Global Investors (BGI) à BlackRock em 2009. O Barclays Bank também continuará a prestar apoio relativo a certos fundos monetários do BGI, até Dezembro de 2013, e indemnizações relativas a certas actividades de empréstimos de bens imobiliários, até 2012 de Novembro de 2012.

Investigação e Desenvolvimento

No decurso normal de negócios, o Grupo desenvolve novos produtos e serviços em cada uma das suas unidades de negócio.

Instrumentos Financeiros

Os objectivos e políticas de gestão de risco financeiro do Barclays, incluindo a política para cobrir cada tipo principal de transacção prevista na qual é usada contabilidade de cobertura e a exposição ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez são delineados nas páginas 34 a 76 e da 78 à 94.

Os Auditores

O Comité de Auditoria da Administração analisa a designação dos auditores externos, bem como o seu relacionamento com o Grupo, incluindo a monitorização da utilização pelo Grupo dos auditores do Grupo para serviços de não-auditoria e o balanço de honorários de auditoria e não-auditoria pagos aos auditores. Mais informações sobre este assunto podem ser encontradas na Nota 8 às contas.

A PricewaterhouseCoopers LLP (PwC) tem sido a auditora do Grupo desde há muitos anos, embora o parceiro de auditoria principal rode cada cinco anos. O parceiro de auditoria principal integrou a equipa de auditoria para o encerramento do ano de 2010 e retirar-se-á após o encerramento do ano de 2014.

Tendo revisto a independência e efectividade dos auditores externos, o Conselho não considerou necessária a definição de uma data para requisitar os seus serviços de auditoria, mas manterão este assunto sob revisão. É requerido aos auditores externos que alternem os parceiros de auditoria responsáveis pelo Grupo e auditorias subsidiárias a cada cinco anos. Não existem obrigações contratuais que restrinjam a Empresa na escolha de um auditor externo. O BAC recomendou ao conselho de administração que os auditores existentes, PwC, sejam novamente nomeados. A PwC tem mostrado a sua vontade em continuar a trabalhar connosco. Resoluções ordinárias para a sua renomeação como auditora e a autorizar a Administração a definir a sua remuneração serão Não existe informação de auditoria relevante da qual os auditores da Empresa não estejam ao corrente, de acordo com o conhecimento dos Directores. Cada um dos Directores levou a cabo todos os passos que deveria ter levado como Director para se tornar consciente de qualquer informação de auditoria relevante e para providenciar que os auditores da Empresa estão ao corrente de tal informação. Para este efeito, "informação de auditoria relevante" significa a informação necessária aos auditores da Empresa em relação à preparação do seu relatório.

Por ordem do Conselho de Administração.

Lawrence Dickinson
Secretário Conjunto
7 de Março de 2012

Directores e Oficiais e Declaração das Responsabilidades dos Directores para com as contas

Actuais Directores e Oficiais

Marcus Agius – Presidente do Grupo

Directores Executivos

Bob Diamond – Chefe Executivo

Chris Lucas – Administrador Financeiro do Grupo

Directores Não-Executivos

David Booth

Alison Camwath

Fulvio Conti

Simon Fraser

Reuben Jeffery III

Sir Andrew Likierman

Dambisa Moyo

Sir Michael Rake

Sir John Sunderland

Actuais membros do Comité Executivo		Nomeados para o Comité Executivo
Bob Diamond	Director Executivo	1997
Chris Lucas	Director do Grupo Financeiro	2007
Jerry del Missier	Co-Director Executivo do Barclays Capital e Co-Director Executivo do Banking Corporate e Investment	2009
Mark Harding	Conselho Geral do Grupo	2009
Antony Jenkins		2009
Tom Kalaris	Director Executivo, Barclays Wealth	2009
Robert Le Blanc	Oficial de Risco Executivo	2009
Maria Ramos	Director Executivo, Absa	2009
Rich Ricci	Co-Director Executivo do Barclays Capital e Co-Director Executivo do Banking Corporate e Investment	2009
Sally Bott	Director de Recursos Humanos do Grupo	2011

Outros Directores e/ou Administrador		Nomeados para a posição
Lawrence Dickinson	Secretário Conjunto	2002
Patrick Gonsalves	Secretário Conjunto	2002
John Worthb	Controlador do Grupo Financeiro	2011

Preocupação actual

As actividades de negócio e posição financeira do Grupo, os factores que provavelmente afectarão o seu futuro desenvolvimento e desempenho e os objectivos e políticas de gestão de riscos financeiros aos quais está exposto, bem como o seu capital, são discutidos na Revisão de Negócios.

Os Directores avaliaram, à luz das condições económicas actuais e previstas, a capacidade do Grupo continuar, como preocupação actual. Os Administradores confirmam que estão satisfeitos por a Empresa e o Grupo possuírem recursos adequados para continuar em actividade empresarial por um futuro previsível. Por esta razão, continuam a adoptar a 'preocupação actual' como base para a preparação das suas contas.

Declaração dos Administradores das responsabilidades pelas contas

A seguinte declaração, que deve ser lida conjuntamente com o relatório dos Auditores descrito na página 104, é feita com o intuito de distinguir aos accionistas as respectivas responsabilidades dos Directores e dos auditores em relação às contas.

De acordo com a Lei das Empresa de 2006, os Directores são obrigados a preparar contas por cada ano financeiro, relativamente às contas do Grupo, de acordo com o Artigo 4 das Regulamentações do IAS. Os Directores prepararam contas individuais de acordo com o IFRS, como adoptado pela União Europeia. As contas são exigidas por lei e ao IFRS é requerido que apresente de uma forma justa a situação financeira da Empresa e do Grupo, bem como o desempenho desse período. A Lei das Empresas 2006 dita, em relação a tais contas, que as referências a contas dando uma visão verdadeira e justa sejam referências a uma apresentação justa.

Os Directores consideram que, em preparação para as contas nas páginas 106 a 111, e a informação adicional contida nas páginas 112 a 199, o Grupo usou todas as políticas de contabilidade apropriadas, apoiadas por julgamentos e estimativas razoáveis e que todas as regras de contabilidade que consideram aplicáveis foram seguidas.

Os Administradores têm a responsabilidade de garantir que a Empresa e o Grupo mantenham registos contabilísticos que revelem com razoável rigor a situação financeira da Empresa e do Grupo que lhes dê a capacidade para garantirem que as contas cumprem a Lei das Empresas de 2006.

Os Administradores têm a responsabilidade geral para assumirem que tais procedimentos estão razoavelmente abertos para eles, para salvaguarda dos activos do Grupo e para prevenir e detectar fraudes e outras irregularidades.

Controlo e procedimentos de divulgação

O Administrador Executivo do Grupo, John Varley, e o Administrador Financeiro do Grupo, Chris Lucas, juntamente com a Gestão do Grupo, conduziram uma avaliação da eficácia do conceito e operação dos controlos e procedimentos de revelação do Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2011, que estão definidos como os controlos e procedimentos concebidos para garantir que a informação necessária para ser revelada em relatórios arquivados ou submetidos à Lei Americana de Bens Imobiliários e Câmbios, de 1934, é registada, processada, resumida e relatada nos períodos especificados nas regras e formulários da Comissão Americana de Bens Imobiliários e Câmbios. A partir da data da avaliação, o Administrador Executivo do Grupo e o Administrador Financeiro do Grupo concluíram que o conceito e operação destes controlos e procedimentos de revelação eram eficazes.

Os Directores confirmam que, tanto quanto lhes é possível saber:

(a) Os mapas da situação financeira, preparados em conformidade com o conjunto de padrões contabilísticos aplicáveis, conferem uma visão verdadeira e correcta dos activos, dos passivos, da situação financeira e do lucro ou prejuízo do Barclays PLC e dos procedimentos incluídos na consolidação considerada como um todo; e

(b) O relatório de gestão, que está incorporado no Relatório dos Administradores nas páginas 100 e 101, inclui uma análise correcta do desenvolvimento e desempenho da actividade empresarial e da situação do Barclays PLC, e dos procedimentos incluídos na consolidação considerada como um todo, juntamente com uma descrição dos principais riscos e incertezas que enfrentam.

Assinado em nome do Conselho de Administração

Marcus Agius

Presidente do Grupo Barclays Bank PLC

7 de Março de 2012 Registado no Reino Unido. Empresa n.º 1026167.

Apresentação da informação

O Barclays Bank PLC é uma sociedade anónima registada em Inglaterra, com o n.º do registo comercial 1026167. O Banco foi incorporado no dia 7 de Agosto de 1925 ao abrigo da Lei Bancária Colonial de 1925, e em 4 de Outubro de 1971 foi registada como uma sociedade anónima ao abrigo da Lei das Empresas de 1948 a 1967. De acordo com a Lei do Barclays Bank de 1984, no dia 1 de Janeiro de 1985, o Banco foi registado como uma sociedade anónima e o seu nome foi alterado de Barclays Bank International Limited para Barclays Bank PLC.

Todo o capital social emitido de Barclays Bank PLC é propriedade do Barclays PLC.

Código BBA para divulgação de Informação Financeira

Em Setembro 2010, a Associação de Banqueiros Britânica publicou um Código para a Divulgação de Informação Financeira O Código determina 5 princípios de divulgação, juntamente com directrizes de apoio. Os princípios ditam que os Bancos Britânicos vão:

- fornecer divulgação de alta qualidade, preponderante e útil;
- rever e melhorar os seus meios de divulgação financeira para áreas chave de interesse;
- avaliar a aplicabilidade e relevância das recomendações das boas práticas nas suas divulgações reconhecendo a importância dessa orientação;
- procurar melhorar a comparabilidade de divulgação de mapas da situação financeira ao longo do sector bancário do Reino Unido; e
- diferenciar claramente nos seus relatórios anuais a informação que foi auditada da informação que não foi auditada.

Barclays PLC, a empresa mãe de Barclays Bank PLC adoptou o Código para Divulgação de Informação Financeira BBA e preparou o Relatório Anual de 2011 e Contas de acordo com o Código.

O Grupo tenciona melhorar continuamente as suas divulgações e a sua utilidade para os leitores dos mapas da situação financeira, à luz da prática de um mercado em constante evolução e áreas de foco. Em 2011 temos:

- continuou a agilizar a divulgação para se concentrar em informações significativas úteis à decisão, por exemplo fornecendo divulgação detalhada sobre os regimes individuais dos empregados em planos de acções, somente no contexto dos encargos na declaração de rendimentos, a diluição de capitais ou de remuneração dos executivos;
- incluídas algumas informações mais detalhadas ou estáticas em outros documentos publicados com referências claras para onde estes podem ser encontrados, por exemplo, metodologias de gestão de risco (incluídos no relatório Pilar 3) e o glossário (publicado separadamente on-line);
- reorganizadas as informações nas Notas às Contas sob temas comuns para facilitar a compreensão do leitor;
- incluídas as descrições de políticas da contabilidade significativas, estimativas contabilísticas críticas e desenvolvimentos futuros de contabilidade dentro da nota a que se referem, assim, incluindo informações relacionadas num só sítio;
- continuamente melhorar as divulgações, com especial foco em:
 - os efeitos de cauções na nossa exposição máxima ao risco de crédito na sequência de alterações ao IFRS 7 Instrumentos Financeiros (página 35);
 - exposição a determinados países (pág. 61);
 - divulgação de liquidez incluindo a informação sobre financiamento
 - estrutura e financiamento segurado (pag. 78);
 - provisões relacionadas com reparação PPI (página 163)

- contabilização de remunerações diferidas dos empregados e da reconciliação de prémios para custos de desempenho (página 179); e
- contabilização de activos com impostos diferidos (pág.120).

Diferenças entre o Barclays Bank PLC e a Empresa Mãe – Barclays PLC

Barclays Bank PLC é uma filial integralmente detida por Barclays PLC, a qual é a derradeira empresa-mãe da empresa. Os resultados consolidados e a posição financeira do Barclays Bank PLC Group e do Barclays PLC Group são materialmente iguais, sendo as principais diferenças, de acordo com a IFRS (Comissão de Normalização Contabilística):

- As acções Barclays PLC detidas pelo Grupo em regimes de participação de colaboradores e para fins de comércio são deduzidas de reservas em Barclays PLC, mas são reconhecidas como disponíveis para venda e detidos para portfólio de negociação dentro do Barclays Bank PLC; e
- Acções preferenciais emitidas pelo Barclays Bank PLC são incluídas no capital social e nos prémios de emissão do Barclays Bank PLC Group, mas representam um capital não atribuível ao Barclays PLC Group; e
- Certas emissões de instrumentos de capital de reserva e participações de capital por Barclays Bank PLC estão incluídos no capital próprio dos accionistas do Barclays Bank PLC Group, mas representam um capital não atribuível no Barclays PLC.

Para divulgações mais extensivas por favor consulte o Relatório Anual Barclays PLC para o ano que findou em 31 de Dezembro de 2011, incluindo exposições ao risco e desempenho empresarial, os quais são materialmente iguais ao de Barclays Bank PLC. O Relatório Anual do Barclays PLC pode ser consultado em www.barclays.com/annualreport ou solicitar uma cópia para: <http://www.barclays.com/annualreport>

Relações de Accionistas

Barclays PLC
1 Churchill Place
London
E14 5HP

Relatório dos Auditores Independentes

Relatório de Auditoria Independente aos membros do Barclays Bank PLC

Procedemos à auditoria dos mapas da situação financeira do Barclays Bank PLC para o ano que findou em 31 de Dezembro de 2011, o que inclui: o mapa consolidado dos resultados do exercício e o mapa consolidado relacionado dos resultados integrais do exercício, balanços consolidados e originais, mapas consolidados e originais de alterações no capital próprio e os mapas consolidados e integrais do fluxo de fundos, as notas relacionadas e partes da secção de Gestão de risco que estão referenciadas como auditadas. A estrutura dos relatos financeiros aplicada para a preparação dos mesmos é a lei aplicável e a Norma Internacional de Relato Financeiro (NIRF), tal como adoptado pela União Europeia e, no que se refere aos mapas da situação financeira da Empresa Mãe, tal como aplicado de acordo com o disposto no Companies Act de 2006.

Tal como explicado mais pormenorizadamente na Declaração de Responsabilidades dos Directores, os directores são responsáveis pela preparação dos mapas da situação financeira e pelo cumprimento de que dão uma visão verdadeira e justa. A nossa responsabilidade é a de auditar e dar uma opinião sobre os mapas da situação financeira de acordo com a lei aplicável e os Padrões Internacionais de Auditoria (Reino Unido e Irlanda). Tais padrões exigem que cumpramos com as Padrões Éticos do Conselho de Práticas de Auditoria para Auditores.

Este relatório, incluindo as opiniões, foi preparado para o uso exclusivo dos membros da empresa enquanto organismo e de acordo com o Capítulo 3 da Parte 16 da Lei das Empresas 2006, e para nenhum outro fim. Ao fornecer estas opiniões, não aceitamos ou assumimos responsabilidade para qualquer outro fim, ou por qualquer pessoa a quem este relatório for mostrado ou a quem possa ser mostrado ou enviado, salvo se expressamente autorizado previamente, por escrito.

Uma auditoria envolve a obtenção da confirmação das importâncias e a divulgação dessas importâncias nos mapas da situação financeira é suficiente como garantia razoável de que os mapas da situação financeira não contêm qualquer exposição material inexacta, quer seja provocada por fraude ou erro. Se as regras contabilísticas são apropriadas à situação financeira da empresa, se foram aplicadas de forma consistente e se foram adequadamente divulgadas; a razoabilidade das previsões contabilísticas significativas feitas pelos directores; e a apresentação geral dos mapas da situação financeira. Além disso, lemos todas as informações financeiras e não financeiras no relatório anual para identificar inconsistências relevantes em relação às demonstrações financeiras auditadas. Se tomarmos conhecimento de quaisquer distorções aparentes, materialmente relevantes, ou inconsistências consideramos as suas implicações no nosso relatório.

Notas

- a A manutenção e integridade do website do Barclays plc é da responsabilidade dos dos Directores; o trabalho realizado pelos Auditores não envolve a consideração de tais assuntos, e sendo assim, os Auditores não aceitam quaisquer responsabilidades por qualquer alteração que possa ocorrer nos mapas da situação financeira desde que foram inicialmente apresentadas no website.
- b A legislação no Reino Unido que rege a preparação e disseminação dos mapas da situação financeira pode ser diferente da legislação noutras jurisdições.

Opinião expressa nos mapas da situação financeira

Na nossa opinião:

- os mapas da situação financeira oferecem uma visão real e justa do estado dos negócios do Grupo e da Empresa Mãe à data de 31 de Dezembro de 2011, dos lucros do Grupo e do fluxo de fundos do Grupo e da Empresa Mãe referentes ao ano que terminou nessa data;
- os mapas da situação financeira do Grupo foram adequadamente preparadas de acordo com a NIRF, tal como adoptado pela União Europeia;
- os mapas da situação financeira da Empresa Mãe foram preparadas adequadamente em conformidade com a NIRF, tal como adoptado pela União Europeia, e tal como aplicado em conformidade com o disposto na Lei das Empresas de 2006; e
- os mapas da situação financeira foram preparadas de acordo com os requisitos da Lei das Empresas 2006.

Na nossa opinião, as informações contidas no Relatório dos Directores referentes ao ano financeiro a que os mapas da situação financeira dizem respeito, são consistentes com os mapas da situação financeira.

Não temos nada a relatar no que se refere às seguintes matérias a que o Companies Act 2006 obriga a relatar se, na nossa opinião:

- não foram mantidos registos contabilísticos adequados pela Empresa Mãe, ou se não foram recebidos resultados adequados à nossa auditoria provenientes de sucursais que não foram visitadas por nós; ou
- os mapas da situação financeira da Empresa Mãe não estão em conformidade com os registos e resultados contabilísticos; ou
- não foram feitas determinadas divulgações sobre a remuneração dos Directores especificadas pela lei; ou
- não recebemos todas as informações e explicações de que necessitamos para a realização da nossa auditoria.

Andrew Ratcliffe (Auditor Legal Sénior para e em nome de PricewaterhouseCoopers LLP)
para e em nome de
PricewaterhouseCoopers LLP
Revisores Oficiais de Contas e Auditores Legais
Londres, Reino Unido
7 de Março de 2012

Relatório de uma Firma Independente de Técnicos Oficiais de Contas

Relatório de uma Firma Independente de Técnicos Oficiais de Contas Para o Conselho de Administração e Accionistas do Barclays Bank PLC

Na nossa opinião, o Cálculo de Lucro e Perdas e a Demonstração do rendimento integral consolidada, o balanço consolidado, demonstrações de mudanças no capital próprio consolidadas e previsões de fluxo de caixa consolidados que o acompanham demonstram justamente, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Barclays Bank PLC e os seus subsidiários a 31 de Dezembro de 2011 e 31 Dezembro de 2010, e os resultados das suas operações e fluxo de caixa para cada um destes três anos no período findo a 31 de Dezembro de 2011 em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como decretadas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade. Estes mapas da situação financeira são da responsabilidade da Gestão da Empresa. A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estes mapas da situação financeira baseada nas nossas auditorias. Conduzimos as nossas auditorias a estas demonstrações de acordo com as regras do Conselho de Supervisão de Empresas Públicas dos EUA. Estas regras requerem que planeemos e realizemos a auditoria para obter fiabilidade razoável sobre se os mapas da situação financeira estarão livres de inexactidão material. Uma auditoria inclui o exame, com base em testes, das provas que suportam os montantes e divulgações nos mapas da situação financeira, avaliando os princípios de contabilidade usados e estimativas significativas feitas pela gestão e avaliar a apresentação geral da demonstração financeira. Acreditamos que as nossas auditorias fornecem uma base razoável à nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers LLP
Londres, Reino Unido
7 de Março de 2012

Mapa financeiro consolidado

Mapa consolidado dos resultados do exercício

Para o final do ano em 31 de Dezembro	Notas	O Grupo	
		2011 m de £	2010 m de £
Operações contínuas			
Juros credores	3	20.589	20.035
Juros pagos	3	(8.393)	(7.517)
Rendimento líquido dos juros		12.196	12.518
Honorários e comissões	4	10.208	10.368
Gastos de honorários e comissões	4	(1.586)	(1.497)
Rendimento líquido de honorários e comissões		8.622	8.871
Juros de exploração líquidos	5	7.738	8.080
Rendimentos do capital líquidos	6	2.322	1.490
Prémios líquidos de contratos de seguros		1.076	1.137
Ganhos de resgates de dívidas e extinções		1.130	
Outros rendimentos		39	118
Rendimento total		33.123	32.214
Activos líquidos e benefícios derivados de contratos de seguros		(741)	(764)
Rendimento total líquido de indemnizações de seguros		32.382	31.450
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	7	(3.802)	(5.672)
Depreciação do investimento no BlackRock, Inc.	7	(1.800)	
Despesas operacionais líquidas		26.780	25.778
Custos de pessoal	35	(11.407)	(11.916)
Administração e despesas gerais	8	(6.351)	(6.581)
Depreciação de propriedade, planta e equipamento	23	(673)	(790)
Amortização de activos incorpóreos	24	(419)	(437)
Depreciação do fundo de comércio	24	(579)	(243)
Provisões para reparações PPI	27	(1.000)	
Banco Levy Reino Unido	9	(325)	
Despesas operacionais		(20.772)	(19.967)
Participação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos		60	58
Perda/Lucro sobre a alienação de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10	(94)	81
Ganho sobre aquisições			129
Lucro antes de impostos de operações contínuas		5.974	6.079
Tributação	11	(1.928)	(1.516)
Lucro após impostos de operações contínuas		4.046	4.563
Lucro atribuível aos detentores do capital próprio ordinário da entidade-mãe de:		3.616	4.172
Lucro atribuível a juros não controladores	34	430	391

O Conselho de Administração aprovou as contas definidas nas páginas 100 a 102 no dia 7 de Março de 2012.

Nota:

Como permitido pela secção 408(3) da Lei das Empresas de 2006, não foi apresentada um mapa de rendimento da entidade-mãe.

Mapa financeiro consolidado

Mapa consolidado de rendimentos globais

Para o final do ano em 31 de Dezembro	O Grupo	
	2011	2010
	m de £	m de £
Lucros após impostos	4.046	4.563
Outros rendimentos compreensivos de operações contínuas:		
Transposição de moeda estrangeira		
Diferenças de transposição de moeda estrangeira	(1.607)	1.177
Disponível para venda de reserva		
Ganhos/(perdas) líquidos de mudanças de valor facial	2.581	(152)
- Ganhos líquidos transferidos para lucros líquidos na alienação	(1.614)	(1.020)
- Perdas líquidas transferidas para lucros líquidos por imparidade	1.860	53
- Ganhos líquidos transferidos para lucros líquidos devidos a protecção do justo valor	(1.803)	(308)
- Mudanças nas responsabilidades de seguros	18	31
- Imposto	170	141
Fluxo de caixa da reserva de cobertura		
- Ganhos líquidos com alterações no justo valor	2.406	601
Ganhos líquidos transferidos para lucros líquidos	(753)	(684)
- Imposto	(390)	39
Outros	(74)	59
Outros rendimentos integrais referentes ao ano, líquido de impostos das explorações continuadas	794	(63)
Total de rendimento compreensivo para o ano	4.840	4.500
Atribuível a:		
Detentores de capital próprio da Entidade-mãe	5.041	3.609
Interesses não controladores	(201)	891
	4.840	4.500

Mapa financeiro consolidado

Balanço consolidado

A 31 de Dezembro	Notas	O Grupo		O Banco	
		2011 m de £	2010 m de £	2011 m de £	2010 m de £
Activos					
Caixa e saldos de bancos centrais		106.894	97.630	103.087	92.686
Itens em fase de cobrança de outros bancos		1.812	1.384	1.634	1,268
Activos de carteiras de negociação	13	152.183	168.930	85.048	95.034
Activos financeiros pelo justo valor	14	36.949	41.485	44.552	29.181
Instrumentos financeiros derivados	15	538.964	420.319	546.921	441.145
Investimentos financeiros disponíveis para venda	16	69.023	65.440	47.979	45.221
Empréstimos e adiantamentos a bancos	19	46.792	37.799	52.287	40.390
Empréstimos e adiantamentos a clientes	19	431.934	427.942	517.780	522.936
Acordos de revenda celebrados e outros empréstimos garantidos similares	22	153.665	205.772	161.436	227.343
Pagamentos antecipados, receitas acrescidas e outros activos		4.560	5.143	10.384	14.486
Investimentos em entidades associadas e parcerias	40	427	518	174	181
Investimentos em subsidiárias	38			22.073	19.033
Propriedade, planta e equipamento	23	7.166	6.140	1.937	1.878
Activos intangíveis adquiridos em concentrações	24	7.846	8.697	4.333	4.110
Activos por impostos correntes	11	374	196	166	161
Activos por impostos deferidos	11	3.010	2.517	1.104	1.228
	37	1.803	126	1.708	9
Total de activos		1.563.402	1.490.038	1.602.603	1.536.290
Passivos					
Depósitos de bancos		91.116	77.975	108.816	97.526
Itens em fase de cobrança devidos por outros bancos		969	1.321	966	1.270
Contas de clientes		366.045	345.802	454.522	453.826
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares	22	207.292	225.534	193.453	214.207
Passivos de carteiras de negociação	13	45.887	72.693	28.632	44.352
Passivo financeiro designados pelo valor justo	17	87.997	97.729	101.069	97.042
Instrumentos financeiros derivados	15	527.798	405.516	535.837	426.243
Equiparados relativos a títulos de dívida em circulação		129.736	156.623	83.939	106.267
Passivos subordinados	31	24.870	28.499	26.764	26.994
Agregação de juros, receitas diferidas e outros passivos	26	12.580	13.233	15.471	17.570
Provisões	27	1.529	947	939	651
Passivo de imposto corrente	11	1.397	646	979	126
Passivos por impostos diferidos	11	695	514	348	3
Passivos de pensão de reforma	37	321	365	109	168
Total passivos		1.498.232	1.427.397	1.551.844	1.486.245
Capital próprio dos accionistas					
Capital próprio dos accionistas excluindo interesses não controladores		62.078	59.174	50.759	50.045
Interesses não controladores	34	3.092	3.467		
Total do Capital próprio dos accionistas		65.170	62.641	50.759	50.045
Total de passivos e títulos dos accionistas		1.563.402	1.490.038	1.602.603	1.536.290

Marcus Agius

Presidente do Grupo

Bob Diamond

Director Executivo

Chris Lucas

Director do Grupo Financeiro

Mapa financeiro consolidado

Mapa consolidado de mudanças no capital próprio

O Grupo	Chamada de aum. de cap. social e prêmios de emissão	Reservas Disponív eis para Venda ^b	Fluxo de caixa da reserva de cobertura ^b	Reserva de Câmbio ^b	Outro patrimô nio de accionist as ^a	Lucros líquidos acumulad os	Total	Interesse s não controlad ores	Total de investime ntos de capital
	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £
Saldo no dia 1 de Janeiro de 2011	14.494	(1.348)	152	2.357	2.069	(41.450)	59.174	3.467	62.641
Lucros após impostos						3.616	3.616	430	4.046
Movimentos de conversão cambial				(1.009)			(1.009)	(598)	(1.607)
Investimentos disponíveis para venda		1.218					1.218	(6)	1.212
Cobertura do fluxo de fundos			1.290				1.290	(27)	1.263
Outros					18	(92)	(74)		(74)
Total de rendimento compreensivo para este ano		1.218	1.290	(1.009)	18	3.524	5.041	(201)	4.840
Emissão de ações p/ planos de ações de colaboradores						838	838		838
Investimento de ações Barclays PLC ao abrigo de esquemas de pagamento com base em ações.						(499)	(499)		(499)
Dividendos pagos						(643)	(643)	(188)	(831)
Dividendos de ações preferenciais e outros capitais próprios de accionistas						(539)	(539)		(539)
Resgate de instrumentos de capital de reserva				(1.415)	1,415.	(1,415)	1,415.	(1,415)	1,415.
Outras variações de reserva	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(24)	145	121	14	135
Saldo no dia 31 de Dezembro de 2011	14.494	(130)	1.442	1.348	648	44.276	62.078	3.092	65.170
Saldo no dia 1 de Janeiro de 2010	14.494	(84)	252	1.615	2.559	37.089	55.925	2.774	58.699
Lucros após impostos	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(1,415)	4.172	4.172	391	4.563
Movimentos de conversão cambial	(1,415)	(1,415)	(1,415)	742	(1,415)	(1,415)	742	435	1.177
Investimentos disponíveis para venda	(1,415)	(1,264)	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(1,264)	9	(1,255)
Cobertura do fluxo de fundos	(1,415)	(1,415)	(100)	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(100)	56	(44)
Outros	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(1,415)	45	14	59	(1,415)	59
Total de rendimento compreensivo para este ano	(1,415)	(1,264)	(100)	742	4.186	4,186.	3.609	891	4.500
Emissão de ações p/ planos de ações de colaboradores	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(1,415)	830	830	(1,415)	830
Investimento de ações Barclays PLC ao abrigo de esquemas de pagamento com base em ações.	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(718)	(718)	(1,415)	(718)
Dividendos pagos	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(235)	(235)	(158)	(393)
Dividendos de ações preferenciais e outros capitais próprios de accionistas	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(645)	(645)	(1,415)	(645)
Injeção de capital de Barclays PLC	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(1,415)	1,214	1,214	(1,415)	1,214
Resgate de instrumentos de capital de reserva	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(487)	(1,415)	(487)	(1,415)	(487)
Outras variações de reserva	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(1,415)	(48)	(271)	(319)	(40)	(359)
Saldo no dia 31 de Dezembro de 2010	14.494	(1.348)	152	2.357	2.069	(41.450)	59.174	3.467	62.641

Notas

a Para mais informações, por favor consulte a Nota 32.

b Para mais informações, por favor consulte a Nota 33.

Mapa financeiro consolidado

Mapas de alterações no capital próprio

O Banco	Chamada de aumento de capital social e prémios de emissão a	Reservas Disponíveis para Venda ^b	Fluxo de caixa da reserva de cobertura ^b	Reserva de Câmbio ^b	Outro património de accionistas ^a	Lucros líquidos acumulados	Total
	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £
Saldo no dia 1 de Janeiro de 2011	14.494	(265)	39	126	2.133	33.518	50.045
Lucros após impostos	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	1.994	1.994
Movimentos de conversão cambial	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(284)	(1.415)	(1.415)	(284)
Investimentos disponíveis para venda	(1.415)	(199)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(199)
Cobertura do fluxo de fundos	(1.415)	(1.415)	1.327	(1.415)	(1.415)	(1.415)	1.327
Outros	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	18	10	28
Total de rendimento compreensivo para este ano	(1.415)	(199)	1.327	(284)	18	2.004	2.866
Emissão de acções p/ planos de acções de colaboradores	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	169	169
Investimento de acções Barclays PLC ao abrigo de esquemas de pagamento com base em acções.	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(56)	(56)
Dividendos pagos	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(643)	(643)
Dividendos de acções preferenciais e outros capitais próprios de accionistas	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(539)	(539)
Resgate de instrumentos de capital de reserva	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	1.415	(1.415)	1.415
Outras variações de reserva	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(24)	356	332
Saldo no dia 31 de Dezembro de 2011	14.494	(464)	1.366	(158)	712	34.809	50.759
Saldo no dia 1 de Janeiro de 2010	14.494	(6)	209	(309)	2.623	30.820	47.831
Lucros após impostos	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	2.518	2.518
Movimentos de conversão cambial	(1.415)	(1.415)	(1.415)	435	(1.415)	(1.415)	435
Investimentos disponíveis para venda	(1.415)	(259)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(259)
Cobertura do fluxo de fundos	(1.415)	(1.415)	(170)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(170)
Outros	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	4.186	4	49
Total de rendimento compreensivo para este ano	(1.415)	(259)	(170)	435	4.186	2.522	2.573
Esquemas de acções liquidadas de capital próprio	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	174	174
Investimento de acções Barclays PLC ao abrigo de esquemas de pagamento com base em acções.	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(99)	(99)
Injecção de capital de Barclays PLC	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	1.214	1.214
Dividendos pagos	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(235)	(235)
Dividendos de acções preferenciais e outros capitais próprios de accionistas	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(645)	(645)
Resgate de instrumentos de capital de reserva	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(487)	(1.415)	(487)
Outras variações de reserva	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(1.415)	(48)	(233)	(281)
Saldo no dia 31 de Dezembro de 2010	14.494	(265)	39	126	2.133	33.518	50.045

Notas

a Para mais informações, por favor consulte a Nota 32.

Mapa financeiro consolidado

Mapa de fluxo de caixa consolidado

Para o final do ano em 31 de Dezembro	O Grupo		O Banco	
	2011	2010	2011	2010
	m de £	m de £	m de £	m de £
Operações contínuas				
Reconciliação do lucro líquido com fluxo de caixa líquido das actividades:				
Lucro antes de impostos	5.974	6.079	2.738	2.251
Ajustes para artigos não monetários	:			
Dedução por imparidade	5.602	5.672	4.397	3.512
Depreciação, amortização e pedra de activos fixos tangíveis e intangíveis	1.104	1.346	467	590
Outras provisões, incluindo pensões	1.787	914	1.252	678
Lucro líquido pela alienação de investimentos e activos fixos tangíveis	(1.645)	(1.057)	(1.320)	(958)
Outros movimentos não monetários	432	(6.886)	2.838	(6.300)
Alterações em Activos e Passivos Operacionais				
Redução/(aumento) líquido em empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes	38.994	(63.212)	61.955	(95.403)
(Redução)/aumento líquido nos depósitos e títulos de dívida em emissão	(11.555)	63.699	(31.096)	89.718
Redução/(aumento) líquido em instrumentos financeiros derivados	3.618	(1.298)	3.818	(3.361)
Redução/(aumento) líquido em activos detidos para negociação	21.423	(17.517)	9.906	(1.211)
(Redução)/aumento líquido em passivos detidos para negociação	(26.899)	21.441	(15.720)	10.818
Aumento/(redução) líquida em investimentos financeiros	(4.255)	11.126	(11.344)	11.960
Redução/(aumento) líquido em outros activos	122	1.366	3.764	(9.193)
(Redução)/aumento líquido em outros passivos	(4.148)	(2.521)	(5.166)	10.064
Imposto pago sobre o rendimento	(1.686)	(1.430)	(239)	(90)
Numerário líquido proveniente de actividades de exploração	28.868	17.722	26.250	13.075
Compra de investimentos para venda disponíveis	(67.525)	(76.418)	(66.546)	(69.792)
Produto da cessão ou resgate de investimentos disponíveis para venda	66.941	71.251	68.111	64.587
Compra de propriedade, fábrica ou equipamento	(1.454)	(1.767)	(519)	(732)
Outros movimentos de caixa associados a actividades de investimento	126	1.307	(1.5219)	515
Numerário líquido proveniente de actividades de investimento	(1.912)	(5.627)	(475)	(5.4229)
Dividendos pagos	(1.370)	(1.011)	(1.182)	(235)
Produto de empréstimos contraídos e emissão de dívida subordinada	880	2.131	880	2.038
Restituição de empréstimos contraídos e reembolso de títulos de dívida subordinada.	(4.003)	(1.211)	(2.656)	(1.075)
Emissão líquida de acções e outros instrumentos de capital próprio	(1.257)	(1.415)	(1.257)	(1.415)
Injecção de capital de Barclays PLC	(1.415)	1.214	(1.415)	1.214
Numerário líquido proveniente de actividades financeiras	(5.750)	1.123	(4.215)	1.942
Efeito da taxa de câmbio na caixa e nos equivalentes	(2.933)	3.842	(1.997)	3.057
Aumento líquido na caixa e nos equivalentes	18.273	17.060	19.563	12.652
Caixa e equivalentes no início do ano	131.400	114.340	109.009	96.357
Caixa e equivalentes no fim do ano	149.673	131.400	128.572	109.009
Caixa e equivalentes abrangem:				
Caixa e saldos de bancos centrais	106.894	97.630	103.087	92.686
Empréstimos e adiantamentos a bancos com maturidade original de menos de três meses	40.481	31.934	24.963	15.989
Tesouraria e outras contas elegíveis com maturidade original com menos de três meses, disponíveis para venda	2.209	1.667	433	165
Activos de carteira de negociação com maturidade original de menos de três meses	89	169	89	169
	149.673	131.400	128.572	109.009

Os juros recebidos pelo Grupo em 2011 foram de 28.673 m de £ (2010: 28.631m de £) e os juros pagos pelo Grupo em 2011 foram 20.106m de £ (2010: 20.759m de £).

O Grupo é obrigado a manter balanços com os bancos centrais e outras autoridades reguladoras e estes totalizaram 2.500m de £ a 31 de Dezembro de 2010 (2010: 2.310m de £) Para efeitos de elaboração do mapa de fluxo de caixa, o numerário abrange dinheiro na mão e depósitos à ordem, e equivalentes de caixa abrangem investimentos de alta liquidez que são convertíveis em numerário com um risco insignificante de mudanças de valor com vencimentos originais de três meses ou inferior. Acordos de recompra e recompra revertida não são considerados como parte dos equivalentes de caixa.

Notas às demonstrações financeiras

Para o ano que findou no dia 31 de Dezembro de 2011

Regras contabilísticas significativas

Esta secção descreve as políticas contabilísticas significativas do Barclays e as estimativas contabilísticas críticas associadas às demonstrações financeiras e às notas como um todo. Se uma política contabilística ou uma estimativa contabilística crítica está associada a uma nota específica, a política contabilística aplicável e/ou estimativa contabilística crítica está incluída dentro da nota relevante.

1 Políticas contabilísticas significativas

1. Entidade de relatório

Estes mapas da situação financeira foram preparadas para o Grupo Barclays Bank PLC ao abrigo da Secção 399 da Lei das Empresas 2006. O Grupo é o maior prestador de serviços financeiros mundial que se ocupa dos serviços comerciais e de revenda da banca, de cartões de crédito, investimento bancário, e serviços de gestão de enriquecimento e gestão de investimento. Além disso, foram preparados mapas da situação financeira individuais para a sociedade gestora de participações sociais, o Barclays Bank PLC (o Banco). Barclays Bank PLC é uma sociedade anónima, incorporada e domiciliada na Inglaterra e o País de Gales, com sede legal em Inglaterra e é a empresa subsidiária do Grupo.

2. Conformidade com a Norma Internacional de Relato Financeiro

Os mapas da situação financeira consolidados do Grupo Barclays Bank PLC, e os mapas da situação financeira individuais do Barclays Bank PLC, foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) e as interpretações publicadas pelo Comité de Interpretação das Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRIC), tal como publicado pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). Estão ainda em conformidade com as interpretações da IFRS e IFRIC, tal como adoptado pela União Europeia. As regras contabilísticas principais aplicadas na preparação dos mapas da situação financeira consolidados e individuais estão definidas em baixo. Estas regras foram aplicadas consistentemente. Não houve alterações à política de contabilidade este ano.

3. Base da preparação

Os mapas da situação financeira consolidados e individuais foram preparados de acordo com a convenção modificada do histórico dos custos de modo a incluir a avaliação justa da propriedade de investimento e instrumentos de investimento particular, na medida necessária ou permitida, ao abrigo das normas IFRS e tal como definido nas regras contabilísticas relevantes. São apresentadas em milhões de libras esterlinas (m de £), a moeda do país em que o Barclays Bank PLC está incorporado.

4. Regras contabilísticas

No Barclays, os relatórios financeiros são elaborados de acordo com as IFRS. As políticas contabilísticas significativas do Grupo relacionadas com elementos específicos das demonstrações financeiras, estão inseridos nas respectivas notas, juntamente com uma descrição das estimativas contabilísticas e pareceres que foram fundamentais na sua preparação. As regras contabilísticas que impactam nas demonstrações financeiras em geral estão inseridas em baixo.

(i) Consolidação

O Barclays aplica a IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 Consolidação - Entidades para Fins Especiais (EFE).

As demonstrações financeiras consolidadas agregam as demonstrações financeiras do Barclays Bank PLC e todas as suas subsidiárias. As subsidiárias são entidades sobre as quais tem controle das políticas financeiras e operacionais por meio da sua detenção de acções com direito a voto e as EFE, e que são consolidadas quando a relação entre o grupo e a entidade se consubstancia em controle. A avaliação do controle de entidades para fins especiais inclui uma avaliação da exposição do Grupo aos riscos e benefícios da entidade. A consolidação das EFE é considerada um início, com base nas operações em vigor e na exposição da avaliação de risco nesse momento. A análise da consolidação inicial é revista mais tarde se:

- a) o Grupo adquirir interesses adicionais na entidade;
- (ii) os acordos contratuais da entidade são corrigidos para que a exposição relativa a riscos e recompensas seja modificada; ou
- (iii) o Grupo adquira o controle sobre as principais decisões operacionais e financeiras da entidade.

Há várias entidades nas quais o Grupo detém menos de metade do direito de voto que são consolidadas quando a substância das relações entre o Grupo e a entidade indica que a entidade é controlada pelo Grupo. Estas entidades são consideradas ser controladas pelo Grupo quando as relações com estas entidades apresentam benefícios que em substância não diferem dos que poderiam ser apresentados se a entidade fosse uma subsidiária. As transacções e balanços intra-grupo são eliminados na consolidação e são utilizadas as regras de contabilidade consistentes em todo o Grupo para fins de consolidação.

Alterações nos interesses dos proprietários de filiais são tidas como transacções de capital próprio, caso incorram após o controle ter sido obtido e se não resultarem na perda de controle.

Os detalhes das principais filiais são apresentados na Nota 38.

Tradução de moeda estrangeira

O Grupo aplica a IAS 21 Efeitos das Alterações de Taxas de Câmbio de Moedas Estrangeiras. As transacções e os saldos em moeda estrangeira são convertidas para Libras à taxa vigente na data da transacção. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para Libras à taxa de conversão à data do fim do período.

Os ganhos e perdas cambiais de tais balanços são colocados no mapa dos resultados.

As actividades do Grupo no estrangeiro (incluindo subsidiárias, empreendimentos comuns, associados e filiais) principalmente sediadas fora do Reino Unido poderão ter uma moeda funcional diferente. A moeda funcional de uma operação é a moeda da economia principal à qual o Grupo está exposto.

Antes da consolidação (ou contabilização de capital próprio), os activos e os passivos das operações da Libra Não Esterlina são traduzidas à taxa do fim de dia e os itens dos rendimentos, despesas e outros rendimentos integrais são traduzidos em Libra Esterlina à taxa da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da tradução das operações externas estão incluídas na conversão de moedas estrangeiras dentro das acções. Estas são transferidas para a demonstração dos resultados quando o Grupo perde o controlo, o controlo conjunto ou influência significativa sobre a operação externa ou sobre transferência parcial da operação.

(iii) Activos e passivos financeiros

O Grupo aplica os *Instrumentos Financeiros IAS 39: Reconhecimento e Mensuração* (IAS 39) para o reconhecimento, classificação e medição e não reconhecimento de activos e passivos financeiros para a perda de activos financeiros e para a contabilidade de cobertura.

Reconhecimento

O Grupo reconhece activos e passivos financeiros quando se tornam uma parte dos termos do contracto e que é a data de negociação ou a data de vencimento.

Classificação e Medição

Os activos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo justo valor e podem ser detidos a justo valor ou a custo amortizado dependendo da intenção do Grupo relativamente aos activos e à natureza dos activos e dos passivos, especialmente determinados pelos seus termos contratuais.

A política de contabilidade para cada tipo de activo ou passivo financeiro está incluída na nota relevante para o item. As políticas do Grupo para determinação dos valores justos dos activos e dos passivos estão definidas na Nota 18.

Não reconhecimento

O Grupo não reconhece um activo financeiro, ou parte de um activo financeiro da sua folha de balanços quando os direitos contratuais desse activo já caducaram ou foram transferidos, normalmente por venda, e com ele substancialmente todos os riscos e recompensas do activo juntamente com a capacidade incondicional de vender ou empenhar o activo.

Os passivos financeiros não são reconhecidos quando liquidados, caducados ou extintos. A troca de um passivo financeiro existente por um novo passivo com o mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes - geralmente uma diferença de 10% no valor actual dos fluxos de caixa - é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

As transacções nas quais o Grupo transfere acções e passivos, partes de activos e passivos ou riscos financeiros a si associados podem ser complexas e não é óbvio que substancialmente todos os riscos e recompensas foram transferidos. Por vezes é necessário realizar uma análise quantitativa. Essa análise irá comparar a exposição do Grupo à variabilidade dos fluxos de fundos do activo antes da transferência com a respectiva exposição retida depois da transferência.

Uma análise do fluxo de caixa desta natureza pode necessitar de fundamentação. Em particular, é necessário fazer uma estimativa dos fluxos de caixa futuros esperados assim como a potencial variabilidade em torno desta expectativa. O método de cálculo dos fluxos de caixa futuros esperados depende da natureza do activo, com dados de mercado e implícitos no mercado utilizados na maior medida do possível. A potencial variabilidade em torno desta expectativa é tipicamente determinada pelos parâmetros de esforço subjacentes para criar cenários positivos e negativos alternativos razoáveis. As probabilidades são depois atribuídas a cada cenário. Os parâmetros de esforço podem incluir taxas de incumprimento ou taxas de pré-pagamento.

(iv) Instrumentos de dívida e capital próprio emitidos

O Grupo aplica os *Instrumentos Financeiros* da IAS 32: *Apresentação* para determinar se o financiamento é um passivo financeiro (dívida) ou património.

Os instrumentos financeiros emitidos ou os seus componentes são classificados como passivos quando as disposições contratuais resultam numa obrigação actual por parte do Grupo de entregar numerário ou outro activo financeiro ou um número variável de capital próprio ao detentor do instrumento. Se não for este o caso, o instrumento é geralmente um instrumento de capital próprio e as receitas incluídas no capital, juros de custos de transação. Os dividendos e outros reembolsos aos detentores do capital são reconhecidos quando pagos ou declarados pelos membros na assembleia geral anual e tratados como uma dedução do capital próprio.

Quando os instrumentos financeiros emitidos contêm tanto componentes passivos como de capital próprio, esses são contabilizados separadamente. O justo valor da dívida é calculado primeiro e o balanço das receitas é incluído no capital próprio.

5. Desenvolvimentos de contabilidade futuros

A 31 de Dezembro de 2011, o IASB emitiu as normas seguintes de contabilidade. Estas entram em vigor a 1 de Janeiro de 2013, sujeitas a apoio da UE, excepto nas situações indicadas.

- IFRS 10 - *Demonstrações Financeiras Consolidadas*, que substitui os requisitos da IAS 27 - *Declarações Financeiras Consolidada e Separada* e SIC 12 *Consolidação - Entidades de Finalidades Especiais*. Isto introduz critérios novos para determinar se as entidades nas quais o Grupo tem interesses devem ser consolidadas. O Grupo está a considerar o impacto da nova norma e actualmente não é capaz de fornecer uma estimativa dos efeitos financeiros da sua adoção.

Notas às demonstrações financeiras

Do ano findo em 31 de Dezembro de 2011

- IFRS 11 *Acordos Conjuntos*, que substitui a IAS 31 *Interesses em Empreendimentos Comuns*. Isto especifica a contabilidade de acordos conjuntos, sejam estas operações conjuntas ou empreendimentos comuns. Não se espera que causem um impacto material no Grupo;
- IFRS 12 *Divulgação de Participações Noutras Entidades*. Isto especifica as divulgações solicitadas relativamente aos juros em, e riscos resultantes de filiais, empreendimentos comuns, associadas e entidades estruturadas, consolidadas ou não. Apenas como norma de divulgação não terá qualquer impacto financeiro.
- IFRS 13 *Mensuração do Justo Valor*. Isto oferece uma orientação integral sobre como calcular o justo valor de activos e passivos financeiros e não financeiros. Não se espera que causem um impacto material no Grupo;
- IAS 19 *Benefícios dos Colaboradores* (Revisão de 2011). Isto exige que os ganhos e perdas actuários que surjam de esquemas de benefícios de pensões definidos sejam reconhecidos na sua totalidade. O Grupo diferiu-os anteriormente sobre a média restante das vidas de serviço dos colaboradores (abordagem "corredor").
Ver a Nota 37 para mais informações e uma estimativa dos efeitos financeiros de adopção; e
- Correções à IAS 32 e IFRS 7 *Compensação de Activos Financeiros e Passivos Financeiros*. As circunstâncias nas quais a liquidez é permitida foram clarificadas e as divulgações sobre a compensação foram consideravelmente alargadas. As correções à compensação são efetivas a partir de 1 de Janeiro de 2014 e aquelas nas divulgações a partir de 1 de Janeiro e 2013.

Em 2009 e 2010, o IASB emitiu a IFRS 9 *Instrumentos Financeiros*, que contém novos requisitos para a contabilização de activos e passivos financeiros e irá incluir novos requisitos para a contabilidade de imparidade e cobertura, substituindo os requerimentos correspondentes na IAS 39. Isto criará mudanças significativas na maneira em que o Grupo contabiliza instrumentos financeiros. As principais mudanças emitidas e propostas relacionam-se com:

- Activos financeiros. Os activos financeiros irão ser detidos pelo seu justo valor ou custo amortizado, excepto para investimentos de capital próprio não detidos para negócio que podem ser detidos pelo justo valor através de capital próprio.
- Passivos financeiros: Os ganhos e perdas nas mudanças de justo valor em crédito próprio que surjam de passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucro ou perda serão excluídos do mapa de resultados do exercício e ao invés serão incluídas em outro rendimento integral.
- Imparidade. As perdas expectáveis (em vez de perdas incorridas) serão refletidas em provisões de imparidade para activos financeiros que não são classificados como justo valor através de ganhos ou perdas; e
- Contabilidade de cobertura. A contabilidade de cobertura será mais proximamente alinhada com a gestão de risco financeiro.

A adopção não é obrigatória até aos períodos contabilísticos a ou após 1 de Janeiro de 2015, sujeita a apoio da U.E. A adopção anterior é possível, sujeita a apoio e finalização das normas. Nesta fase, não é possível determinar plenamente os potenciais impactos financeiros da adopção da IFRS 13 ao Grupo que advenham da adopção.

Adicionalmente, a IASB indicou que irá emitir uma nova norma sobre contabilizações de arrendamentos. Sob as propostas, os locatários necessitarão de reconhecer no balanço os activos e passivos que surjam tanto de locações de operação como financeiras. A IASB planeia também emitir novas normas sobre contratos de seguros e reconhecimento de receitas. O Grupo irá considerar os impactos financeiros destas novas normas aquando da sua finalização.

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

A preparação dos mapas da situação financeira de acordo com a IFRS requer a utilização de determinadas previsões. Requer ainda que a gestão administrativa dê a sua opinião no processo de aplicação das regras de contabilidade. As áreas-chave que envolvem um alto grau de opinião ou complexidade, ou áreas onde pressupostos são significativos aos consolidados e os mapas da situação financeira individuais são realçadas na nota relevante. As previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica são divulgados:

	Página		Página
Crédito em encargos e imparidades disponível para venda de activos	117	Fundo de comércio e activos intangíveis	157
Imposto	120	Provisões	163
Activos disponíveis para venda	135	Obrigações de benefício de reforma	183
Instrumentos financeiros de justo valor	136		

6. Outras divulgações

Para melhorar a transferência e a facilidade de referência, concentrando informações relativas num local, e para reduzir a duplicação, determinadas divulgações exigidas nos termos da NIIF foram incluídas na secção Gestão de Riscos e Análise Financeira conforme descrito abaixo:

- Relatório segmentado nas páginas 9 e 10;
- Crédito de risco, das páginas 34 a 69, incluindo exposições dos países selecionados;
- Risco de mercado, da página 70 à 76;
- Risco de financiamento - recursos de capital, na página 77; e
- Risco de financiamento – risco de liquidez, das páginas 78 à 94.

Estes são cobertos pelo parecer da Auditoria incluído na página 104.

Desempenho

As notas incluídas nesta secção concentram a atenção nos resultados e no desempenho do Barclays. A informação acerca dos rendimentos gerados, encargos incorridos, desempenho segmentado, impostos e dividendos é incluída aqui.

2 Operações de segmentação

Apresentação do relatório segmentado

Os segmentos operacionais do Grupo estão em conformidade com os *Segmentos Operacionais* da IFRS 8. Os segmentos operacionais são relatados de maneira consistente com o relatório interno fornecido pelo Comité Executivo, que é responsável pela alocação de recursos e avaliação do desempenho dos segmentos em operação, foi identificado como o principal decisor. Todas as transações entre os segmentos de negócio são conduzidas numa base comercial independente, com receitas e custos intra-segmento, sendo eliminadas na Sede. O rendimento e despesas diretamente associados a cada segmento são incluídos na determinação do desempenho do segmento de negócio.

A análise do desempenho do Grupo por segmento por negócios e rendimento por segmento geográfico está incluída nas páginas 9 e 10.

3 Rendimento líquido dos juros

Contabilização de juros credores e juros pagos

O Grupo aplica os *Instrumentos Financeiros* da IAS 39: *Reconhecimento e Mensuração*. Os juros credores em empréstimos e adiantamentos a custo de amortização, investimentos de dívida disponíveis para venda e juros pagos de passivos financeiros detidos como custos amortizados são calculados utilizando o método do juro real, que aloca juros e custos e taxas directos e marginais sobre a vida esperada dos activos e dos passivos.

O método do juro real exige que o Grupo preveja fluxos de caixa futuros, em alguns casos com base na sua experiência do comportamento dos clientes, tendo em conta todos os termos contratuais do instrumento financeiro bem como a vida estimada dos activos e dos passivos. Devido ao número significativo de produtos e tipos (tanto activos como passivos), não existem cálculos individuais que são material para os resultados ou posição financeira.

	2011	2010
	m de £	m de £
Caixa e saldos de bancos centrais	392	271
Investimentos disponíveis para venda	2.137	1.483
Empréstimos e adiantamentos a bancos	350	440
Empréstimos e adiantamentos a clientes	17.271	17.677
Outros	439	164
Juros credores	20.589	20.035
Depósitos de bancos	(366)	(370)
Contas de clientes	(2.531)	(1.415)
Equiparados relativos a títulos de dívida em circulação	(3.524)	(3.632)
Passivos subordinados	(1.813)	(1.778)
Outros	(159)	(322)
Juros pagos	(8.393)	(7.517)
Rendimento líquido dos juros	12.196	12.518

O rendimento de juros inclui 243 m de £ (2010: 213 m de £) adicionado a empréstimos em imparidade.

Os outros rendimentos de juros incluem principalmente rendimentos de juros relativos a acordos de recompra reversa e actividade de cobertura. Semelhantemente, as outras despesas de juros incluem essencialmente despesas de juros relativas a acordos de recompra e actividade de cobertura.

Incluído no rendimento de juro líquido está a ineficácia de cobertura como detalhado na Nota 134.

Notas às demonstrações financeiras

Do ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

4 Rendimento líquido de honorários e comissões

Contabilização do rendimento líquido de honorários e comissões

O Grupo aplica a IAS 18 *Receitas*. As taxas e as comissões cobradas por serviços prestados ou recebidas pelo Grupo são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, por exemplo na conclusão da transação subjacente.

	2011	2010
	m de £	m de £
Honorários, gestão de investimentos e comissões relacionadas com crédito e actividades bancárias.	9.958	10.142
Honorários de corretagem	87	77
Comissão de câmbio de moeda estrangeira	163	149
Rendimento de honorários e comissões	10.208	10.368
Gastos de honorários e comissões	(1.586)	(1.497)
Rendimento líquido de honorários e comissões	8.622	8.871

5 Rendimento de actividade comercial

Contabilização de rendimentos de actividade comercial

De acordo com a IAS 39, as posições de exploração são mantidas num valor justo e os ganhos e perdas resultantes são incluídos no mapa dos resultados do exercício, juntamente com os juros e dividendos que surgem de custos de posição longa e curta e de custos de financiamento relacionados com as actividades de exploração.

O rendimento resulta das margens conseguidas através de operadores independentes e de clientes profissionais e através de alterações no valor de mercado provocadas por movimentos de juros e taxas de câmbio, preços de capital próprio e outras variáveis de mercado.

Os ganhos/ (perdas) de crédito próprio resultam da avaliação justa de passivos financeiros designados como justo valor através de lucro ou perda. Ver Nota 17 Passivos financeiros designados pelo justo valor.

	2011	2010
	m de £	m de £
Rendimento de actividade comercial	5.030	7.689
Ganho de crédito próprio	2.708	391
Juros de exploração líquidos	7.738	8.080

Incluído dentro do rendimento de actividade comercial líquido estão prejuízos de 16 m de £ (2010: 32 m de £ de ganho) designados a justo valor e ganhos de 3,850 m de £ (2010: 903 m de £ de prejuízo) em passivos financeiros designados pelo justo valor.

6. Rendimentos de investimento líquidos

Contabilização de rendimentos de investimento líquidos

Os dividendos são reconhecidos quando é estabelecido o direito de receber pagamento. As outras políticas contabilísticas relativas ao rendimento do capital líquido estão especificadas na Nota 16: Investimentos financeiros disponíveis para venda e na Nota 14 Activos financeiros designados pelo justo valor.

	2011	2010
	m de £	m de £
Ganhos líquidos da alienação de activos disponíveis para venda	1.652	1.027
Rendimento de dividendos	139	129
Ganho líquido de instrumentos financeiros designados a justo valor	287	274
Outros rendimentos de investimento	244	60
Rendimentos de investimento líquidos	2.322	1.490

7 Crédito em encargos e imparidades de activos disponíveis para venda

Contabilização de imparidades de activos financeiros

Empréstimos e outros activos detidos como custos amortizados

De acordo com a IAS 39, o Grupo avalia à data de cada balanço se existem evidências objectivas de que os activos de empréstimos ou investimentos financeiros (dívidas ou investimentos de capital) disponíveis para venda não serão recuperados na íntegra e, quando necessário, reconhece as perdas por imparidade no mapa de resultados do exercício.

As perdas por imparidade são incursas se existirem evidências objetivas do não aumento do capital fixo como resultado de eventos de perda que tenham ocorrido e que tiveram um impacto nos fluxos de fundos futuros estimados dos activos. Estes eventos incluem:

- A consciencialização para as dificuldades financeiras significativas do emissor ou devedor;
- Uma violação do contrato, como uma falha por incumprimento ou delito nos juros ou reembolsos de capital;
- O Grupo, por razões económicas ou legais relacionadas com as dificuldades financeiras do devedor concede ao devedor um desconto que de outra forma não concederia.
- Se verifica a probabilidade de o devedor entrar em falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; e
- Dados observáveis ao nível do portefólio indicadores de uma redução mensurável nos fluxos de fundos futuros estimados, apesar de a redução não poder ainda ser imputada aos activos financeiros individuais no portefólio, tais como alterações desfavoráveis no estado do pagamento do devedor no portefólio ou condições económicas nacionais ou locais que se correlacionam com incumprimentos nos activos do portefólio.

As avaliações das imparidades para activos significativos são conduzidas individualmente e abrangem todos os empréstimos por grosso de clientes e empréstimos de atividades a retalho maiores, tais como riscos sectoriais ou do país. Para fins da avaliação, os empréstimos com características de risco semelhantes são agrupados em conjunto - geralmente com base no tipo do produto, no sector industrial, na localização geográfica, no tipo de garantia, no estado da data de pagamento excedida e outros factores relevantes para a avaliação de fluxos de caixa futuros esperados.

A avaliação da imparidade inclui o cálculo de fluxos de caixa futuros esperados do activo ou dos activos do Grupo que são depois actualizados utilizando a taxa de juro efectiva original calculada para o activo. Se isto for inferior ao valor contabilístico do activo ou do portefólio é levantada uma perda por imparidade.

Se, num período subsequente, a importância da perda por imparidade for reduzida e a redução puder ser objectivamente relacionada com um evento que ocorre depois de a imparidade ser reconhecida, a perda por imparidade reconhecida anteriormente é estornada ajustando-se a conta de subsídio. A importância do estorno é reconhecida no mapa de resultados do exercício.

Seguido da imparidade, os juros credores continuam a ser reconhecidos à taxa de juro real sobre o valor contabilístico declarado.

Os empréstimos incobráveis são amortizados em oposição ao subsídio relacionado para imparidade do empréstimo após conclusão dos processos internos do Grupo e todos os montantes recuperáveis terem sido recolhidos. As recuperações subsequentes das importâncias previamente amortizadas são creditadas no mapa de resultados do exercício.

Activos financeiros disponíveis para venda

Imparidade de instrumentos de dívida disponíveis para venda

Os instrumentos de dívida são avaliados para imparidade da mesma maneira que os empréstimos. Se a imparidade for considerada vencida, a queda cumulativa no justo valor do instrumento que foi anteriormente reconhecida no capital próprio é removida do capital próprio e reconhecida no mapa de demonstração dos resultados. Isto poderá inverter-se caso existam evidências de que as circunstâncias do emissor melhoraram.

Imparidade de instrumentos de capital próprio disponíveis para venda

Quando tenha havido um declínio significativo ou prolongado do justo valor de um instrumento de capital próprio abaixo do seu custo de aquisição, considera-se a sua redução. A perda líquida cumulativa que foi previamente reconhecida directamente no capital próprio é removida do capital próprio e reconhecida no mapa de resultados do exercício.

Os aumentos no justo valor dos instrumentos de capital próprio são reconhecidos directamente em outros rendimentos integrais. As quedas posteriores no justo valor dos instrumentos de capital próprio são reconhecidas no mapa de resultados do exercício.

Notas às demonstrações financeiras

Do ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

7 Crédito em encargos e imparidades de activos disponíveis para venda (continuação)

	2011	2010
	m de £	m de £
Abatimentos por imparidade novos e aumentados	4.962	6.939
Transferências	(931)	(1.189)
Recuperações	(265)	(201)
Encargos com imparidades em empréstimos e adiantamentos	3.766	5.549
Encargos respeitantes a provisões por facilidades e garantias contratuais não utilizadas	24	76
Imparidade de empréstimos	3.790	5.625
Imparidades em activos disponíveis para venda	60	51
Transferências de imparidades em acordos de reversão da recompra	(48)	(4)
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	3.802	5.672
Imparidade de investimentos no BlackRock, Inc.	1.800	-

A imparidade de empréstimos caiu 33% para 3,790 m de £, refletindo geralmente tendências subjacentes de melhoria através da maioria das actividades a retalho e grossistas. Os encargos de imparidades a retalho diminuíram 27%, principalmente em relação ao Barclaycard, UKRBB e África RBB. Os encargos de imparidades do mercado grossista diminuíram 41%, refletindo principalmente taxas mais baixas em Espanha e no Barclays Capital, incluindo uma transferência de 223 m de £ relativa ao empréstimo Protium que já foi reembolsado.

A 30 de Setembro de 2011, reconheceu-se um prejuízo de 1,800 m de £ resultante de uma avaliação onde existiam evidências objetivas que os investimentos de capital próprio disponíveis para venda do Grupo no BlackRock, Inc foi reduzido. A imparidade reflecte a reciclagem através da demonstração dos resultados da redução cumulativa no valor de mercado anteriormente reconhecido nas reservas disponíveis para venda desde a aquisição do Grupo da sua holding na BlackRock, Inc. como parte da venda do Barclays Global Investors a 1 de Dezembro de 2009.

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

O cálculo da perda por imparidade envolve o uso de fundamentações baseadas na experiência do Grupo em gerir o risco de crédito. Nas carteiras de pequenas empresas e retalhistas, que compreendem um grande número de pequenos activos homogéneos com características de risco similar em que as técnicas de classificação de crédito são utilizadas no geral, as técnicas estatísticas são utilizadas para calcular abatimentos por imparidade com base numa carteira, em taxas de recuperação históricas e períodos de emergência assumidos. Estas análises estatísticas utilizam principalmente dados para averiguar até que ponto é que as contas da carteira estão em atraso e as informações históricas em eventuais perdas foram encontradas a partir dessas carteiras delinquentes. Há muitos modelos como estes a serem utilizados, cada um adaptado a um produto, um ramo de actividade empresarial ou uma categoria de cliente. O raciocínio e conhecimento são necessários na seleção dos métodos estatísticos a utilizar quando os modelos são desenvolvidos ou analisados. O abatimento por imparidade que se reflete nas demonstrações financeiras para estas carteiras é considerado ser razoável e suportável.

Para activos individualmente significativos, os abatimentos por imparidade são calculados numa base individual e todas as considerações relevantes que se sustentem em fluxos de caixa futuros esperados são tidas em conta (por exemplo, as prospecções empresariais para o cliente, o valor realizável colateral, a posição do Grupo relativamente a outros requerentes, a fiabilidade das informações do cliente e o custo e a duração prováveis do sistema de resolução de problemas). O nível do abatimento por imparidade é a diferença entre o valor dos fluxos de caixa futuros esperados (descontados na taxa de juros real original do empréstimo), e o seu valor contabilístico. Os raciocínios subjectivos são feitos no cálculo de fluxos de caixa futuros. Além disso, os raciocínios mudam com o tempo à medida que são disponibilizadas novas informações ou que as estratégias de resolução de problemas evoluem, resultando em revisões frequentes do abatimento por imparidade à medida que são tomadas decisões individuais. As alterações nestas estimativas poderiam resultar em alterações nos abatimentos e ter um impacto directo no encargo da imparidade.

8 Despesas de administração e gerais

	2011	2010
	m de £	m de £
Propriedade e equipamento	1.763	1.813
Contratação externa e serviços profissionais	1.864	1.704
Locações operacionais	659	637
Marketing, publicidade e patrocínio	585	631
Comunicações, subscrições, publicações e papelaria	740	750
Deslocação e alojamento	328	358
Outras despesas de administração e gerais	400	563
Imparidade de imóveis, instalações e equipamento e activos incorpóreos	12	125
Administração e despesas gerais	6.351	6.581

8 Outras despesas de administração e gerais (continuação)**Remuneração de auditores**

A remuneração de auditores está incluída nos custos de contratação externa e serviços profissionais acima e compreende:

	Auditoria m de £	Relacionado C/ Auditoria m de £	Serviços de Tributação m de £	Outros Serviços m de £	Total m de £
2011					
Auditoria das contas anuais do Grupo	13	-	-	-	13
Outros serviços:					
Honorários a pagar aos associados da empresa de acordo com a legislação ^a	26	-	-	-	26
Outros serviços prestados de acordo com a legislação	-	3	-	-	3
Outros serviços relativos à tributação					
- Serviços em conformidade	-	-	5	-	5
- Serviços de aconselhamento	-	-	1	-	1
Serviços relativos a transacções de financiamento da empresa introduzidas ou propostas por ou em nome da empresa ou de qualquer um dos seus associados					
	-	-	-	2	2
Outros	-	3	-	1	4
Total de remuneração a auditores	39	6	6	3	54
2010					
Auditoria das contas anuais do Grupo	12	-	-	-	12
Outros serviços:					
Honorários a pagar aos associados da empresa de acordo com a legislação ^a	26	-	-	-	26
Outros serviços prestados de acordo com a legislação	-	3	-	-	3
Outros serviços relativos à tributação					
- Serviços em conformidade	-	-	7	-	7
- Serviços de aconselhamento	-	-	1	-	1
Serviços relativos a transacções de financiamento da empresa introduzidas ou propostas por ou em nome da empresa ou de qualquer um dos seus associados					
	-	-	-	1	1
Outros	-	4	-	2	6
Total de remuneração a auditores	38	7	8	3	56

Os números demonstrados nas tabelas anteriores são relativos a honorários pagos à auditora PricewaterhouseCoopers LLP e aos seus associados por operações de negócios continuadas.

Os honorários pagos a outros auditores não associados à PricewaterhouseCoopers LLP com respeito à auditoria das filiais da empresa perfizeram 3 m de £ (2010:4 m £).

Notas

- Compreendem taxas relativas à revisão legal de filiais e regimes de pensões associadas, tanto dentro como fora da Grã-Bretanha e taxas relativas ao trabalho realizado pelos associados da PricewaterhouseCoopers LLP em relação às demonstrações financeiras consolidadas da empresa. As taxas relativas à auditoria dos regimes de pensões associadas foram de 0,5 m de £ (2010:0,4 m de £).
- Compreendem serviços relativos a arquivamentos legais e regulamentares. Estes incluem serviços de auditoria para a revisão de informação financeira provisória ao abrigo das normas regulamentadoras da autoridade regulamentadora do Reino Unido.
- Incluem consultadoria em assuntos fiscais, aconselhamento fiscal relativo a transacções e outro tipo de planeamento e aconselhamento fiscal.
- Compreendem diligência devida relativa a transacções e outro tipo de trabalho ligado a tais transacções.

Notas às demonstrações financeiras

Do ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

9 Bank Levy no Reino Unido

Foi decretada a Julho de 2011 uma legislação no Reino Unido para introduzir um imposto bancário anual que se aplica aos elementos dos passivos consolidados e ao capital próprio do Grupo detido no fim do ano. O imposto resultou num encargo adicional à demonstração dos resultados de 325 m de £ que foi reconhecido a 31 de Dezembro de 2011 e está apresentado nas despesas operacionais. O Comité de Interpretações da IFRS está a considerar o momento de reconhecimento do imposto no futuro.

10 Lucro sobre a alienação de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

A 25 de Outubro de 2011, o Barclays concluiu a alienação do Barclays Bank Russia (BBR) como parte de voltar a concentrar aí as suas actividades. Foi reconhecida na demonstração financeira uma perda sobre a alienação de 73 m de £ no Barclays Corporate e as perdas cambiais a prazo acumuladas de 23 m de £, previamente reconhecidas no capital próprio foram recicladas através de rendimentos nas Funções da Sede.

11 Imposto

Contabilização de impostos sobre os rendimentos

O Barclays aplica a IAS 12 *Impostos sobre os rendimentos* para contabilização de impostos sobre os rendimentos. O imposto sobre o rendimento a pagamento ou lucros passíveis de pagar imposto ("Imposto actual") é reconhecido como uma despesa no período em que os lucros surjam. As retenções na fonte também são tratadas como impostos sobre rendimento. Os impostos sobre rendimento recuperáveis em prejuízos fiscais são reconhecidos como um activo de imposto actual apenas na medida em que é tido como recuperável através de compensação relativamente aos lucros taxáveis resultantes no período actual ou no período anterior. A taxa corrente é medida utilizando as taxas e a legislação do imposto que foram decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço.

Os impostos diferidos são fornecidos na totalidade, utilizando o método do passivo, com diferenças temporárias que surgem das diferenças entre as bases do activo e do passivo do imposto e respectivas quantias de transporte nos mapas consolidados da situação financeira. O imposto sobre o rendimento diferido é determinado usando as taxas e legislação do imposto decretada ou substancialmente decretada à data de balanço que são expectáveis a ser aplicadas quando o activo de imposto diferido é realizado ou o passivo por imposto diferido for liquidado. Os activos e passivos do imposto diferido são apenas compensatórios quando existe tanto um direito legal de compensação e uma intenção de os liquidar numa base líquida.

	2011	2010
	m de £	m de £
Carga fiscal corrente		
Ano corrente	2.690	1.413
Ajuste para anos anteriores	(61)	(20)
	2.629	1.393
Imposto diferido (crédito) / carga		
Ano corrente	(631)	118
Ajuste para anos anteriores	(70)	5
	(701)	123
Carga fiscal	1.928	1.516

A Fevereiro de 2012, a autoridade fiscal do Reino Unido, a HMRC, anunciou a sua intenção de implementar uma nova legislação sobre impostos, a aplicar retrospectivamente a partir de 1 de Dezembro de 2011, que iria resultar em 1,130 m de £ de ganhos em retomas tornadas totalmente tributáveis. O Barclays divulgou voluntariamente a transação ao HMRC e, a 31 de Dezembro de 2011, deteve uma provisão para o potencial imposto a pagar em relação à retoma em dívida. Se a legislação tivesse sido decretada a 31 de Dezembro de 2011 não teria tido um impacto material nos resultados de 2011 para o Grupo.

O imposto relativo a cada componente de outros rendimentos integrais pode ser encontrado no mapa consolidado do rendimento integral, que inclui em Outros, uma carga fiscal de 74 m de £ (2010: 59 m de £ em crédito), essencialmente relativo a pagamentos com base em acções.

11 Imposto (continuação)

A tabela abaixo mostra a reconciliação entre a carga fiscal actual e a carga fiscal que iria resultar da aplicação da taxa normal de imposto sobre as sociedades no Reino Unido aos lucros do Grupo antes do imposto.

	2011 m de £	2010 m de £
Lucro antes de impostos de operações contínuas	5.974	6.079
Carga fiscal à taxa normal de imposto sobre as sociedades no Reino Unido de 26.5% (2010: 28)	1.583	1.702
Efeito de não-lucrativos ou perdas às taxas legais locais diferentes da taxa normal de imposto no Reino Unido ^a	190	108
Impostos não-creditáveis	567	454
Ganhos e rendimentos não tributáveis	(519)	(576)
Impacto dos movimentos dos preços das acções em pagamentos com base em acções	147	41
Activos por impostos diferidos /(anteriormente não reconhecidos)	(816)	(160)
Alteração nas taxas de imposto	17	34
Encargos com imparidades, perdas em alienações e impostos bancários do Reino Unidos não dedutíveis	770	68
Outros itens incluindo despesas não dedutíveis	120	(140)
Ajustes relativos a anos anteriores	(131)	(15)
Carga fiscal	1.928	1.516
Taxa de imposto efectiva	32%	25%

Activos e passivos financeiros correntes

Os movimentos dos activos e passivos correntes foram os seguintes:

	2011 m de £	2010 m de £
O Grupo		
Activos	196	349
Passivos	(646)	(964)
A 1 de Janeiro	(450)	(615)
Demonstração dos resultados	(2.629)	(1.393)
Investimentos de capital	104	180
Imposto pago sobre o rendimento	1.686	1.430
Outros movimentos	266	(52)
	(1.023)	(450)
Activos	374	196
Passivos	(1.397)	(646)
A 31 de Dezembro	(1.023)	(450)

Notas

- Em 2010 foram previamente incluídos 205 m de £ em efeitos não lucrativos ou perdas às taxas legais diferentes da taxa normal de imposto no Reino Unido e relacionadas com benefícios de imposto diferido sobre a reorganização de financiamento de titularização em Espanha. Este benefício é agora incluído em outros itens, incluindo as despesas não dedutíveis.
- Este é um novo item na reconciliação para mostrar o impacto de impostos não creditáveis essencialmente relacionados com o impacto de retenções na fonte. Em 2010 foram previamente incluídos 420 m de £ de ganhos e rendimentos não tributáveis, 72 m de £ foram previamente incluídos em outros itens incluindo despesas não dedutíveis e (38) m de £ foram previamente incluídos por efeitos não lucrativos e perdas às taxas legais locais que diferem da taxa do Reino Unido.
- Este é um novo item na reconciliação para mostrar o impacto de encargos com imparidades, perdas em alienações e impostos bancários do Reino Unido não dedutíveis. Em 2010, os encargos de imparidades não dedutíveis de 68 m de £ foram previamente incluídos em outros itens, incluindo despesas não dedutíveis.

Notas às demonstrações financeiras

Do ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

11 Imposto (continuação)

	2011	2010
	m de £	m de £
O Banco		
Activos	161	221
Passivos	(126)	(277)
A 1 de Janeiro	35	(56)
Demonstração dos resultados	(696)	(161)
Investimentos de capital	120	145
Imposto pago sobre o rendimento	(239)	91
Outros movimentos	(33)	16
	(813)	35
Activos	166	161
Passivos	(979)	(126)
A 31 de Dezembro	(813)	35

Outros movimentos incluem valores de impostos correntes relativos a aquisições, alienações e câmbios.

Passivos e activos por impostos diferidos

Os montantes de impostos diferidos na folha de balanço, após o balanço de activos e passivos de compensação, onde existe o direito legal de compensação e uma intenção de os liquidar numa base líquida foram os seguintes:

	O Grupo		O Banco	
	2011	2010	2011	2010
	m de £	m de £	m de £	m de £
Grupo fiscal Barclays Group US Inc. (BGUS)	1.039	875	-	-
Sucursal do Barclays Bank PLC nos E.U. (Sucursal dos E.U.)	704	197	704	197
Grupo Fiscal Espanhol	696	496	311	271
Outros	571	949	89	760
Activos por impostos diferidos	3.010	2.517	1.104	1.228
Passivo por imposto diferido	(695)	(514)	(348)	(3)
Impostos diferidos líquidos	2.315	2.003	756	1.225

Os activos por impostos diferidos aumentaram cerca de 20% em 2011 principalmente através do desempenho financeiro da Sucursal dos E.U., resultando em activos por impostos diferidos em 2011 previamente não reconhecidos. Não existem activos por impostos diferidos líquidos no Reino Unido.

Activos por impostos diferidos nos E.U. no BGUS e na Sucursal dos E.U.

Os activos por impostos diferidos na BGUS e na Sucursal dos E.U. incluem montantes relativos a perdas fiscais de 329 m de £ e 603 m de £, respectivamente, que subiram principalmente em 2007. De acordo com as regras de taxaço dos Estados Unidos, as perdas fiscais podem ser prolongadas e compensadas com lucros por um período de 20 anos e, conseqüentemente, quaisquer perdas fiscais não utilizadas podem começar a expirar em 2028. Os restantes balanços relacionam-se principalmente com diferenças temporárias que não são limitadas pelo tempo. Os activos por impostos diferidos para a Sucursal dos E.U. foram avaliados utilizando uma taxa marginal, permanecendo o excesso da taxa de imposto dos E.U. (uma combinação de impostos Federais, Municipais ou Estatais) sobre a taxa legal do Reino Unido.

O BGUS é uma previsão para retorno da rentabilidade em 2012, principalmente conduzida pelo BCI, o seu Corrector da Bolsa Americano, com perdas fiscais previstas de ser totalmente utilizadas até 2024. As perdas de 2011 devem-se em grande parte a condições macroeconómicas, afectadas pela crise da dívida soberana europeia e pela incerteza regulamentar, em oposição à estratégia comercial subjacente. Uma proporção significativa de perdas anteriores ao período relativas a carteiras e negócios imobiliários que foram agora vendidas ou liquidadas.

As previsões do lucro reflectem a atenção continuada em operar como o principal banco investimento global e universal. Reflectem ainda o restabelecimento e retorno dos mercados para condições semelhantes àquelas de 2010. Nestas projecções estão incluídos pressupostos de receitas baseadas em manter as nossas acções correntes no FICC e determinadas perspectivas de crescimento que existem no IBD e no Capital Próprio. As projecções de custo reflectem as poupanças com base nas nossas iniciativas contínuas nesta área bem como custos futuros associados ao aumento dos níveis de liquidez para os negócios dos E.U. Como em qualquer previsão corrente, existem incertezas significativas relativas a condições macroeconómicas e requisitos regulamentares. Uma redução de 20% no lucro previsto não iria prolongar o período de recuperação. Os pressupostos utilizados na previsão dos lucros não incluem quaisquer estratégias de planeamento de impostos marginais.

11 Imposto (continuação)

As perdas fiscais na Sucursal dos E.U. relacionam-se principalmente com as perdas em exposições do mercado de créditos herdadas, a maioria das quais já não detidas pela sucursal dos E.U. As perdas fiscais são projectadas para serem utilizadas até 2016, com base nas previsões dos lucros que abrangem o período de 2012 a 2014, sem um crescimento dos lucros assumido após 2014. Os pressupostos subjacentes utilizados na previsão são consistentes com os utilizados para o BGUS. Uma redução de 20% no lucro previsto iria prolongar o período de recuperação por um ano para 2017. Os pressupostos utilizados na previsão dos lucros não incluem quaisquer estratégias de planeamento de impostos marginais.

Activos por impostos diferidos em Espanha

Os activos por impostos diferidos em Espanha incluem 417 m de £ relativos a perdas fiscais incorridas em 2010 e 2011. De acordo com as regras de taxaço espanholas, as perdas fiscais podem ser prolongadas e compensadas com lucros por um período de 18 anos. Os restantes balanços relacionam-se principalmente com diferenças temporárias que não são limitadas pelo tempo.

Espera-se que as perdas de 2010 sejam totalmente utilizadas até 2021 e as perdas de 2011 até 2024. Antecipa-se que surjam perdas fiscais adicionais em 2012 e 2013. A recuperabilidade dos activos por impostos diferidos foi determinada utilizando previsões de lucro empresarial cobrindo o período de 2012 a 2015, com uma taxa de crescimento anual subsequente de 1% p.a. As previsões são consistentes com aquelas utilizadas para fins de avaliação de imparidades por fundos de comércio. Elas reflectem os benefícios esperados de alterações no preço de produtos mistos e produtos melhorados após a reestruturação dos negócios durante 2011, bem como os níveis de imparidade voltam a estar em conformidade com taxas históricas de perdas para empréstimos.

Uma redução de 20% nos lucros previstos para 2015 iria prolongar o período de recuperação das perdas de 2010 e 2011 por 2 anos, para 2023 e 2026, respectivamente. Uma redução nos lucros acima disto pode resultar numa imparidade parcial do activo por imposto diferido dependendo da duração do estorno de diferenças temporárias dedutíveis. Os pressupostos previstos não incluem quaisquer estratégias de planeamento de impostos marginais.

Outros activos por impostos diferidos

Os activos por impostos diferidos de 571 m de £ (2010: 949 m de £) em outras entidades incluem 144 m de £ (2010: 700 m de £) relativos a perdas fiscais prolongadas. As entidades que sofreram perdas no ano corrente ou no anterior têm um activo por impostos diferidos total de 189 m de £ (2010: 344 m de £) relativos a perdas fiscais prolongadas e a diferenças temporais. O reconhecimento baseia-se na previsão dos lucros que indicam que é provável que as entidades competentes terão lucro tributável contra o qual as diferenças temporárias podem ser utilizadas.

Notas às demonstrações financeiras

Do ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

11 Imposto (continuação)

As tabelas abaixo mostram os movimentos nos passivos e activos por impostos diferidos do Grupo e do Banco durante o ano. Os montantes diferem dos divulgados na folha de balanço conforme apresentados antes dos balanços de activos e passivos de compensação onde existe o direito legal de compensação e a intenção de os liquidar numa base líquida.

O Grupo	Diferenças de duração de activos fixos	Investimentos disponíveis para venda	Cobertura do fluxo de fundos de reforma	Obrigações de benefício por empréstimos	Perdas fiscais por abatimentos por imparidade	Outras provisões	Perdas fiscais prolongadas	Pagamentos com base em acções	Outros	Total
	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £
Activos	134	76	-	118	345	162	1,558	372	668	3.433
Passivos	(558)	(43)	(109)	-	-	-	-	-	(720)	1.430
A 1 de Janeiro de 2011	(424)	33	(109)	118	345	162	1,558	372	(52)	2,003
Demonstração dos resultados	267	10	-	(180)	91	110	(54)	37	420	701
Investimentos de capital	-	73	(393)	-	-	-	-	(82)	3	(399)
Outros movimentos	7	5	13	15	(5)	(11)	(11)	29	(32)	10
	(150)	121	(489)	(47)	431	261	1,493	356	339	2.315
Activos	254	186	-	85	431	261	1,493	356	1,435	4,501
Passivos	(404)	(65)	(489)	(132)	-	-	-	-	(1,096)	(2,186)
A 31 de Dezembro 2011	(150)	121	(489)	(47)	431	261	1,493	356	339	2,315
Activos	117	28	139	219	379	294	1.038	336	472	3.022
Passivos	(660)	(54)	(278)	-	-	-	-	-	(197)	(1.189)
A 1 de Janeiro de 2010	(543)	(26)	(139)	219	379	294	1,038	336	275	1,833
Demonstração dos resultados	42	12	(3)	(101)	(46)	(151)	591	25	(492)	(123)
Investimentos de capital	-	53	38	-	-	-	-	12	(44)	59
Outros movimentos	77	(6)	(5)	-	12	19	(71)	(1)	209	234
	(424)	33	(109)	118	345	162	1,558	372	(52)	2.003
Activos	134	76	-	118	345	162	1,558	372	668	3,433
Passivos	(558)	(43)	(109)	-	-	-	-	-	(720)	1,430
A 31 de Dezembro 2010	(424)	33	(109)	118	345	162	1,558	372	(52)	2,003

11 Imposto (continuação)

O Banco	Diferenças de duração de activos fixos	Investimentos disponíveis para venda	Cobertura do fluxo de fundos de reforma	Obrigações de benefício por empréstimos	Perdas fiscais por abatimentos por imparidade	Outras provisões	Perdas fiscais prolongadas	Pagamentos com base em acções	Outros	Total
	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £
Activos	-	1	-	54	138	-	983	24	215	1.415
Passivos	(44)	-	(64)	-	-	(47)	-	-	(35)	(190)
A 1 de Janeiro de 2011	(44)	1	(64)	54	138	(47)	983	24	180	1.225
Demonstração dos resultados	117	-	-	(184)	147	97	(73)	3	(159)	(52)
Investimentos de capital	-	(6)	(394)	-	-	-	-	(10)	8	(402)
Outros movimentos	4	(1)	-	16	(15)	(1)	147	30	(195)	(15)
	77	(6)	(458)	(114)	270	49	1.057	47	(166)	756
Activos	77	-	-	-	270	49	1.057	47	158	1.658
Passivos	-	(6)	(458)	(114)	-	-	-	-	(324)	(902)
A 31 de Dezembro 2011	77	(6)	(458)	(114)	270	49	1.057	47	(166)	756
Activos	36	-	-	142	170	51	368	44	121	932
Passivos	-	(19)	(140)	-	-	-	-	-	(38)	(197)
A 1 de Janeiro de 2010	36	(19)	(140)	142	170	51	368	44	83	735
Demonstração dos resultados	(45)	5	-	(88)	(43)	(100)	684	(2)	17	428
Investimentos de capital	-	15	77	-	-	-	-	4	(7)	89
Outros movimentos	(35)	-	(1)	-	11	2	(69)	(22)	87	(27)
	(44)	1	(64)	54	138	(47)	983	24	180	1.225
Activos	-	1	-	54	138	-	983	24	215	1.415
Passivos	(44)	-	(64)	-	-	(47)	-	-	(35)	(190)
A 31 de Dezembro 2010	(44)	1	(64)	54	138	(47)	983	24	180	1.225

Outros movimentos incluem valores por impostos diferidos relativos a aquisições, alienações e câmbios.

O montante do passivo por impostos diferidos que deverá ser liquidado após mais de 12 meses é de 955 m de £ (2010:911 m de £) para o Grupo e para o Banco é de 958 m de £ (2010:1,303 m de £). O montante do activo por impostos diferidos que deverá ser liquidado após mais de 12 meses é de 2,050 m de £ (2010:1,645 m de £) para o Grupo e para o Banco é de 1,172 m de £ (2010:165 m de £). Estes montantes são antes balanços de activos e passivos de compensação onde existe o direito legal de compensação e uma intenção de os liquidar numa base líquida.

Impostos diferidos não reconhecidos

Os activos por impostos diferidos não foram reconhecidos pelo Grupo relativamente a diferenças temporárias dedutíveis brutas de 1,163 m de £ (2010: 506 m de £) e perdas fiscais brutas de 2,299 m de £ (2010: 6,178 m de £), o que inclui perdas de capital de 2,034 m de £ (2010: 1,607 m de £). As perdas fiscais de 97 m de £ (2010: 70 m de £) expiram dentro de 5 anos, de 101 m de £ (2010: 239 m de £) expiram dentro de 6 a 10 anos, 5 m de £ (2010: 4,262 m de £) expiram dentro de 11 a 20 anos e 2,096 m de £ (2010: 1,607 m de £) podem prolongar-se indefinidamente. As perdas não reconhecidas que expiram dentro de 11 a 20 anos diminuirão através de um aumento no reconhecimento dos activos por impostos diferidos na Sucursal dos E.U. como consequência da melhoria do desempenho financeiro. Os activos por impostos diferidos não foram reconhecidos a respeito destes itens porque não é provável que os ganhos e as perdas taxáveis futuros sejam avaliados através de benefícios que podem ser utilizados pelo Grupo.

O Banco não reconheceu os activos por impostos diferidos em relação a diferenças temporárias dedutíveis brutas de 1,125 m de £ (2010: 436 m de £), e perdas fiscais brutas de 260 m de £ (2010: 4,844 m de £) que incluem perdas de capital de 190 m de £ (2010: 513 m de £). As perdas fiscais de 24 m de £ (2010: 5 m de £) expiram dentro de 5 anos, de 20 m de £ (2010: 70 m de £) expiram dentro de 6 a 10 anos, as nulas (2010: 4,262 m de £) expiram dentro de 11 a 20 anos e de 216 m de £ (2010: 513 m de £) podem prolongar-se indefinidamente. As perdas não reconhecidas que expiram dentro de 11 a 20 anos diminuirão através de um aumento no reconhecimento dos activos por impostos diferidos na Sucursal dos E.U. como consequência da melhoria do desempenho financeiro. Os activos por impostos diferidos não foram reconhecidos a respeito destes itens porque não é provável que os ganhos e as perdas taxáveis futuros sejam avaliados através de benefícios que podem ser utilizados pelo Grupo.

O imposto diferido não é reconhecido relativamente aos investimentos do Grupo em subsidiárias e filiais onde o pagamento não é contemplado e para os associados e empreendimentos conjuntos onde se tenha determinado que não irá surgir uma taxa adicional. O montante agregado das diferenças temporárias para os quais os passivos por impostos diferidos não foram reconhecidos é de 703 m de £ (2010: 530 m de £).

Notas às demonstrações financeiras

Do ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

11 Imposto (continuação)

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

O Grupo está sujeito a impostos sobre os rendimentos em várias jurisdições e os cálculos da carga fiscal do Grupo e as provisões mundiais para impostos sobre rendimentos envolvem necessariamente um nível de estimativa e fundamentação. Há muitas transacções e cálculos para os quais o tratamento fiscal recente é incerto e não pode ser determinado até se ter alcançado uma resolução com a autoridade fiscal relevante. O Grupo reconhece passivos de questões antecipadas de auditoria de impostos com base em estimativas se os impostos adicionais serão devidos após se ter em conta o aconselhamento externo contabilístico sempre que apropriado. Quando os resultados de impostos finais destas questões forem diferentes dos montantes que foram inicialmente registados, essas diferenças terão impacto nos activos e passivos actuais e diferidos dos impostos sobre rendimentos no período dentro do qual essa determinação é feita. Estes riscos são geridos de acordo com a Estrutura de Riscos Principais Fiscais do Grupo.

Os activos por impostos diferidos foram reconhecidos com base em previsões de lucro empresarial. São disponibilizadas mais informações sobre os activos por impostos diferidos na página 22.

Dividendos de Acções Ordinárias

	2011	2010
	m de £	m de £
Dividendos pagos durante o ano		
Dividendos finais	288	-
Dividendos intercalares	355	235
Total	643	235

Os dividendos ordinários foram pagos para permitir ao Barclays PLC financiar os dividendos aos seus accionistas.

Os dividendos por acção ordinária para 2011 foram 15p (2010: 10p). Os dividendos pagos pelas acções preferenciais a 4,75% €100 totalizaram 408,27 £ por acção (2010: 433.27£). Os dividendos pagos pelas acções preferenciais a 4,875% €100 totalizaram 412.64£ por acção (2010: 408.11£). Os dividendos pagos pelas acções preferenciais a 6,0% £100 totalizaram 600.00£ por acção (2010: £600.00). Os dividendos pagos pelas acções preferenciais a 6.278% US\$100 totalizaram 394,48£ por acção (2010: 413.25£). Os dividendos pagos pelas acções preferenciais a 6,625% US\$0,25 totalizaram 1,04£ por acção (2010: 1.09£). Os dividendos pagos pelas acções preferenciais a 7,1% US\$0,25 totalizaram 1,11£ por acção (2010: £1.17£). Os dividendos pagos pelas acções preferenciais a 7,75% US\$0,25 totalizaram 1,22£ por acção (2010: 1.28£). Os dividendos pagos pelas acções preferenciais a 8,125% US\$0,25 totalizaram 1,28£ por acção (2010: 1.34£).

Os dividendos pagos pelas acções preferenciais totalizaram 467 m de £ (2010: 485 m de £). Os dividendos pagos pelos instrumentos de capital próprio totalizaram 467 m de £ (2010: 160 m de £).

Activos e passivos detidos pelo justo valor

Esta secção apresenta informações relativas a activos e passivos detidos pelo Grupo e reconhecidos pelo justo valor. O justo valor refere-se ao valor que seria recebido para vender um activo ou o valor que teria de ser pago para transferir um passivo numa transacção em pé de igualdade, com uma contraparte disposta, que pode ser um preço de mercado observável, ou quando não existe um preço cotado para o instrumento, pode ser estimado com base em dados de mercado disponíveis. Os detalhes relativos à abordagem do Grupo na gestão do risco de mercado podem ser encontrados das páginas 70 a 76.

13 Carteira de negócios

Contabilização de activos e passivos de carteiras de negócios

De acordo com a IAS 39, todos os activos e passivos detidos para fins de exploração são mantidos num justo valor e os ganhos e perdas nas alterações do justo valor são colocados no mapa dos resultados do exercício no rendimento de actividade comercial (Nota 5).

	O Grupo		O Banco	
	2011	2010	2011	2010
	m de £	m de £	m de £	m de £
Títulos de dívida e outras contas admissíveis	123.364	139.240	77.279	86.328
Títulos de capital próprio	24.861	25.676	3.944	4.901
Empréstimos comercializados	1.374	(2.170)	1.361	2.500
Produtos de Base	2.584	1.844	2.464	1.305
Activos de carteiras de negociação	152.183	168.930	85.048	95.034
Títulos de dívida e outras contas admissíveis	(35.063)	(64.607)	(23.347)	(40.677)
Títulos de capital próprio	(10.741)	(7.568)	(5.205)	(3.157)
Produtos de Base	(83)	(518)	(80)	(518)
Passivos de carteiras de negociação	(45.887)	(72.693)	(28.632)	(44.352)

14 Activos financeiros designados pelo justo valor

Contabilização de activos financeiros designados pelo justo valor

De acordo com a IAS 39, os activos financeiros podem ser designados pelo justo valor, com os ganhos e perdas colocados no mapa dos resultados (Nota 6). O Grupo pode fazer isto quando a detenção de instrumentos pelo justo valor reduz uma disparidade contabilística (causada por um passivo ou activo de compensação mantido pelo justo valor), é gerido pelo Grupo na base do seu justo valor ou inclui termos que apresentam características derivativas substanciais (Nota 15 - Instrumentos financeiros derivados).

	O Grupo		O Banco	
	2011	2010	2011	2010
	m de £	m de £	m de £	m de £
Empréstimos e adiantamentos	21.960	22.352	21.899	25.093
Títulos de dívida	2.095	1.918	19.198	783
Títulos de capital próprio	4.018	5.685	36	11
Acordos de recompra e revenda	5.779	7.559	2.492	2.489
Activos do cliente detidos nos termos de contratos de investimento	1.302	1.429	-	-
Outros activos financeiros	1.795	2.542	927	805
Activos financeiros designados pelo justo valor	36.949	41.485	44.552	29.181

O total da carteira de passivos para os clientes nos termos de contratos de investimento incluem também 379 m de £ (2010: 518 m de £) em caixa e em balanço bancário incluídos em caixa e saldos de bancos centrais. O valor contabilístico do total dos activos da carteira equivale ao valor contabilístico dos passivos para os clientes nos termos de contratos de investimento, conforme apresenta a Nota 17. Qualquer mudança no valor dos activos resulta numa mudança equivalente mas oposta no valor dos montantes devidos aos segurados. Assim, o Grupo não está exposto aos riscos financeiros inerentes aos investimentos.

Risco de crédito de empréstimos e adiantamentos detidos pelo justo valor e relacionados a derivados de crédito

A tabela seguinte mostra a exposição máxima ao risco de crédito, as alterações no justo valor devidas ao risco de crédito e as alterações cumulativas no justo valor desde o reconhecimento inicial, juntamente com o valor pelo qual os derivados de crédito atenuaram este risco:

Notas às demonstrações financeiras

Do ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

14 Activos financeiros designados pelo justo valor (continuação)

	O Grupo						O Banco					
	Exposição máxima 31 de Dezembro		Alterações no justo valor durante o ano findo		Alterações cumulativas no justo valor desde o início		Exposição máxima 31 de Dezembro		Alterações no justo valor durante o ano findo		Alterações cumulativas no justo valor desde o início	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor atribuíveis ao risco de crédito	21.960	22.352	(75)	326	(5.070)	(4.995)	21.899	25.093	(94)	298	(3.492)	(3.398)
Justo valor de derivados de crédito relacionados	1.198	2.206	138	(481)	401	263	1.198	1.977	138	(481)	384	246

15 Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são contratos cujo valor deriva de um ou mais instrumentos ou índices financeiros subjacentes definidos no contrato. Estes incluem swaps, acordos de taxas futuras, operações a prazo, opções e combinações destes instrumentos e afectam essencialmente o rendimento líquido dos juros, o rendimento líquido de honorários e comissões e os activos e passivos do Grupo. Os montantes nominais dos contratos não são registados na folha de balanço. Os objectivos e políticas do Grupo acerca da gestão de riscos que decorrem conjuntamente com os derivados, incluindo as políticas de coberturas, estão discutidos na secção Gestão do Risco nas páginas 70 a 76. Os derivados comerciais são geridos com base nas políticas de gestão de riscos do Grupo e estão descritos nas páginas 27 a 99.

A exposição do Grupo ao risco de crédito resultante de contratos derivados bem como a participação do Grupo em derivados de negociáveis e mercados de comum acordo estão definidos na secção Gestão do Risco na página 34.

Contabilização de derivados

O Grupo aplica a IAS 39. Todos os instrumentos derivados são detidos pelo justo valor através do ganho ou perda, à excepção dos derivados detidos para fins de gestão do risco numa relação de cobertura efectiva (ver contabilidade de cobertura abaixo). Isto inclui os termos incluídos em contrato ou em outro activo ou passivo financeiro (o original) que, sendo um contrato autónomo, estaria em conformidade com a definição de um derivado. Estes são separados do original e contabilizados da mesma forma como um derivado.

Contabilidade de cobertura

O Grupo aplica a contabilidade de cobertura para representar, ao máximo possível permitido nos termos das normas de contabilidade, os efeitos económicos das estratégias de gestão de risco de moedas e juros. Os derivados são utilizados como cobertura a exposições da taxa de juro, taxa de câmbio, mercadorias, e capital próprio e a exposições a determinados índices, como os índices de preço nacionais e os índices dos preços de retalho relacionados com as posições não exploratórias. Quando os derivados são mantidos para fins de gestão de risco, e quando as transacções vão ao encontro dos critérios necessários, o Grupo aplica a contabilidade de cobertura do valor justo, a contabilidade de cobertura do fluxo de fundos ou a cobertura de um investimento líquido numa operação cambial, conforme apropriado para os riscos que estão a ser cobertos.

Contabilidade da cobertura do justo valor

As alterações no justo valor dos derivados que são qualificados e designados como cobertura do valor justo são registados no mapa de resultados do exercício, juntamente com as alterações no justo valor do activo ou passivo coberto atribuível ao risco coberto. As alterações no justo valor ajustam o valor contabilístico do activo ou do passivo coberto detidos como custos amortizados.

Se o relacionamento de cobertura deixar de estar em conformidade com os critérios de uma contabilidade de cobertura, ele é descontinuado. Para as coberturas de justo valor do risco da taxa de juros, o ajuste do justo valor ao item coberto é amortizado no mapa de resultados do exercício ao longo do período até ao vencimento do relacionamento de cobertura designado previamente utilizando método do juro real. Se o item coberto for vendido ou reembolsado, o ajuste do justo valor não amortizado é reconhecido imediatamente no mapa de resultados do exercício.

Contabilização de fluxo de fundos

Para qualificar as coberturas de fluxos de caixa, o justo valor de lucros ou perdas associados à porção efectiva de coberturas de fluxos de caixa são reconhecidos inicialmente no capital próprio dos accionistas, e reciclado no mapa de resultados do exercício em períodos em que o item coberto vai afectar o lucro ou a perda. Qualquer porção ineficaz de lucros ou perdas no instrumento coberto é reconhecido imediatamente no mapa de resultados do exercício.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando uma cobertura deixa de estar em conformidade com os critérios para contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda cumulativo existente no capital próprio nessa altura permanece no capital próprio e é reconhecido quando o item de cobertura é derradeiramente reconhecido no mapa de resultados do exercício. Quando já não se espera que ocorra uma transacção prevista, o ganho ou perda cumulativo que foi reconhecido no capital próprio é imediatamente transferido para o mapa de resultados do exercício.

Coberturas de investimentos líquidos

Os investimentos líquidos do Grupo em operações externas, incluindo itens monetários contabilizados como parte do investimento líquido, são cobertos para riscos da moeda estrangeira utilizando os derivados e empréstimos da moeda estrangeira. A cobertura de investimentos líquidos é contabilizada para coberturas de fluxo de caixa semelhantes; a porção efectiva de ganhos ou perdas no instrumento coberto é reconhecida directamente no capital próprio e a porção ineficaz é imediatamente reconhecida no mapa de resultados do exercício. Os ganhos ou perdas cumulativos reconhecidos em outros rendimentos integrais são reconhecidos no mapa de resultados do exercício ou na alienação ou alienação parcial de uma operação estrangeira, ou outras reduções no investimento do Grupo na operação.

15 Instrumentos financeiros derivados (continuação)

Tipos de derivados detidos

Derivados cambiais

A taxa principal de câmbio do Grupo relativa a contratos aplica derivados cambiais, *swaps* de divisas a taxa fixa e opções de câmbio. Os contratos de câmbio a prazo são acordos de compra ou venda de uma quantidade específica de moeda estrangeira, normalmente numa data futura específica a uma taxa acordada. Os *swaps* de divisas a taxa fixa envolvem geralmente a conversão, ou conversão nocional, de valores equivalentes de duas moedas e o compromisso de negociar juros periodicamente até que os valores principais sejam novamente trocados numa data futura.

As opções de câmbio conferem ao comprador o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um valor fixo de uma moeda a uma taxa de câmbio específica a ou antes de uma data futura. Como compensação por assumir o risco de opção, o vendedor de uma opção geralmente recebe um prémio no início do período de exercício do direito de preferência.

Os derivados cambiais são essencialmente designados como coberturas do risco cambial de investimentos líquidos em operações estrangeiras.

Derivados de taxa de juros

A taxa principal de juros do Grupo relativa a contratos são *swaps* de taxas de juros, acordos de taxa futura, *swaps* da taxa de base, *caps*, *floors* e opções de *swap*. Esta categoria de produtos inclui transações que incluem combinações destas características. Um *swap* de taxas de juro é um acordo entre duas partes para trocar juros de taxa fixa e a taxa variável através de pagamentos periódicos com base num montante nocional principal e taxas de juros definidos no contrato. Alguns contratos de crédito combinam transações de taxas de juro e *swaps* de divisas a taxa fixa que podem ou não incluir a troca dos valores. O *swap* da taxa de base é uma forma de *swap* de taxa de juro, no qual as partes trocam pagamentos de juros com base em taxas variáveis, onde as taxas variáveis se baseiam em diferentes índices de referência subjacentes. As duas partes acordam num acordo de taxa futura, a liquidação futura da diferença entre a tarifa contratual e o futuro de taxa de juro, aplicada um valor nocional. A liquidação, que geralmente ocorre no início do período contratual, é o valor presente atualizado de pagamento que seria de outra forma feito no fim desse período.

Os derivados de taxas de juro, designados como coberturas de fluxos de caixa, cobrem essencialmente a exposição à variabilidade dos fluxos de caixa das taxas de juro de empréstimos a taxas variáveis a bancos e clientes, obrigações de taxa variável detidas e operações de financiamento e reinvestimento altamente prováveis.

Os derivados de taxa de juros designados como coberturas do justo valor cobrem essencialmente o risco da taxa de juro dos empréstimos de taxa fixa em questão, empréstimos a bancos e clientes e investimentos em obrigações de taxa fixa detidas.

Derivados de crédito

Os principais derivados de crédito do Grupo relativos a contratos incluem *swaps* de risco de incumprimento e *swaps* de retorno total. Um derivado de crédito é um acordo no qual o risco de crédito de um activo (activo de referência) é transferido ao vendedor da protecção. Um *swap* de risco de incumprimento é um contrato no qual o vendedor da protecção recebe pagamentos de prémios ou pagamentos relativos a juros a retorno de contrato para efectuar pagamentos ao comprador da protecção. Os acontecimentos de crédito normalmente incluem falência, incumprimento sobre um activo ou activos de referência ou reduções por uma agência de notação. Um *swap* de retorno total é um instrumento pelo qual o vendedor da protecção recebe o retorno total do activo, incluindo o rendimento e as alterações do valor capital do activo. Em contrapartida, o comprador da protecção recebe um montante previamente estabelecido.

Derivados de capital próprio

As principais participações do Grupo relativas a contratos são os *swaps* relativos a um índice sobre acções e *swaps* de índices de bolsa e opções (títulos que são opções sobre acções listados num câmbio). Um *swap* sobre acções é um acordo entre duas partes para trocar pagamentos periódicos, com base num valor nocional, em que uma das partes a pagar juros fixos ou variáveis e a outra com base no retorno actual de acções e índices de acções. As opções sobre acções conferem ao comprador o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender uma acção, cabaz de acções ou índice sobre acções a um valor ou nível específico a ou antes de uma data específica. O Grupo estabeleceu também derivados ligados a fundos, sendo *swaps* e opções cujos activos subjacentes incluem fundos de investimento, fundos de cobertura, índices e portefólios de activos múltiplos.

Derivados de matérias-primas

As principais matérias-primas do Grupo relativas a contratos derivados são *swaps*, opções, contratos a prazo e operações a prazo. As principais matérias-primas são metais base, metais preciosos, petróleo e derivados de petróleo, energia e gás natural.

Notas às demonstrações financeiras

Do ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

15 Instrumentos financeiros derivados (continuação)

A posição dos activos e passivos totais derivados do Grupo tal como reportada no balanço é a seguinte:

	O Grupo			O Banco		
	Valor do contrato nacional	Justo valor		Valor do contrato nacional	Justo valor	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	
Ano findo a 31 de Dezembro de 2011						
Total de activos/(passivos) derivados detidos para negociação	43.095.991	535.306	(524.440)	42.835.377	543.434	(532.017)
Total de activos/(passivos) derivados detidos para gestão de risco	243.534	3.658	(3.358)	237.538	3.487	(3.820)
Activos/ (passivos) derivados	43.339.525	538.964	(527.798)	43.072.915	546.921	535.837
Ano findo a 31 de Dezembro de 2010						
Total de activos/ (passivos) derivados detidos para negociação	48.517.204	418.586	(403.163)	48.268.152	439.763	(423.938)
Total de activos/ (passivos) derivados detidos para gestão de risco	240.353	1.733	(2.353)	222.403	1.382	(2.305)
Activos/ (passivos) derivados	48.757.557	420.319	(405.516)	48.490.555	441.145	(426.243)

O valor justo dos activos derivados brutos aumentou cerca de 28% para 539 mil milhões de £ (2010: 420bl de £), refletindo descidas na curva de valor futuro, compensação através do impacto de iniciativas de optimização. A exposição de activos derivados seria 492bl de £ (2010: 378bl de £) mais baixo do que relatado no IFRS caso se permitisse liquidez para os activos e passivos com o mesmo contraparte ou para o qual mantínhamos garantia colateral. Os passivos derivados seriam 478bl de £ (2010:362bl de £) mais baixos refletindo a liquidez da contraparte e a garantia colateral obtida.

15 Instrumentos financeiros derivados (continuação)

Os justos valores e montantes nominais dos instrumentos derivados detidos para negociação demonstram-se na seguinte tabela:

Derivados detidos para negociação	O Grupo			O Banco		
	Valor do contrato nominal	Justo valor		Valor do contrato nominal	Justo valor	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	
Ano terminado em 31 de Dezembro de 2011						
Derivados de divisas						
Cambiais a prazo	2.346.638	29.165	(26.968)	2.312.524	28.685	(26.055)
Swaps de divisas a taxa fixa	1.158.267	27.388	(33.641)	1.128.168	26.637	(32.877)
Opções OTC compradas e vendidas	713.690	7.269	(6.669)	711.489	7.239	(6.637)
Derivados OTC	4.218.595	63.822	(67.278)	4.152.181	62.561	(65.569)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	234.279	-	(2)	253.801	-	-
Derivados de divisas	4.452.874	63.822	(67.280)	4.405.982	62.561	(65.569)
Derivados de taxa de juros						
Swaps de taxa de juros	8.974.201	251.629	(240.849)	8.770.089	249.513	(238.468)
Acordos de taxa futura	4.556.842	3.249	(3.374)	4.218.994	2.372	(2.413)
Opções OTC compradas e vendidas	5.426.331	117.689	(113.214)	5.412.639	117.599	(113.071)
Derivados OTC	18.957.374	372.567	(357.437)	18.401.722	369.484	(353.952)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	1.040.636	3	(3)	971.590	-	-
Swaps negociáveis	15.543.970	-	-	15.543.970	166	(304)
Derivados de taxa de juros	35.541.980	372.570	(357.440)	34.917.282	369.650	(354.256)
Derivados de crédito						
Swaps OTC	1.666.786	60.481	(57.972)	1.649.880	60.433	(57.972)
Swaps de crédito negociáveis	219.864	2.831	(3.376)	219.073	2.825	(3.390)
Derivados de crédito	1.886.650	63.312	(61.348)	1.868.953	63.258	(61.287)
Derivados de acções e índices de acções						
Opções OTC compradas e vendidas	95.233	7.393	(10.768)	88.006	7.253	(10.219)
Swaps e futuros sobre acções	167.098	2.516	(2.696)	43.167	2.355	(1.693)
Derivados OTC	262.331	9.909	(13.464)	131.173	9.608	(11.912)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	237.779	3.293	2.616)	82.584	-	(4)
Derivados de acções e índices de acções	500.110	13.202	(16.080)	213.757	9.608	(11.916)
Derivados de matérias-primas						
Opções OTC compradas e vendidas	91.573	2.810	2.554)	84.131	2.806	(2.548)
Swaps e futuros sobre mercadorias	300.100	17.778	(17.579)	299.271	17.724	(17.491)
Derivados OTC	391.673	20.588	(20.133)	383.402	20.530	(20.039)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	322.704	1.812	(2.159)	322.704	1.813	(2.158)
Derivados de matérias-primas	714.377	22.400	(22.292)	706.106	22.343	(22.197)
Derivados com filiais	723.297	16.014	(16.792)			
Activos/ (passivos) derivados detidos para negociação	43.095.991	535.306	(524.440)	42.835.377	543.434	(532.017)

Notas às demonstrações financeiras

Do ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

15 Instrumentos financeiros derivados (continuação)

Derivados detidos para negociação	O Grupo			O Banco		
	Valor do contrato notional	Justo valor		Valor do contrato notional	Justo valor	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	
Ano terminado em 31 de Dezembro de 2011						
Derivados de divisas						
Cambiais a prazo	1.823.186	22.882	(22.674)	1.794.499	22.481	(22.248)
Swaps de divisas a taxa fixa	935.420	29.802	(32.433)	913.494	28.040	(30.647)
Opções OTC compradas e vendidas	739.949	7.736	(7.034)	738.583	7.681	(7.008)
Derivados OTC	3.498.555	60.420	(62.141)	3.446.576	58.202	(59.903)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	15.356	-	-	15.356	-	-
Derivados de divisas	3.513.911	60.420	(62.141)	3.461.932	58.202	(59.903)
Derivados de taxa de juros						
Swaps de taxa de juros	10.316.455	202.050	(183.665)	10.124.429	199.367	(181.432)
Acordos de taxa futura	4.711.960	2.625	(2.881)	4.393.227	1.596	(1.686)
Opções OTC compradas e vendidas	4.551.516	66.055	(65.395)	4.535.975	66.008	(65.360)
Derivados OTC	19.579.931	270.730	(251.941)	19.053.631	266.971	(248.478)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	975.533	-	-	927.145	-	-
Swaps negociáveis	21.209.173	-	-	21.209.145	-	-
Derivados de taxa de juros	41.764.637	270.730	(251.941)	41.189.921	266.971	(248.478)
Derivados de crédito						
Swaps OTC	1.780.264	45.977	(44.068)	1.778.812	46.054	(44.068)
Swaps de crédito negociáveis	172.211	1.040	(976)	172.211	1.040	(976)
Derivados de crédito	1.952.475	47.017	(45.044)	1.951.023	47.094	(45.054)
Derivados de acções e índices de acções						
Opções OTC compradas e vendidas	118.363	9.340	(13.424)	106.796	9.137	(12.959)
Swaps e futuros sobre acções	56.478	2.226	(2.359)	45.186	1.566	(1.519)
Derivados OTC	174.841	11.566	(15.783)	151.982	10.703	(14.478)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	303.463	3.017	(2.816)	121.970	-	(4)
Derivados de acções e índices de acções	478.304	14.583	(18.599)	273.952	10.703	(14.482)
Derivados de matérias-primas						
Opções OTC compradas e vendidas	93.937	3.778	(3.751)	92.220	3.764	(3.746)
Swaps e futuros sobre mercadorias	326.336	18.743	(19.133)	325.448	18.567	(18.989)
Derivados OTC	420.273	22.521	(22.884)	417.668	22.331	(22.735)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	387.604	3.315	2.554)	387.144	3.315	2.554)
Derivados de matérias-primas	807.877	25.836	(25.438)	804.812	25.646	(25.289)
Derivados com filiais	586.512	31.147	(30.732)			
Activos/ (passivos) derivados detidos para negociação	48.517.204	418.586	(403.163)	48.268.152	439.763	(423.938)

15 Instrumentos financeiros derivados (continuação)

Os valores justos e os valores nominais dos instrumentos derivados detidos para gestão do risco estão especificados na tabela seguinte:

Derivados detidos para a gestão de risco	O Grupo			O Banco		
	Valor do contrato nominal	Justo valor		Valor do contrato nominal	Justo valor	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
		m de £	m de £		m de £	m de £
Ano findo a 31 de Dezembro de 2011						
Derivados designados de coberturas de fluxos de caixa						
Swaps de taxa de juros	120.557	2.147	(1.725)	102.640	1.901	(1.113)
Cambiais a prazo	328	3	(1)	328	3	(1)
Swaps negociáveis de taxa de juros	36.264	-	-	36.264	-	-
Derivados designados de coberturas de fluxos de caixa	157.149	2.150	(1.726)	139.232	1.904	(1.114)
Derivados designados como coberturas do justo valor						
Swaps de taxa de juros	38.574	1.447	(1.238)	28.092	1.387	1.677
Cambiais a prazo	-	-	-	22.115	133	(635)
Swaps negociáveis de taxa de juros	35.801	-	-	35.801	-	-
Derivados designados como coberturas do justo valor	74.375	1.447	(1.238)	86.008	1.520	(2.312)
Derivados designados como coberturas de investimentos líquidos						
Cambiais a prazo	11.391	61	(388)	12.298	63	(394)
Swaps de divisas a taxas fixas	619	-	(6)	-	-	-
Derivados designados como coberturas de investimentos líquidos	12.010	61	(394)	12.298	63	(394)
Derivados detidos para a gestão de risco	243.534	3.658	(3.358)	237.538	3.487	(3.820)
Ano findo a 31 de Dezembro de 2010						
Derivados designados de coberturas de fluxos de caixa						
Swaps de taxa de juros	126.904	760	(882)	102.655	393	(866)
Cambiais a prazo	581	-	(43)	581	-	(43)
Swaps negociáveis de taxa de juros	22.278	-	-	22.278	-	-
Derivados designados de coberturas de fluxos de caixa	149.763	760	(925)	125.514	393	(909)
Derivados designados como coberturas do justo valor						
Swaps de divisas a taxas fixas	679	-	(54)	-	-	-
Swaps de taxa de juros	42.301	905	(872)	39.324	826	(754)
Opções sobre acções	-	-	-	-	-	(1)
Cambiais a prazo	4.561	19	(86)	14.516	135	(225)
Swaps negociáveis de taxa de juros	36.427	-	-	36.427	-	-
Derivados designados como coberturas do justo valor	83.968	924	(1.012)	90.267	961	(980)
Derivados designados como coberturas de investimentos líquidos						
Cambiais a prazo	5.870	28	(199)	5.870	28	(199)
Swaps de divisas a taxas fixas	752	21	(217)	752	-	(217)
Derivados designados como coberturas de investimentos líquidos	6.622	49	(416)	6.622	28	(416)
Derivados detidos para a gestão de risco	240.353	1.733	(2.353)	222.403	1.382	(2.305)

Notas às demonstrações financeiras

Do ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

15 Instrumentos financeiros derivados (continuação)

O Grupo cobriu a seguinte previsão dos fluxos de caixa que variam principalmente com as taxas de juro. Espera-se que estes fluxos de caixa tenham impacto na declaração de rendimentos, nos seguintes períodos, excluindo quaisquer ajustes de cobertura que possam ser aplicados:

	Total	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois a três anos	Entre três a quatro anos	Entre três a cinco anos	Mais de cinco anos
	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £
2011							
O Grupo							
Previsão de fluxos de caixa a receber	3.818	700	582	597	612	596	731
Previsão de fluxos de caixa a pagar	177	108	28	24	9	-	8
O Banco							
Previsão de fluxos de caixa a receber	3.544	573	500	555	595	591	730
Previsão de fluxos de caixa a pagar	166	106	29	23	8	-	-
2010							
O Grupo							
Previsão de fluxos de caixa a receber	2.861	440	570	625	526	291	409
Previsão de fluxos de caixa a pagar	307	69	52	76	82	22	6
O Banco							
Previsão de fluxos de caixa a receber	2.530	289	469	574	505	289	408
Previsão de fluxos de caixa a pagar	293	65	51	74	81	22	-

A duração máxima de tempo durante a qual o Grupo e o Banco cobrem a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa futuros para operações previstas, excluindo aquelas relacionadas com o pagamento de juro variável sobre instrumentos financeiros existentes, é de nove anos.

Montantes reconhecidos no rendimento líquido dos juros	O Grupo	O Banco
m de £	m de £	m de £
Ano findo a 31 de Dezembro de 2011		
Perdas em itens cobertos atribuíveis ao risco coberto	(765)	(754)
Ganhos em instrumentos cobertos	683	751
Ineficácia do justo valor	(82)	(3)
Ineficácia da cobertura do fluxo de fundos	8	16
Ineficácia da cobertura de investimento líquido	(1)	(1)
Ano findo a 31 de Dezembro de 2010		
Cobertura do justo valor:		
Perdas em itens cobertos atribuíveis ao risco coberto	(1.172)	(1.171)
Ganhos em instrumentos cobertos	1.286	1.310
Ineficácia do justo valor	114	139
Ineficácia da cobertura do fluxo de fundos	138	136
Ineficácia da cobertura de investimento líquido	(10)	(10)

Todos os ganhos ou perdas de derivados destinados à cobertura de transacções previstas, que já não são expectáveis, têm sido reciclados para a declaração de rendimentos.

Ganhos e perdas transferidos da cobertura de fluxos de caixa no ano corrente para: ganho de 86 m de £ (2010: ganho de 88 m de £) em juros credores; ganho de 732 m de £ (2010: ganho de 515 m de £) em despesas de juros; perdas em lucros de exploração líquidos 157 m de £ (2010: perda de 148 m de £); ganho de 2 m de £ em despesas de administração e gerais (2010: ganho de 99 m de £) e para o Banco uma perda de 22 m de £ em juros credores (2010: nulo); um ganho de 735 m de £ em despesas de juros (2010: ganho de 518 m de £); uma perda de lucros de exploração líquidos de 57 m de £ (2010: perda de 73 m de £) e zero em despesas de administração e gerais (2010: ganho de 99 m de £).

16 Activos financeiros disponíveis para venda

Contabilização de activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são detidos a justo valor com ganhos e perdas incluídos em outros rendimentos integrais. O Grupo utiliza esta classificação para activos que não são derivados e não são detidos para fins comerciais ou a custos amortizados. Os dividendos e os juros (calculados utilizando o método do juro real) são reconhecidos na demonstração financeira no rendimento líquido do investimento. Sobre a alienação, os ganhos e perdas cumulativos reconhecidos em outros rendimentos integrais são também incluídos nos rendimentos de capital líquidos.

Para imparidade de investimentos de dívida disponíveis para venda e capital próprio, ver Nota 7, Crédito em encargos e imparidades disponível para venda de activos.

	O Grupo		O Banco	
	2011	2010	2011	2010
	m de £	m de £	m de £	m de £
Títulos de dívida e outras contas admissíveis	63.610	59.629	47.805	45.076
Títulos de capital próprio	5.413	5.811	174	145
Investimentos financeiros disponíveis para venda	69.023	65.440	47.979	45.221

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

Aproximadamente 4.2 bilhões de dólares americanos dos activos adquiridos como parte da aquisição em 2008 do North American business of Lehman Brothers não foram recebidos em 31 de Dezembro de 2011. Aproximadamente 3.0 bilhões de dólares americanos desse montante foram reconhecidos como parte da contabilidade da aquisição e foram incluídos como disponíveis para activos de venda no balanço. Conforme discutido na Nota 29, o direito do Barclays a estes activos foi sujeito a procedimentos legais no Tribunal de Falências dos Estados Unidos do Distrito do Sul de Nova Iorque (o Tribunal), entre o Fiduciário da SIPA da Lehman Brothers Inc. (o Fiduciário) e o Barclays. A 22 de Fevereiro de 2011, o Tribunal deu o seu parecer em relação aos procedimentos legais decidindo algumas indemnizações a favor do Fiduciário e outras a favor do Barclays. A 15 de Julho de 2011, o Tribunal declarou uma Ordem final implementando o seu Parecer. Este parecer sustenta que o Barclays não tem direito a receber aproximadamente 2.4 bilhões de dólares americanos, e só tem o direito condicional a receber aproximadamente 0.8 bilhões de dólares americanos dos activos não entregues. Além disso, o parecer sustenta que o Barclays não tem direito a aproximadamente 2.1bl de dólares americanos (1.3 m de libras) dos activos que já tinha recebido.

O Barclays e o Fiduciário preencheram um acto de recurso da decisão desfavorável do Tribunal. Continua a haver um raciocínio significativo envolvido na valorização deste activo e uma incerteza relativa ao resultado do processo de recurso. O Grupo é da opinião que a provisão efectiva de 1.2 bilhões de dólares americanos que se reflete na sua estimativa do justo valor é apropriada. Se o parecer não fosse condicionado pelos recursos, o Barclays estima que após ter em conta a provisão efectiva de 1.2 bilhões de dólares americanos (0.8 bilhões de libras), a sua perda seria de aproximadamente 4.3 bilhões de dólares americanos (2.8 bilhões de libras). A valorização deste activo será mantida sob revisão à medida que os procedimentos legais decorrem.

17 Passivos financeiros designados pelo justo valor

Contabilização de passivos designados ao justo valor através de ganhos e perdas

De acordo com a IAS 39, os passivos financeiros podem ser designados pelo justo valor, com os ganhos e perdas colocados nos juros de demonstração líquidos na demonstração dos resultados (Nota 5) e nos rendimentos de capital líquido (Nota 6). O Grupo pode fazer isto quando a detenção de instrumentos pelo justo valor reduz uma disparidade contabilística (causada por um passivo ou activo de compensação mantido pelo justo valor), é gerido pelo Grupo na base do seu justo valor ou inclui termos que apresentam características derivativas substanciais (Nota 15, Instrumentos financeiros derivados).

	O Grupo		O Banco		O Grupo		O Banco	
	2011				2010			
	Justo valor	Montante contractual devido por vencimento	Justo valor	Montante contractual devido por vencimento	Justo valor	Montante contractual devido por vencimento	Justo valor	Montante contractual devido por vencimento
	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £
Títulos de dívida	66.565	70.787	85.319	90.465	76.907	81.589	80.227	83.139
Depósitos	10.755	11.422	7.898	8.027	10.243	10.950	8.607	8.784
Outros passivos financeiros	8.996	9.561	7.852	8.377	8.632	9.533	8.208	8.897
Passivos para os clientes nos termos de contratos de investimento	1.681	-	-	-	1.947	-	-	-
Passivos financeiros designados pelo justo valor	87.997	91.770	101.069	106.869	97.729	102.072	97.042	100.820

Os ganhos líquidos de crédito próprio acumulados que se verificaram nas notas emitidas são de 3,600 milhões de libras em 31 de Dezembro de 2011 (2010:892 milhões de £).

Notas às demonstrações financeiras

Do ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

18 Justo valor dos instrumentos financeiros

Contabilização de activos e passivos financeiros - Justo valor

O Grupo aplica a IAS 39. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo justo valor à data inicial de reconhecimento e, dependendo da classificação do activo, podem continuar a ser mantidos pelo justo valor seja através de ganhos ou perdas ou através de outro rendimento integral.

O justo valor de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o activo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, numa transacção em pé de igualdade entre duas partes dispostas e bem informadas.

Sempre que possível, o justo valor é determinado por referência a um preço de mercado cotado para esse instrumento. Para muitos dos activos e passivos financeiros do Grupo, especialmente os derivados, os preços cotados não estão disponíveis, e os modelos de avaliação são utilizados para calcular o justo valor. Os modelos calculam os fluxos de fundos esperados ao abrigo dos termos de cada contrato específico e, depois descontam-nos para um valor actual. Estes modelos utilizam como base parâmetros de mercado de origem independente incluindo, por exemplo, curvas de rendimento da taxa de juros, preços de acções e mercadorias, volatilidade das opções e taxas de câmbio.

Para os passivos financeiros medidos no justo valor, a quantia escriturada reflete o efeito das alterações do justo valor nas margens de crédito próprio derivadas de dados de mercado observáveis, tais como *spreads* nas obrigações emitidas pelo Barclays ou *swaps* de risco de incumprimento. A maioria dos parâmetros de mercado é directamente observável ou está implícita nos preços do instrumento. O modelo pode efectuar procedimentos numéricos na fixação de preços, como a interpolação, quando os valores de entrada não correspondem directamente aos parâmetros de comércio de mercados mais activos.

Sobre o reconhecimento inicial, presume-se que o preço de transacção seja o justo valor, excepto se existir informação observável disponível num mercado activo do contrário.

Para as avaliações que incluem entradas não observáveis significativas, a diferença entre a avaliação do modelo e o preço da transacção inicial (Lucro do Primeiro Dia) é reconhecida nos lucros ou perdas:

- Numa base linear ao longo do termo da transacção, ou ao longo do período até todas as entradas do modelo se tomarem observáveis quando apropriado, ou;
- Libertadas na sua totalidade quando as entradas anteriormente não observáveis se tornam observáveis.

Vários factores influenciam a disponibilidade das entradas observáveis e estes podem variar de produto para produto e mudar com o decorrer do tempo. Os factores incluem a profundidade da actividade no mercado relevante, o tipo de produto, se o produto é novo e não é vastamente comercializado no mercado, o desenvolvimento da modelação do mercado, a natureza da transacção (feita à medida ou genérica). Na medida em que a avaliação se baseia nos modelos ou entradas que não são observáveis no mercado, a determinação dos requisitos do justo valor pode ser mais subjectiva, dependendo do significado da entrada não observável para a avaliação geral. As entradas não observáveis são determinadas com base na melhor informação disponível, por exemplo, por referência a activos semelhantes, vencimentos semelhantes ou outras técnicas analíticas.

A sensibilidade das valorizações utilizadas nos mapas da situação financeira para alterações razoavelmente possíveis está apresentada na página 149.

18 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

Comparação da quantia escriturada e dos justos valores

A tabela que se segue resume os valores contabilísticos de activos e passivos financeiros apresentados nos balanços do Grupo e do Banco onde a quantia escriturada não é uma aproximação razoável do justo valor.

O Grupo	2011		2010	
	Quantia Escriturada m de £	Justo valor m de £	Quantia Escriturada m de £	Justo valor m de £
Activos financeiros^a				
Empréstimos e adiantamentos a bancos	46.792	46.792	37.799	37.768
Empréstimos e adiantamentos aos clientes:				
- Empréstimos à habitação	171.272	163.433	168.055	161.439
- Cartões de crédito, não seguros e outros empréstimos pessoais	64.492	63.482	59.269	58.944
- Mercado grossista	196.170	191.408	200.618	196.124
Acordos de revenda celebrados e outros empréstimos garantidos similares	153.665	153.665	205.772	205.527
Passivos financeiros^b				
Depósitos de bancos	91.116	91.137	77.975	77.949
Contas de clientes:				
- Contas correntes e à ordem	116.208	116.208	110.443	110.443
- Contas poupança	93.160	93.160	91.928	91.928
- Outros depósitos a prazo	156.677	156.700	143.431	143.593
Equiparados relativos a títulos de dívida em circulação	129.736	128.997	156.623	155.974
Acordos de revenda celebrados e outros empréstimos garantidos similares	207.292	207.292	225.534	225.511
Passivos subordinados	24.870	20.745	28.499	27.183

O Banco	2011		2010	
	Quantia Escriturada m de £	Valor contabilístico m de £	Quantia Escriturada m de £	Justo valor m de £
Activos financeiros^a				
Empréstimos e adiantamentos a bancos	52.287	52.287	40.390	40.216
Empréstimos e adiantamentos aos clientes:				
- Empréstimos à habitação	133.516	125.665	123.995	117.361
- Cartões de crédito, não seguros e outros empréstimos pessoais	32.821	32.626	26.640	26.788
- Mercado grossista e empréstimos e adiantamentos empresariais	351.443	347.406	372.301	366.632
Acordos de revenda celebrados e outros empréstimos garantidos similares	161.436	161.136	227.343	227.132
Passivos financeiros^b				
Depósitos de bancos	108.816	108.816	97.526	97.530
Contas de clientes:				
- Contas correntes e à ordem	82.242	82.242	73.623	73.623
- Contas poupança	82.870	82.870	80.616	80.616
- Outros depósitos a prazo	289.410	289.422	299.758	299.758
Equiparados relativos a títulos de dívida em circulação	83.939	83.271	106.267	106.267
Acordos de revenda celebrados e outros empréstimos garantidos similares	193.453	193.453	214.207	214.207
Passivos subordinados	26.764	21.288	26.994	25.601

Notas

a A quantia escriturada dos activos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado (incluindo empréstimos e adiantamentos e outros empréstimos como contratos de revenda e garantias de caixa sobre títulos concedidos por empréstimo) é determinada de acordo com a política contabilística indicada na página 113.

O justo valor é determinado utilizando fluxos de caixa com redução, aplicando-se as taxas de juros de derivados de mercado. Alternativamente, o justo valor pode ser determinado pela aplicação de uma média dos spreads de crédito segmentados do sector ao portefólio do empréstimo, tomando em consideração a maturidade contratual dos recursos de empréstimo.

b A quantia escriturada dos passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado (incluindo contas de cliente e outros depósitos tais como acordos de revenda e garantias de caixa sobre títulos concedidos por empréstimo, títulos de dívida em emissão, passivos subordinados) é determinada de acordo com a política contabilística indicada na página 113. Os justos valores de outros títulos de dívida em emissão baseiam-se nos preços cotados quando esta informação estiver disponível ou, quando esta informação não estiver disponível, são estimados utilizando um modelo valorimétrico. Os justos valores para capital de empréstimo obsoleto e não obsoleto, convertível e não convertível, baseiam-se nas taxas de mercado cotadas para o caso em questão ou casos semelhantes com termos e condições semelhantes.

Notas às demonstrações financeiras

Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

18 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

Dados de avaliação

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: A divulgação requer uma entidade para classificar os seus instrumentos financeiros a justo valor, de acordo com uma hierarquia que reflecte a significância dos dados de mercado observáveis. A classificação de um instrumento financeiro é baseada no dado de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do justo valor na sua totalidade. Os três níveis de hierarquia do justo valor estão definidos abaixo.

Preços do mercado cotados - Nível 1

Os instrumentos financeiros estão classificados como Nível 1 se o seu valor é observável no mercado activo. Estes instrumentos são avaliados em referência a preços cotados não ajustados para o activo ou o passivo idênticos em mercados activos em que o preço cotado está disponível imediatamente, e em que o preço representa transacções de mercado que ocorrem actual e regularmente e em pé de igualdade. Um mercado activo é aquele em que as transacções ocorrem com volume e frequência suficientes para disponibilizar informações sobre preços de um modo contínuo.

Esta categoria inclui obrigações líquidas do Estado activamente negociadas através de uma bolsa ou câmara de compensação, participações apresentadas activamente negociadas e derivados activamente negociados em bolsa.

Técnica de avaliação utilizando dados observáveis – Nível 2

Os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 têm sido avaliados utilizando modelos cujos dados são observáveis no mercado activo. As avaliações com base em dados observáveis incluem instrumentos financeiros como "swaps" e "forwards" (contratos a prazo) que são avaliados utilizando técnicas de preços normais de mercado, e opções que são normalmente negociadas em mercados onde todos os dados para os modelos de preços normais de mercado são observáveis.

Esta categoria inclui a maioria do grau de investimento e obrigações líquidas de elevado rendimento; certos títulos garantidos por activos, títulos de agências dos EUA, obrigações do Estado, menos participações activamente negociadas; obrigações bancárias, corporativas e municipais; alguns derivados OTC, algumas obrigações convertíveis; certificados de depósito e papéis comerciais; algumas obrigações de dívida colateral (CDOs) (dinheiro e activos subjacentes sintéticos); obrigações de empréstimo colateral (CLOs); derivados com base em produtos de base; derivados de crédito, "swaps", de risco de incumprimento (CDSs); a maioria das uniões de fundos; alguns empréstimos; negociação de divisas estrangeiras futuras e transacções de futuros e certas notas emitidas.

Técnica de avaliação utilizando dados significativos não observáveis – Nível 3

Os instrumentos financeiros são classificados como Nível 3 se a sua avaliação integrar dados significativos que não se baseiam em dados de mercado observáveis (dados não observáveis). Estes dados são geralmente determinados com base em dados observáveis de natureza semelhante, observações históricas a nível de dados ou de outras técnicas de análise.

Esta categoria inclui certos títulos de dívida corporativos, dívida afectada; investimentos de participações privadas; empréstimos para imobiliário comercial; certos derivados OTC (requerendo dados complexos e não observáveis, tais como correlações e volatilidades a longo prazo); certas obrigações convertíveis; certas obrigações de dívida colateral (CDOs); exposições dos derivados às seguradoras Monoline; certa união de fundos; certos títulos suportados por activos; certas emissões de notas; certas obrigações de dívida colateral (CDOs) (dinheiro e activos subjacentes sintéticos); certas obrigações de empréstimo colateral (CLOs) e certos empréstimos.

18 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

A tabela abaixo mostra o activo e o passivo financeiros do Grupo que são mensuráveis a justo valor e analisados por nível dentro da hierarquia do justo valor.

Activo e passivo financeiros mensuráveis a justo valor	Avaliação técnica utilizada			
	Preços do mercado cotados (Nível 1)	Dados observáveis (Nível 2)	Dados observáveis significativos (Nível 3)	Total
O Grupo	m de £	m de £	m de £	m de £
Em 31 de Dezembro de 2011				
Activo de carteiras de negociação	61.530	81.449	9.204	152.183
Activo financeiro designado pelo justo valor	4.179	24.091	8.679	36.949
Activo financeiro derivado	2.550	525.147	11.267	538.964
Investimentos financeiros disponíveis para venda	31.389	34.761	2.873	69.023
Total do activo	99.648	665.448	32.023	797.119
Passivo de carteiras de negociação	(26.155)	(19.726)	(6)	(45.887)
Passivo financeiro designado pelo justo valor	(39)	(84.822)	(3.136)	(87.997)
Passivo financeiro derivado	(2.263)	(516.954)	(8.581)	(527.798)
Total do passivo	(28.457)	(621.502)	(11.723)	(661.682)
Em 31 de Dezembro de 2010				
Activo de carteiras de negociação	48.466	114.723	5.741	168.930
Activo financeiro designado pelo justo valor	5.406	25.175	10.904	41.485
Activo financeiro derivado	3.023	408.214	9.082	420.319
Investimentos financeiros disponíveis para venda	25.949	36.201	3.290	65.440
Total do activo	82.844	584.313	29.017	696.174
Passivo de carteiras de negociação	(30.247)	(42.345)	(101)	(72.693)
Passivo financeiro designado pelo justo valor	(4)	(94.088)	(3.637)	(97.729)
Passivo financeiro derivado	(2.567)	(396.695)	(6.254)	(405.516)
Total do passivo	(32.818)	(533.128)	(9.992)	(575.938)
Activo e passivo financeiros mensuráveis a justo valor	Avaliação técnica utilizada			
	Preços do mercado cotados (Nível 1)	Dados observáveis (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Total
O Banco	m de £	m de £	m de £	m de £
Em 31 de Dezembro de 2011				
Activo de carteiras de negociação	27.998	48.796	8.254	85.048
Activo financeiro designado pelo justo valor	7	39.936	4.589	44.532
Activo financeiro derivado	1	535.572	11.346	546.919
Investimentos financeiros disponíveis para venda:	15.738	30.120	2.119	47.977
Total do activo	43.744	654.424	26.308	724.476
Passivo de carteiras de negociação	(13.240)	(15.386)	(6)	(28.632)
Passivo financeiro designado pelo justo valor	-	(98.632)	(2.437)	(101.069)
Passivo financeiro derivado	(8)	(527.371)	(8.458)	(535.837)
Total do passivo	(13.248)	(641.389)	(10.901)	(665.538)
Em 31 de Dezembro de 2010				
Activo de carteiras de negociação	19.611	69.654	5.769	95.034
Activo financeiro designado pelo justo valor	8	22.486	6.687	29.181
Activo financeiro derivado	-	431.643	9.502	441.145
Investimentos financeiros disponíveis para venda	12.567	30.306	2.348	45.221
Total do activo	32.186	554.089	24.306	610.581
Passivo de carteiras de negociação	(11.235)	(33.115)	(2)	(44.352)
Passivo financeiro designado pelo justo valor	(3)	(94.331)	(2.708)	(97.042)
Passivo financeiro derivado	(8)	(420.014)	(6.221)	(426.243)
Total do passivo	(11.246)	(547.460)	(8.931)	(567.637)

Notas às demonstrações financeiras

Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

18 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

As transferências entre o Nível 1 e o Nível 2 compreenderam principalmente as obrigações do Estado que tiveram preços de mercado mais observáveis ao passar do Nível 2 para o Nível 1.

A tabela abaixo mostra o activo e o passivo financeiros do Grupo que são mensuráveis a justo valor desagregados por avaliação técnica e tipo de produto.

Activo e passivo financeiros mensuráveis a justo valor por tipo de produto	Activo Avaliação técnica utilizada			Passivo Avaliação técnica utilizada		
	Preços do mercado cotados (Nível 1)	Dados observáveis (Nível 2)	Dados observáveis significativos (Nível 3)	Preços do mercado cotados (Nível 1)	Dados observáveis (Nível 2)	Dados observáveis significativos (Nível 3)
O Grupo	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £
Em 31 de Dezembro de 2011						
Empréstimos imobiliários comerciais	-	-	2.452	-	-	-
Produtos suportados pelo activo	30	29.995	5.752	-	(5.595)	(1.020)
Outros produtos de crédito	-	55.347	4.386	-	(57.608)	(3.765)
Exposição dos derivados às seguradoras Monoline	-	-	1.129	-	-	-
Instrumentos de dívida suportados pelo não activo	66.622	84.296	4.213	(15.788)	(77.966)	(2.086)
Produtos de participações	30.673	7.810	1.079	(12.589)	(11.612)	(1.531)
Participações privadas	-	39	2.827	-	-	-
Fundos e produtos vinculados a fundos	968	3.169	1.290	-	(1.017)	-
Produtos de Forex	-	34.658	457	-	(33.536)	(187)
Produtos de taxas de juro	-	405.635	2.433	-	(399.254)	(2.090)
Produtos de base	857	26.551	773	(4)	(33.120)	(991)
Outros	498	17.948	5.232	(76)	(1.794)	(53)
Total	99.648	665.448	32.023	(28.457)	(621.502)	(11.723)
Em 31 de Dezembro de 2010						
Empréstimos imobiliários comerciais	-	-	5.424	-	-	-
Produtos suportados pelo activo	-	39.649	4.628	-	(6.287)	(1.912)
Outros produtos de crédito	-	50.230	1.097	-	(42.216)	(1.318)
Exposição dos derivados às seguradoras Monoline	-	-	1.449	-	-	-
Instrumentos de dívida suportados pelo não activo	47.108	99.688	2.956	(23.008)	(105.481)	(2.719)
Produtos de participações	33.384	9.708	1.478	(9.292)	(14.342)	(1.895)
Participações privadas	-	27	2.844	-	-	-
Fundos e produtos vinculados a fundos	591	3.674	1.084	-	(1.827)	-
Produtos de Forex	-	29.883	506	-	(30.349)	(241)
Produtos de taxas de juro	-	305.235	2.407	-	(291.420)	(1.079)
Produtos de base	1.378	28.520	493	(518)	(36.191)	(629)
Outros	383	17.699	4.651	-	(5.015)	(199)
Total	82.844	584.313	29.017	(32.818)	(533.128)	(9.992)

18 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

Classificação de Nível 3

A tabela abaixo mostra o activo e o passivo de Nível 3 desagregados pela classificação do balanço e pelo tipo de produto.

Activo e passivo financeiros de Nível 3 pela classificação do balanço e pelo tipo de produto	Activo não derivado			Passivo não derivado		Derivados
	Activo de carteiras de negociação	Activo financeiro designado pelo justo valor	Activo disponível para venda	Passivo da carteira de negociação	Passivo financeiro designado como justo valor	Instrumentos financeiros derivados líquidos ^a
O Grupo	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £
Em 31 de Dezembro de 2011						
Empréstimos imobiliários comerciais	-	2.452	-	-	-	-
Produtos suportados pelo activo	3.306	693	252	(1)	(13)	495
Outros produtos de crédito	-	196	-	-	(1.007)	1.432
Exposição dos derivados às seguradoras Monoline	-	-	-	-	-	1.129
Instrumentos de dívida suportados pelo não activo	3.953	223	36	(5)	(2.081)	1
Produtos de participações	115	-	15	-	-	(582)
Participações privadas	-	2.238	589	-	-	-
Fundos e produtos vinculados a fundos	1.258	32	-	-	-	-
Produtos de Forex	6	-	-	-	-	264
Produtos de taxas de juro	-	3	-	-	-	340
Produtos de base	-	-	18	-	(35)	(201)
Outros	566	2.842	1.963	-	-	(192)
Total	9.204	8.679	2.873	(6)	(3.136)	2.686
Em 31 de Dezembro de 2010						
Empréstimos imobiliários comerciais	-	5.424	-	-	-	-
Produtos suportados pelo activo	1.720	364	312	(5)	(17)	342
Outros produtos de crédito	-	237	-	(4)	(716)	262
Exposição dos derivados às seguradoras Monoline	-	-	-	-	-	1.449
Instrumentos de dívida suportados pelo não activo	2.460	325	168	(1)	(2.690)	(25)
Produtos de participações	135	-	27	-	-	(579)
Participações privadas	50	1.995	799	-	-	-
Fundos e produtos vinculados a fundos	1.084	-	-	-	-	-
Produtos de Forex	-	-	-	-	-	265
Produtos de taxas de juro	-	61	-	-	(27)	1.294
Produtos de base	-	14	4	-	(161)	7
Outros	292	2.484	1.980	(91)	(26)	(187)
Total	5.741	10.904	3.290	(101)	(3.637)	2.828

Nota

a Os instrumentos financeiros derivados nas tabelas acima são representados em termos líquidos. Em termos brutos, o activo financeiro derivado em 31 de Dezembro de 2011 totalizou 11.267 milhões de libras inglesas (2010: 9.082 milhões de libras inglesas) e o passivo financeiro derivado totalizou 8.581 milhões de libras inglesas (2010: 6.254 milhões de libras inglesas).

Notas às demonstrações financeiras

Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

18 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

Análise de movimento do Nível 3

A tabela abaixo sumaria os movimentos no balanço de Nível 3 durante o ano. A tabela mostra os ganhos e as perdas e inclui os montantes de todo o activo e passivo financeiros transferidos de e para o Nível 3 durante o ano. As transferências foram reflectidas como se tivessem tido lugar no início do ano.

Análise dos movimentos no activo e no passivo financeiros de Nível 3	Activo de carteiras de negociação	Activo financeiro designado pelo justo valor	Activo disponível para venda	Passivo de carteiras de negociação	Passivo financeiro designado pelo justo valor	Instrumentos financeiros derivados líquidos a/b	Total
O Grupo							
Em 1 de Janeiro de 2011	5.741	10.904	3.290	(101)	(3.637)	2.828	19.025
Compras	6.863	1.659	74	2	-	420	9.018
Vendas	(5.390)	(2.210)	(317)	5	223	(144)	(7.833)
Emissões	-	57	-	-	(647)	(389)	(979)
Acordos	(190)	(2.157)	(39)	-	523	60	(1.803)
Total de ganhos e perdas no período reconhecido na demonstração dos resultados:	-	-	-	-	-	-	-
- Rendimento de actividade comercial	(355)	117	-	2	982	(686)	60
- Outros rendimentos	-	(12)	90	-	150	-	228
Total de ganhos e perdas reconhecidos em outros rendimentos	-	-	(26)	-	-	-	(26)
Rendimento	-	-	-	-	-	-	-
Transferências recebidas / enviadas	2.535	321	(199)	86	(730)	597	2.610
Em 31 de Dezembro de 2011	9.204	8.679	2.873	(6)	(3.136)	2.686	20.300
O Banco							
Em 1 de Janeiro de 2011	5.769	6.687	2.348	(2)	(2.708)	3.281	15.375
Compras	5.297	464	2	-	-	401	6.164
Vendas	(4.573)	(428)	-	2	71	(175)	(5.103)
Emissões	-	-	-	-	(611)	(344)	(955)
Acordos	(104)	(1.065)	(28)	-	428	(67)	(836)
Total de ganhos e perdas no período reconhecido na demonstração dos resultados:	-	-	-	-	-	-	-
- Rendimento de actividade comercial	(349)	(152)	-	-	1.014	(522)	(9)
- Outros rendimentos	-	23	(3)	-	-	(29)	(9)
Total de ganhos e perdas reconhecidos em outros rendimentos	-	-	16	-	-	-	16
Rendimento	-	-	-	-	-	-	-
Transferências recebidas / enviadas	2.214	(940)	(216)	(6)	(631)	343	764
Em 31 de Dezembro de 2011	8.254	4.589	2.119	(6)	(2.437)	2.888	15.407

Nota

- a Os instrumentos financeiros derivados do Grupo na tabela acima são representados em termos líquidos. Em termos brutos, o activo financeiro derivado em 31 de Dezembro de 2011 totalizou 11.267 milhões de libras inglesas (2010: 9.082 milhões de libras inglesas) e o passivo financeiro derivado totalizou 8.581 milhões de libras inglesas (2010: 6.254 milhões de libras inglesas).
- b Os instrumentos financeiros derivados do Banco na tabela acima são representados em termos líquidos. Em termos brutos, o activo financeiro derivado em 31 de Dezembro de 2011 totalizou 11.346 milhões de libras inglesas (2010: 9.502 milhões de libras inglesas) e o passivo financeiro derivado totalizou 8.458 milhões de libras inglesas (2010: 6.221 milhões de libras inglesas).

18 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

Análise dos movimentos no activo e no passivo financeiros de Nível 3	Activo de carteiras de negociação	Activo financeiro designado pelo justo valor	Activo disponível para venda	Passivo de carteiras de negociação	Passivo financeiro designado pelo justo valor	Instrumentos financeiros derivados líquidos	Total
	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £
O Grupo							
Em 1 de Janeiro de 2010	6.078	10.700	1.277	(78)	(3.828)	3.087	17.236
Compras	2.830	890	234	(96)	(12)	762	4.608
Vendas	(3.334)	(1.117)	(121)	-	39	147	(4.386)
Emissões	-	-	-	-	(243)	(555)	(798)
Acordos	(455)	(924)	(206)	63	601	(94)	(1.015)
Total de ganhos e perdas no período reconhecido na demonstração dos resultados:							
- Rendimento de actividade comercial	683	203	-	-	(730)	(5)	151
- Outros rendimentos	-	173	(94)	-	-	-	79
Total de ganhos e perdas reconhecidos em outros rendimentos	-	-	208	-	-	-	208
Transferências recebidas / enviadas	(61)	979	1.992	10	536	(514)	2.942
Em 31 de Dezembro de 2010	5.741	10.904	3.290	(101)	(3.637)	2.828	19.025
O Banco							
Em 1 de Janeiro de 2010	4.444	5.980	867	(9)	(2.622)	4.012	12.672
Compras	1.141	285	165	-	(12)	738	2.317
Vendas	(1.856)	(157)	-	-	24	147	(1.842)
Emissões	-	-	-	-	(176)	(566)	(742)
Acordos	(345)	(570)	(126)	3	293	(135)	(880)
Total de ganhos e perdas no período reconhecido na demonstração dos resultados:							
- Rendimento de actividade comercial	1.068	(23)	-	2	(465)	(421)	161
- Outros rendimentos	-	19	(135)	-	-	-	(116)
Total de ganhos e perdas reconhecidos em outros rendimentos	-	-	93	-	-	-	93
Transferências recebidas / enviadas	1.317	1.153	1.484	2	250	(494)	3.712
Em 31 de Dezembro de 2010	5.769	6.687	2.348	(2)	(2.708)	3.281	15.375

Os movimentos significativos nas posições de Nível 3 durante o ano findo a 31 de Dezembro de 2011 são os seguintes:

- As compras de 9,0 biliões de libras inglesas, compreendem principalmente 5,1 biliões de libras inglesas de activos adquiridos como parte da aquisição do Protium, 2,1 biliões de libras inglesas de outros instrumentos de dívida suportados pelo não activo, 0,6 biliões de libras inglesas de produtos suportados pelo activo e 0,4 biliões de libras inglesas de produtos derivados;
- As vendas de 7,8 biliões de libras inglesas que incluem a venda de 2,8 biliões de libras inglesas do activo após a aquisição do Protium, a venda de 1,9 biliões de libras inglesas de instrumentos de dívida suportados pelo não activo, 1,0 biliões de libras inglesas de produtos suportados pelo activo, 1,0 biliões de libras inglesas de empréstimos imobiliários comerciais concedidos e 0,3 biliões de libras inglesas de Investimentos de Participações Privadas;
- Acordos de 1,8 biliões de libras inglesas que incluem 0,8 biliões de libras inglesas de reembolsos e de dívidas de reestruturação do Baubecon recebidos por outros empréstimos imobiliários comerciais concedidos.
- Para mais informações sobre o Baubecon, consultar a Nota 39;
- As transferências líquidas para o Nível 3 de 2,6 biliões de libras inglesas compreenderam principalmente as transferências da inflação associadas ao activo da carteira de negociação de obrigações, para as quais os justos valores se tornaram menos observáveis no mercado; e
- As emissões de 1,0 biliões de libras inglesas compreenderam 0,4 biliões de libras inglesas de produtos derivados, 0,3 biliões de libras inglesas de títulos estruturados e 0,3 biliões de libras inglesas de produtos suportados pelo não activo.

Os movimentos sobre o justo valor de activos de Nível 3 reconhecidos na demonstração dos resultados totalizaram 0,3 biliões de libras inglesas (2010: 0,2 biliões de libras inglesas).

Notas às demonstrações financeiras

Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

18 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

Ganhos e perdas nos activos e passivos financeiros de Nível 3

A tabela abaixo divulga os ganhos e perdas reconhecidos no período resultante dos activos e passivos financeiros de Nível 3 detidos no ano findo.

Ganhos e perdas reconhecidos durante o período, em activos e passivos detidos de Nível 3							
	Activo de carteiras de negociação m de £	Activo financeiro designado pelo justo valor m de £	Activo disponível para venda m de £	Passivo de carteiras de negociação m de £	Passivo financeiro designado pelo justo valor m de £	Instrumentos financeiros derivados líquidos m de £	Total m de £
O Grupo							
Total de ganhos e perdas detidos a 31 de Dezembro de 2011							
Reconhecido na demonstração dos resultados:							
- Rendimento de actividade comercial	(44)	270	-	-	729	(324)	631
- Outros rendimentos	-	118	(54)	-	-	-	64
Total de ganhos e perdas reconhecidos em outros rendimentos	-	-	135	-	-	-	135
Total	(44)	388	81	-	729	(324)	830
O Banco							
Total de ganhos e perdas detidos a 31 de Dezembro de 2011							
Reconhecido na demonstração dos resultados:							
- Rendimento de actividade comercial	(69)	216	-	-	794	(206)	735
- Outros rendimentos	-	20	(32)	-	-	(31)	(43)
Total de ganhos e perdas reconhecidos em outros rendimentos	-	-	3	-	-	-	3
Total	(69)	236	(29)	-	794	(237)	695
Ganhos e perdas reconhecidos durante o período, em activos e passivos detidos de Nível 3							
	Activo de carteiras de negociação m de £	Activo de carteiras designado pelo justo valor m de £	Activo disponível para venda m de £	Activo de carteiras de negociação m de £	Passivo de de carteiras designado pelo justo valor m de £	Instrumentos financeiros derivados líquidos m de £	Total m de £
O Grupo							
Total de ganhos e perdas detidos a 31 de Dezembro de 2010							
Reconhecido na demonstração dos resultados:							
- Rendimento de actividade comercial	345	215	-	(1)	(528)	(66)	(35)
- Outros rendimentos	-	115	(166)	-	-	-	(51)
Total de ganhos e perdas reconhecidos em outros rendimentos	-	-	133	-	-	-	133
Total	345	330	(33)	(1)	(528)	(66)	47
O Banco							
Total de ganhos e perdas detidos a 31 de Dezembro de 2010							
Reconhecido na demonstração dos resultados:							
- Rendimento de actividade comercial	339	142	-	2	(434)	(449)	(400)
- Outros rendimentos	-	18	(301)	-	-	-	(283)
Total de ganhos e perdas reconhecidos em outros rendimentos	-	-	(3)	-	-	-	(3)
Total	339	160	(304)	2	(434)	(449)	(686)

18 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

Quadro de controlo de avaliação

A função do Controlo de Avaliação Independente é responsável pela verificação de preços independente, supervisão de ajustamentos de justo valor e escalonamento de questões de avaliação. Este processo abrange todas as posições do justo valor e é um controlo fundamental para garantir a precisão do material de avaliação.

A verificação de preços utiliza independentemente dados com base em fontes que é considerada ser a mais representativa do mercado. As características contra as quais os dados com base em fontes são avaliados são a independência, a fiabilidade, a consistência com outras fontes e a prova que os dados representam um preço executável. São utilizados os dados mais actuais disponíveis à data do balanço. Quando as variações significativas sejam notadas no processo de verificação de preços independente, é tomado em conta um ajustamento para a posição do justo valor. Os ajustamentos adicionais do justo valor podem ser tomados em conta para reflectir esses factores como spreads de compra/venda, incerteza de dados de mercado, limitações de modelo e risco da contraparte.

Os resultados da verificação de preços independente e os ajustamentos do justo valor são comunicados mensalmente ao Comité de Avaliação. Este Comité é responsável por supervisionar a avaliação e a política do ajustamento do justo valor nos Serviços Bancários de Empresas e de Investimentos e é o fórum para o qual as questões de avaliação são escalonadas. O Comité da Avaliação delega mais análises detalhadas para os seguintes cinco Subcomités: Avaliações Independentes, Património e Outros Activos, Riscos de Litígio e Governação.

O Subcomité das Avaliações Independentes analisa os resultados da verificação de preços independente e do processo de ajustamento do justo valor mensalmente. Isto inclui, mas não se limita, à análise dos ajustamentos do justo valor e das metodologias, dos resultados de verificação de preços, limites e incerteza de avaliação. O Subcomité do Património e Outros Activos é responsável por supervisionar a avaliação e as questões de mensuração que resultam dos activos do património, de certas posições AFS e de outros activos conforme delegado pelo Comité de Avaliação. O Subcomité dos Riscos de Litígio é responsável por supervisionar a avaliação e as questões de mensuração que resultam de riscos legais no Barclays Corporate and Investment Banking.

O Subcomité dos Modelos é responsável por supervisionar políticas e controlos relativos à utilização de modelos de avaliação. Isto inclui, mas não se limita, à análise dos relatórios de riscos dos modelos globais, ao processo de aprovação de negociação e validação dos modelos, aos ajustamentos do justo valor relativos aos modelos, e às variações de verificação de preços independentes ou de disputas colaterais relativas à utilização dos modelos.

O Subcomité da Governação é responsável por supervisionar a governação de processos, políticas e procedimentos de avaliação. Este Subcomité monitoriza o desenvolvimento do quadro de controlo de avaliação, a conclusão da supervisão do balanço financeiro e a representação adequada da Direcção Sénior no Comité da Avaliação e cada um dos Subcomités referidos acima. As questões regulamentares e contabilísticas relativas ao justo valor também são avaliadas pelo Subcomité da Governação.

Técnicas de avaliação

As metodologias de avaliação do presente ano foram consistentes com as dos anos anteriores, excepto nas situações indicadas abaixo. Estas metodologias são normalmente utilizadas pelos participantes no mercado. As técnicas de avaliação utilizadas para os produtos principais que não sejam determinadas por referência a preços cotados não ajustados (Nível 1), são descritas abaixo.

Empréstimos imobiliários comerciais

Esta categoria inclui empréstimos numa gama de tipos de imobiliário comercial, incluindo retalho, hotéis, escritórios e imóveis industriais e familiares.

Os empréstimos produtivos são avaliados utilizando uma abordagem com base no spread, considerando características tais como o tipo de propriedade, a localização geográfica, os rendimentos, a qualidade do crédito e as análises de desempenho da propriedade. Quando houver uma incerteza significativa a respeito dos empréstimos produtivos, a avaliação baseia-se nas garantias subjacentes, cujo valor é determinado através de informações específicas da propriedade como os relatórios de avaliação de terceiros e as licitações para as propriedades subjacentes.

Uma vez que cada empréstimo imobiliário é único em natureza e o mercado comercial secundário de empréstimo é relativamente ilíquido, os dados da avaliação são geralmente considerados não observáveis.

Produtos suportados pelo activo

Estes são produtos de dívida e derivados que estão ligados aos fluxos de caixa de um conjunto de activos referenciados através de titularização. Esta categoria inclui a emissão de títulos garantidos por hipotecas residenciais, de títulos garantidos por hipotecas comerciais, de títulos garantidos pelo activo, de obrigações de dívida colateral (CDOs), de obrigações de empréstimo colateral (CLOs) e de derivados com fluxos de caixa associados a titularizações.

Quando disponíveis, as avaliações baseiam-se nos preços de mercado observáveis que são originados a partir de cotações de corretores e de preços de corretores intermediários. Por outro lado,

as avaliações são determinadas, utilizando modelos de fluxo de caixa normais do sector, que calculam o justo valor com base nas projecções de perdas, pré-pagamento, recuperação e taxas de redução.

Estes dados são determinados através da referência de várias fontes incluindo a delegação para transacções observadas, índices de mercado ou pesquisa de mercado, e através da avaliação do desempenho colateral subjacente.

A referência para transacções observadas, índices de mercado ou pesquisa de mercado requer uma avaliação e uma comparação dos atributos subjacentes aos títulos, incluindo a composição do activo colateral, de tranche, de recolha subjacente (perdas históricas, características do emprestador, e atributos do empréstimo tais como o rácio entre o valor do empréstimo e o valor da garantia e a concentração geográfica) e as notações de crédito (originais e actuais).

Notas às demonstrações financeiras

Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

18 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

Outros produtos de crédito

Estes produtos estão relacionados com o spread do crédito de uma entidade referenciada, índice ou cabaz de entidades referenciadas. Esta categoria inclui CDOs sintéticos; CDS "single name" e "index" e "swaps" de cabazes de n-ésimo incumprimento. Dentro desta população, os dados de avaliação são não observáveis para determinados CDOs sintéticos e CDS com activos de referência ilíquidos.

Os CDS são avaliados utilizando o modelo padrão de mercado que integra a curva de crédito como o seu principal dado. Os spreads de crédito são observados directamente a partir de dados do corretor, vendedores de terceiros ou preços de referência. Quando os spreads de crédito são não observáveis, são determinados com referência a transacções recentes ou spreads de obrigações, a partir de emissões observáveis do mesmo emissor, ou de outros devedores semelhantes de referência.

Os CDOs sintéticos são avaliados utilizando um modelo que calcula o justo valor com base em parâmetros observáveis e não observáveis, incluindo spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juro, sendo calibrado diariamente. Para índices de CDOs e CDOs sintéticos de uma só tranche com dados não observáveis, a correlação é definida com referência ao mercado de índice de tranches.

Exposição dos derivados às seguradoras Monoline

Estes produtos são derivados através dos quais a protecção de crédito foi adquirida com base em instrumentos de dívida estruturados (principalmente CLOs) de seguradoras Monoline.

O valor do CDS deriva do valor do instrumento em numerário que o protege. O ajustamento da avaliação é depois aplicado para reflectir o risco de crédito da parte contrária associado à Monoline pertinente. Este ajustamento é calculado utilizando uma avaliação de recuperação provável do título em numerário protegido, que deriva de um cenário com base no cálculo do valor de mercado do instrumento utilizando um modelo de avaliação adequado; e a probabilidade de defeito e perda dada a falha da parte contrária da Monoline, conforme estimativa da análise de crédito fundamental e independente. Devido ao risco de crédito da parte contrária associado a estas seguradoras, a exposição derivada das seguradoras Monoline da parte contrária é geralmente considerada não observável.

Instrumentos de dívida suportados pelo não activo

Estes são obrigações do Estado, títulos de agências dos EUA, obrigações empresariais, papel comercial, certificados de depósito, obrigações convertíveis; moedas e outras obrigações suportadas por não activos. Dentro desta população, os dados de avaliação são não observáveis para certos tipos de obrigações convertíveis e obrigações empresariais.

As obrigações líquidas do Estado activamente negociadas através de uma bolsa ou câmara de compensação são assinaladas para os níveis de fecho observados nestes mercados. Menos obrigações líquidas do Estado, obrigações de agências dos Estados Unidos, obrigações empresariais, papel comercial e certificados de depósito são avaliados utilizando preços de mercado observáveis que são originados de cotações de corretores, preços de corretores intermediários ou de outros serviços de preços fiáveis. Quando os preços de mercado são não observáveis, o justo valor é determinado com referência a emissões ou a spreads de CDS do mesmo emissor como dados de referência para se obterem montantes de fluxos de caixa reduzidos. Na ausência de obrigações observáveis ou de spreads de CDS para o respectivo emitente, activos de referência similares ou médias do sector são aplicados como referências (a adequação de referências que é avaliada com base no emitente, cupões, maturidade e indústria).

As obrigações convertíveis são avaliadas utilizando os preços observados através das corretoras de origem, serviços de informação do mercado e actividade negocial. Quando as fontes externas fiáveis não estão disponíveis, o justo valor é determinado utilizando um spread para o valor de conversão da participação, ou o valor da obrigação sem a conversão da participação adicional. O nível de spread é determinado com referência a activos de referência similares.

As notas emitidas a justo valor são avaliadas utilizando técnicas de fluxo de caixa com redução e modelos padrão da indústria que integram vários parâmetros de dados observáveis dependendo dos termos do instrumento. Quaisquer dados não observáveis geralmente têm um impacto insignificante na avaliação total.

Produtos de participações

Esta categoria inclui participações; derivados negociados em bolsa; derivados de participações próprios OTC; acções preferenciais e contratos por diferença.

As avaliações dos derivados de participações OTC são determinadas utilizando modelos normais do sector. Os modelos calculam o justo valor com base em parâmetros de dados, como preços das acções, dividendos, volatilidades, taxas de juro, curvas de recompra de participações e, para produtos multiactivos, correlações. Em geral, os parâmetros de dados são considerados observáveis até às maturidades líquidas que são determinadas separadamente, para cada parâmetro e instrumento subjacente. Os dados de modelos não observáveis são determinados com referência aos instrumentos de mercado líquido e aplicando técnicas de extrapolação, para condizerem com o perfil de risco adequado.

Participações privadas

Os investimentos de participações privadas são avaliados de acordo com as 'International Private Equity and Venture Capital Valuation Guidelines'. Isto requer a utilização de várias referências de fixação de preços individuais, tais como preços de transacções recentes no mesmo instrumento ou entidades similares, análises de fluxo de caixa com redução e comparação com os lucros múltiplos de empresas comparáveis listadas. Os dados não observáveis incluem estimativas de ganhos, múltiplos de empresas comparáveis, reduções comercializáveis e taxas de redução. Os dados dos modelos são baseados nas condições do mercado à data. A avaliação de instrumentos de participação sem cotação é subjectiva por natureza. Porém, as metodologias relevantes são aplicadas normalmente por outros participantes no mercado e têm sido aplicadas consistentemente. As avaliações totais são efectuadas bianualmente, com a carteira a ser revista mensalmente para eventos significativos que possam ter um impacto no justo valor.

Fundos e produtos vinculados a fundos

Esta categoria inclui participações em fundos de cobertura, fundos de fundos e derivados de fundos. Os derivados de fundos são derivados cujo activo subjacente poderá ser fundos de investimento, fundos de cobertura, índices e carteiras de activos múltiplos. São avaliados utilizando preços de fundos subjacentes, curvas de rendimento e outras informações de mercado disponíveis.

18 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

No geral, as participações de fundos são avaliadas com base na última avaliação disponível recebida do administrador do fundo. Os fundos são considerados não observáveis quando o fundo é suspenso, em redução, tem uma restrição sobre o resgate que afecta severamente a liquidez, ou quando o último valor do activo líquido, indicado pelos administradores do fundo, tem mais de três meses. No caso de participações de fundos ilíquidos, a avaliação ainda terá em conta todas as informações disponíveis em relação ao fundo subjacente, ou recolha de fundos, e poderá ser ajustada relativamente ao desempenho dos índices de referência relevantes.

Produtos cambiais externos

Estes produtos são derivados associados ao mercado de negociação de divisas. Esta categoria inclui contratos a prazo, "swaps" de Forex e opções de Forex. Os derivados exóticos são avaliados utilizando padrões do sector e modelos proprietários.

Os parâmetros dos dados incluem taxas Forex, taxas de juros, volatilidades Forex, volatilidades de taxas de juros, correlações de taxas de juros Forex e outros conforme adequado. Certas correlações e volatilidades de longo prazo são não observáveis. Os dados de modelos não observáveis são definidos com referência aos instrumentos de mercado líquido e aplicando técnicas de extrapolação, para condizerem com o perfil de risco adequado.

Produtos de taxas de juros

Estes produtos estão associados a taxas de juros ou índices de inflação. Esta categoria inclui taxas de juro e swaps de inflação; opções de "swaps"; "caps"; "floors"; opções de inflação; "swaps" com garantia de saldo e outros derivados de taxas de juro exóticas. Os produtos de taxa de juros são avaliados utilizando técnicas padrão de fluxos de caixa com redução.

Os fluxos de caixa derivados de taxa de juros são avaliados utilizando curvas de rendimento de taxas de juro pelas quais os dados de mercado observáveis são utilizados para criar a estrutura do termo de taxas futuras. Isto é utilizado para projectar e reduzir fluxos de caixa com base em parâmetros de comercialização. Um instrumento com opções é avaliado utilizando uma superfície de volatilidade criada a partir de dados de mercado observáveis. Os derivados de taxa de juros exóticos são avaliados utilizando modelos industriais normais e específicos com base em parâmetros de mercado observável que são determinados separadamente para cada parâmetro e instrumento subjacente. Quando não observável, será definido um parâmetro utilizando um valor de referência observável. As curvas de inflação futuras e as curvas de rendimento de taxa de juros são extrapoladas para lá das tendências observáveis.

Os "swaps" de saldo com garantia são avaliados utilizando modelos de fluxo de caixa que calculam o justo valor com base nas projecções de perdas, pré-pagamento, recuperação e taxas de redução. Estes parâmetros são determinados com referência ao desempenho dos activos subjacente, pesquisa independente, índices ABX, cotações de corretores, negociações observáveis em títulos semelhantes e fontes de fixação de preços de terceiros. O pré-pagamento é projectado com base no pré-pagamento histórico observável.

Durante 2010, em conformidade com as alterações na prática de mercado, a metodologia para avaliar certos produtos de taxa de juros colaterais foi actualizada para ser feito uso de mais curvas de rendimento de taxa de juros relevante para fluxos de caixa de redução. Para certos derivados colaterais, as taxas "Overnight Indexed Swap (OIS)" foram utilizadas em vez de outras taxas de referência de mercado como a taxa LIBOR. Durante 2011, em conformidade com as práticas de mercado, a metodologia para avaliar certos produtos de taxa de juros colateral foi depois corrigida para reflectir o impacto da garantia de "oferecer mais barato" nas curvas de redução, em que os acordos CSA (Credit Support Annex) da parte contrária especificam o direito da parte contrária para escolher a moeda da garantia lançada.

Produtos de base

Estes produtos são negociados em bolsa e derivados OTC, com base em matérias-primas subjacentes, como metais, petróleo e derivados do petróleo, energia e gás natural.

Os dados de avaliação de "swaps" de produtos de base e opções são determinados utilizando modelos que incorporam fluxos de caixa de redução e outras técnicas de modelos normais do sector. Os dados de avaliação incluem curvas futuras, superfícies de volatilidade e correlação de tendências. Dentro desta população, certas curvas futuras e superfícies de volatilidade para exposições datadas com mais tempo são observáveis. Estes dados não observáveis são definidos com referência a produtos observáveis similares ou aplicando técnicas de extrapolação a partir do mercado observável.

Outros

Esta categoria é constituída largamente por empréstimos a taxa fixa, que são avaliados utilizando modelos que reduzem os fluxos de caixa esperados. Estes modelos calculam o justo valor com base nas taxas de juro observáveis e spreads de crédito não observáveis. Os spreads de crédito não observáveis são determinados pela extrapolação de spreads observáveis.

As contas a receber resultantes da aquisição das actividades empresariais norte-americanas da Lehman Brothers incluem-se na secção "Outros". Para mais informações, consultar a Nota 29 de Procedimentos legais.

Instrumentos derivados complexos

A estimativa da avaliação feita pelas partes contrárias a respeito dos instrumentos derivados complexos, com vista a determinar o montante da garantia a ser lançado, muitas vezes difere e, algumas vezes, significativamente, das próprias estimativas do Barclays. Em quase todos os casos, o Barclays tem conseguido resolver com sucesso essas diferenças ou, por outro lado, tem conseguido chegar a uma conciliação a respeito dos níveis de lançamento de garantias, incluindo, em certos casos, entrando em acordos de garantias. Devido à natureza contínua dos pedidos de garantias, o Barclays irá debater com uma ou mais partes contrárias essas diferenças em tempo oportuno. As estimativas da avaliação feitas pelas partes contrárias para fins de garantia são, tal como qualquer outra avaliação de uma parte contrária, consideradas quando se determinam as próprias estimativas a justo valor do Barclays.

Notas às demonstrações financeiras

Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

18 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

Ajustamentos do justo valor

Os principais ajustamentos da avaliação necessários para chegar a um justo valor são descritos abaixo:

Ajustamentos na avaliação de compra/venda

Nos activos e passivos onde a empresa não é um criador de mercado, os preços intermédios são ajustados aos preços de spread. Os factores de ajustamento de compra/venda reflectem a estratégia de "close-out" e, para derivados, que são geridos com base em carteiras. O método para determinar o ajustamento de compra/venda para uma carteira de derivados irá, geralmente, envolver uma compensação entre posições longas e curtas e o "bucketing" de risco por exercício e termo, em conformidade com a estratégia de "hedging". Os níveis de compra/venda derivam de fontes de mercado, tais como os dados dos corretores. Nos activos e passivos onde a empresa é um criador de mercado e tem capacidade para realizar transacções a, ou melhor que a, um preço médio (o que é o caso para certas participações, obrigações e mercado de derivados "vanilla"), o preço médio é utilizado, uma vez que o spread de compra/venda não representa um custo de transacção.

Ajustamentos de incerteza

A entrada de dados de mercado para derivados exóticos pode não ter uma proposta de spread de compra/venda directamente observável. Nestas circunstâncias, é aplicado um ajustamento de incerteza como uma referência para o ajustamento da proposta de compra/venda. Um exemplo deste risco é a correlação em que um ajustamento é necessário para reflectir a possível escala de valores que os participantes de mercado aplicam. O ajustamento de incerteza pode ser determinado pela calibração de preços derivados, ou pela análise do cenário ou análise histórica.

Ajustamentos de avaliação de modelos

Os novos modelos de avaliação são analisados com base no quadro do modelo de governação da empresa. Este processo identifica as assumções utilizadas e quaisquer limitações de modelos (por exemplo, se o modelo não integra a distorção de volatilidade). Sempre que necessário, os ajustamentos do justo valor serão aplicados de modo a ter em conta estes factores. Os ajustamentos de avaliação do modelo dependem do tamanho da carteira, da complexidade do modelo, seja o modelo normal de mercado ou não e em que medida integra todos os factores de risco conhecidos. Todos os modelos e ajustamentos de avaliação do modelo estão sujeitos, pelo menos, a um processo de análise anual.

Ajustamentos na avaliação de crédito e débito

Os Ajustamentos de Avaliação de Crédito (CVAs) e os Ajustamentos de Avaliação de Débito (DVAs) são integrados em avaliações derivadas para reflectir o impacto sobre o justo valor do risco do crédito da parte contrária e a própria qualidade do crédito do Barclays respectivamente. Esses ajustamentos são modelados a partir de derivados OTC em todas as classes de activos. Os cálculos são derivados de estimativas de exposição por defeito, probabilidades de defeito e taxas de recuperação, em termos de partes contrárias. As partes contrárias incluem (mas não se limitam a) empresas, seguradoras Monoline, soberanias ou agências soberanas, supranacionais, e veículos para fins especiais.

Enquanto que em 2010 certas agências soberanas, supranacionais e governamentais altamente classificadas foram excluídas do cálculo dos CVA, na sequência da crise devedora soberana foi considerado adequado incluir essas entidades, para as quais o impacto de o fazer foi de um aumento de 79 milhões de libras inglesas nos CVA.

A exposição por defeito geralmente baseia-se na exposição positiva esperada, estimada através da simulação dos factores de risco subjacentes. Para alguns produtos complexos, em que esta abordagem não é viável, foram feitas assumções simplificadoras, quer através de referência com uma estrutura mais "vanilla", quer utilizando o valor de mercado com base no cenário actual como uma estimativa de exposição futura. Quando existem fortes acordos de garantias como acordos para mitigar os riscos da parte contrária, a exposição é definida para zero.

As informações da probabilidade por defeito e da taxa de recuperação têm origem geralmente em mercados de CDS. Para as partes contrárias em que estas informações não estão disponíveis, ou são consideradas não fiáveis pela natureza da exposição, são feitas abordagens alternativas traçando classificações da parte contrária internas com base em informações de mercado por defeito ou históricas e informações de recuperação. Em particular, isto aplica-se a nomes relacionados com entidades soberanas em que o facto de se utilizar assumções de recuperação implícitas nos níveis de CDS implicariam um aumento de 300 milhões de libras inglesas nos CVA.

A correlação entre o crédito da parte contrária e os factores de risco de derivados subjacentes podem levar a um desvio sistemático na avaliação dos riscos de crédito da parte contrária, designando-se por riscos de "via incorrecta" ou "via correcta". Isto não está integrado no cálculo de CVA, mas é controlado regularmente através da análise do cenário e tem sido considerado como imaterial.

Ajustamentos do crédito próprio

O valor de avaliação de notas emitidas que são designadas sob a opção de valor justo IAS 39 é ajustado para reflectir o efeito das alterações nos spreads de crédito próprio. O ganho ou perda resultante é reconhecido na demonstração dos resultados. Para instrumentos de financiamento, tais como notas emitidas, os spreads de crédito de nível médio sobre obrigações emitidas pelo Barclays representam a base para esse ajustamento.

Em 31 de Dezembro de 2011, o ajustamento do crédito próprio surgiu da justa avaliação do passivo financeiro do Barclays Capital designado a justo valor. Os spreads de crédito do Barclays melhoraram em 2011, levando a um lucro de 2.708 milhões de libras inglesas (2010: 391 milhões de libras inglesas) a partir do justo valor das alterações principalmente no crédito próprio, mas também reflectindo os efeitos de taxas de câmbio externas, declínio e actividade comercial.

18 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

Ganhos não reconhecidos em resultado da utilização de modelos de avaliação utilizando dados não observáveis

O montante que ainda tem de ser reconhecido nos resultados que se relaciona com a diferença entre o preço de transacção (o justo valor no reconhecimento inicial) e o montante que teria resultado se modelos de avaliação utilizando dados não observáveis tivessem sido utilizados no reconhecimento inicial, menos os montantes subsequentemente reconhecidos, foi o seguinte:

	O Grupo		O Banco	
	2011	2010	2011	2010
	m de £	m de £	m de £	m de £
Saldo inicial	137	99	99	70
Acréscimos	93	56	43	41
Amortização e quitações	(113)	(18)	(63)	(12)
Saldo final	117	137	79	99

Estimativas e critérios de ponderação contabilísticos importantes

Os preços cotados de mercado não estão disponíveis para muitos dos activos e dos passivos financeiros detidos a justo valor e o Grupo utiliza várias técnicas para calcular o justo valor. A nota acima descreve os aspectos de maior ponderação da avaliação durante o período, incluindo: ajustamentos de avaliação de crédito em exposições Monoline, empréstimos imobiliários comerciais, investimentos de participações privadas, e empréstimos de justo valor ao Estado, empresas e outros serviços. A seguinte análise de sensibilidade é realizada em produtos com parâmetros não observáveis significativos (Nível 3) para criar um conjunto de avaliações alternativas razoavelmente possíveis. Estes números são calculados antes de tirar partido de qualquer diversificação na carteira.

Análise de sensibilidade das avaliações utilizando dados não observáveis

O Grupo	Justo valor		Alterações favoráveis		Alterações não favoráveis	
	Total do activo	Total do passivo	Lucro e perda	Participações	Lucro e perda	Participações
	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £
Em 31 de Dezembro de 2011						
Empréstimos imobiliários comerciais	2.452	-	102	-	(118)	-
Produtos suportados pelo activo	5.752	(1.020)	488	2	(388)	(2)
Outros produtos de crédito	4.386	(3.765)	167	-	(167)	-
Exposição dos derivados às seguradoras Monoline	1.129	-	-	-	(133)	-
Instrumentos de dívida suportados pelo não activo	4.213	(2.086)	24	-	(22)	-
Produtos de participações	1.079	(1.531)	169	11	(169)	(15)
Participações privadas	2.827	-	375	81	(364)	(82)
Fundos e produtos vinculados a fundos	1.290	-	174	-	(174)	-
Produtos de Forex	457	(187)	57	-	(57)	-
Produtos de taxas de juros	2.433	(2.090)	60	-	(60)	-
Produtos de base	773	(991)	116	-	(123)	-
Outros	5.232	(53)	196	-	(196)	-
Total	32.023	(11.723)	1.928	94	(1.971)	(99)

Em 31 de Dezembro de 2010

Empréstimos imobiliários comerciais	5.424	-	183	-	(167)	-
Produtos suportados pelo activo	4.628	(1.912)	317	11	(289)	(11)
Produtos de crédito	1.097	(1.318)	38	-	(66)	-
Exposição dos derivados às seguradoras Monoline	1.449	-	78	-	(230)	-
Instrumentos de dívida suportados pelo não activo	2.956	(2.719)	56	-	(55)	-
Produtos de participações	1.478	(1.895)	156	8	(154)	(8)
Participações privadas	2.844	-	279	111	(280)	(69)
Fundos e produtos vinculados a fundos	1.084	-	275	-	(275)	-
Produtos de Forex	506	(241)	51	-	(52)	-
Produtos de taxas de juros	2.407	(1.079)	38	-	(52)	-
Produtos de base	493	(629)	30	-	(55)	-
Outros	4.651	(199)	51	-	(55)	-
Total	29.017	(9.992)	1.552	130	(1.730)	(88)

Notas às demonstrações financeiras

Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

18 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

Uma análise é realizada em produtos com parâmetros não observáveis significativos (Nível 3) para criar um conjunto de avaliações alternativas razoavelmente possíveis. As metodologias aplicadas têm em conta a natureza das técnicas de avaliação utilizadas, bem como a disponibilidade e fiabilidade das referências observáveis e dos dados históricos. As sensibilidades são calculadas sem reflectir o impacto de qualquer diversificação na carteira.

O efeito de esforço sobre dados não observáveis a um conjunto de alternativas razoavelmente possíveis seria aumentar os justos valores até 2,0 biliões de libras inglesas (2010: 1,7 biliões de libras inglesas) ou diminuir os justos valores até 2,1 biliões de libras inglesas (2010: 1,8 biliões de libras inglesas) substancialmente com todo o potencial efeito de impacto sobre o lucro e a perda em vez da participação.

As sensibilidades são calculadas dinâmica e mensalmente. O cálculo baseia-se num intervalo, o desvio padrão ou os dados de spread de uma fonte de referência fiável ou num cenário baseado em visões alternativas de mercado. O nível de mudança ou os cenários aplicados são considerados para cada produto e variaram de acordo com a qualidade dos dados e a variabilidade do mercado subjacente. A abordagem adoptada na determinação dessas sensibilidades continuou a evoluir durante o ano, no contexto da evolução das condições de mercado.

Empréstimos imobiliários comerciais

A sensibilidade é determinada ao aplicar um spread ajustado de 15% para cada empréstimo (ambos para cima ou para baixo). O spread ajustado deriva de spreads com origem no empréstimo disponibilizado pela pesquisa de mercado independente. Para empréstimos não produtivos, uma plausível avaliação no pior dos casos é determinada a partir do histórico dos relatórios ou das ofertas recebidas de terceiros.

Produtos suportados pelo activo

A análise de sensibilidade para os produtos suportados pelo activo baseia-se em conjuntos de compra/venda definidos a nível da classe do activo, tendo em consideração a liquidez do nível de segurança. Parte do conjunto da compra/venda observada é multiplicada pelo valor de mercado de posição para calcular a sensibilidade da avaliação. Quando não houver nenhum dado da compra/venda observável, são utilizados os movimentos do preço sobre os índices adequados. A sensibilidade baseia-se na média do maior movimento de preço ascendente ou descendente no período anterior de 12 meses.

Outros produtos de crédito

A sensibilidade das avaliações da carteira de CDS ilíquida é determinada pela aplicação de um esforço para cada activo subjacente de referência. O esforço baseia-se na média de spreads de compra/venda observada no mercado de CDS similar.

A sensibilidade da Obrigação sintética Colateralizada Específica (CSO) é calculada utilizando níveis de correlação que derivam do conjunto dos contribuintes para um serviço específico consensual.

Exposição dos derivados às seguradoras Monoline

A sensibilidade é mensurada destacando os dados no ajustamento da avaliação da parte contrária incluindo as nossas exposições esperadas e a probabilidade por defeito da parte contrária do derivado das Monoline. As exposições modeladas esperadas são destacadas mudando as assumpções da taxa de recuperação no activo protegido subjacente. A probabilidade do defeito da parte contrária do derivado das Monoline é destacada mudando a curva interna por defeito, que é gerada através da análise realizada pela gestão de riscos de crédito.

Instrumentos de dívida suportados pelo não activo

A sensibilidade para as obrigações convertíveis é determinada pela aplicação de um esforço para cada posição subjacente com base nos spreads de compra/venda observados no mercado para obrigações similares.

A sensibilidade para a carteira de obrigações empresariais é determinada pela aplicação de um esforço para cada posição subjacente impulsionada pela média dos spreads de compra/venda observados no mercado para obrigações similares.

Produtos de participações

A sensibilidade é calculada com base na dispersão dos serviços de dados consensuais, seja directamente ou através de referências.

Participações privadas

Os modelos de avaliação em questão são sensíveis a várias assumpções fundamentais, tais como ganhos futuros projectados, múltiplos de comparação, reduções de comerciabilidade e taxas de redução. A sensibilidade da avaliação é calculada flexibilizando essas assumpções em níveis alternativos razoáveis e determinando o impacto na avaliação resultante.

Fundos e produtos vinculados a fundos

A sensibilidade é calculada com base num fundo individual utilizando uma aproximação de um cenário com base numa perda cujos factores são os activos subjacentes do fundo específico e as taxas de recuperação assumidas.

Produtos cambiais externos

A sensibilidade relacionada com os dados da avaliação não observáveis baseia-se na dispersão dos serviços de dados consensuais.

18 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

Produtos de taxas de juros

A sensibilidade relacionada com a avaliação dos produtos é impulsionada principalmente a partir da dispersão dos dados consensuais.

Produtos de base

A sensibilidade é determinada principalmente avaliando a variabilidade histórica durante dois anos. A estimativa foi calculada utilizando dados para curvas do parâmetro a curto prazo para gerar cenários negativos e positivos. Sempre que os dados históricos não estejam disponíveis ou a incerteza se deve ao risco volumétrico, a sensibilidade é avaliada aplicando cenários de esforço apropriados ou utilizando níveis de spread de compra/venda utilizando referências.

Outros

A sensibilidade para os empréstimos com taxa fixa é calculada utilizando uma mudança de 25% nos spreads de crédito.

Não foi aplicado nenhum esforço às contas a receber relativas à aquisição da Lehman (consultar a Nota 16). Devido à incerteza inerente nestes procedimentos legais, não é possível identificar esforços razoáveis positivos e negativos em comparação com os outros activos analisados.

A sensibilidade para os ajustamentos da avaliação de crédito é calculada avaliando o impacto nos spreads de crédito da parte contrária do esforço das suas classificações de crédito por dois pontos de classificações.

Notas às demonstrações financeiras

Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

Instrumentos financeiros detidos a custo amortizado

Esta secção inclui informações sobre activos detidos a custo amortizado que resultam dos créditos retalhista e grossista do Grupo e que incluem empréstimos e adiantamentos, locações financeiras, acordos de recompra e de recompra inversa e crédito segurado similar. Para mais informações sobre a posição de financiamento e de liquidez do Grupo, consultar Riscos de Liquidez e Capital nas páginas 78 e nas páginas 79 a 94.

Contabilidade para instrumentos financeiros detidos a custo amortizado

Os empréstimos e os adiantamentos a clientes e bancos, as contas de clientes, os títulos de dívida e a maioria dos outros passivos financeiros, são detidos a custo amortizado. Ou seja, o justo valor inicial (que normalmente é o montante adiantado ou emprestado) é ajustado para os reembolsos e para a amortização de cupões, taxas e despesas para representar a taxa de juros efectiva do activo ou do passivo.

19 Empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes

2011 Em 31 de Dezembro	O Grupo		O Banco	
	2010 m de £	2011 m de £	2010 m de £	m de £
Empréstimos e adiantamentos brutos a bancos	46.837	37.847	52.332	40.438
Menos: Dedução por imparidade	(45)	(48)	(45)	(48)
Empréstimos e adiantamentos a bancos	46.792	37.799	52.287	40.390
Empréstimos e adiantamentos brutos a clientes	442.486	440.326	525.154	531.012
Menos: Dedução por imparidade	(10.552)	(12.384)	(7.374)	(8.076)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	431.934	427.942	517.780	522.936

20 Locações financeiras

Contabilidade para locações financeiras

O Grupo aplica a IAS 17 Locações na contabilidade para locações financeiras, quer seja o locador, quer seja o locatário. Uma locação financeira é uma locação que confere substancialmente todos os riscos e as recompensas do activo locado sobre o locatário. Quando o Grupo é o locador, o activo locado não é detido no balanço financeiro, em vez disso são reconhecidas contas a receber da locação financeira que representam as contas a receber dos pagamentos de locação mínimos nos termos da locação, descontados à taxa de juros implícita na locação. Quando o Grupo é o locatário, o activo locado é reconhecido na propriedade, na instalação e no equipamento e é reconhecido o passivo da locação financeira, que representa os pagamentos de locação mínimos nos termos da locação, descontados à taxa de juros implícita na locação.

Os rendimentos ou as despesas de juros são reconhecidos nas contas a receber ou nas contas a pagar com juros, atribuídos aos períodos contabilísticos para reflectirem uma taxa de retomo periódica constante.

Contas a receber da locação financeira

As contas a receber da locação financeira incluem-se no âmbito de empréstimos e adiantamentos aos clientes. O Grupo é especialista em empréstimos de activos e trabalha com uma ampla gama de tecnologia internacional, equipamento industrial e empresas comerciais no sentido de disponibilizar programas financeiros personalizados para assistência a fabricantes, vendedores e distribuidores de activos.

20 Locações financeiras (continuação)

	2011				2010			
	Investimento bruto em contas a receber da locação financeira	Rendimento financeiro futuro	Valor presente das contas a receber de pagamentos de locação mínimos	Valores residuais não garantidos	Investimento bruto em contas a receber da locação financeira	Rendimento financeiro futuro	Valor presente das contas a receber de pagamentos de locação mínimos	Valores residuais não garantidos
	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £
O Grupo								
Não mais que um ano	2.977	(437)	2.540	71	3.440	(479)	2.961	60
Durante um ano, mas não mais que cinco anos	6.333	(934)	5.399	122	7.200	(1.058)	6.142	123
Durante cinco anos	1.379	(320)	1.059	395	1.591	(340)	1.251	560
Total	10.689	(1.691)	8.998	588	12.231	(1.877)	10.354	743
O Banco								
Não mais que um ano	18	-	18	-	-	-	-	-
Durante um ano, mas não mais que cinco anos	181	(10)	171	-	132	-	132	-
Durante cinco anos	310	(29)	281	-	92	-	92	-
Total	509	(39)	470	-	224	-	224	-

A dedução por imparidade para contas a receber da locação financeira não colectáveis importou 290 milhões de libras inglesas em 31 de Dezembro de 2011 (2010: 351 milhões de libras inglesas).

Passivo da locação financeira

O Grupo aluga os produtos da propriedade, a instalação e o equipamento nos termos que cumprem com a definição de locação financeira. O passivo da locação financeira é incluído na contabilidade do exercício, no rendimento diferido e nouro passivo (ver Nota 26).

Em 31 de Dezembro de 2011, o total de pagamentos mínimos futuros nos termos de locações financeiras foi de 64 milhões de libras inglesas (2010: 87 milhões de libras inglesas) dos quais 10 milhões de libras inglesas (2010: 16 milhões de libras inglesas) se deveram a um ano e o total de pagamentos mínimos futuros nos termos de locações financeiras para o Banco foi de 2 milhões de libras inglesas (2010: 0 libras inglesas). Em 31 de Dezembro de 2011, o valor contabilístico de activos detidos nos termos de locações financeiras foi de 28 milhões de libras inglesas (2010: 29 milhões de libras inglesas).

21 Reclassificação de activos financeiros detidos para negociação

Contabilidade de reclassificação de activos financeiros detidos para negociação

De acordo com a IAS 39, quando o Grupo já não tenciona mais negociar activos financeiros pode transferi-los para a classificação de negociação e mensurá-los a custo amortizado se cumprirem com a definição de um empréstimo. O valor inicial utilizado para efeitos de estabelecimento de custo amortizado é o justo valor na data da transferência.

Antes de 2010, o Grupo reclassificou certos activos financeiros, inicialmente classificados como detidos para negociação que foram considerados não detidos para fins comerciais, e, portanto, considerados como empréstimos e contas a receber. Não houve nenhuma reclassificação dos activos financeiros durante 2010 ou 2011.

O valor contabilístico dos títulos reclassificados anteriormente em empréstimos e contas a receber diminuiu de 8.625 milhões de libras inglesas para 7.652 milhões de libras inglesas, em consequência das vendas, das reduções e maturidades dos títulos subjacentes, e dos aumentos devidos à redução sobre a reclassificação. As vendas de títulos desde a reclassificação de 16 de Dezembro de 2008 totalizaram 91 milhões de libras inglesas (31 de Dezembro de 2010: 390 milhões de libras inglesas) e as vendas de títulos desde a reclassificação de 25 de Novembro de 2009 totalizaram 482 milhões de libras inglesas (31 de Dezembro de 2010: 178 milhões de libras inglesas).

A tabela seguinte apresenta um resumo dos activos reclassificados de detidos para negociação para empréstimos e contas a receber.

	Valor A transportar m de £	Justo valor m de £	Valor A transportar m de £	Justo valor m de £
Activos de negociação reclassificados para empréstimos e contas a receber				
Reclassificação de 25 de Novembro de 2009	7.434	7.045	8.081	7.842
Reclassificação de 16 de Dezembro de 2008	218	217	544	545
Total de activos financeiros reclassificados para empréstimos e contas a receber	7.652	7.262	8.625	8.387

Notas às demonstrações financeiras

Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

21 Reclassificação de activos financeiros detidos para negociação (continuação)

Se as reclassificações não tivessem sido efectuadas, a demonstração dos resultados do Grupo para 2011 teria incluído uma perda líquida nos activos de negociação reclassificados no valor de 152 milhões de libras inglesas (2010: perda de 189 milhões de libras inglesas). Os activos financeiros reclassificados contribuíram com 396 milhões de libras inglesas (2010: 359 milhões de libras inglesas) para rendimento de juros.

22 Acordos de recompra inversa e de recompra incluindo outros créditos e empréstimos similares

Os acordos de recompra inversa (e empréstimo de acções ou transacção similar) são uma forma de crédito segurado pelo qual o Grupo disponibiliza um empréstimo ou uma garantia em numerário em troca da transferência da garantia, geralmente na forma de títulos negociáveis sujeitos a um acordo para transferência dos títulos suportados a um preço fixo no futuro. Os acordos de recompra ocorrem quando o Grupo obtém esses empréstimos ou garantias em numerário, em troca da transferência da garantia.

Contabilidade para acordos de recompra inversa e de recompra incluindo crédito e outros empréstimos similares

O Grupo compra (com um acordo de recompra inversa) ou empresta títulos com o compromisso de os revender ou devolver. Os títulos não são incluídos no balanço financeiro, porque o Grupo não adquire os riscos e as recompensas de propriedade. A retribuição paga (ou a garantia em numerário disponibilizada) é contabilizada como um activo de empréstimo a custo amortizado.

O Grupo também pode vender (um acordo de recompra) ou emprestar títulos sujeitos a um compromisso para os recomprar ou resgatar. Os títulos são retidos no balanço financeiro, porque o Grupo retém substancialmente os riscos e as recompensas de propriedade. A retribuição recebida (ou a garantia em numerário disponibilizada) é contabilizada como um passivo financeiro a custo amortizado.

	O Grupo		O Banco	
	2011	2010	2011	2010
	m de £	m de £	m de £	m de £
Activos				
Bancos	64.470	104.233	43.463	72.997
Clientes	89.195	101.539	117.973	154.346
Acordos de revenda celebrados e outros empréstimos garantidos similares	153.665	205.772	161.436	227.343
Passivos				
Bancos	69.544	99.997	46.430	61.692
Clientes	137.748	125.537	147.023	152.515
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares	207.292	225.534	193.453	214.207

Activos fixos e investimentos

Esta secção descreve em pormenor os activos corpóreos e incorpóreos do Grupo, a instalação de propriedade e o equipamento e os investimentos, que utiliza para gerar lucro para a actividade.

23 Propriedade, instalação e equipamento

Contabilidade de propriedade, instalação e equipamento

O Grupo aplica a IAS 16 Propriedade, Instalação e Equipamento e a IAS 40 Propriedades de Investimento.

A propriedade, a instalação e o equipamento estão indicados a custo, o que inclui custos de aquisição directos e incrementais menos a depreciação acumulada e as provisões por imparidade, se necessário. Os custos posteriores são capitalizados se isto resultar no aumento do activo.

A depreciação é disponibilizada sobre o montante depreciável de produtos de propriedade, instalação e equipamento numa base linear sobre a estimativa das suas vidas económicas úteis. As taxas de depreciação, os métodos e os valores residuais subjacentes ao cálculo de depreciação de produtos de propriedade, instalação e equipamento são mantidos sobre revisão para contabilizar qualquer mudança nas circunstâncias. Na sequência de uma análise em 2011, as taxas de depreciação para certas categorias de activos fixos foram analisadas para reflectir as suas vidas úteis actualmente esperadas. O impacto da mudança não foi material. O Grupo utiliza as seguintes taxas anuais no cálculo da depreciação:

Taxas anuais no cálculo da depreciação

Terrenos de propriedade absoluta	Taxa de depreciação
Edifícios de propriedade absoluta e propriedade de locação de longa duração (mais de 50 anos de duração), propriedade alugada durante a vida restante da locação (menos de 50 anos de duração), custos de adaptação na propriedade absoluta e na propriedade de locação ^a	Não depreciado
Equipamento instalado na propriedade absoluta e na propriedade de locação	2-3.3%
Computadores e equipamento similar	Durante a vida restante da locação
Mobiliário e utensílios e outro equipamento	6-10%
	6-10%
	17-33%
	9-20%

Propriedade de investimento

O Grupo reconhece inicialmente a propriedade de investimento como custo e, posteriormente, como o seu valor justo em cada data de balanço que reflecte as condições de mercado à data do relatório. Os ganhos e as perdas sobre a nova mensuração estão incluídos na demonstração dos resultados.

Notas às demonstrações financeiras

Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

23 Propriedade, instalação e equipamento (continuação)

	O Grupo				Total	O Banco			
	Propriedade de investimento	Propriedade	Equipamento	Activos locados		Propriedade de investimento	Propriedade	Equipamento	Total
	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £
Custo									
Em 1 de Janeiro de 2011	1.570	4.229	4.749	75	10.623	4	2.115	2.064	4.183
Aquisições e alienações de subsidiárias	1.201	-	-	-	1.201	-	-	-	-
Acréscimos e alienações	277	(183)	256	1	351	-	(47)	129	82
Alteração no justo valor das propriedades de investimento	(138)	-	-	-	(138)	-	-	-	-
Câmbios e outros movimentos	18	(87)	(250)	(56)	(375)	-	(12)	(24)	(36)
Em 31 de Dezembro de 2011	2.928	3.959	4.755	20	11.662	4	2.056	2.169	4.229
Depreciação e imparidade acumuladas									
Em 1 de Janeiro de 2011	-	(1.326)	(3.133)	(24)	(4.483)	-	(935)	(1.370)	(2.305)
Encargo da depreciação	-	(206)	(463)	(4)	(673)	-	(110)	(204)	(314)
Alienações	-	275	175	4	454	-	205	108	313
Câmbios e outros movimentos	-	12	177	17	206	-	1	13	14
Em 31 de Dezembro de 2011	-	(1.245)	(3.244)	(7)	(4.496)	-	(839)	(1.453)	(2.292)
Valor contabilístico líquido	2.928	2.714	1.511	13	7.166	4	1.217	716	1.937
Custo									
Em 1 de Janeiro de 2010	1.207	3.830	4.197	66	9.300	-	1.956	2.073	4.029
Aquisições e alienações de subsidiárias	46	2	4	-	52	-	-	2	2
Acréscimos e alienações	353	283	120	9	765	4	172	(22)	154
Alteração no justo valor das propriedades de investimento	(54)	-	-	-	(54)	-	-	-	-
Câmbios e outros movimentos	18	114	428	-	560	-	(13)	11	(2)
Em 31 de Dezembro de 2010	1.570	4.229	4.749	75	10.623	4	2.115	2.064	4.183
Depreciação e imparidade acumuladas									
Em 1 de Janeiro de 2010	-	(1.128)	(2.529)	(17)	(3.674)	-	(881)	(1.316)	(2.197)
Encargo da depreciação	-	(231)	(555)	(4)	(790)	-	(129)	(256)	(385)
Alienações	-	86	341	(3)	424	-	58	221	279
Câmbios e outros movimentos	-	(53)	(390)	-	(443)	-	17	(19)	(2)
Em 31 de Dezembro de 2010	-	(1.326)	(3.133)	(24)	(4.483)	-	(935)	(1.370)	(2.305)
Valor contabilístico líquido	1.570	2.903	1.616	51	6.140	4	1.180	694	1.878

Os arrendamentos de propriedades de 94 milhões de libras inglesas (2010: 105 milhões de libras inglesas) e 61 milhões de libras inglesas (2010: 48 milhões de libras inglesas) foram incluídos nos rendimentos de investimento e noutros rendimentos respectivamente e nos ganhos sobre as alienações de propriedade de 13 milhões de libras inglesas (2010: 29 milhões de libras inglesas) foram incluídos nas despesas administrativas e gerais.

O justo valor de propriedade de investimento é determinado por referência aos actuais preços de mercado para propriedades similares, ajustado quando necessário para condição e localização, ou por referência a transacções recentes actualizadas para reflectir as condições económicas actuais. As técnicas de fluxo de caixa de redução podem ser empregues para calcular o justo valor onde não tenham havido transacções recentes, utilizando dados de mercados externos actuais, tais como rendas de mercado e taxas de juro. As avaliações são feitas pela gestão com o apoio de avaliadores independentes e adequadamente qualificados.

24 Goodwill e activos incorpóreos

Contabilidade para goodwill e outros activos incorpóreos

Goodwill

O valor a transportar do goodwill é determinado de acordo com as IFRS 3 Combinações Empresariais e a IAS 36 Imparidade de Activos.

O goodwill surge na aquisição de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, e representa o excesso do justo valor da consideração de venda sobre o justo valor da participação do Grupo de activos adquiridos e de passivos e passivos contingentes assumidos na data da aquisição.

O goodwill é analisado anualmente para imparidade, ou mais frequentemente quando há indicações de que possa ter ocorrido uma imparidade. A análise envolve a comparação do valor a transportar do goodwill com o valor actual dos fluxos de caixa antes de impostos, reduzidos a uma taxa de juros que reflecte os riscos inerentes da caixa que gera a unidade à que o goodwill está relacionado, ou da caixa que gera o justo valor da unidade se este for mais alto.

Activos incorpóreos

O padrão contabilístico que o Grupo aplica à contabilidade para os activos incorpóreos excepto para o goodwill é a IAS 38 Activos Incorpóreos.

Os activos incorpóreos incluem marcas, listas de clientes, licenças e outros contratos, activos incorpóreos de depósitos principais e direitos de hipotecas. Inicialmente são reconhecidos quando são separáveis ou derivam de direitos contratuais ou de outros direitos legais, o custo pode ser mensurado de modo fiável e, no caso de activos incorpóreos não adquiridos numa combinação empresarial, quando é provável que os benefícios económicos futuros atribuíveis a activos vão decorrer da sua utilização.

Os activos incorpóreos são analisados para imparidade quando houver a possibilidade de se ter incorrido em imparidade.

São indicados a custo (ou seja, no caso de activos adquiridos numa combinação empresarial, o justo valor da data da aquisição) menos a amortização e as provisões por imparidade, caso haja alguma, e são amortizados sobre as suas vidas úteis de uma maneira que reflecta o padrão para o qual contribuem para fluxos de caixa futuros, geralmente acima dos 4-25 anos.

Anotações às demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado a 31 de Dezembro de 2011 continuação

24 Goodwill (fundo de comércio) e activos intangíveis (continuação)

	Goodwill	Software produzido internamente	Outro software	Intangíveis de base de depósito	Marcas	Listas de clientes	Direitos de hipotecas	Licenças e outros	Total
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo									
Custo									
A 1 de Janeiro de 2011	7.259	1.091	234	347	202	1.686	-	473	11.292
Acréscimos e cessões	(210)	375	98	(1)	-	144	-	(19)	387
Câmbio e outros movimentos	(352)	(29)	(4)	(59)	(36)	(106)	-	(10)	(596)
A 31 de Dezembro de 2011	6.697	1.437	328	287	166	1.724	-	444	11.083
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade									
A 1 de Janeiro de 2011	(1.040)	(552)	(86)	(121)	(109)	(493)	-	(194)	(2.595)
Cessões	210	2	5	-	-	-	-	23	240
Despesas com amortizações	-	(157)	(35)	(13)	(18)	(158)	-	(38)	(419)
Despesas com perdas por imparidade	(597)	(4)	-	-	-	-	-	-	(601)
Câmbio e outros movimentos	35	17	2	20	21	36	-	7	138
A 31 de Dezembro de 2011	(1.392)	(694)	(114)	(114)	(106)	(615)	-	(202)	(3.237)
Valor contabilístico líquido	5.305	743	214	173	60	1.109	-	242	7.846
O Banco									
Custo									
A 1 de Janeiro de 2011	4.279	707	118	7	-	16	-	117	5.244
Acréscimos e cessões	-	295	80	-	-	91	-	9	475
Câmbio e outros movimentos	(2)	(13)	(3)	(1)	-	-	-	(2)	(21)
A 31 de Dezembro de 2011	4.277	989	195	6	-	107	-	124	5.698
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade									
A 1 de Janeiro de 2011	(727)	(339)	(34)	(4)	-	(8)	-	(22)	(1.134)
Cessões	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Despesas com amortizações	-	(96)	(15)	-	-	(30)	-	(12)	(153)
Despesas com perdas por imparidade	(89)	(4)	-	-	-	-	-	-	(93)
Câmbio e outros movimentos	-	12	1	-	-	-	-	1	14
A 31 de Dezembro de 2011	(816)	(426)	(48)	(4)	-	(38)	-	(33)	(1.365)
Valor contabilístico líquido	3.461	563	147	2	-	69	-	91	4.333

24 Goodwill (fundo de comércio) e activos intangíveis (continuação)

	Goodwill	Software produzido internamente	Outro software	Intangíveis de base de depósito	Marcas	Listas de clientes	Direitos de hipotecas	Licenças e outros	Total
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo									
Custo									
A 1 de Janeiro de 2010	7.058	963	237	301	175	1.521	164	462	10.881
Acréscimos e cessões	12	88	3	-	-	28	(168)	22	(15)
Câmbio e outros movimentos	189	40	(6)	46	27	137	4	(11)	426
A 31 de Dezembro de 2010	7.259	1.091	234	347	202	1.686	-	473	11.292
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade									
A 1 de Janeiro de 2010	(826)	(465)	(58)	(82)	(84)	(318)	(117)	(136)	(2.086)
Cessões	-	100	-	-	-	2	144	11	257
Despesas com amortizações	-	(178)	(36)	(19)	(18)	(141)	(7)	(38)	(437)
Despesas com perdas por imparidade	(243)	(14)	-	(7)	-	(15)	(19)	(17)	(315)
Câmbio e outros movimentos	29	5	8	(13)	(7)	(21)	(1)	(14)	(14)
A 31 de Dezembro de 2010	(1.040)	(552)	(86)	(121)	(109)	(493)	-	(194)	(2.595)
Valor contabilístico líquido	6.219	539	148	226	93	1.193	-	279	8.697
O Banco									
Custo									
A 1 de Janeiro de 2010	4.281	675	136	7	4	17	164	117	5.401
Acréscimos e cessões	-	32	(18)	-	-	28	(168)	2	(124)
Câmbio e outros movimentos	(2)	-	-	-	(4)	(29)	4	(2)	(33)
A 31 de Dezembro de 2010	4.279	707	118	7	-	16	-	117	5.244
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade									
A 1 de Janeiro de 2010	(727)	(320)	(21)	(3)	(6)	(7)	(115)	(21)	(1.220)
Cessões	-	94	-	-	-	-	144	11	249
Despesas com amortizações	-	(111)	(13)	(1)	-	(5)	(7)	(11)	(148)
Despesas com perdas por imparidade	-	(13)	-	-	-	(10)	(19)	9	(33)
Câmbio e outros movimentos	-	11	-	-	6	14	(3)	(10)	18
A 31 de Dezembro de 2010	(727)	(339)	(34)	(4)	-	(8)	-	(22)	(1.134)
Valor contabilístico líquido	3.552	368	84	3	-	8	-	95	4.110

Goodwill

Goodwill é atribuído às operações empresariais de acordo com segmentos de negócio conforme se segue:

	O Grupo		O Banco	
	2011 £m	2010 £m	2011 £m	2010 £m
Banca de Retalho e Empresas do Reino Unido	3.145	3.148	3.130	3.130
Banca de Retalho e Empresas da Europa	64	505	64	108
Banca de Retalho e Empresas de África	1.078	1.307	-	-
Barclaycard	505	585	172	220
Barclays Capital	102	133	-	-
Barclays Corporate	20	150	-	-
Barclays Wealth	391	391	95	94
Valor contabilístico líquido total de goodwill (fundo de comércio)	5.305	6.219	3.461	3.552

Anotações às demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado a 31 de Dezembro de 2011 continuação

24 Goodwill (fundo de comércio) e activos intangíveis (continuação)

Testes de imparidade sobre o Goodwill

O total de despesas com perdas por imparidade de 597 m de Libras esterlinas (2010: a despesa de 243 m de Libras esterlinas relativa ao Barclays Bank Rússia) foi reconhecida durante o ano como o valor recuperável do Goodwill na FirstPlus e a Espanha não teve o apoio com base nos cálculos do valor de uso. O total de despesas com perdas por imparidade de 47 m de Libras esterlinas (2010: zero) em relação à totalidade do Goodwill detido pelo Barclaycard decorrente da aquisição da FirstPlus reflectiu o escoamento contínuo da carteira de crédito e o impacto do pagamento de indemnização do seguro de protecção. São definidos abaixo mais detalhes sobre a imparidade do Goodwill de Espanha.

Pressupostos fundamentais

Os pressupostos fundamentais utilizados para os testes de imparidade são definidos abaixo para cada saldo significativo do Goodwill. Goodwill de outro Grupo de 1.133 m de Libras esterlinas (2010: 1.253 m de Libras esterlinas) e o Goodwill (fundo de comércio) do Banco de 331 m de Libras esterlinas (2010: 375 m de Libras esterlinas) foi atribuído a várias unidades geradoras de caixa que não são consideradas individualmente significativas.

Banca de Retalho e Empresas do Reino Unido

A 31 de Dezembro de 2011 o Goodwill relacionado com Woolwich era 3.130 m de Libras esterlinas (2010: 3.130 m de Libras esterlinas) do saldo total da Banca de Retalho e Empresas do Reino Unido (UK RBB). A quantia recuperável de Woolwich foi determinada utilizando previsões de fluxo financeiro com base em orçamentos financeiros aprovados pela administração que abrangem um período de cinco anos, com uma taxa de crescimento para o valor terminal de 3% (2010: 2%) a ser aplicado. Os fluxos financeiros previstos foram descontados a uma taxa antes de impostos de 13% (2010: 13%). Com base nestes pressupostos, o valor recuperável excedeu a quantia escriturada incluindo o Goodwill de 8,7 mil milhões de Libras esterlinas (2010: 4,0 mil milhões de Libras esterlinas). A mudança de um ponto percentual na taxa de desconto ou na taxa de crescimento para o valor terminal reduziria o valor recuperável em 1,4 mil milhões de Libras esterlinas (2010: 1,0 mil milhões de Libras esterlinas) e 0,9 mil milhões de Libras esterlinas (2010: 0,8 mil milhões de Libras esterlinas) respectivamente. Uma redução na previsão do fluxo financeiro de 10% por ano reduziria o valor recuperável em 1,5 mil milhões de Libras esterlinas (2010: 1,1 mil milhões de Libras esterlinas).

Banca de Retalho e Empresas de África

A 31 de Dezembro de 2011 o Goodwill relacionado com o Grupo Absa era de 1,042 m de Libras esterlinas (2010: 1,271 m de Libras esterlinas) do saldo total da Banca de Retalho e Empresas de África. A quantia recuperável do Grupo Absa foi determinada utilizando previsões de fluxo financeiro com base em orçamentos financeiros aprovados pela administração que abrangem um período de cinco anos, com uma taxa de crescimento para o valor terminal de 6% (2010: 6%) a ser aplicado. Os fluxos financeiros previstos foram descontados a uma taxa antes de impostos de 14% (2010: 14%). O valor recuperável calculado com base no valor de uso excedeu a quantia escriturada incluindo o Goodwill por 4,7 mil milhões de Libras esterlinas (2010: 5,0 mil milhões de Libras esterlinas). A mudança de um ponto percentual na taxa de desconto ou a taxa de crescimento para o valor terminal reduziria o valor recuperável em 0,9 mil milhões de Libras esterlinas (2010: 1,0 mil milhões de Libras esterlinas) e 0,7 mil milhões de Libras esterlinas (2010: 0,8 mil milhões de Libras esterlinas) respectivamente. Uma redução na previsão do fluxo financeiro de 10% por ano reduziria o valor recuperável em 0,8 mil milhões de Libras esterlinas (2010: 0,9 mil milhões de Libras esterlinas).

Espanha

A 31 de Dezembro de 2011, o Barclays reconheceu uma despesa com perdas por imparidade de 550 m de Libras esterlinas (2010: zero) em relação ao saldo do total do Goodwill realizado pelo Barclays Corporate (123 m de Libras esterlinas) e Banca de Retalho e Empresas da Europa (427 m de Libras esterlinas) decorrentes das aquisições das empresas Iberia Woolwich em 2000 e Zaragoza em 2003. As previsões do fluxo financeiro foram reavaliadas durante o quarto trimestre como resultado da incerteza das condições económicas em Espanha e o aumento do risco associado aos fluxos de caixa futuros. A taxa de desconto antes do imposto foi aumentada para 16% (2010: 12%) e a taxa de crescimento a longo prazo foi reduzida para 1% (2010: 2%). Com base nestes pressupostos o valor de uso deixou de poder suportar o reconhecimento do Goodwill e foi totalmente eliminado a 31 de Dezembro de 2011.

Estimativas e opiniões contabilísticas fundamentais

Goodwill

Testar Goodwill para imparidade envolve uma quantidade significativa de estimativa. Isto inclui a identificação de unidades independentes geradoras de caixa e a atribuição de Goodwill a estas unidades com base na qual estas unidades deverão ser beneficiadas com a aquisição. A atribuição é revista na sequência da reorganização empresarial. As previsões de fluxo de caixa têm sempre em consideração a evolução do mercado onde uma empresa opera incluindo os níveis de crescimento, a actividade competitiva e os impactos das alterações regulamentares. Determinar os fluxos de caixa esperados antes dos impostos e a taxa de juro adaptada ao risco adequados para a unidade operacional exige o exercício de julgamento. A estimativa dos fluxos de caixa antes de impostos é sensível aos períodos para os quais estão disponíveis as previsões detalhadas e aos pressupostos sobre os fluxos de caixa sustentáveis de longo prazo.

Outros activos intangíveis

Determinar a vida útil estimada dos activos intangíveis (como as decorrentes de relações contratuais) exige uma análise de circunstâncias e parecer. Avaliar se um activo apresenta indicadores de imparidade, assim como o cálculo da imparidade que exige a estimativa dos futuros fluxos de caixa e os justos valores menos os custos da venda, também exigem a elaboração de previsões de fluxo de caixa e de justos valores para os activos que podem não ser regularmente comprados e vendidos. Os valores mais significativos de activos intangíveis estão relacionados com as empresas norte-americanas Absa e Lehman Brothers.

25 Locações operacionais

Valor contabilístico das locações operacionais

O Grupo aplica locações IAS 17 para locações operacionais. Uma locação operacional é uma locação em que manifestamente todos os riscos e benefícios dos activos em locação permanecem com o locador. Quando o Grupo é o locador, o rendimento da locação é reconhecido numa base linear durante o período da locação, salvo se for mais apropriada outra base sistemática. O Grupo detém os activos em locação no balanço dentro da propriedade, central e equipamentos.

Quando o Grupo é o locatário, o aluguer a pagar é reconhecido como uma despesa na demonstração dos resultados numa base linear durante o período da locação, salvo se for mais apropriada outra base sistemática.

Valores a receber da locação operacional

O Grupo age como o locador, segundo o qual os produtos das instalações e equipamento são comprados e depois alugados a terceiros nos termos das operações que qualificam as locações operacionais. Os futuros pagamentos mínimos de locação que se esperava receber a título de locações operacionais não resolúveis a 31 de Dezembro de 2011 eram de 14 m de Libras esterlinas (2010: 43 m de Libras esterlinas).

Compromissos da locação operacional

O Grupo arrenda vários escritórios, filiais e outras instalações sob contratos de locações operacionais não resolúveis. Com estes contratos de locações operacionais, os activos são mantidos no balanço do locador e o Grupo relata os futuros pagamentos mínimos de locações como uma despesa durante o prazo da locação. As locações têm vários termos, agravamento e direitos renováveis. Não existem rendas contingentes a pagar.

Arrendamentos de locação operacional de 659 m de Libras esterlinas (2010: 637 m de Libras esterlinas) foram

incluídos nas despesas gerais e administrativas.

Os futuros pagamentos mínimos de locações pelo Grupo ao abrigo de locações operacionais não resolúveis são os

seguintes:

	O Grupo				O Banco			
	2011		2010		2011		2010	
	Propriedade	Equipamento	Propriedade	Equipamento	Propriedade	Equipamento	Propriedade	Equipamento
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Não superior a um ano	585	12	628	7	266	1	245	3
Durante um ano, mas não superior a cinco anos	1.673	2	1.477	2	857	1	877	2
Durante cinco anos	2.830	-	3.146	-	1.466	-	1.505	-
Total	5.088	14	5.251	9	2.589	2	2.627	5

Os futuros pagamentos mínimos de sublocação que se esperava receber a título de sublocações não resolúveis a 31 de Dezembro de 2011 eram de 121 m de Libras esterlinas (2010: 111 m de Libras esterlinas) para o Grupo e 114 m de Libras esterlinas (2010: 108 m de Libras esterlinas) para o Banco.

Anotações às demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado a 31 de Dezembro de 2011 continuação

Acréscimos, suprimentos e passivos contingentes

A secção descreve os acréscimos do Grupo, suprimentos e passivos contingentes resultantes da sua banca e empresas de seguros. Os suprimentos são reconhecidos pelas obrigações presentes que surgem como consequências de eventos passados onde é provável que seja necessária a transferência de benefícios económicos para liquidar a obrigação, e podem ser estimados com fiabilidade. Os passivos contingentes reflectem eventuais dívidas passivas que não são reconhecidas no balanço.

26 Acréscimos, rendimento diferido e outras dívidas passivas

	O Grupo		O Banco	
	2011	2010	2011	2010
	£m	£m	£m	£m
Acréscimos e rendimento diferido	4.959	5.539	2.446	2.353
Outros credores	5.171	5.198	13.023	15.217
Obrigações financeiras por locações (consultar a Nota 20)	64	87	2	-
Responsabilidades relativas a contratos de seguros incluindo dívidas passivas unit linked	2.386	2.409	-	-
Acréscimos, rendimentos diferidos e outras dívidas passivas	12.580	13.233	15.471	17.570

O passivo decorrente da actividade seguradora diz respeito principalmente aos negócios de longo prazo do Grupo. As responsabilidades relativas a contratos de seguros associados com os negócios de curto prazo do Grupo dos seguros não-vida são de 118 m de Libras esterlinas (2010: 131 m de Libras esterlinas). Os montantes máximos a pagar em todos os produtos de seguros do Grupo, ignorando a probabilidade de que ocorram acontecimentos segurados e a contribuição a partir de investimentos que apoiam as apólices de seguros foram de 104 mil milhões de Libras esterlinas (2010: 114 mil milhões de Libras esterlinas) ou 82 mil milhões de Libras esterlinas (2010: 95 mil milhões de Libras esterlinas)^a após o resseguro. Deste risco segurado 89 mil milhões de Libras esterlinas (2010: 99 mil milhões de Libras esterlinas)^a ou 69 mil milhões de Libras esterlinas (2010: 82 mil milhões de Libras esterlinas) após resseguro foram concentrados nos contratos de seguros de curto prazo em África.

O impacto para a demonstração dos resultados e capital sob qualquer alteração razoavelmente possível nos pressupostos utilizados para calcular os passivos decorrentes da actividade seguradora seria de 8 m de Libras esterlinas (2010: 12 m de Libras esterlinas).

Valor contabilístico dos contratos de seguro

O Grupo aplica o IFRS 4 Insurance Contracts aos seus contratos de seguro. Um contrato de seguro é um contrato que protege contra um terceiro ou de um risco não financeiro. Alguma gestão de património e de outros produtos, tais como contratos de seguro de vida, combinam características de investimentos e de seguros; estes são tratados como contratos de seguro ao pagar benefícios que sejam pelo menos 5% superiores ao que pagariam se o acontecimento segurado não ocorresse.

Os passivos decorrentes da actividade seguradora incluem as melhores estimativas actuais de futuros fluxos de caixa contratuais, acções judiciais, tratamento e custos administrativos em relação aos pedidos de indemnizações. São realizados na data de cada balanço testes de adequação das responsabilidades para garantir a elegibilidade das responsabilidades contratuais. Quando uma deficiência for destacada pelos testes, os passivos decorrentes da actividade seguradora são aumentados e as deficiências são reconhecidas na demonstração dos resultados.

A receita de prémios de seguros é reconhecida na demonstração dos resultados no período de ganhos, líquida de prémios de resseguros a pagar, em prémios líquidos de contratos de seguro. Os aumentos e diminuições de passivos decorrentes da actividade seguradora são reconhecidos na demonstração dos resultados activos líquidos e benefícios de contratos de seguro.

Sistema de Indemnização de Serviços Financeiros (FSCS - Financial Services Compensation Scheme)

O FSCS é o fundo de indemnizações do Reino Unido para os clientes de empresas de serviços financeiros autorizados que não conseguem pagar as indemnizações. O FSCS aumenta impostos sobre todas as entidades financeiras de angariação de depósitos do Reino Unido. Anteriormente, as indemnizações eram pagas por facilidades de crédito fornecidas pelo Tesouro de Sua Majestade ao FSCS suportando as obrigações do FSCS para os depositantes de bancos declarados em situação de incumprimento. As facilidades de crédito por saldar, totalizando aproximadamente 18.5 mil milhões de Libras esterlinas devem ser revistas a partir de 1 de Abril de 2012 e os termos em curso ainda se encontram em negociação com o Tesouro de Sua Majestade. Embora seja esperado que a maioria substancial desses empréstimos seja reembolsada na íntegra a partir de recuperações das instituições em causa, há o risco de um défice, de modo que os FSCS podem tributar impostos adicionais sobre todos os participantes do FSCS. O Barclays incluiu uma provisão de 58 m de Libras esterlinas noutras dívidas passivas a 31 de Dezembro de 2011 (2010: 63 m de Libras esterlinas) em relação a impostos angariados pelo FSCS, com base nos custos indicativos publicados pelo FSCS.

Nota

a Os comparativos foram reapreciados para incluir responsabilidade civil, automóvel, e as posições de engenharia em risco cobertas pelo seguro dentro do Grupo Absa.

27 Suprimentos

Valor contabilístico dos suprimentos

O Grupo aplica Suprimentos IAS 37, Passivos Contingentes e Activos Contingentes na obtenção do valor contabilístico dos passivos não financeiros.

Os suprimentos são reconhecidos pelas obrigações presentes que surgem como consequências de eventos passados onde é provável que seja necessária a transferência de benefícios económicos para liquidar a obrigação, que poderá ser estimada com fiabilidade. Prevê-se que o custo previsto da reestruturação, incluindo os custos das indemnizações por despedimentos quando existe uma obrigação, ou seja, quando o Grupo tiver um plano formal pormenorizado para a reestruturação de empresas e tiver criado expectativas válidas nas pessoas afectadas pela reestruturação ao anunciar as suas características principais ou iniciar a implementação do plano. Estão previstos compromissos de empréstimos não realizados se for provável que a facilidade seja accionada e resulte no reconhecimento de um activo de um montante inferior ao montante adiantado.

	Contratos onerosos	Despedimentos e reestruturação	Linhas de crédito consolidadas com garantias	Pagamento de indemnizações do seguro de protecção	Processo Litigioso	Suprimentos diversos	Total
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
O Grupo							
A 1 de Janeiro de 2011	74	177	229	-	151	316	947
Acréscimos	71	330	111	1.000	176	36	1.724
Quantias utilizadas	(31)	(257)	(2)	(435)	(104)	(64)	(893)
Quantias não utilizadas revertidas	-	(31)	(109)	-	(73)	(13)	(226)
Câmbio e outros movimentos	2	(3)	1	-	(10)	(13)	(23)
A 1 de Dezembro de 2011	116	216	230	565	140	262	1.529
O Banco							
A 1 de Janeiro de 2011	68	166	184	-	116	117	651
Acréscimos	71	199	83	580	135	94	1.162
Quantias utilizadas	(30)	(140)	(1)	(355)	(97)	(41)	(664)
Quantias não utilizadas revertidas	(1)	(29)	(66)	-	(62)	(47)	(205)
Câmbio e outros movimentos	2	(1)	2	-	(7)	(1)	(5)
A 31 de Dezembro de 2010	110	195	202	225	85	122	939
O Grupo							
A 1 de Janeiro de 2010	68	162	162	-	27	171	590
Acréscimos	36	139	118	-	130	403	826
Quantias utilizadas	(28)	(68)	(8)	-	(4)	(225)	(333)
Quantias não utilizadas revertidas	(4)	(56)	(50)	-	(5)	(48)	(163)
Câmbio e outros movimentos	2	-	7	-	3	15	27
A 31 de Dezembro de 2010	74	177	229	-	151	316	947
O Banco							
A 1 de Janeiro de 2010	58	148	196	-	-	62	464
Acréscimos	36	132	34	-	119	272	593
Quantias utilizadas	(24)	(59)	(8)	-	(1)	(208)	(300)
Quantias não utilizadas revertidas	(4)	(55)	(48)	-	(2)	(14)	(123)
Câmbio e outros movimentos	2	-	10	-	-	5	17
A 31 de Dezembro de 2010	68	166	184	-	116	117	651

Os suprimentos que deverão ser recuperados ou liquidados num prazo não superior a 12 meses após 31 de Dezembro de 2011 para o Grupo são de 1.260 m de Libras esterlinas (2010: 658 m de Libras esterlinas) e para o Banco são de 694 m de Libras esterlinas (2010: 468 m de Libras esterlinas). Os suprimentos relativos à tributação estão incluídos nas divulgações dos impostos correntes e diferidos nas páginas 120 a 126.

Anotações às demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado a 31 de Dezembro de 2011 continuação

Estimativas e opiniões contabilísticas fundamentais

A 20 de Abril de 2011, os processos judiciais interpostos pela British Bankers' Association em Outubro de 2010 contra o FSA e o Financial Ombudsman Service sobre a avaliação e indemnização das queixas de IPP foram ignorados. A 9 de Maio de 2011, o Barclays anunciou que não iria participar de qualquer pedido de autorização para apelar contra o acórdão do Supremo Tribunal e que tinha chegado a um acordo com a FSA que iria processar todas as reclamações em espera e novas de clientes sobre as apólices do IPP de que são titulares. O Barclays também anunciou que, como um gesto de boa vontade, iria pagar uma compensação aos clientes que tinham queixas dos IPP pendentes durante a revisão judicial. O Barclays utilizou um suprimento de mil milhões de libras no segundo trimestre de 2011 para cobrir os custos administrativos e para as futuras indemnizações.

A 31 de Dezembro de 2011, na sequência de pagamentos efectuados durante o ano, o suprimento era de 565 m de Libras esterlinas e 225 m de Libras esterlinas para o Banco, e representa a melhor estimativa da gestão dos restantes custos previstos relacionados com indemnizações a clientes, incluindo as despesas administrativas. O suprimento exige um parecer significativo da administração para determinar os pressupostos adequados. Os principais pressupostos incluem:

- Pedidos de indemnizações de clientes – o volume e prazo das reclamações actuais dos clientes. O pressuposto é baseado em experiências recentes de reclamações recebidas e tem contabilizado um componente para montante de pedidos duplicados ou não elegíveis como IPP que foram submetidos. Além disso, foram consideradas as expectativas em relação às empresas de gestão de sinistros e outras actividades semelhantes;
- Suportar os custos - o percentual de reclamações que são apresentadas como sendo válidas após análise. A taxa considera a experiência recente e exclui "gestos de boa vontade" pagos sem contestação pelo Grupo para os pedidos de indemnizações recebidos durante o prazo de Impugnação Judicial e não processados até que a Impugnação esteja concluída; e
- Pagamento médio - é o pagamento médio esperado aos clientes por pedidos de indemnização confirmados. O pressuposto é baseado na experiência recente e no cálculo dos requisitos de pagamentos tal como definidos pelos acordos e o documento de orientação das apólices do FSA.

Há um grande número de pressupostos interdependentes pelos quais se deve reger o suprimento dos IPP. Muitos desses pressupostos mantêm-se altamente subjectivos e as tendências têm sido difíceis de verificar em todas as carteiras. Portanto, é possível que o resultado final possa divergir das estimativas de gestão actuais, resultando numa alteração material para os montantes indicados nas demonstrações financeiras de 2011.

Ao considerar os pressupostos fundamentais de forma independente, o accionador mais significativo do suprimento é o fluxo das reclamações. Se o nível de reclamações for 10% superior (inferior) ao nível estimado de todas as apólices, assumindo nenhuma mudança nos outros pressupostos, então o suprimento terá um aumento (diminuição) de aproximadamente 100 milhões de libras para o Grupo e 60 milhões para o Banco.

O Grupo irá reavaliar os pressupostos que fundamentam a sua análise em cada data de relato quando tiver mais informações disponíveis.

28 Passivos contingentes e compromissos

Valor contabilístico dos passivos contingentes e compromissos

Os passivos contingentes são obrigações possíveis cuja existência será confirmada apenas por acontecimentos futuros incertos e as obrigações presentes onde a transferência de recursos económicos for incerto ou não puder ser medida com rigor, não são reconhecidas mas são divulgadas salvo se forem remotas.

A tabela seguinte resume o principal valor nominal de passivos contingentes e compromissos que não estão registados no balanço:

	O Grupo		O Banco	
	2011	2010	2011	2010
	£m	£m	£m	£m
Acordos de empréstimos de valores	35.996	27.672	35.996	27.672
Garantias e cartas de crédito penhoradas como garantia colateral	14.181	13.783	14.356	11.823
Garantias de desempenho, aceitação e averbamentos	8.706	9.175	7.023	7.301
Passivos contingentes	58.883	50.630	57.375	46.796
Créditos documentários e outras transacções relacionadas com o comércio de curto prazo	1.358	1.194	1.106	924
Facilidades de crédito, linhas de crédito e outros compromissos	240.282	222.963	190.736	173.795

Como acontece com outros bancos, o Grupo desenvolve actividade empresarial que envolve aceitação, garantias de boa execução e indemnizações.

A maioria destas facilidades é contrabalançada pelas obrigações correspondentes de terceiros.

Passivos contingentes

Até à cessão do Barclays Global Investors a 1 de Dezembro de 2009, o Grupo facilitava acordos de empréstimos de valores para os seus fundos de investimento geridos pelo qual os títulos detidos pelos fundos sob gestão foram emprestados a terceiros. Os mutuários disponibilizaram activos de caixa ou de grau de investimento como garantia colateral igual a 100% do valor de mercado dos títulos emprestados mais uma margem de 2% - 10%. O Grupo concordou com a BlackRock, Inc. para continuar a fornecer subsídios compensatórios apoiando esses acordos para três anos após a cessão. A 31 de Dezembro de 2011 o justo valor das garantias detidas era 37.072 m de Libras esterlinas (2010: 28.465 m de Libras esterlinas) em relação ao justo valor das existências emprestadas de 35.996 m de Libras esterlinas (2010: 27.672 m de Libras esterlinas).

28 Passivos contingentes e compromissos (continuação)

As garantias e as cartas de crédito são dadas como títulos para apoiar o desempenho de um cliente em relação a terceiros. Além disso, o Grupo emite garantias por sua própria conta. Os principais tipos de garantias são: Garantias financeiras dadas aos bancos e instituições financeiras em nome dos clientes para garantir empréstimos; descobertos, e outros serviços bancários, incluindo subsídios compensatórios por empréstimo de ações e cartas de crédito. Outras garantias disponibilizadas incluem as garantias de desempenho, as garantias de pagamento adiantado, garantias em licitações, garantias às Contribuições e Impostos de Sua Majestade e garantias de retenção. Como apenas será exigido ao Grupo o cumprimento destas obrigações no caso de incumprimento do cliente, espera-se que as exigências de caixa destes instrumentos se encontrem consideravelmente abaixo dos seus montantes nominais.

As garantias de boa execução são, em geral, compromissos de curto prazo para com terceiros que não estão directamente dependentes do crédito do cliente. Uma aceitação é um objecto de compromisso feito por um banco para pagar uma letra de câmbio relativa a um cliente. O Grupo espera que a maioria das aceitações seja apresentada, mas o reembolso feito pelo cliente é normalmente imediato. Os averbamentos são passivos residuais do Grupo a respeito das letras de câmbio que foram pagas e, posteriormente, novamente descontadas.

Créditos documentários e outras transacções relacionadas com o comércio de curto prazo

Os créditos documentários obrigam o Grupo a fazer pagamentos a terceiros sobre a produção de documentos que são, habitualmente, imediatamente reembolsados pelos clientes.

Facilidades de crédito, linhas de crédito e outros compromissos

Facilidades de crédito, linhas de crédito e outros compromissos de concessão de empréstimos são acordos para emprestar a um cliente no futuro, sob certas condições. Estes compromissos são feitos por um período fixo, ou não têm prazo de maturidade determinado, porém, são passíveis de cancelamento pelo mutuante sujeito a condições de notificação.

Barclays Capital US Actividades Hipotecárias

As actividades do Barclays no sector das hipotecas residenciais nos EUA durante o período de 2005 a 2008 incluíram: O patrocínio e subscrição de cerca de 39 mil milhões de Dólares americanos de titularizações de marca própria; subscrição de cerca de 34 mil milhões de Dólares americanos de outras titularizações de marca própria; vendas de aproximadamente 150 m de Dólares americanos de empréstimos às empresas patrocinadas pelo governo (GSE) e vendas de aproximadamente 3 mil milhões de Dólares americanos de empréstimos a terceiros. Além disso, o Barclays vendeu aproximadamente 4 mil milhões de Dólares americanos em empréstimos à Protium em 2009. Como resultado da aquisição da Protium pelo Barclays em Abril de 2011, o Barclays readquiriu os empréstimos vendidos anteriormente. Alguns dos empréstimos vendidos pelo Barclays foram originados por uma subsidiária do Barclays. O Barclays também realizou actividades de manutenção e assistência através do seu negócio de assistência a hipotecas residenciais dos EUA que adquiriu no 4º trimestre de 2006 e posteriormente vendeu no 3º trimestre de 2010.

Em conexão com as vendas de empréstimos do Barclays e algumas das suas titularizações patrocinadas de marca própria, o Barclays fez certas representações e garantias ao nível de empréstimos (R&W), geralmente relacionadas com o mutuário, propriedade e/ou documentação de hipoteca subjacentes. Em determinadas circunstâncias, o Barclays pode ser obrigado a readquirir os empréstimos relacionados ou fazer outros pagamentos relativos a esses empréstimos se as R&W forem violadas. A 31 de Dezembro de 2011, as R&W do Barclays em relação aos cerca de mil milhões de Dólares americanos dos empréstimos vendidos a terceiros tinham expirado (que exclui os empréstimos readquiridos anteriormente vendidos à Protium e os empréstimos vendidos às GSE). As R&W com relação ao saldo dos empréstimos vendidos a terceiros não estavam sujeitas a suprimimentos de expiração. No entanto, tais empréstimos foram geralmente vendidos com descontos significativos e continham R&W mais limitado do que os empréstimos vendidos às GSE. Os promotores de terceiros forneceram R&W a nível de empréstimos directamente aos fundos de titularização para aproximadamente 34 mil milhões de Dólares americanos dos 39 mil milhões de Dólares americanos em operações de titularização patrocinadas pelo Barclays. O Barclays, ou sua subsidiária, forneceu R&W a nível de empréstimos aos fundos de titularização para aproximadamente 5 mil milhões de Dólares americanos das operações de titularização patrocinadas pelo Barclays. As R&W feitas pelo Barclays em relação a tais créditos titularizados e os empréstimos vendidos pelo Barclays às GSE não estão sujeitos às disposições de expiração. O total de pedidos de reavaliação não resolvidos associados a empréstimos vendidos a terceiros e as actividades de marca própria eram de 21 milhões de Dólares americanos a 31 de Dezembro de 2011. As disposições actuais são suficientes para cobrir as perdas estimadas associadas com as alegações de reavaliação por liquidar. No entanto, com base num grande número de padrões que ocorrem em hipotecas residenciais nos EUA, há um potencial para reclamações adicionais para a reavaliação.

As reclamações contra o Barclays como um subscritor das ofertas RMBS trouxeram certos processos civis (ver página 166). Além disso, o Barclays tem tido consultas de várias autoridades reguladoras e governamentais relativas às suas actividades relacionadas com as hipotecas e está a cooperar com tais investigações. Não é possível fornecer uma estimativa do impacto financeiro da exposição potencial em relação às actividades hipotecárias do Barclays Capital US.

Anotações às demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado a 31 de Dezembro de 2011 continuação

29 Processos judiciais

Lehman Brothers Holdings Inc.

A 15 de Setembro de 2009, foram apresentadas moções no United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York (Tribunal de Insolvências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque), (o Tribunal) por Lehman Brothers Holdings Inc. (LBHI), o SIPA Trustee for Lehman Brothers Inc. (a Empresa Fiduciária) e a Official Committee of Unsecured Creditors (Comissão Oficial dos Credores Ordinários) da Lehman Brothers Holdings Inc. (a comissão). Todas as três moções desafiaram certos aspectos da transacção nos termos do qual o BCI e outras empresas do Grupo adquiriram a maior parte dos activos da Lehman Brothers Inc. (LBI) em Setembro de 2008 e a injunção judiciária que aprovou a venda. Os queixosos procuravam uma ordem para anular a transferência de determinados bens para o BCI; exigindo que o BCI devolvesse o alegado valor excedente recebido pelos bens ao LBI; e declarando que o BCI não tem direito a certos bens que reivindica nos termos dos documentos de venda e da injunção que aprovou a venda (Rule 60 Claims - Lei 60 das Reivindicações). A 16 de Novembro de 2009, a LBHI, a Empresa Fiduciária e a comissão apresentaram queixas separadas no Tribunal impondo acções contra o BCI com base nas mesmas alegações fundamentadas pelas moções pendentes e pretendiam ter a protecção semelhante à que foi pedida nas moções. A 29 de Janeiro de 2010, o BCI apresentou a sua resposta às moções e também apresentou uma moção exigindo entrega de certos activos que a LBHI e a LBI não entregaram conforme exigido pelos documentos de venda e pela injunção judiciária que aprovou a venda (juntamente com reivindicações concorrentes da Empresa Fiduciária aos activos, as Reivindicações do Contrato). Cerca de 4.2 mil milhões de Dólares americanos (2.7 mil milhões de Libras esterlinas) dos activos adquiridos como parte da aquisição não foram recebidos até 31 de Dezembro de 2011, cerca de 3 mil milhões de Dólares americanos (2 mil milhões de Libras esterlinas), os quais foram reconhecidos como parte da contabilização da aquisição e incluídos no balanço a 31 de Dezembro de 2011. Isso resulta num suprimento eficaz de 1.2 mil milhões de Dólares americanos (0.8 mil milhões de Libras esterlinas) contra a incerteza inerente do processo litigioso.

A 22 de Fevereiro de 2011 o Tribunal emitiu o seu parecer em relação a estas questões, indeferindo a Lei 60 das Reivindicações e decidindo parte das Reivindicações ao Contrato em favor da Empresa Fiduciária e outra parte em favor do BCI. A 15 de Julho de 2011, o Tribunal tornou definitivo o seu parecer para fins de execução. O BCI e a Empresa Fiduciária apresentaram ambos um requerimento de interposição de recurso pelas decisões adversas do Tribunal sobre as Reivindicações ao Contrato. A LBHI e a comissão retiraram os seus requerimentos de interposição de recurso da decisão do Tribunal sobre a Lei 60 das Reivindicações, tornando final e definitiva a decisão do Tribunal sobre a Lei 60 das Reivindicações.

Se as ordens finais relativas às Reivindicações ao Contrato não forem afectadas por procedimentos futuros, o Barclays estima que, após considerar o suprimento eficaz de 1.2 mil milhões de Dólares americanos (0,8 mil milhões de Libras esterlinas), a sua perda será de aproximadamente 4.3 mil milhões de Dólares americanos (2,8 mil milhões de Libras esterlinas). Tal perda não é, no entanto, considerada provável e o Barclays está satisfeito com o nível actual de suprimento. Além disso, a LBHI tinha reclamado um crédito de cerca de 500 m de Dólares Americanos relativos a um bónus que o BCI foi alegadamente obrigado a pagar aos ex-colaboradores da Lehman. A 14 de Setembro de 2011, o Tribunal emitiu uma decisão indeferindo essa alegação e apresentou a sua ordem final para o efeito em 21 de Setembro de 2011. A LBHI declarou que não irá recorrer dessa decisão, tornando definitiva a Ordem de indeferimento da alegação.

Acções de Depósito Americano

O Barclays Bank PLC, o Barclays PLC e vários membros actuais e antigos do Conselho de Administração do Barclays PLC foram citados como arguidos em cinco acções judiciais sobre valores mobiliários propostas (já consolidadas) que estavam pendentes no United States District Court for the Southern District of New York (Tribunal Distrital dos Estados Unidos do Distrito do Sul de Nova Iorque). A denúncia consolidada alterada de 12 de Fevereiro de 2011, alega que as declarações de registo relacionadas com as American Depositary Shares (Acções de Depósito Norte-Americanas) que representam acções preferenciais, série 2, 3, 4 e 5 (ADS) oferecidas pelo Barclays Bank PLC em vários momentos entre 2006 e 2008 continham distorções e omissões relativas (entre outras coisas) à carteira de hipotecas do Barclays (incluindo relacionadas ao suprimento nos EUA), exposição ao risco de crédito hipotecário e de mercado do Barclays e a condição financeira do Barclays. A denúncia consolidada alterada afirma reivindicações ao abrigo das Secções 11, 12 (a) (2) e 15 da lei norte-americana relativa aos valores imobiliários a Securities Act de 1933. Em 5 de Janeiro de 2011 o Tribunal emitiu uma ordem e em 7 de Janeiro de 2011 foi registada a sentença permitindo a concessão da moção dos arguidos para indeferir a denúncia na íntegra e fechar o caso. A 4 de Fevereiro de 2011, os queixosos apresentaram uma moção pedindo ao Tribunal que reconsiderasse em parte a sua decisão de indeferimento. A 31 de Maio de 2011, o Tribunal negou na íntegra a reconsideração da moção dos queixosos. Os queixosos interpuuseram recurso de ambas as decisões (a concessão da moção dos arguidos para a indeferimento da queixa e a reconsideração da negação da moção dos queixosos) ao United States Court of Appeals for the Second Circuit (Tribunal Americano de Recurso). O Barclays considera que estas reivindicações relacionadas com a ADS contra o Grupo são infundadas e está a defender-se vigorosamente. Não é possível estimar a perda possível do Barclays em relação a estas reivindicações ou qualquer efeito que estas possam ter sobre os resultados operacionais em qualquer determinado período financeiro.

US Federal Housing Finance Agency (Agência Federal de Financiamento Habitacional dos EUA) e outros Contenciosos de Títulos de Hipotecas Residenciais

A United States Federal Housing Finance Agency (FHFA), em nome de duas empresas patrocinadas pelo governo dos EUA, Fannie Mae e Freddie Mac (colectivamente as GSE), moveu acções judiciais contra 17 instituições financeiras em relação às compras pelas GSE dos títulos das hipotecas residenciais (RMBS - residential mortgage-backed securities). As acções judiciais alegam, entre outras coisas, que os materiais oferecidos pela RMBS continham declarações materialmente falsas e enganosas e/ou omissões. O Barclays Bank PLC e/ou algumas das suas afiliadas ou ex-colaboradores são nomeados em duas destas acções judiciais sobre as vendas entre 2005 e 2007 da RMBS em que o Barclays Capital Inc. era o subscritor principal ou co-subscritor.

Ambas as queixas exigiam, entre outros: Rescisão e recuperação do valor pago para a RMBS; e recuperação dos alegados prejuízos financeiros decorrentes da propriedade das RMBS. As queixas são semelhantes a outras acções judiciais interpostas contra o Barclays Bank PLC e/ou algumas das suas afiliadas por outros queixosos, incluindo o Federal Home Loan Bank of Seattle, Federal Home Loan Bank of Boston, Federal Home Loan Bank of Chicago, Cambridge Place Investment Management, Inc., HSH Nordbank AG (e afiliadas) e Stichting Pensioenfonds ABP, referentes às suas compras de RMBS. O Barclays considera que tais reivindicações contra o grupo são infundadas e tenciona defender-se vigorosamente.

A quantia original de RMBS relacionado com as queixas contra o Barclays nestes casos, totalizou aproximadamente 6.8 mil milhões de Dólares americanos, dos quais cerca de 2.0 mil milhões de Dólares americanos estavam por saldar a 31 de Dezembro 2011. Os prejuízos acumulados declarados sobre estas RMBS a 31 de Dezembro de 2011 foram cerca de mil milhões de dólares. Se o Barclays perdesse estes casos, poderia incorrer numa perda de até ao montante em dívida da RMBS no momento do juízo (levando em consideração pagamentos adicionais principais após 31 de Dezembro de 2011) acrescido de quaisquer perdas acumuladas na RMBS nessa altura, bem como quaisquer juros, taxas e custos, menos o valor de mercado da RMBS naquele momento. O Barclays estimou o valor de mercado total da MBS a 31 de Dezembro de 2011 para aproximadamente 1.1 mil milhões de Dólares americanos. O Barclays pode ter direito a uma indemnização por uma parte dos eventuais prejuízos.

29 Processos judiciais (continuação)

Empresa fiduciária Devonshire Trust

A 13 de Janeiro de 2009 o Barclays intentou uma acção no Supremo Tribunal de Ontário para obter uma ordem declarando a validade do término antecipado naquele dia de dois swaps de risco de incumprimento no âmbito de um Acordo Mestre ISDA com a Devonshire Trust (Devonshire), um fundo de papel comercial garantido por activos. No mesmo dia, a Devonshire pretendia cancelar os swaps pelo facto de o Barclays não ter providenciado apoio à liquidez do papel comercial da Devonshire quando o devia ter feito. A 7 de Setembro de 2011, o tribunal decidiu que os cancelamentos antecipados do Barclays eram inválidos, que os cancelamentos antecipados da Devonshire eram válidos e, conseqüentemente, que a Devonshire tinha direito a receber o reembolso do Barclays das garantias em dinheiro de aproximadamente 533 m de Dólares canadianos, juntamente com os respectivos juros. O O Barclays está a recorrer à decisão do tribunal. Se a decisão do tribunal não for afectada por futuros procedimentos, o Barclays estima que a perda poderá ser de aproximadamente 500 milhões de Dólares canadianos, menos quaisquer suprimentos por imparidade levados a cabo pelo Barclays para este assunto.

Outros

O Barclays está envolvido em vários outros processos judiciais no Reino Unido e numa série de jurisdições estrangeiras, incluindo nos Estados Unidos, envolvendo queixas por e contra o grupo, as quais surgem no curso normal dos negócios, incluindo cobrança de dívidas, reivindicações do consumidor e litígios contratuais. O Barclays não espera que a resolução definitiva de qualquer um desses processos onde é uma das partes afecte negativamente os seus resultados operacionais, fluxos de caixa ou a posição financeira do Grupo, e não revelou os passivos contingentes associados a estas reivindicações, quer porque não podem ser estimados com fiabilidade, ou porque a sua divulgação poderia ser prejudicial à condução das queixas. Foram reconhecidos suprimentos para os casos em que o Barclays consegue de forma fidedigna estimar a perda provável, onde a perda provável não é *de minimis*.

Além disso, o Banco tem sido citado como arguido numa série de acções judiciais, inclusive acções colectivas, arquivadas nos tribunais federais dos Estados Unidos envolvendo reivindicações por classes de alegados compradores e vendedores de produtos baseados em derivativos de LIBOR ou futuros Euro/Dólar ou contratos de opção entre 2006 e 2009; são fornecidos mais pormenores na página seguinte.

Anotações às demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado a 31 de Dezembro de 2011 continuação

30 Concorrência e regulamentação

Esta nota destaca alguns dos desafios principais de concorrência e regulamentação que o Barclays enfrenta, muitos dos quais estão fora do nosso controlo. Nem sempre pode ser prevista a extensão do impacto destas questões no Barclays, mas podem ter um impacto material nos nossos negócios e lucros.

Alterações regulamentares

A escala das alterações regulamentares continua a ser um desafio, observando uma restrição significativa da regulamentação, bem como mudanças nas estruturas reguladoras em todo o mundo, especialmente para os bancos considerados de importância sistémica. Ao mesmo tempo, existe um controlo político e regulamentar do funcionamento dos sectores bancário e de crédito ao consumo que, em alguns casos, leva a um aumento de regulamentação ou de mudança susceptível de ter um efeito significativo sobre a indústria. Exemplos incluem Basel 3, as propostas emergentes sobre os regimes de liquidação de bancos e as propostas relativas à eliminação dos derivados do mercado de balcão e bancos importantes de um ponto de vista sistémico a nível global.

No Reino Unido, as actuais responsabilidades da FSA estão a ser redistribuídas entre a Prudential Regulatory Authority (uma subsidiária do Bank of England) e a nova Financial Conduct Authority. Além disso, a ICB - Independent Commission on Banking (Comissão Independente sobre a Banca) completou a sua revisão do sistema bancário do Reino Unido e publicou o seu relatório final a 12 de Setembro de 2011. O ICB recomendou (entre outras coisas) que: (i) no Reino Unido e no EEE (Espaço Económico Europeu) as actividades da banca a retalho de um banco do Reino Unido ou de uma sociedade de financiamento imobiliário devem ser colocadas numa entidade juridicamente distinta, operacionalmente separada e economicamente independente (chamada "ring-fencing" ou seja delimitação); e (ii) a capacidade de absorção de perdas dos bancos delimitados e das sedes globais dos bancos do Reino Unido importantes de um ponto de vista sistémico (como o Barclays Bank PLC) deve ser facilitada a níveis mais elevados do que as propostas de Basel 3. Em Dezembro de 2011 o governo britânico publicou a sua resposta às recomendações do ICB e indicou que a legislação primária e secundária relativa à delimitação proposta seriam concluídas até Maio de 2015, prevendo que os bancos do Reino Unido e as sociedades de financiamento imobiliário cumpram as exigências legislativas logo que possível e serão aplicáveis a partir de 1 de Janeiro de 2019 os requisitos relacionados com o aumento da capacidade de absorção de perdas dos bancos delimitados e das sedes globais dos bancos do Reino Unido importantes de um ponto de vista sistémico.

A lei Dodd-Frank de Wall Street e a lei de Defesa do Consumidor norte-americana contém uma reforma regulamentar de grande amplitude. O impacto total nos negócios do Barclays e nos mercados não será conhecido até serem adoptadas de forma definitiva as principais regras de execução por parte das autoridades governamentais, um processo que está em curso e que estará em vigor por vários anos.

Pagamento de indemnização do seguro de protecção (IPP)

Consultar a Nota 27.

Intercâmbio

O Gabinete para o Comércio Justo, juntamente com outras autoridades de concorrência em toda a Europa, continua a investigar os créditos da Visa e MasterCard e as taxas interbancárias de débito. Estas investigações podem ter um impacto sobre a indústria de crédito ao consumo e têm também o potencial para a imposição de multas. O prazo é incerto, mas os resultados podem ser conhecidos nos próximos 2 - 4 anos.

LIBOR (Taxa Interbancária do Mercado de Londres)

A FSA, a Commodity Futures Trading Commission (**Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities dos EUA**), a SEC, a Secção de Fraudes da Divisão Criminal e da Divisão Antimonopolista do Departamento de Justiça dos EUA e a Comissão Europeia, estão entre várias autoridades que realizam investigações sobre alegações feitas pelo Barclays e outros membros do painel para os organismos que estabeleceram a oferta de várias taxas interbancárias. O Barclays está a cooperar nas investigações pertinentes e mantém informadas as entidades reguladoras. Além disso, o Banco tem sido apontado como arguido numa série de acções judiciais, inclusive acções colectivas, arquivadas nos tribunais federais dos Estados Unidos envolvendo reivindicações por classes de alegados compradores e vendedores de produtos baseados em derivativos de LIBOR ou futuros Euro/Dólar ou contratos de opção entre 2006 e 2009. As queixas são substancialmente semelhantes e alegam, entre outras coisas, que o Barclays e outros bancos violaram individual e colectivamente as leis antimonopolistas dos Estados Unidos, bem como as leis dos produtos primários e do direito estadual consuetudinário, ao suprimir as taxas de LIBOR durante o período relevante. O Barclays tem sido informado por algumas das entidades que estão a investigar estas questões, que os processos contra o Barclays podem ser recomendados no que diz respeito a alguns aspectos dos assuntos sob investigação, e o Barclays está envolvido em discussões com essas entidades sobre a resolução potencial desses aspectos. Não é actualmente possível prever a resolução definitiva das questões abrangidas pelas diversas investigações e acções judiciais, incluindo o prazo e a escala do impacto potencial de qualquer resolução sobre o Grupo.

Instrumentos de capital, capital próprio e reservas

Esta secção detalha as informações sobre os empréstimos e o capital próprio do Grupo e accionistas, incluindo o capital social, lucros retidos, outros saldos de valores e interesses dos accionistas minoritários nas nossas entidades subsidiárias (interesses minoritários). Para mais informações sobre o capital e a gestão de capital e como o Grupo mantém o capital suficiente para satisfazer os nossos requisitos regulamentares consulte a página 77.

31 Passivos subordinados

Valor contabilístico dos passivos subordinados

Os passivos subordinados são calculados pelo custo amortizado usando o método do juro efectivo nos termos da IAS 39. Ver Margem Líquida de Juros (Nota 3)

Os passivos subordinados incluem juros vencidos e são compostos pelos seguintes capitais de empréstimo sem prazo e a prazo:

	O Grupo		O Banco	
	2011	2010	2011	2010
	£m	£m	£m	£m
Capital de empréstimo sem prazo	6.741	9.094	9.749	8.923
Capital de empréstimo a prazo	18.129	19.405	17.015	18.071
Total dos passivos subordinados	24.870	28.499	26.764	26.994

Anotações às demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado a 31 de Dezembro de 2011 continuação

31 Passivos subordinados (continuação)

Capital de empréstimo sem prazo	O Grupo		O Banco		
	2011	2010	2011	2010	
	Data inicial da solicitação	£m	£m	£m	£m
Não convertível					
Barclays Bank PLC					
Notas Promissórias de Tier 1 (TON)					
6% Notas Promissórias Perpétuas Amortizáveis de Tier 1	2032	103	453	501	453
6,86% Notas Promissórias Perpétuas Amortizáveis de Tier 1 (1.000 m de Dólares americanos)	2032	753	866	1.105	866
Instrumentos de Capital Reservado (RCI)					
5,926% Instrumentos de Capital Reservado Crescente Perpétuo Amortizável (1.350 m de Dólares americanos)	2016	414	1.010	1.048	1.010
6,3688% Instrumentos de Capital Reservado Crescente Perpétuo Amortizável	2019	122	608	629	608
7,434% Instrumentos de Capital Reservado Crescente Perpétuo Amortizável (1.250 m de Dólares americanos)	2017	273	950	990	950
14% Instrumentos de Capital Reservado Crescente Perpétuo Amortizável	2019	3.210	2.887	3.210	2.887
5,3304% Instrumentos de Capital Reservado Crescente Perpétuo Amortizável	2036	120	599	696	599
Notas Promissórias Perpétuas					
6,875% Notas Promissórias Perpétuas Subordinadas	2015	158	156	158	156
6,375% Notas Promissórias Perpétuas Subordinadas	2017	157	150	157	150
7,7% Notas Promissórias Perpétuas Subordinadas (99 m de Dólares americanos)	2018	75	69	75	69
8,25% Notas Promissórias Perpétuas Subordinadas	2018	166	156	166	156
7,125% Notas Promissórias Perpétuas Subordinadas	2020	214	190	214	190
6,125% Notas Promissórias Perpétuas Subordinadas	2027	233	234	233	234
Notas Promissórias Perpétuas Subordinadas de Taxa Variável (121 m de Dólares americanos)	Qualquer data de pagamento de juros	78	78	141	139
Notas Promissórias Perpétuas do Capital Primário de Taxa Variável Séries 3	Qualquer data de pagamento de juros	146	145	146	145
Títulos					
9,25% Títulos Subordinados Perpétuos (ex-Woolwich PLC)	2021	99	96	99	96
9% Títulos de Capital Vencendo Juros	A qualquer altura	46	41	46	41
Empréstimos					
5,03% Empréstimo Subordinado Perpétuo Bimonetário "em marcha-atrás" (8.000 m de lenes)	2028	53	70	53	70
5% Empréstimo Subordinado Perpétuo Bimonetário "em marcha-atrás" (12.000 m de lenes)	2028	82	104	82	104
Barclays SLCSM Funding B.V. com garantia do Banco					
6,140% Obrigações Subordinadas Perpétuas Garantidas	2015	239	232	-	-
Capital de empréstimo sem prazo não convertível		6.741	9.094	9.749	8.923

Capital de empréstimo sem prazo

O capital de empréstimo sem prazo é emitido pelo Banco, e suas subsidiárias, para o desenvolvimento e expansão dos seus negócios e para fortalecer as suas bases de capital. Os principais termos do capital de empréstimo sem prazo são descritos abaixo .

Subordinação

Todas as categorias de capital de empréstimo sem prazo em que se baseiam as queixas contra o banco dos depositantes e outros credores quirografários não subordinados e os detentores de capital de empréstimo a prazo na seguinte ordem: Notas Promissórias Perpétuas Subordinadas de Taxa Variável; outros assuntos de Notas Promissórias Perpétuas, Títulos e Empréstimos de uma mesma emissão, seguidos de TON e RCI de uma mesma emissão.

Juros

Todo o capital de empréstimo sem prazo tem uma taxa de juros fixa até à data inicial da solicitação, com excepção dos Títulos de 9%, fixada durante o prazo, e as Notas Promissórias Perpétuas Subordinadas e Séries 3 que são taxas variáveis.

Após a data inicial da solicitação, no caso de não serem resgatadas, as Notas Promissórias Perpétuas 6,875%, 6,375%, 7,125%, 6,125%, os Títulos 9,25% e as Notas Promissórias Perpétuas 6,140% incidirão juros às taxas fixadas periodicamente com antecedência para períodos de cinco anos com base nas taxas de mercado. Qualquer outro capital de empréstimo sem prazo, excepto as duas Notas Promissórias Perpétuas de taxa variável, incidirão juros e as duas Notas Promissórias Perpétuas de taxa variável vencem actualmente juros, com as taxas fixadas antecipadamente de forma periódica com base nas taxas interbancárias de Londres.

31 Passivos subordinados (continuação)

Pagamento de juros

O Barclays Bank PLC não é obrigado a fazer um pagamento de juros sobre as suas Notas Promissórias Perpétuas, Títulos e Empréstimos, excluindo as Notas Promissórias Perpétuas 7,7%, as Notas Promissórias Perpétuas 8,25%, os Títulos 9,25% e as Notas Promissórias Perpétuas 6,140% se, nos últimos seis meses não for declarado ou pago um dividendo em qualquer classe de acções do Barclays PLC, ou em certos casos, em qualquer classe de acções preferenciais do Banco. O Banco não é obrigado a fazer um pagamento de juros sobre os seus Títulos Subordinados Perpétuos 9,25% se, no período imediatamente anterior de 12 meses de juros, não tiver sido pago um dividendo em qualquer classe do seu capital social. Os juros não pagos desta forma tornam-se pagáveis em cada caso se tal dividendo for posteriormente pago ou em quaisquer outras circunstâncias. Durante o ano, o Banco declarou e pagou dividendos sobre as suas acções ordinárias e sobre todas as classes de acções preferenciais.

Não se poderá efectuar qualquer pagamento de capital ou de juros, a não ser que o Banco satisfaça um teste de solvência específico.

O Banco poderá optar por adiar qualquer pagamento de juros sobre os 7,7% de Notas Promissórias Perpétuas e 8,25% de Notas Promissórias Perpétuas. Até ao momento em que os juros deferidos forem pagos na totalidade, nem o Banco nem o Barclays PLC podem declarar ou pagar um dividendo, salvo algumas excepções, sobre qualquer das suas acções ordinárias, acções preferenciais ou outro capital social, ou satisfazer quaisquer pagamentos de juros ou cupões sobre algumas outras obrigações minoritárias.

O Emitente e o Banco poderão optar por adiar qualquer pagamento de juros sobre os 6,140% de Notas Promissórias Perpétuas. No entanto, qualquer interesse diferido tornar-se-á automaticamente cobrável e pagável no início de: (i) a data em que um dividendo ou outra distribuição de juros ou outro pagamento for feito com respeito a qualquer *pari passu* ou obrigações minoritárias ou em que são adquiridas *pari passu* ou obrigações minoritárias, (ii) a data do resgate ou aquisição dos 6,140% de Notas Promissórias Perpétuas e (iii) alguns outros eventos, incluindo insolvência, liquidação ou dissolução do Emitente ou do Banco

O Emitente e o Banco poderão optar por adiar qualquer pagamento de juros sobre os RCI. Tal pagamento diferido de juros deve ser pago no início de: (i) a data do resgate dos RCI, (ii) a data de pagamento do cupão no, ou o mais próximo do décimo aniversário da data de diferimento de tal pagamento, e (iii) em relação a apenas 14% RCI da substituição. Enquanto tal diferimento se encontra em vigor, nem o Banco nem o Barclays PLC podem declarar ou pagar um dividendo, sujeito a determinadas excepções, em qualquer das suas acções ordinárias ou preferenciais.

O Banco poderá optar por adiar qualquer pagamento de juros das TON se concluir que está, ou pode colocá-lo em desacordo com os requisitos de adequação de capital e políticas da FSA (Autoridade de Serviços Financeiros). Tal pagamento diferido de juros só será pago no resgate das TON. Até ao momento em que o Banco efectue um pagamento de juros sobre as TON, nem o Banco nem o Barclays PLC podem (i) declarar ou pagar um dividendo, salvo algumas excepções, sobre qualquer das suas acções ordinárias ou preferenciais, ou efectuar pagamentos de juros em relação aos Instrumentos de Capital de Reserva do Banco e (ii) também são aplicáveis certas restrições ao resgate, aquisição ou redução do seu respectivo capital social e alguns outros títulos.

Reembolso

Todo o capital de empréstimo sem prazo é reembolsável a critério do Banco, em geral na data inicial da solicitação e em qualquer cupão ou data posterior de pagamento de juros ou no caso das Notas Promissórias Perpétuas de 6,875%, 6,375%, 7,125%, 6,125%, dos Títulos de 9,25% e das Notas Promissórias Perpétuas de 6,140% em cada cinco anos após a data inicial da solicitação. Além disso, cada edição de capital de empréstimo sem prazo é reembolsável a critério do Banco, na totalidade por razões fiscais, a qualquer momento ou numa data de pagamento de juros. Não há eventos de incumprimento, excepto o não pagamento dos juros principais ou obrigatórios. Quaisquer reembolsos exigem a notificação prévia à FSA.

Todas as questões relativas a capital de empréstimo sem prazo foram feitas no mercado do Euro e/ou sob a Regra 144A, e não foram registadas questões ao abrigo da lei norte-americana relativa aos valores imobiliários a Securities Act de 1933.

Anotações às demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado a 31 de Dezembro de 2011 continuação
31 Passivos subordinados (continuação)

Capital de empréstimo a prazo	O Grupo				O Banco	
	2011	2010	2011	2010		
	Data inicial da solicitação	Data de maturidade	£m	£m	£m	£m
Barclays Bank PLC						
5,75% Obrigações Subordinadas (1.000 m de Euros)		2011	-	836	-	836
5,25% Obrigações Subordinadas (250 m de Euros) (ex-Woolwich PLC)		2011	-	221	-	221
Obrigações Subordinadas Amortizáveis com Juros Variáveis Escalonados (750 m de Dólares americanos)	2011	2016	-	484	-	484
Obrigações Subordinadas Amortizáveis com Juros Variáveis (1.250 m de Euros)	2011	2016	-	1.082	-	1.082
Obrigações Subordinadas Amortizáveis com Juros Variáveis (500 m de Dólares americanos)	2012	2017	324	323	324	323
10,125% Obrigações Subordinadas (ex-Woolwich PLC)	2012	2017	102	105	102	105
Obrigações Subordinadas Amortizáveis com Juros Variáveis Escalonados (1.500 m de Dólares americanos)	2012	2017	972	969	972	969
Obrigações Subordinadas Amortizáveis com Juros Variáveis Escalonados (1.500 m de Euros)	2012	2017	1.259	1.296	1.259	1.296
5,015% Obrigações Subordinadas (150 m de Dólares americanos)		2013	103	104	103	104
4,875% Obrigações Subordinadas (750 m de Euros)		2013	659	670	659	670
Obrigações Subordinadas Amortizáveis com Juros Variáveis/Amortização Fixa (1.000 m de Euros)	2014	2019	900	904	900	904
4,38% Obrigações Subordinadas com Taxa Fixa (75 m de Dólares americanos)		2015	55	55	55	55
4,75% Obrigações Subordinadas com Taxa Fixa (150 m de Dólares americanos)		2015	110	111	110	111
5,14% Obrigações de Nível Tier 2 (1.250 m de Dólares americanos)	2015	2020	900	791	900	791
6,05% Obrigações Subordinadas com Taxa Fixa (2.250 m de Dólares americanos)		2017	1.723	1.662	1.723	1.662
Obrigações Subordinadas com Taxa Variável (40 m de Euros)		2018	34	35	34	35
6% Obrigações Subordinadas com Taxa Fixa (1.750 m de Euros)		2018	1.556	1.596	1.556	1.596
Obrigações Subordinadas Ligadas ao CMS (100 m de Euros)		2018	88	90	88	90
Obrigações Subordinadas Ligadas ao CMS (135 m de Euros)		2018	117	121	117	121
Obrigações Subordinadas Amortizáveis com Juros Variáveis/Amortização Fixa	2018	2023	621	590	621	590
Obrigações Subordinadas com Taxa Variável (50 m de Euros)		2019	41	42	41	42
6% Obrigações Subordinadas com Taxa Fixa (1.500 m de Euros)		2021	1.333	1.316	1.333	1.316
9,5% Títulos Subordinados (ex-Woolwich PLC)		2021	344	292	344	292
Obrigações Subordinadas com Taxa Variável (100 m de Euros)		2021	83	85	83	85
10% Obrigações Subordinadas com Taxa Fixa		2021	2.389	2.160	2.389	2.160
10,179% Obrigações Subordinadas com Taxa Fixa (1.521 m de Dólares americanos)		2021	1.174	1.040	1.174	1.040
Obrigações Subordinadas com Taxa Variável (50 m de Euros)		2022	42	43	42	43
6,625% Obrigações Subordinadas com Taxa Fixa (1.000 m de Euros)		2022	954	-	954	-
Obrigações Subordinadas com Taxa Variável (50 m de Euros)		2023	42	43	42	43
5,75% Obrigações Subordinadas com Taxa Fixa		2026	781	675	781	675
5,4% Empréstimo Subordinado Bimonetário "em marcha-atrás" (5.000 m de Ienes)		2027	104	132	104	132
6,33% Obrigações Subordinadas		2032	62	53	62	53
Obrigações Subordinadas com Taxa Variável (100 m de Euros)		2040	84	86	84	86
Outros empréstimos de subsidiárias	-	-	-	-	59	59
Absa Bank Limited						
8,75% Obrigações Amortizáveis Subordinadas (1.500 m de ZAR)	2012	2017	124	154	-	-
Obrigações Amortizáveis Subordinadas (1.886 m de ZAR)	2013	2018	181	210	-	-
8,8% Obrigações Amortizáveis Subordinadas de Taxa Fixa (1.725 m de ZAR)	2014	2019	148	178	-	-
Obrigações Amortizáveis Subordinadas (3.000 m de ZAR)	2014	2019	286	331	-	-
8,1% Obrigações Amortizáveis Subordinadas (2.000 m de ZAR)	2015	2020	167	200	-	-
10,28% Obrigações Amortizáveis Subordinadas (600 m de ZAR)	2017	2022	49	60	-	-
Obrigações Amortizáveis Subordinadas (400 m de ZAR)	2017	2022	32	41	-	-
Obrigações Amortizáveis Subordinadas (1.500 m de ZAR)	2023	2028	135	156	-	-
Outro capital emitido pelo Barclays Espanha, Gana, Quênia, Botswana e Zâmbia		2011 - 2016	51	63	-	-
Capital total de empréstimo a prazo			18.129	19.405	17.015	18.071

31 Passivos subordinados (continuação)

Capital de empréstimo a prazo

O capital de empréstimo a prazo é emitido pelo Banco para o desenvolvimento e expansão dos negócios do Grupo e para reforçar a sua base de capital pelo Barclays Bank Spain SA (Barclays Espanha), o Barclays Bank of Botswana Ltd (BBB), o Barclays Bank Zambia PLC (Barclays Zâmbia) e o Barclays Bank of Kenya (Barclays Quênia) para reforçar as respectivas bases de capital e pela Absa e Barclays Bank of Ghana Ltd (BBG) para fins corporativos gerais.

Os principais termos do capital de empréstimo a prazo são descritos abaixo:

Subordinação

Todas as categorias de capital de empréstimo a prazo em que se baseiam as reivindicações contra o banco dos depositantes e outros credores quirografários não subordinados, mas antes das reivindicações do capital de empréstimo sem prazo e titulares do seu capital. O capital de empréstimo a prazo emitido pelas subsidiárias é igualmente subordinado.

Juros

Os juros das Obrigações de taxa variável são fixados periodicamente com antecedência, com base nas taxas interbancárias ou dos bancos centrais locais.

Todas as outras Obrigações não convertíveis, excepto as Obrigações Subordinadas de 10,125% de 2017 têm geralmente juros fixos durante a vigência da situação mas alguns são reajustados a uma taxa variável após um período fixo, com vários termos de taxas de juro. As Obrigações Subordinadas de 10,125% de 2017, se não forem requisitadas em 2012, terão juros à taxa fixada antecipadamente por um novo período de 5 anos.

As Obrigações de Nível Tier 2 de 5,14% foram registadas ao abrigo da lei norte-americana relativa aos valores imobiliários a Securities Act de 1933. Todas as questões relativas ao capital de empréstimo a prazo foram feitas no mercado do Euro e/ou sob a Regra 144A.

Reembolso

Estas Obrigações com data de amortização são reembolsáveis por opção do emitente, em condições que regem as obrigações de dívida respectivas, algumas na totalidade ou em parte, e algumas só na totalidade. O capital de empréstimo a prazo pendente a 31 de Dezembro de 2011 é resgatável apenas no vencimento, sujeito em casos particulares a disposições que permitam o resgate antecipado em caso de certas mudanças na legislação tributária ou, no caso do BBB e do Barclays na Zâmbia, a certas mudanças na legislação ou regulamentação.

Quaisquer pagamentos antes do vencimento requerem, no caso do Banco, a notificação prévia à FSA, ou, no caso das questões relacionadas com o estrangeiro, à aprovação da entidade reguladora local para essa jurisdição.

Não existem quaisquer facilidades contratuais na data do balanço que permitam o refinanciamento da dívida após a data de maturidade.

O restante capital emitido pelo Barclays Espanha, Gana, Quênia, Botsuana e Zâmbia inclui valores de 26 m de Libras esterlinas (2010: 26 m de Libras esterlinas) emitidos pelo Barclays

Botsuana e Zâmbia que não são convertíveis. Estas são reembolsáveis por opção do emitente, antes do vencimento em condições que regem as obrigações de dívida respectivas, algumas na totalidade ou em parte, e algumas só na totalidade.

32 Acções ordinárias, prémio de emissão e outro capital próprio

Acções ordinárias

O capital social ordinário do Barclays Bank PLC, a 31 de Dezembro de 2011, era composto por 2.342 milhões de acções ordinárias de 1 Libra esterlina cada (2010: 2.342 milhões).

Acções preferenciais

O capital social preferencial emitido do Barclays Bank PLC, a 31 de Dezembro de 2011, era composto por 1.000 Acções Preferenciais em Libras de 1 Libra esterlina cada (2010: 1.000); 240.000 Acções Preferenciais em Euros de 100 Euros cada (2010: 240.000); 75.000 Acções Preferenciais em Libras de 100 Libras esterlinas cada (2010: 75.000); 100.000 Acções Preferenciais em Dólares Americanos de 100 Dólares americanos cada (2010: 100,000); 237 milhões de Acções Preferenciais em Dólares Americanos de 0,25 Dólares americanos cada (2010: 237 milhões).

Anotações às demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado a 31 de Dezembro de 2011 continuação

32 Acções ordinárias, prémio de emissão e outro capital próprio (continuação)

Capital social	2011	2010
	£m	£m
Capital social ordinário exigido, distribuído e pago na íntegra		
A 1 de Janeiro	2.342	2.342
A 31 de Dezembro	2.342	2.342
Capital social preferencial exigido, distribuído e pago na íntegra a 1 de Janeiro e a 31 de Dezembro	60	60
Capital social exigido	2.402	2.402

Prémio de emissão	2011	2010
	£m	£m
A 1 de Janeiro	12.092	12.092
A 31 de Dezembro	12.092	12.092

Acções Preferenciais em Libras esterlinas

1.000 Acções preferenciais cumulativas resgatáveis em libras a 1 Libra esterlina cada (as Acções Preferenciais a 1 Libra Esterlina) foram emitidas a 31 de Dezembro de 2004 com prémio zero.

As Acções Preferenciais de 1 Libra esterlina permitem aos seus titulares receber dividendos cumulativos em numerário (Libras esterlinas) dos lucros distribuíveis do Barclays Bank PLC, bianualmente a uma taxa redefinida bianualmente equivalente à taxa interbancária oferecida para depósitos a seis meses em Libras esterlinas.

O Barclays Bank PLC será obrigado a pagar esses dividendos se: (1) tiver os lucros disponíveis para fins de distribuição no âmbito da legislação das Sociedades Comerciais de 2006 (Companies Act 2006), em cada data de pagamento de dividendos; e (2) for solvente na data relevante para o pagamento de dividendos, desde que a condição da regulamentação do capital esteja satisfeita na mesma data de pagamento de dividendos. Os dividendos não serão devidos e pagáveis na data de pagamento de dividendos relevante excepto quando o Barclays Bank PLC possa fazer tal pagamento mantendo-se solvente. O Barclays Bank PLC é considerado solvente em qualquer data se: (1) for capaz de pagar as suas dívidas aos credores seniores à medida que se vencerem, e (2) os seus auditores confirmarem que os seus activos excedem os seus passivos nos últimos seis meses. Se o Barclays Bank PLC não pagar, ou pagar apenas em parte, um dividendo por um período de sete dias ou mais após a data de maturidade, os titulares das Acções Preferenciais de 1 Libra esterlina podem interpor recurso para iniciar o processo de liquidação do Barclays Bank PLC. Não deve estar disponível para o titular de quaisquer Acções Preferenciais de 1 Libra esterlina qualquer meio de impugnação contra o Barclays Bank PLC para a recuperação dos montantes devidos a título das Acções Preferenciais de 1 Libra esterlina à parte da instância processual para a dissolução do Barclays Bank PLC e/ou prova em tal processo de liquidação.

Num processo de liquidação ou outro reembolso de capital (para além do resgate ou aquisição pelo Barclays Bank PLC de quaisquer das suas acções emitidas ou uma redução do capital social, permitida pelos Estatutos do Barclays Bank PLC e pela legislação aplicável), os activos do Barclays Bank PLC disponíveis aos accionistas deverão ser aplicados prioritariamente em relação a qualquer pagamento aos titulares de acções ordinárias e qualquer outra classe de acções do capital do Barclays Bank PLC emitidas no ranking minoritário para as Acções Preferenciais de 1 Libra esterlina em tal reembolso de capital e *pari passu* nesse reembolso de capital com os detentores de qualquer outra classe de acções emitidas no capital do Barclays Bank PLC (em vez de qualquer outra classe de acções no capital do Barclays Bank PLC emitidas no ranking em questão com prioridade para as Acções Preferenciais de 1 Libra esterlina numa liquidação ou outros reembolsos de capital), em pagamento aos titulares das Acções Preferenciais de 1 Libra esterlina de uma soma igual à soma de: (1) um montante igual aos dividendos acrescidos para o período de dividendo em curso (e quaisquer contribuições em atraso do mesmo) à data do início do retorno à liquidação ou qualquer outro reembolso de capital; e (2) um montante correspondente a 1 Libra esterlina por 1 Libra esterlina das Acções Preferenciais. Após o pagamento do montante total das distribuições da liquidação à qual têm direito, os titulares das Acções Preferenciais de 1 Libra esterlina não terão direito a reclamar qualquer dos restantes activos do Barclays Bank PLC e não terão direito a qualquer outra participação em tal reembolso de capital.

As Acções Preferenciais de 1 Libra esterlina são resgatáveis na opção do Barclays Bank PLC, na totalidade e não em parte no âmbito da legislação das Sociedades Comerciais de 2006 (Companies Act 2006) e os seus Estatutos. Os titulares das Acções Preferenciais de 1 Libra esterlina não têm direito de notificação, ou participação ou voto em qualquer assembleia-geral do Barclays Bank PLC.

Acções Preferenciais em Euros

100.000 Euro 4,875% acções preferenciais resgatáveis não cumulativas no valor de 100 Euros cada (as acções preferenciais de 4,875%) foram emitidas em 8 de Dezembro de 2004 para uma consideração de 993,6 m de Euros (688.4 m de Libras esterlinas), do qual o valor nominal foi 10 m de Euros e o saldo foi prémio de emissão. As Acções Preferenciais de 4,875% permitem aos seus titulares receber dividendos de caixa não cumulativos em Euros dos lucros distribuíveis do Barclays Bank PLC, anualmente a uma taxa fixa de 4,875% anual sobre o montante de 10.000 Euros por acção preferencial até 15 Dezembro de 2014, e trimestralmente após essa data a uma taxa restabelecida trimestralmente a 1,05% por ano acima da taxa interbancária do Euro oferecida para depósitos a três meses em Euros.

As acções preferenciais de 4,875% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, na totalidade e não em parte, a 15 de Dezembro de 2014, e posteriormente em cada data de pagamento de dividendos a 10.000 Euros por acção, mais dividendos acumulados para o período de dividendos então vigente à data fixada para o resgate.

32 Acções ordinárias, prémio de emissão e outro capital próprio (continuação)

140.000 Euros 4,75% de acções preferenciais resgatáveis não cumulativas no valor de 100 Euros cada (as acções preferenciais de 4,75%) foram emitidas a 8 de Dezembro de 2004 para uma consideração de 1.383.3 m de Euros (966.7 m de Libras esterlinas), do qual o valor nominal foi 14 m de Euros e o saldo foi prémio de emissão. As Acções Preferenciais de 4,75% permitem aos seus titulares receber dividendos de caixa não cumulativos em Euros dos lucros distribuíveis do Barclays Bank PLC, anualmente a uma taxa fixa de 4,75% por ano sobre o montante de 10.000 Euros por acção preferencial até 15 Março de 2020 e trimestralmente após essa data a uma taxa restabelecida trimestralmente a 0,71% por ano acima da taxa interbancária do Euro oferecida para depósitos a três meses em Euros.

As acções preferenciais de 4,75% foram resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC a 15 de Março de 2014, na totalidade e não em parte e posteriormente em cada data de pagamento de dividendos a 10.000 Euros por acção, acrescido de dividendos acumulados para o período de dividendos então vigente à data fixada para o resgate.

Acções Preferenciais em Libras esterlinas

75.000 Libras esterlinas 6,0% de acções preferenciais resgatáveis não cumulativas no valor de 100 Libras esterlinas cada (as acções preferenciais de 6,0%) foram emitidas em 22 de Junho de 2005 para uma consideração de 743.7 m de Libras esterlinas do qual o valor nominal foi 7.5 m de Libras esterlinas e o saldo foi prémio de emissão. As Acções Preferenciais de 6,0% permitem aos seus titulares receber dividendos de caixa não cumulativos em libras esterlinas dos lucros distribuíveis do Barclays Bank PLC, anualmente a uma taxa fixa de 6,0% por ano sobre o montante de 10.000 Libras esterlinas por acção preferencial até 15 Dezembro de 2017 e trimestralmente após essa data a uma taxa restabelecida trimestralmente a 1,42% por ano acima da taxa interbancária de Londres oferecida para depósitos a três meses em libras esterlinas.

As acções preferenciais de 6,0% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC a 15 de Dezembro de 2017, na totalidade e não em parte, e posteriormente em cada data de pagamento de dividendos a 10.000 Libras esterlinas por acção, acrescido de dividendos acumulados para o período de dividendos então vigente à data fixada para o resgate.

Acções Preferenciais em Dólares americanos

100.000 Dólares americanos 6,278% de acções preferenciais resgatáveis não cumulativas no valor de 100 Dólares americanos cada (as acções preferenciais de 6,278%) representadas por Acções de Depósito Americano, Série 1 foram emitidas em 8 de Junho de 2005 para uma consideração de 995.4 m de Dólares americanos (548.1 m de Libras esterlinas), do qual o valor nominal foi 10 m de Dólares americanos e o saldo foi prémio de emissão. As Acções Preferenciais de 6,278% permitem aos seus titulares receber dividendos de caixa não cumulativos em Dólares Americanos dos lucros distribuíveis do Barclays Bank PLC, semestralmente a uma taxa fixa de 6,278% por ano sobre o montante de 10.000 Dólares americanos por acção preferencial até 15 Dezembro de 2034 e trimestralmente após essa data a uma taxa restabelecida trimestralmente a 1,55% por ano acima da taxa interbancária de Londres oferecida para depósitos a três meses em Dólares americanos.

As acções preferenciais de 6,278% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC a 15 de Dezembro de 2014, na totalidade e não em parte, e posteriormente em cada data de pagamento de dividendos a 10.000 Dólares americanos por acção, acrescido de dividendos acumulados para o período de dividendos então vigente à data fixada para o resgate.

30 milhões de Dólares americanos 6,625% de acções preferenciais resgatáveis não cumulativas no valor de 0,25 Dólares americanos cada (as acções preferenciais de 6,625%) representadas por Acções de Depósito Americano Série 2, foram emitidas em 25 e 28 de Abril de 2006 para uma consideração de 727 m de Dólares americanos (406 m de Libras esterlinas), do qual o valor nominal foi 7.5 m de Dólares americanos e o saldo foi prémio de emissão. As Acções Preferenciais de 6,625% permitem aos seus titulares receber dividendos de caixa não cumulativos em Dólares americanos dos lucros distribuíveis do Barclays Bank PLC, semestralmente a uma taxa fixa de 6,625% por ano sobre o montante de 25 Dólares americanos por acção preferencial.

As acções preferenciais de 6,625% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, na totalidade e não em parte em cada data de pagamento de dividendos a 25 Dólares americanos por acção, acrescido de quaisquer dividendos acumulados para o período de dividendos então vigente à data fixada para o resgate.

55 milhões de Dólares americanos 7,1% de acções preferenciais resgatáveis não cumulativas no valor de 0,25 Dólares americanos cada (as acções preferenciais de 7,1%) representadas por Acções de Depósito Americano, Série 3, foram emitidas a 13 de Setembro de 2007 para uma consideração de 1.335 m de Dólares americanos (657 m de Libras esterlinas), do qual o valor nominal foi 13.75 m de Dólares americanos e o saldo foi prémio de emissão. As Acções Preferenciais de 7,1% permitem aos seus titulares receber dividendos de caixa não cumulativos em Dólares Americanos dos lucros distribuíveis do Barclays Bank PLC, trimestralmente a uma taxa fixa de 7,1% por ano sobre o montante de 25 Dólares americanos por acção preferencial.

As acções preferenciais de 7,1% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC a 15 de Dezembro de 2012, na totalidade e não em parte, e posteriormente em cada data de pagamento de dividendos a 25 Dólares americanos por acção, acrescido de dividendos acumulados para o período de dividendos então vigente à data fixada para o resgate.

46 milhões de Dólares americanos 7,75% de acções preferenciais resgatáveis não cumulativas no valor de 0,25 Dólares americanos cada (as acções preferenciais de 7,75%) representadas por Acções de Depósito Americano, Série 4, foram emitidas em 7 de Dezembro de 2007 para uma consideração de 1.116 m de Dólares americanos (550 m de Libras esterlinas), do qual o valor nominal foi 11.5 m de Dólares americanos e o saldo foi prémio de emissão. As Acções Preferenciais de 7,75% permitem aos seus titulares receber dividendos de caixa não cumulativos em Dólares Americanos dos lucros distribuíveis do Barclays Bank PLC, trimestralmente a uma taxa fixa de 7,75% por ano sobre o montante de 25 Dólares americanos por acção preferencial.

As Acções Preferenciais de 7,75% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC a 15.12.13, na totalidade e não em parte, e posteriormente em cada data de pagamento de dividendos a 25 Dólares americanos por acção, acrescido de dividendos acumulados para o período de dividendos então vigente à data fixada para o resgate.

Anotações às demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado a 31 de Dezembro de 2011 continuação

32 Acções ordinárias, prémio de emissão e outro capital próprio (continuação)

106 milhões de Dólares Americanos 8,125% de acções preferenciais resgatáveis não cumulativas no valor de 0,25 Dólares americanos cada (as acções preferenciais de 8,125%) representadas por 106 milhões de Acções de Depósito Americano Séries 5, foram emitidas a 11 e 25 de Abril de 2008 para uma consideração de 2.650 m de Dólares americanos (1.345 m de libras esterlinas), do qual o valor nominal foi 26.5 m de Dólares americanos e o saldo foi prémio de emissão. As Acções Preferenciais de 8,125% permitem aos seus titulares receber dividendos de caixa não cumulativos em Dólares Americanos dos lucros distribuíveis do Barclays Bank PLC, trimestralmente a uma taxa fixa de 8,125% por ano sobre o montante de 25 Dólares americanos por acção preferencial.

As Acções Preferenciais de 8,125% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC a 15.06.13, na totalidade e não em parte, e posteriormente em cada data de pagamento de dividendos a 25 Dólares americanos por acção, acrescido de dividendos acumulados para o período de dividendos então vigente à data fixada para o resgate.

O resgate e/ou aquisição de quaisquer Acções Preferenciais 4,875%, Acções Preferenciais 4,75%, Acções Preferenciais 6,0%, Acções Preferenciais 6,278%, Acções Preferenciais 6,625%, Acções Preferenciais 7,1%, Acções Preferenciais 7,75% e Acções Preferenciais 8,125% (as chamadas Acções Preferenciais) não poderão ser efectuados pelo Barclays Bank PLC sem notificação prévia à FSA do Reino Unido e qualquer resgate estará sujeito à Lei das Sociedades de 2006 (Companies Act 2006) e aos Estatutos do Barclays Bank PLC.

Num processo de liquidação ou outro reembolso de capital do Barclays Bank PLC (para além do resgate ou compra pelo Barclays Bank PLC de quaisquer das suas acções emitidas ou uma redução do capital social), os titulares das Acções Preferenciais classificarão a aplicação dos activos do Barclays Bank PLC disponíveis aos accionistas: (1) Subordinadas para o titular de quaisquer acções do Barclays Bank PLC a serem emitidas classificadas com prioridade para as Acções Preferenciais; (2) igualmente em todos os aspectos com os titulares de outras Acções Preferenciais e quaisquer outras acções do Barclays Bank PLC a serem emitidas, classificadas de pari passu com as Acções Preferenciais; e (3) prioritárias para os titulares de acções ordinárias e quaisquer outras acções do Barclays Bank PLC a serem emitidas, classificadas como subordinadas para as Acções Preferenciais.

Os titulares das Notas Promissórias Perpétuas Amortizáveis de Tier 1 de 91 m de Dólares americanos 6% e das Notas Promissórias Perpétuas Amortizáveis de Tier 1 681 m de Dólares americanos 6,86% do Barclays Bank PLC (chamadas as TON) e os titulares de Instrumentos de Capital Reservado Crescente Perpétuo Amortizável 81 m de libras esterlinas 5,3304%, os Instrumentos de Capital Reservado Crescente Perpétuo Amortizável de 533 m de Dólares americanos 5,926%, os Instrumentos de Capital Reservado Crescente Perpétuo Amortizável de 95 m de libras esterlinas 6,3688%, os Instrumentos de Capital Reservado Crescente Perpétuo Amortizável de 347 m de Dólares americanos 7,434% e os Instrumentos de Capital Reservado Crescente Perpétuo Amortizável de 3.000 m de Libras esterlinas 14% do Barclays Bank PLC (chamados RCI) deveriam, para efeitos apenas de cálculo dos montantes devidos em relação a tais valores mobiliários numa liquidação do Barclays Bank PLC, sujeito a excepções limitadas e na medida em que as TON e as RCI são emitidas, ser classificadas de pari passu com os titulares da categoria mais alta ou classes de acções preferenciais então emitidas no capital do Barclays Bank PLC. Assim, os titulares das acções preferenciais seriam classificados indistintamente com os titulares destas TON e RCI em tais liquidações do Barclays Bank PLC (salvo se uma ou mais classes de acções do Barclays Bank PLC classificadas com prioridade para as acções preferenciais forem emitidas no momento de tal liquidação, caso em que os titulares destas TON e RCI seriam classificados indistintamente com os titulares de tais acções dando prioridade aos titulares das acções preferenciais).

De acordo com esta classificação e neste caso, os titulares das acções preferenciais terão direito a receber quantias a partir dos activos do Barclays Bank PLC disponíveis para distribuição aos accionistas, liquidando as distribuições no montante de 10.000 Euros por 4,875% de Acção Preferencial, 10.000 Euros por 4,75% de Acção Preferencial, 10.000 de libras esterlinas por 6,0% de Acção Preferencial, 10.000 de Dólares americanos por 6,278% de Acção Preferencial, 25 Dólares americanos por 6,625% de Acção Preferencial, 25 Dólares americanos por 7,1% de Acção Preferencial, 25 Dólares americanos por 7,75% de Acção Preferencial e 0,25 Dólares americanos por 8,125% de Acção Preferencial além de, em cada caso, uma quantia igual ao dividendo acumulado para o período de dividendos então em vigor até à data do início do processo de liquidação ou qualquer outro reembolso de capital. Se um dividendo não for pago na íntegra sobre quaisquer acções preferenciais em qualquer data de pagamento de dividendos, é aplicável uma restrição de dividendos.

Esta restrição de dividendos significa que nem o Barclays Bank PLC nem o Barclays PLC pode (a) declarar ou pagar dividendos (para além do pagamento pelo Barclays PLC de um dividendo final declarado pelos seus accionistas antes da data relevante de pagamento de dividendos, ou de um dividendo pago pelo Barclays Bank PLC ao Barclays PLC ou a uma subsidiária detida integralmente) em qualquer das suas respectivas acções ordinárias, acções preferenciais ou outro capital social ou, fazer o resgate, comprar, reduzir ou adquirir de outra forma qualquer um dos seus respectivos capitais sociais, para além das acções do Barclays Bank PLC realizada pelo Barclays PLC ou uma subsidiária detida integralmente, até o que ocorrer primeiro de: 1) a próxima data em que o Barclays Bank PLC declara e paga na íntegra dividendos preferenciais; e (2) a data em que ou até à qual todas as acções preferenciais serão redimidas na sua totalidade ou compradas pelo Barclays Bank PLC.

Os titulares de acções preferenciais não têm direito a receber aviso de, ou participar ou votar em qualquer assembleia-geral do Barclays Bank PLC. O Barclays Bank PLC não tem permissão para criar uma classe de activos com posições relativas à participação em lucros ou activos do Barclays Bank PLC com prioridade a acções preferenciais, excepto com a realização de uma especial resolução de uma assembleia-geral separada de titulares de acções (requerendo maioria de não menos de três quartos dos titulares de acções preferenciais a votar na assembleia geral) ou com o consentimento por escritos de titulares de três quartos das acções preferenciais.

Excepto o descrito acima, os titulares de acções preferenciais não têm o direito de participar nos activos excedentes do Barclays Bank PLC.

32 Acções ordinárias, prémio de emissão e outro capital próprio (continuação)

Outro capital próprio dos accionistas

	O Grupo	O Banco
	£m	£m
A 1 de Janeiro de 2011	2.069	2.133
Créditos Fiscais	18	18
Outros Movimentos	(24)	(24)
Resgate	(1.415)	(1.415)
A 31 de Dezembro de 2011	648	712
A 1 de Janeiro de 2010	2.559	2.623
Créditos Fiscais	45	45
Outros Movimentos	(48)	(48)
Resgate	(487)	(487)
A 31 de Dezembro de 2010	2.069	2.133

Incluídos noutra capital próprio dos accionistas estão:

A emissão de títulos de capital que terão juros a taxas fixadas periodicamente e antecipadamente, baseadas nas taxas interbancárias de Londres. Estes títulos são reembolsáveis em cada caso, por opção do Banco, na sua totalidade a qualquer data de pagamento de juros. O Banco não é obrigado a pagar juros sobre os seus títulos de capital se, nos seis meses anteriores, não tiver sido declarado ou pago um dividendo em qualquer classe de acções do Barclays PLC.

O restante capital contabilizado de títulos de reserva de capital foi resgatado na sua totalidade durante 2011, resultando numa redução no património dos accionistas de 1.415 milhões de Libras esterlinas.

33 Reservas

Reserva de transposição de moeda

A reserva de transposição de moeda representa os ganhos e perdas cumulativos na reconversão do investimento líquido do Grupo em operações estrangeiras, líquido dos efeitos da cobertura. Os movimentos de transposição de moeda em 2011 de 1.607 m Libras esterlinas (2010: 1.177 m de Libras esterlinas), incluindo 598 m de Libras esterlinas (2010: 435 m de Libras esterlinas) associado com interesses minoritários, devem-se em grande parte à depreciação do Rand, Euro e Rupia Indiana contra a Libra esterlina.

O impacto da reserva de transposição de moeda reconhecida na demonstração dos resultados durante o ano foi zero (2010: 279 m de Libras esterlinas), visto que a perda de 23 m de Libras esterlinas a partir da eliminação do Barclays Bank da Rússia foi compensada por outros movimentos.

Reservas Disponíveis para Venda

As reservas disponíveis para venda representam alterações por concretizar no justo valor de investimentos disponíveis para venda desde o reconhecimento inicial. As reservas disponíveis para venda aumentaram 1.218 m de Libras esterlinas (2010: diminuíram 1.264 m de Libras esterlinas), em grande parte impulsionadas pelos ganhos de 2,581 m de Libras esterlinas a partir das alterações no justo valor, compensado por 1.557 m de Libras esterlinas de ganhos líquidos transferidos para a demonstração dos resultados após o reconhecimento da insuficiência do investimento do Grupo na BlackRock, Inc.

Reserva de cobertura do fluxo de caixa

A reserva de cobertura do fluxo de caixa representa os ganhos e perdas cumulativos dos instrumentos de cobertura de fluxo de caixa efectivos, que irão ser reciclados na demonstração dos resultados quando as transacções cobertas afectarem os ganhos ou perdas. Os movimentos na reserva de cobertura de fluxo de caixa reflectem principalmente aumentos no justo valor de swaps de taxas de juros detidos para fins de cobertura mais do que para a compensação por ganhos relacionados com a transferência de lucro líquido.

Anotações às demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado a 31 de Dezembro de 2011 continuação

34 Interesses minoritários

	Lucro atribuído a		Património líquido atribuído a	
	interesses minoritários		interesses minoritários	
	2011	2010	2011	2010
	£m	£m	£m	£m
Grupo Absa	401	362	2.861	3.208
Outros interesses minoritários	29	29	231	259
Total	430	391	3.092	3.467

A diminuição no Grupo Absa do património atribuível a interesses minoritários de 2.861 m de Libras esterlinas (2010: 3.208 milhões de Libras esterlinas) deve-se principalmente à depreciação de 583 m de Libras esterlinas de moedas africanas contra a Libra esterlina e a 162 m de Libras esterlinas de dividendos pagos, compensados pelos lucros acumulados de 401 m de Libras esterlinas.

Benefícios dos colaboradores

Os benefícios dos colaboradores resumem as despesas e compromissos associados à contratação do nosso pessoal.

35 Despesas com pessoal

Valor contabilístico das despesas com pessoal

O Grupo aplica os benefícios dos colaboradores IAS 19 na sua contabilidade para a maioria dos componentes das despesas com pessoal.

Os benefícios a curto prazo dos colaboradores - salários, os custos acumulados de desempenho, segurança social e o Bonus Payroll Tax (imposto sobre os bónus aos salários) são reconhecidos ao longo do período em que os colaboradores fornecem os serviços a que os pagamentos se referem.

Despesas de desempenho - reconhecidas na medida em que o Grupo tem uma obrigação presente aos seus colaboradores que pode ser medida de forma fidedigna e são reconhecidas durante o período de serviço que os colaboradores são obrigados a trabalhar para se qualificarem para os serviços.

Os prémios diferidos de bónus em numerário e os prémios diferidos de bónus em acções são dados aos colaboradores para incentivar o desempenho ao longo do período de vínculo. Para receber o pagamento de um prémio, os colaboradores devem prestar serviço durante o período de vínculo, tipicamente três anos da data da concessão. O período durante o qual é reconhecida a despesa para o pagamento diferido em numerário e bonificação em acções baseia-se no entendimento comum entre o empregado e o Grupo e nos termos e condições da atribuição. O Grupo considera que é conveniente reconhecer os prémios durante o período a partir da data de concessão até à data em que os prémios são outorgados visto que é o período durante o qual os colaboradores entendem que devem prestar um serviço para receber prémios. Não foi reconhecida nenhuma despesa em 2011 para os bónus diferidos concedidos em Março de 2012, visto que dependem de um desempenho futuro e não do desempenho durante 2011. Esta despesa deverá ser então reconhecida na demonstração dos resultados de 2012 (48%), 2013 (35%), 2014 (15%) e 2015 (2%), sujeito ao cumprimento de todas as condições de desempenho.

As políticas contabilísticas para pagamentos com base em acções e pensões e outros benefícios de reforma estão tratados nas Notas 36 e 37, respectivamente.

Despesas com pessoal	2011	2010
	£m	£m
Despesas de desempenho	2.527	3.350
Salários	6.277	6.151
Outros pagamentos com base em acções	167	168
Despesas com Segurança Social	716	719
Benefícios de reforma	727	528
Total de despesas de indemnizações	10.414	10.916
Imposto bancário sobre o salário	76	96
Outros	917	904
Despesas excepto indemnizações	993	1.000
Despesas com pessoal	11.407	11.916

As despesas com o pessoal acima descritas são relativas apenas a operações continuadas. As despesas de pessoal decorrentes de operações descontinuadas para 2011 e 2010 totalizaram zero. O número médio total de pessoas empregadas pelo Grupo, incluindo operações continuadas e descontinuadas foi de 149.700 (2010: 151.300).

O governo britânico aplicou um imposto bancário sobre os salários de 50% a todos os bónus discricionários acima de 25.000 de Libras esterlinas concedidos aos colaboradores bancários no Reino Unido entre 9 de Dezembro de 2009 e 5 de Abril de 2010. O total pago de imposto bancário sobre o salário foi 437 m de Libras esterlinas, dos quais 321 m de Libras esterlinas foram reconhecidos entre 2009 e 2010. Para 2011, foi reconhecida uma cobrança de 76 m de Libras esterlinas em relação ao diferimento do ano anterior, com 40 m de Libras esterlinas remanescentes a serem reconhecidos durante o período de 2012 a 2013.

A estimativa actual é que os bónus diferidos serão imputados à demonstração dos resultados nos anos seguintes:

Ano em que a Cobrança da demonstração dos resultados deverá ser retirada dos Bónus Diferidos	Actual		Estimado	
	2010	2011	2012	2013 e para além
	£m	£m	£m	£m
Bónus diferidos de 2009 e fundos comuns de bónus anteriores	904	405	139	23
Bónus diferidos de 2010 e fundos comuns de bónus	-	590	387	205
Bónus diferidos de 2011 e fundos comuns de bónus	-	-	601	651
Cobrança na demonstração dos resultados para bónus diferidos	904	995	1.127	879

Anotações às demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado a 31 de Dezembro de 2011 continuação

36 Pagamentos com base em acções

Valor contabilístico dos pagamentos com base em acções

O Grupo aplica os Pagamentos com Base em Acções IFRS 2 para obter o valor contabilístico das remunerações dos colaboradores na forma de acções.

Os incentivos ao pessoal incluem prémios na forma de acções e opções sobre acções, assim como a oferta aos colaboradores da oportunidade de comprar acções em termos favoráveis. O valor dos serviços dos colaboradores recebido em relação às acções ou opções de acções concedidas é reconhecido na demonstração dos resultados durante o período da prestação de serviços dos colaboradores, em geral, o período em que o prémio é concedido ou notificado e a data de aquisição de direitos das acções ou opções. O valor total do prémio é calculado usando o número de acções e de opções que se espera conceder e o justo valor das acções ou opções na data da concessão.

O número de acções e opções que se espera conceder considera a probabilidade do cumprimento do desempenho e das condições de serviço incluídas nos termos dos prémios. O incumprimento da condição de não aquisição é tratado como um cancelamento, resultando numa aceleração do reconhecimento do valor dos serviços do empregado.

O justo valor das acções é a decisão de preço de mercado na data da concessão, ajustado em alguns casos para reflectir as restrições à transmissibilidade.

O valor justo das opções concedidas é determinado através de opções modelos de determinação de preço para estimar o número de acções que possam transmitir o título de propriedade. Têm em consideração o preço de exercício da opção, o preço actual das acções, a taxa de juros livre de risco, a volatilidade esperada do preço das acções durante a vigência da opção e outros factores relevantes. As condições de mercado que devem ser cumpridas para que o prémio a conceder também se reflecta no justo valor do prémio, assim como quaisquer outras condições de direitos não adquiridos - como continuar a fazer pagamentos num regime de poupança com base em acções.

O encargo anual resultante dos planos de pagamento com base em acções foi o seguinte:

	Encargo anual	
	2011	2010
	£m	£m
Plano de valor de acções	634	361
Plano de prémios de acções executivas	101	304
Outros	137	172
Capital próprio total liquidado	872	837
Valor de caixa liquidado	34	23
Operações continuadas totais	906	860
Operações descontinuadas	-	-
Pagamentos com base em acções totais	906	860

Os termos dos principais planos actuais são os seguintes:

Plano de valor de acções (PVA)

O Plano de Valor de Acções (PVA) foi apresentado em Março de 2010 e aprovado pelos accionistas (para a participação do Director Executivo e utilização da emissão de novas acções) em Assembleia-geral em Abril de 2011. Os prémios do PVA são concedidos aos participantes sob a forma de uma atribuição provisional das acções do Barclays (os prémios concedidos antes de Maio de 2011, foram concedidos como atribuições provisórias de acções do Barclays), que são investidas durante um período de três anos em fracções anuais iguais. Os participantes não pagam para receber um prémio ou para receber uma transferência de acções. A entidade concedente também pode fazer um pagamento de dividendos aos participantes na aquisição de uma concessão de um direito inalienável de PVA. Os prémios PVA são também direccionados a colaboradores elegíveis para fins de recrutamento ao abrigo do anexo 1 para o PVA. A partir de 2010, a parcela de um prémio PILP de uma unidade de negócios que tenha sido previamente concedida ao abrigo do PPAE é normalmente concedida ao abrigo do PVA. Todos os prémios estão sujeitos à perda potencial em certos cenários de demissão.

Plano de prémios de acções executivas (PPAE)

Para certos colaboradores do Grupo um elemento do seu bónus anual assume a forma de um prémio diferido de uma atribuição provisional das acções do Barclays PLC nos termos do PPAE. O valor total do bónus feito aos colaboradores de que o PPAE é um elemento, depende da unidade empresarial, do desempenho do Grupo e do desempenho de cada empregado. O elemento do PPAE do bónus anual deve ser geralmente detido durante pelo menos três anos. As acções de bónus adicionais são posteriormente atribuídas aos destinatários da atribuição provisional e investidas após a obtenção dos serviços contínuos durante três a cinco anos a partir da data do prémio. Os prémios do PPAE também são atribuídos a colaboradores admissíveis para fins de recrutamento nos termos do PPAM (Plano de Prémios de Acções dos Membros). Todos os prémios estão sujeitos a uma potencial recusa se o colaborador se demitir e começar a trabalhar numa empresa concorrente. Os planos PILP (Planos de Incentivos a Longo Prazo) são planos de desempenho de caixa e participações que após 3 anos (dependendo do desempenho) pagam uma metade em dinheiro e a outra metade em acções que são colocadas no PPAE durante mais 1 ou 2 anos.

Outros planos

Além dos planos acima, o Grupo actua sob outros vários planos inclusive sob planos operados e regulamentados em acções de empresas filiais, nenhuma das quais é individual ou está materialmente agregada em relação a encargos anuais ou ao efeito de diluição de opções de acções em circulação. Incluído dentro de outros sistemas estão o Plano de Acções por Desempenho, Plano de Acções com Base no Incentivo, Sharesave, Sharepurchase, e o Plano de Incentivos a Longo Prazo do Barclays que foi introduzido e aprovado em Assembleia-geral em Abril de 2011.

36 Pagamentos com base em acções (continuação)

Planos de opções de acções e prémios

O valor justo médio ponderado pelo prémio concedido e a média ponderada do preço das acções à data do exercício/disponibilização das acções durante o ano foi:

	Média ponderada do justo valor		Média ponderada do preço das acções	
	por concessão concedida no ano		à data do exercício/disponibilização das acções durante o ano	
	2011	2010	2011	2010
	£	£	£	£
PVA ^{a,b}	2,80	3,54	3,08	3,10
PPAE ^{a,c}	2,84	2,88	2,87	3,39
Outros ^a	0,65 - 2,77	1,29 - 3,55	2,18 - 3,03	3,02 - 3,46

O PVA e o PPAE são prémios a custo zero e opções de custo zero respectivamente, onde as condições de desempenho são substancialmente concluídas na data da concessão. Consequentemente, o justo valor destes prémios baseia-se no valor de mercado a essa data.

Como descrito acima os termos do plano PPAE exigem que as acções sejam detidas durante vários anos a partir da data do investimento. O cálculo do justo valor à data do investimento destes prémios inclui uma redução desta restrição de pós-concessão. Esta redução é determinada pelo cálculo do valor que o participante de mercado estaria disposto racionalmente a pagar para retirar a restrição de utilizar um modelo de preços de opções Black-Scholes. O desconto total exigido em 2011 é de zero Libras esterlinas (2010: 22 m de Libras esterlinas).

Movimentos em opções e prémios

O movimento no número de opções e prémios para os planos principais e o preço médio ponderado do exercício das opções foi:

	PVA ^{a,b}		PPAE ^{a,c}		Outros ^{a,d}			
	Número (000s)		Número (000s)		Número (000s)		Média ponderada ex. preço (£)	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Por saldar no início do ano/data de aquisição	226.842	-	383.483	464.511	175.253	189.871	2,80	3,01
Concedido durante o ano	255.592	241.931	11.267	85.489	111.374	32.763	1,52	2,46
Exercido/transferido durante o ano	(77.315)	(4.932)	(117.126)	(139.220)	(18.164)	(11.211)	2,03	2,67
Menos: recusado durante o ano:	(12.481)	(10.157)	(25.596)	(27.297)	(46.480)	(36.170)	2,59	3,42
Menos: expirado durante o ano	-	-	-	-	(7.620)	-	3,94	-
Por saldar no final do ano	392.638	226.842	252.028	383.483	214.363	175.253	1,93	2,80
Dos quais exercíveis:	-	-	25.025	5.220	20.424	8.383	2,78	4,35

Alguns dos planos de opções de acções do Grupo permitem a certos directores e membros da equipa de colaboradores a opção de subscrição de novas acções ordinárias do Barclays PLC, entre 2011 e 2019.

Notas

a Opções/prémios concedidos sobre as acções do Barclays PLC.

b Prémio custo zero e portanto o preço médio ponderado de exercício foi zero.

c Opção custo zero e portanto não foi ponderado o preço médio de exercício.

d O número de prémios dentro de outros no final do ano está principalmente relacionado com a Sharesave (o número de prémios exercíveis no final do ano foi de 15.825 mil). O preço médio ponderado do exercício está relacionado com a Sharesave. O preço médio ponderado do exercício para os outros planos foi zero.

Anotações às demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado a 31 de Dezembro de 2011 continuação

36 Pagamentos com base em acções (continuação)

A média ponderada da vida contratual remanescente e número de opções e prémios pendentes (incluindo os exercíveis) na data do balanço são as seguintes:

	2011		2010	
	Média ponderada da vida contratual remanescente e em anos	Número de opções/prémios em circulação (000s)	Média ponderada da vida contratual remanescente e em anos	Número de opções/prémios em circulação (000s)
PVA^{a,b}	2	392.638	2	226.842
PPAE^{a,c}	2	252.028	3	383.483
Outros^a	0 - 4	214.362	0 - 4	175.252

Não houve modificações significativas para os acordos de pagamentos com base em acções nos anos de 2011 e 2010.

A 31 de Dezembro de 2011, a responsabilidade total decorrente de transacções de pagamento com base em acções e liquidadas em dinheiro foi de 12 m de Libras esterlinas (2010: 23 m de Libras esterlinas).

Participações nas acções do Barclays PLC

O Grupo, através de vários fundos fideicomissos de pensão para colaboradores, detém acções no Barclays PLC ("acções próprias") para cumprir as suas obrigações nos termos dos planos de pagamento com base em acções. O número total de acções do Barclays detidas em fundos fideicomissos de pensão para colaboradores do Grupo a 31 de Dezembro de 2011: 259,0 milhões). A redução deve-se a uma mudança na abordagem de financiamento pelo administrador, pela qual as detenções de acções próprias foram substituídas por instrumentos que cobrem a exposição económica para os movimentos no preço das acções do Barclays. Os direitos a dividendos foram renunciados em zero (2010: zero) dessas acções. O valor total de mercado das acções do fundo com base no preço das acções no final do ano é de 1.74 Libras esterlinas (2010: 2.61 Libras esterlinas) era 6,8 m de Libras esterlinas (2010: 676 m de Libras esterlinas).

Notas

- a Opções/prémios concedidos sobre as acções do Barclays PLC.
- b Prémio a custo zero
- c Opções a custo zero

37 Pensões e benefícios de reforma

Valor contabilístico das pensões e benefícios de reforma

O Grupo opera uma série de planos de pensões, incluindo de contribuição definida, benefício definido e os planos de benefícios de reforma.

Planos definidos de contribuição - O Grupo reconhece as contribuições devidas referentes ao período contabilístico na demonstração dos resultados. Quaisquer contribuições não pagas à data de balanço são incluídas como passivo.

Planos definidos de benefícios - O Grupo reconhece a sua obrigação para com os membros do regime no final do período, menos o justo valor dos activos do regime e ganhos ou perdas actuariais não reconhecidas. Cada plano de obrigações é calculado usando o método da unidade de crédito projectado sobre os pressupostos estabelecidos na nota abaixo. Os activos do plano são apresentados ao justo valor no final do período.

O Grupo utiliza a opção do IAS 19 Benefícios dos Colaboradores para adiar os ganhos e perdas actuariais durante o período de serviço remanescente dos colaboradores.

Os ganhos e perdas actuariais incluem ajustamentos de experiência (diferenças entre os anteriores pressupostos actuariais e aquilo que realmente ocorreu) e os efeitos das alterações nos pressupostos actuariais. Os ganhos e perdas actuariais acumulados, na medida em que excedam o maior de: 10% do justo valor dos activos do plano ou 10% do valor presente da obrigação de benefício definido, são diferidos e o excesso é amortizado na demonstração dos resultados sobre a média de vida útil dos inscritos. Os ganhos e perdas nas reduções de efectivos são reconhecidos quando o corte ocorre, o que pode ser quando ocorre um compromisso demonstrável a uma redução dos benefícios ou redução de colaboradores qualificados. O ganho ou perda inclui qualquer mudança no valor presente da obrigação, o justo valor dos activos e qualquer ganho ou perda actuarial relacionada não reconhecida e as despesas com serviços efectuados no passado.

Quando os activos de um plano e as suas perdas actuariais não reconhecidas excederem a sua obrigação, é reconhecido um activo na medida em que não exceda o valor actual das férias de contribuições futuras ou reembolsos de contribuições.

Benefícios na reforma - o custo de proporcionar benefícios de cuidados de saúde aos colaboradores reformados são acumulados como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo do período que os colaboradores prestam serviços ao Grupo, utilizando uma metodologia semelhante à dos planos de pensões de benefício definido.

Desenvolvimento contabilístico futuro

De 1 de Janeiro de 2013, em conformidade com as alterações ao IAS 19, o balanço do Grupo vai reflectir plenamente o passivo ou activos das pensões, incluindo quaisquer perdas ou ganhos actuariais não reconhecidos. A 31 de Dezembro 2011, existiam perdas actuariais não reconhecidas de 1,7 mil milhões de Libras esterlinas. Além disso, o Grupo reconhecerá a taxa de juros ou de renda sobre o passivo ou activo líquido da pensão, ao invés do não o retorno esperado dos activos e o custo dos juros sobre as obrigações de benefícios dos planos. O Grupo deixará de reconhecer a amortização dos ganhos ou perdas actuariais não reconhecidos que em 2011 deram origem a uma taxa de 0,1 mil milhões de Libras esterlinas. Tendo em conta estas alterações, o encargo para 2011 teria sido superior em 0,1 mil milhões de Libras esterlinas sob a norma alterada, e teria sido reconhecido um encargo de 1,7 mil milhões de Libras esterlinas noutros resultados abrangentes.

Planos de pensões

O Fundo de Pensões do Reino Unido (UKRF) é o plano principal do Grupo, representando 92% do **total do Grupo em termos de obrigações de benefícios de reforma**. O UKRF apresenta 10 secções, das quais as mais significativas são:

- Pós-reforma: Combina um elemento de saldo de caixa contributivo com um elemento definido de contribuição voluntária. O elemento de saldo de caixa é reavaliado até à idade normal de reforma, em linha com o aumento do Índice de Preços a Retalho (máximo de 5%). Um aumento de investimento relacionado de até 2% por ano pode também ser adicionado à discricção do Barclays. Desde 1 de Outubro de 2003 a maioria dos novos colaboradores fora do Barclays Capital foi elegível para participação.
- Plano de Investimento de Pensões (PIP): Uma secção de contribuição definida proporcionando benefícios aos colaboradores da Barclays Capital desde 1 Julho de 2001.
- O Plano de Pensões de 1964: Grande parte dos colaboradores recrutados antes de Julho 1997 acumulou benefícios neste plano de benefícios definido e não contributivo quanto ao serviço até 31 de Março de 2010. As pensões foram calculadas por referência ao serviço e salário de reforma. A partir de 1 de Abril de 2010 os membros tornaram-se elegíveis para acumular benefícios futuros de serviço em qualquer Pós-reforma ou PIP.

Os custos da reforma por doença e benefícios de morte em serviço são geralmente suportados pelo UKRF.

Governança

O UKRF opera sob a lei Fiduciária e é gerido e administrado em representação dos membros de acordo com os termos dos Estatutos Fiduciários e toda a legislação relevante. A empresa fiduciária é Barclays Pension Funds Trustees Limited, uma sociedade anónima constituída a 20 de Dezembro de 1990 e uma subsidiária detida integralmente pelo Barclays Bank PLC. A empresa fiduciária é o proprietário legal dos activos do UKRF que são mantidos separadamente dos activos do Grupo.

O Conselho Fiduciário é composto por seis directores administrativos seleccionados pelo Barclays, dos quais três são Directores independentes sem nenhuma relação com o Barclays ou o UKRF, mais três Directores nomeados entre os membros seleccionados a partir do pessoal activo e membros elegíveis reformados que se candidataram ao cargo.

Os mesmos princípios de governança da reforma aplicam-se a outros planos de pensões do Grupo, apesar de haver diferentes legislações a cobrir os planos estrangeiros nos quais, na maior parte das vezes, o Grupo tem o poder de determinar a taxa de financiamento.

Anotações às demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado a 31 de Dezembro de 2011 continuação

37 Pensões e benefícios de reforma (continuação)

Quantias reconhecidas

As tabelas a seguir incluem: as quantias reconhecidas na demonstração dos resultados, uma análise das obrigações de benefícios e uma análise dos activos do regime para todos os planos do Grupo. A posição líquida é reconciliada com os activos e passivos reconhecidos no balanço. O plano UKRF é reservado em ramos nas filiais do Reino Unido, portanto em toda esta nota os números divulgados para o UKRF são os mesmos para o Banco, como Grupo consolidado. Os quadros incluem benefícios de reforma financiados e não financiados.

Encargos na demonstração dos resultados		
	2011	2010
	£m	£m
Custo actual de serviço	348	349
Custo de juros	1.154	1.146
Retorno esperado dos activos do plano	(1.176)	(1.122)
Perda actuarial reconhecida	57	75
Custo do serviço passado	23	(233)
Cortes ou liquidações	3	16
Total	409	231

Reconciliação do balanço	2011			2010		
	O Grupo Total	O Banco Total	Dos quais relacionados com UKRF	O Grupo Total	O Banco Total	Dos quais relacionados com UKRF
	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Obrigação de benefício no início do ano	(21.801)	(20.535)	(20.173)	(20.646)	(19.524)	(19.209)
Custo actual de serviço	(348)	(309)	(300)	(349)	(304)	(293)
Custo de juros	(1.154)	(1.071)	(1.053)	(1.146)	(1.068)	(1.049)
Custo do serviço passado	(23)	-	-	238	238	240
Perda actuarial	(569)	(460)	(418)	(590)	(534)	(522)
Benefícios pagos	802	697	684	779	688	678
Câmbio e outros movimentos	99	(1)	(3)	(87)	(31)	(18)
Obrigação de benefício no final do ano	(22.994)	(21.679)	(21.263)	(21.801)	(20.535)	(20.173)
Justo valor dos activos do plano no início do ano	18.905	17.783	17.621	16.700	15.810	15.675
Retorno esperado dos activos do plano	1.176	1.105	1.094	1.122	1.042	1.031
Contribuições da entidade empregadora	2.220	2.162	2.128	728	676	666
Ganhos actuariais	1.419	1.476	1.470	1.012	999	995
Benefícios pagos	(802)	(697)	(684)	(779)	(688)	(678)
Câmbio e outros movimentos	(170)	(67)	(89)	122	(56)	(68)
Justo valor dos activos do plano no final do ano	22.748	21.762	21.540	18.905	17.783	17.621
(défice)/activos líquidos	(246)	83	277	(2.896)	(2.752)	(2.552)
Perdas actuariais não reconhecidas	1.728	1.516	1.403	2.657	2.593	2.501
Activos líquidos reconhecidos/(passivo)	1.482	1.599	1.680	(239)	(159)	(51)
Activos reconhecidos	1.803	1.708	1.680	126	9	-
Dívidas passivas reconhecidas	(321)	(109)	-	(365)	(168)	(51)
Activos líquidos reconhecidos/(passivo)	1.482	1.599	1.680	(239)	(159)	(51)

A 31 de Dezembro de 2011, os activos do plano do IAS de UKRF 19 ultrapassaram as obrigações em 277 m de Libras esterlinas (2010: défice de 2.552 milhões de Libras esterlinas). Os impulsionadores mais importantes para esta mudança foram o desempenho dos activos favoráveis e as contribuições de défice pagos ao longo do ano.

Incluído nas obrigações de benefício do Grupo estavam 1.560 m de Libras esterlinas (2010: 1.470 milhões de Libras esterlinas) relativos a pensões no estrangeiro e 171 m de Libras esterlinas (2010: 158 m de Libras esterlinas) relativos a outros benefícios pós-reforma. Incluído nas obrigações de benefício do Banco estavam 345 m de Libras esterlinas (2010: 294 m de Libras esterlinas) relativos a pensões no estrangeiro e 71 m de Libras esterlinas (2010: 68 m de Libras esterlinas) relativos a outros benefícios pós-reforma. Outras obrigações de benefícios de 22,994 m de Libras esterlinas (2010: 21.801 m de Libras esterlinas), 334 m de Libras esterlinas (2010: 258 m de Libras esterlinas) totalmente não capitalizados. Fora do Banco obrigações de benefícios de 21.679 m de Libras esterlinas (2010: 20.535 m de Libras esterlinas), 150 m de Libras esterlinas (2010: 88 m de Libras esterlinas) totalmente não capitalizados.

37 Pensões e benefícios de reforma (continuação)

Estimativas e opiniões contabilísticas fundamentais

A avaliação actuarial das obrigações dos planos depende de uma série de pressupostos. Abaixo está um resumo dos principais pressupostos financeiros e demográficos adoptados para o UKRF:

Pressupostos financeiros do UKRF		
	2011	2010
	% p.a.	% p.a.
Taxa de desconto	4,74	5,31
Taxa de aumento salarial	3,54	4,00
Taxa de inflação	3,04	3,50
Taxa de aumento de pensões a pagamento	2,94	3,35
Taxa de aumento de pensões diferidas	2,94	3,50
Taxa de reavaliação de pós-reforma ^a	3,47	3,97
Retorno esperado dos activos do plano	5,00	6,30

O pressuposto da taxa de desconto de UKRF baseia-se numa taxa de responsabilidade ponderada derivada de uma curva de rendimento de retorno de títulos empresariais AA e o pressuposto de inflação reflecte as expectativas de longo prazo do Índice de Preços a Retalho

Os pressupostos da UKRF de mortalidade na reforma são baseados num pressuposto de melhor estimativa derivada de uma análise feita em 2011 baseada na própria experiência do Barclays sobre a mortalidade na reforma, que foi realizado no momento da avaliação mais recente de financiamento trienal tendo em conta as provas recentes de mortalidade publicadas. Considerou-se uma margem para melhorias futuras na taxa de mortalidade com base nas projecções médias de coorte publicadas pelo Continuous Mortality Investigation Bureau sujeitas a uma base de 1% d/p quanto a melhorias futuras.

A tabela abaixo mostra como a esperança de vida assumida aos 60, para os membros da UKRF, variou ao longo dos últimos cinco anos:

Esperança de vida assumida	2011	2010	2009	2008	2007
Esperança de vida aos 60 para reformados actuais (anos)					
- Homens	27,7	27,6	27,5	27,4	26,7
- Mulheres	28,8	28,7	28,7	28,5	27,9
Esperança de vida aos 60 para futuros reformados actualmente com 40 (anos)					
- Homens	29,1	29,7	29,6	29,5	28,0
- Mulheres	30,4	30,7	30,6	30,5	29,1

Análise de sensibilidade em pressupostos actuariais

A tabela a seguir mostra uma análise de sensibilidade das hipóteses mais relevantes sobre a obrigação de benefício do UKRF:

Mudança no pressuposto-chave	Impacto sobre UKRF (Redução) / Aumento	Obrigação de benefício (Redução) / Aumento
	%	
Aumento de 0,5% em:		
- Taxa de desconto	(8,7)	(1,8)
- Taxa de inflação	9,1	1,9
1 ano de aumento da esperança de vida aos 60 anos	2,5	0,5

Nota

a Isto é um pressuposto aplicado ao elemento de equilíbrio de caixa Pós-reforma.

Anotações às demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado a 31 de Dezembro de 2011 continuação

37 Pensões e benefícios de reforma (continuação)

Activos

Foi definida uma estratégia de longo prazo para a atribuição do activo do UKRF que abrange uma mistura de capitais próprios, títulos, propriedade e outros activos apropriados. Esta estratégia reconhece que as diferentes classes de activos produzirão provavelmente diferentes retornos a longo prazo e algumas classes de activos podem ser mais voláteis que outras. A estratégia a longo prazo assegura que os investimentos são adequadamente diversificados. É permitida alguma flexibilidade aos gestores de activos para variar as atribuições dos activos da estratégia a longo prazo dentro de uma gama de controlo acordada periodicamente com o Fiduciário.

O UKRF também emprega sempre que apropriado instrumentos derivativos para alcançar o retorno ou exposição desejados, ou para igualar activos mais estreitamente aos passivos. O valor dos activos apresentado reflecte activos físicos reais detidos pelo plano, com quaisquer coberturas derivativas reflectidas a preço de mercado.

O valor dos activos dos planos, a sua percentagem em relação aos activos totais do plano e sua taxa de retorno estimada foram os seguintes:

Análise dos activos do plano	O Grupo Total			O Banco Total			Dos quais relacionados com UKRF		
	Valor	% do justo valor total dos activos do plano	Taxa de retorno estimada	Valor	% do justo valor total dos activos do plano	Taxa de retorno estimada	Valor	% do justo valor total dos activos do plano	Taxa de retorno estimada
	£m	%	%	£m	%	%	£m	%	%
A 31 de Dezembro de 2011									
Capitais próprios	4.979	21,9	7,8	4.534	20,8	7,7	4.452	20,7	7,7
Títulos	11.246	49,4	3,8	10.971	50,4	3,7	10.872	50,5	3,7
Propriedade	1.389	6,1	6,2	1.357	6,2	6,1	1.356	6,3	6,1
Derivativos	1.296	5,7	-	1.296	6,0	-	1.296	6,0	-
Numerário	3.253	14,3	0,6	3.173	14,6	0,5	3.167	14,7	0,5
Outros	585	2,6	4,4	431	2,0	3,1	397	1,8	2,5
Justo valor dos activos do plano	22.748	100	5,1	21.762	100	4,9	21.540	100	5,0
A 31 de Dezembro de 2010									
Capitais próprios	5.865	31,0	8,3	5.409	30,4	8,4	5.349	30,4	8,4
Títulos	9.641	51,0	4,7	9.237	51,9	4,6	9.164	52,0	4,6
Propriedade	1.297	6,9	6,9	1.277	7,2	6,8	1.277	7,2	6,8
Derivativos	410	2,2	-	410	2,3	-	410	2,3	-
Numerário	1.215	6,4	1,2	1.060	6,0	0,5	1.057	6,0	0,5
Outros	477	2,5	5,6	390	2,2	4,7	364	2,1	4,3
Justo valor dos activos do plano	18.905	100	6,3	17.783	100	6,3	17.621	100	6,3

Incluídos no justo valor dos activos do plano estavam: 15 m de Libras esterlinas (2010: 14 m de Libras esterlinas) relativos a acções no Grupo Barclays, 12 m de Libras esterlinas (2010: 13 m de Libras esterlinas) relativos a títulos emitidos pelo Grupo Barclays e 12 m de Libras esterlinas (2010: 10 m de Libras esterlinas) relativos à propriedade ocupada por empresas do Grupo. O UKRF também investe em instrumentos de investimento colectivo que podem deter acções ou passivos de dívida emitidos pelo Grupo Barclays. Os montantes incluídos no justo valor dos activos do plano do Banco incluem 1 m de Libras esterlinas (2010: zero Libras esterlinas) relativos à propriedade ocupada por empresas do Grupo. Os activos do plano do UKRF incluem também 50 m de Libras esterlinas (2010: 58 m de Libras esterlinas) relativos a investimentos privados do Reino Unido 1.342 m de Libras esterlinas (2010: 1.128 m de Libras esterlinas) relativos a investimentos de capital privado do estrangeiro. Estão divulgados acima nos Capitais próprios.

O retorno expectável dos activos é determinado pelo cálculo da estimativa de retorno total baseada na média ponderada dos retornos estimados para cada classe de activos. Os retornos de classes de activos são estimados usando factores de mercado actuais e projectados tais como a inflação, margens de crédito e prémios de risco de capital próprio. O retorno actual do Grupo em activos do plano teve um aumento de 2,595 m de Libras esterlinas (2010: Aumento de 2,134 m de Libras esterlinas). O retorno actual do Banco em activos do plano teve um aumento de 2,581 m de Libras esterlinas (2010: Aumento de 2,041 m de Libras esterlinas).

O retorno total expectável nos pressupostos de activos reconheceu que parte do valor em caixa a 31 de Dezembro de 2011 deveria ser reinvestida logo após o final do ano, em linha com a estratégia de longo prazo. O retorno total expectável em pressupostos de activos tem sido geralmente baseado na carteira de activos criados após ajuste do impacto líquido dos derivativos no perfil de risco e retorno das participações.

37 Pensões e benefícios de reforma (continuação)

Ganhos e perdas actuariais

Os ganhos e perdas actuariais decorrentes de obrigações do plano e activos do plano são as seguintes:

Ganhos e perdas actuariais totais (O Grupo)	2011	2010	2009	2008	2007
	£m	£m	£m	£m	£m
Valor actual das obrigações	(22.994)	(21.801)	(20.646)	(15.783)	(17.634)
Justo valor dos activos do plano	22.748	18.905	16.700	14.496	18.027
(Défice) líquido /excedente nos planos	(246)	(2.896)	(3.946)	(1.287)	393
Experiência (perdas) e ganhos em passivos do plano					
- quantia	(57)	(216)	62	(177)	(376)
- como percentagem dos passivos do plano	-	(1%)	-	(1%)	(2%)
Diferença entre o retorno real e expectável em activos do plano					
- quantia	1.419	1.012	1.416	(4.655)	(343)
- como percentagem dos activos do plano	6%	5%	8%	(32%)	(2%)

Ganhos e perdas actuariais totais (O Banco)	2011	2010	2009	2008	2007
	£m	£m	£m	£m	£m
Valor actual das obrigações	(21.679)	(20.535)	(19.524)	(14.735)	(16.851)
Justo valor dos activos do plano	21.762	17.783	15.810	13.697	17.372
(Défice) líquido /excedente nos planos	83	(2.752)	(3.714)	(1.038)	521
Experiência (perdas) e ganhos em passivos do plano					
- quantia	(33)	(209)	102	(177)	(308)
- como percentagem dos passivos do plano	-	(1%)	1%	(1%)	(2%)
Diferença entre o retorno real e expectável em activos do plano					
- quantia	1.476	999	1.411	(4.599)	(334)
- como percentagem dos activos do plano	7%	6%	9%	(34%)	(2%)

Ganhos e perdas actuariais relacionados com UKRF	2011	2010	2009	2008	2007
	£m	£m	£m	£m	£m
Valor actual das obrigações	(21.263)	(20.173)	(19.209)	(14.395)	(16.563)
Justo valor dos activos do plano	21.540	17.621	15.675	13.537	17.231
(Défice) líquido /excedente nos planos	277	(2.552)	(3.534)	(858)	668
Experiência (perdas) e ganhos em passivos do plano					
- quantia	(34)	(207)	106	88	-
- como percentagem dos passivos do plano	-	(1%)	1%	1%	-
Diferença entre o retorno real e expectável em activos do plano					
- quantia	1.470	995	1.424	(4.534)	332
- como percentagem dos activos do plano	7%	6%	9%	(33%)	2%

Anotações às demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado a 31 de Dezembro de 2011 continuação

37 Pensões e benefícios de reforma (continuação)

Financiamento

A avaliação trienal do financiamento do UKRF foi efectuada com uma data efectiva de 30 Setembro de 2010 e apresentou um défice de 5,0 mil milhões de Libras esterlinas. De acordo com a Leis de Pensões de 2004, o Banco e o Fiduciário acordaram um alvo de financiamento específico a um plano, mapa de princípios de financiamento, um esquema de contribuições e um plano de recuperação para eliminar o défice do Fundo.

O plano de recuperação para eliminar o défice obrigará o Banco a pagar as contribuições do défice ao Fundo até 2021. As contribuições de défice de 1,8 mil milhões de Libras esterlinas foram pagas ao fundo em Dezembro de 2011 e um adicional de 0,5 mil milhões de Libras esterlinas será pago em 2012. As contribuições de défice adicionais serão pagas de 2017 a 2021 começando com 0.65 mil milhões de Libras esterlinas em 2017 e um aumento de aproximadamente 3,5% ao ano até 2021. Estas contribuições de défice são adicionais às contribuições regulares para satisfazer a participação do Grupo do custo das prestações vencidas todos os anos. Incluindo as contribuições de défice, a contribuição estimada do Grupo para o UKRF em 2012 será de 877 m de Libras esterlinas. Excluindo o UKRF, o Grupo deverá pagar contribuições de aproximadamente 1 m de Libras esterlinas aos planos do Reino Unido e 94 m de Libras esterlinas aos planos internacionais em 2012. O Banco deverá pagar contribuições de aproximadamente 1 m de Libras esterlinas aos planos do Reino Unido e 22 m de Libras esterlinas aos planos internacionais em 2012.

O Plano Actuarial prepara uma actualização da posição do financiamento para 30 de Setembro. A última actualização anual foi realizada a 30 de Setembro de 2011 e apresentou um défice de 6,4 mil milhões de Libras esterlinas. Isto foi antes do pagamento de 1,8 mil milhões de Libras esterlinas em Dezembro de 2011.

As contribuições pagas respeitantes ao UKRF foram as seguintes:

Contribuições pagas	£m
2011	2,128
2010	666
2009	525

Âmbito da consolidação

Esta secção apresenta informação sobre os investimentos nas subsidiárias, joint ventures e associados do Grupo. Associados É também dado o detalhe sobre operações de titularização que O Grupo assumiu e operações do balanço extrapatrimonial.

38 Investimento nas subsidiárias

Os investimentos nas subsidiárias, de que as principais estão envolvidas em actividades relacionadas com a banca, são registados no balanço a um custo histórico, menos qualquer imparidade. Em 31 de Dezembro de 2011, o custo histórico dos investimentos nas subsidiárias foi de 24.383m de £ (2010: 20,858m de £) e os abatimentos reconhecidos face a estes investimentos foram de 2.310m de £ (2010: 1.825m de £) de imparidade.

Principais subsidiárias do Grupo figuram abaixo. Esta lista foi revista para incluir estas subsidiárias que são significativas no contexto dos negócios do Grupo, de resultados ou situação financeira.

País do registo ou da constituição	Denominação da empresa	Natureza da actividade empresarial	Percentagem do capital de património líquido detido (%)
Inglaterra	Barclays Bank Trust Company Limited	Banca, títulos do sector industrial e serviços fiduciários	100
Inglaterra	Barclays Stockbrokers Limited	Bolsa de valores	100
Inglaterra	Barclays Capital Securities Limited	Tratamento de títulos	100
Inglaterra	FIRSTPLUS Financial Group PLC	Prestação de empréstimos segurados	100*
Ilha de Man	Barclays Private Clients International Limited	Banking	100*
Japão	Barclays Capital Japan Limited	Tratamento de títulos	100
Quênia	Barclays Bank of Kenya Limited	Banking	68,5*
África do Sul	Absa Group Limited	Banking	55,5*
Espanha	Barclays Bank SA	Banking	100*
EUA	Barclays Capital Inc.	Tratamento de títulos	100
EUA	Barclays Bank Delaware	Cartões de crédito dos EUA	100
EUA	Barclays Group US Inc.	Sociedade de participação financeira	100*

O país do registo ou da constituição é também a principal área de operação de cada uma das subsidiárias acima. Os investimentos nestas subsidiárias detidos directamente pelo Barclays Bank PLC estão indicados com *. As informações completas de todas as subsidiárias serão incluídas no Rendimento Anual a ser preenchido na UK Companies House.

Embora o interesse do Grupo no direito de voto do capital próprio em certas entidades exceda 50%, ou possa ter poder para nomear uma maioria do seu Conselho de Administração, as entidades são excluídas da consolidação porque o Grupo não dirige as políticas financeiras e operacionais destas entidades, nem se baseia no facto que outra entidade tenha um interesse económico superior nelas. Em consequência, estas entidades não são consideradas ser controladas pelo Barclays.

País do registo ou da constituição	Denominação da empresa	Percentagem do capital detido das acções ordinárias %	Fundo das participações dos accionistas m de £	Lucro detido durante o ano m de £
Reino Unido	Fitzroy Finance Limited	100	-	-
Ilhas Caimão	Palomino Limited	100	1	-

Notas às demonstrações financeiras

Do ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

39 Aquisições das subsidiárias (continuação)

Em Abril de 2011, o Barclays adquiriu os investimentos de terceiros em Protium pelo seu valor contabilístico de 163m de £ e reestruturou as modalidades de gestão relacionados. Isto resultou em geral no juro do parceiro a ser adquirido pelo Barclays a uma consideração nominal e o restante juro na Protium detida pelo gestor de investimento da Protium de, resgatados por conta de 50 milhões de libras (de acordo com as taxas de desempenho que teriam sido devidas no âmbito do acordo original, com base no desempenho do investimento à data). Barclays é agora o único proprietário e parte controladora da Protium, que é consolidado pelo Grupo. O gestor de investimento continua a prestar serviços de gestão ao Barclays em relação aos bens adquiridos. Não houve ganhos ou perdas, ou goodwill surgindo, dado que a imparidade sobre o empréstimo já foi calculado por referência ao valor Protium do activo líquido de £ 5.856 m.

Como parte da transação, 750m de US \$ das receitas de um resgate parcial do empréstimo da Protium foram investidos em Helix, um fundo existente e gerido pelo gestor de investimentos da Protium. Isso representa uma participação maioritária no fundo, que também foi consolidada pelo Grupo.

O montante da pré-aquisição dos activos adquiridos e passivos, confirma, em conformidade com as políticas contabilísticas do Grupo, que foi igual ao seu justo valor no momento da aquisição. Não houve ganhos ou perdas, ou decorrentes de transacções.

	Valores justos m de £
Activos	
Activos de carteiras de negociação	4.731
Activos financeiros pelo justo valor	1.004
Instrumentos financeiros derivados	5
Empréstimos e contas a receber	472
Acordos de recompra e revenda	29
Outros activos	46
Total de activos	6.287
Passivos	
Depósitos de bancos	1
Passivos de carteiras de negociação	93
Passivos financeiros designados ao justo valor:	76
Instrumentos financeiros derivados	23
Acordos de recompra e revenda	24
Outros passivos	51
Total passivos	268
Activos líquidos adquiridos (acções do Grupo 100%)	6.019
Considerações - em numerário	163
- empréstimo	5.856
Valor total	6.019

A exposição do Grupo ao Protium antes da aquisição representou um empréstimo. Após a aquisição, os activos subjacentes detidos pela Protium foram consolidados pelo Grupo e foram integrados nas linhas de negócio correspondentes.

A contribuição da Protium e activos relacionados subjacentes sobre o lucro do Grupo antes do imposto para o ano, monta ao valor de 55m reflecte uma imparidade de 223m e £ 36m sobre de rendimento de juros sobre empréstimos antes da aquisição, compensado por £204m de redução de valor de imparidade pós aquisição nos activos subjacentes compensado por ganhos decorrentes dos structured assets. Perdas pós-aquisição composta £ ganho de 27m ganhos nos EUA sub prime e Alt- A, £ 249m em perdas em títulos de hipotecas comerciais seguradas, £ 92m ganhos na CDO e outros ativos, 56m £ de juros e líquidos de outras receitas, £ 74m, dos encargos de financiamento e 56m £ de taxas para a gestão de Protium de investimento.

Na data da aquisição, os valores contratuais, devido à maturidade dos activos adquiridos foram de 28bl de £. Estes activos são sobretudo detidos para comercialização e não se espera que sejam mantidos até à maturidade.

Os custos relacionados com a aquisição de 7m de £ foram incluídos nas despesas operacionais. O fluxo líquido agregado de aquisição durante o ano foi de 163m de £.

39 Aquisições das subsidiárias (continuação)

Durante o ano, o Barclays adquiriu 2,1bl de consumidores activos de cartão de crédito a partir de Egg UK, uma carteira de cartões de 130m de £ a partir do MBNA Europe Bank Limited e 1,4bl de \$ a partir do Upromise por Sallie Mae carteira de cartões de crédito da FIA Card Services, NA (parte do Bank of America). Estas aquisições foram compras de activos e, portanto, não foram incluídas na tabela acima. Além disso o Barclays adquiriu a carteira do Baubecon de imóveis residenciais alemães na sequência de uma operação de reestruturação da dívida de 0,8bl de £. As propriedades têm um valor justo corrente de 1bl de £ e são contabilizados como propriedades de investimento.

40 Investimentos em entidades associadas e parcerias

Contabilidade para associadas e joint ventures

O Barclays aplica a IAS 28 Investments nas Associadas e o 31 Interests nas Joint Ventures. As associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controlo sobre a política de operação e financeiras. Geralmente, o Grupo detém mais de 20%, mas menos de 50%, das acções com direito de voto. As Joint Ventures são entidades cujas actividades são reguladas por um acordo contratual entre o Grupo e uma ou mais partes, compartilham igualmente nas decisões sobre políticas operacionais e financeiras.

Os investimentos do Grupo em associadas e joint ventures são inicialmente registrados ao custo e aumentou (ou diminuiu) a cada ano pela participação do Grupo do lucro pós-aquisição (ou perda). Em alguns casos, os investimentos nessas entidades pode ser realizada pelo justo valor através de resultados, por exemplo, as realizadas por empresas de private equity.

	2011	2010
	m de £	m de £
Investimentos em associados	169	261
Investimentos em joint ventures	258	257
Total	427	518

Apresenta-se em seguida um resumo da informação financeira dos associados e joint ventures do Grupo. Os montantes acima incluídos, que incluem todos os activos, passivos e receitas líquidas das empresas investidas, e não apenas a participação do Grupo, são baseados em contas feitas até 31 de Dezembro de 2011, com excepção de algumas empresas para as quais os montantes são baseados em contas feitas até data não anterior a três meses antes da data do balanço.

m de £	2011		2010	
	Associados	Joint ventures	Associados	Joint ventures
	m de £	m de £	m de £	m de £
Total de activos	4.001	3.447	4.819	3.452
Total passivos	3.603	2.938	4.089	3.024
Proveitos/(perdas) depois dos impostos	45	88	(167)	93

A participação do Grupo em compromissos e contingências das suas associadas e joint ventures foi composta de garantias de seguro de £0 (2010: £0) facilidades de crédito não utilizadas prestados aos clientes de 1.265m de £ (2010: 1.237m de £).

41 Operações de titularização

Contabilidade para efeitos de titularização

O Grupo utiliza operações de titularização, como uma fonte de financiamento e um meio de transferência de risco. Essas operações geralmente resultam na transferência de fluxos de caixa contratuais de carteiras de activos financeiros para os detentores de títulos de dívida emitidos.

As operações de titularização podem, através do estabelecimento de acordos individuais, resultar no reconhecimento continuado dos activos titularizados e no reconhecimento dos títulos de dívida emitidos na transacção; levar a um reconhecimento parcial continuado dos activos na medida do envolvimento continuado do Grupo nesses activos ou ao desreconhecimento dos activos e ao reconhecimento separado, como activos ou obrigações, de quaisquer direitos e obrigações criados ou retidos na transferência. O total não reconhecimento ocorre apenas quando o Grupo transfere o seu direito contratual a receber fluxos de caixa dos activos financeiros, ou retém o direito contratual a receber os fluxos de caixa, mas assume uma obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa a outra parte sem atraso material ou reinvestimento, e também transfere substancialmente todos os riscos e remunerações da propriedade, incluindo riscos de crédito, pagamento antecipado e taxa de juro.

O Grupo participou em transacções de titularização envolvendo os seus empréstimos hipotecários residenciais, empréstimos empresariais e saldos de cartões de crédito. Adicionalmente, o Grupo actua como um canal para documentação comercial, através do qual adquire pools estáticas de empréstimos hipotecários residenciais de outras instituições de crédito para transacções de titularização. Nestas transacções, os activos, ou juros sobre os activos, ou juros sobre os benefícios nos fluxos de caixa derivados dos activos, são transferidos para uma entidade dedicada, ou para um trust que, por sua vez, transfere os juros sobre os benefícios para uma entidade dedicada, que emite então títulos de dívida de taxa flutuante para investidores terceiros.

Notas às demonstrações financeiras

Do ano findo em 31 de Dezembro de 2011 continuação

41 Operações de titularização (continuação)

A tabela seguinte mostra o valor contabilístico de activos titularizados, de acordo com o valor de envolvimento continuado do Grupo quando apropriado, juntamente com os passivos associados, para cada categoria de activos no balanço:

	2011		2010	
	Valor Contabilístico Associados	Passivos Activos	Valor Contabilístico Associados	Passivos Activos
	m de £	m de £	m de £	m de £
O Grupo				
Empréstimos e adiantamentos a clientes				
Empréstimos de hipoteca residencial	7.946	(8.085)	9.709	(10.674)
Clientes de cartões de crédito	4.059	(3.477)	801	(723)
Mercado grossista e empréstimos e adiantamentos empresariais	1.391	(1.428)	2.560	(2.878)
Total	13.396	(12.990)	13.070	(14.275)
Activos designados pelo valor justo através de ganhos ou perdas				
Juro retido em empréstimos hipotecários residenciais	1		5	
O Banco				
Empréstimos e adiantamentos a clientes				
Empréstimos de hipoteca residencial	6.230	(6.477)	6.700	(7.789)
Clientes de cartões de crédito	3.913	(3.325)	362	(315)
Mercado grossista e empréstimos e adiantamentos empresariais	1.787	(1.843)	2.974	(3.358)
Total	11.930	(11.645)	10.036	(11.459)
Activos designados pelo valor justo através de ganhos ou perdas				
Juro retido em empréstimos hipotecários residenciais	1		5	

Os saldos incluídos nos empréstimos e adiantamentos a clientes representam operações de titularização nas quais todos os riscos e remunerações do activo foram substancialmente mantidos pelo Grupo. Como resultado dessas operações de titularização que representam financiamento garantido, embora para fins de capital regulatório que pode dar a um benefício de risco de capital regulamentar, devido à partilha de riscos com os investidores.

O excesso no total de obrigações associadas em relação ao montante de activos a transportar reflecte primariamente diferenças no timing na recepção e pagamento de fluxos de caixa, e de movimentos de comércio externo em que os activos e obrigações associadas estão denominados em moedas diferentes. Os movimentos de câmbio externo e riscos associados são cobertos economicamente através da utilização de contratos derivados de crédito recíproco.

Os juros retidos em empréstimos hipotecários de habitação são títulos que representam uma exposição continuada ao pagamento antecipado e ao risco de crédito nos activos titularizados subjacentes. O valor total de empréstimos foi de 2.299m de £ (2010: 15.458m de £) O juro retido é inicialmente registado como uma alocação do valor contabilístico original baseado nos justos valores relativos da porção não reconhecida e da porção retida.

42 Operações do balanço extrapatrimonial

No decurso normal da actividade empresarial e principalmente para facilitar as transacções do cliente, o Grupo realiza transacções que podem envolver a utilização de operações do balanço extrapatrimonial e de Entidades de Finalidades Especiais (EFEs). Estas operações incluem a provisão de garantias, compromissos de empréstimo, juros retidos em activos que tenham sido transferidos para uma EFE não consolidada ou obrigações resultantes de envolvimento do Grupo com estas EFEs.

Garantias

O Grupo emite garantias por conta dos seus clientes. Na maioria dos casos, o Grupo irá deter a garantia colateral contra a exposição, tendo um direito de regresso em relação ao cliente ou a ambos. Além disso, o Grupo emite garantias por sua própria conta. Garantias financeiras dadas aos bancos e às instituições financeiras por conta dos clientes para assegurar os empréstimos; adiantamentos; e outras facilidades bancárias, incluindo indemnizações por empréstimo de acções e cartas de crédito "standby". Outras garantias disponibilizadas incluem as garantias de desempenho, as garantias de pagamento adiantado, garantias em licitações, garantias às Contribuições e Impostos de Sua Majestade e garantias de retenção. O montante nominal principal dos passivos contingentes com um risco de balanço extrapatrimonial é definido na Nota 28.

Compromissos de empréstimo

O Grupo estabeleceu compromissos de empréstimo aos seus clientes sujeitos a certas condições. Estes compromissos de empréstimo são feitos por um período fixo ou canceláveis pelo Grupo sujeitos a condições de aviso. As informações sobre compromissos de empréstimo e facilidades semelhantes são definidas na Nota 28.

42 Operações do balanço extrapatrimonial (continuação)

Locação

O Grupo aluga vários escritórios, filiais, outras instalações e equipamento nos termos de acordos de locação operacional não cancelável. Com estes acordos de locação operacional, o activo é mantido no balanço do locador e o Grupo comunica os pagamentos de locação mínimos futuros como gastos no termo da locação. As informações sobre locação podem ser encontradas na Nota 25.

EFEs

As EFEs são entidades que são criadas para cumprir um objectivo específico e bem definido. Frequentemente há restrições específicas ou limites sobre as suas actividades contínuas. As transacções do Grupo com as EFEs assumem várias formas, inclusive:

- A provisão do financiamento para compra de activos financeiros, ou de compromissos para disponibilizar o financiamento de compras futuras.
- As transacções derivadas para disponibilizar aos investidores das EFEs uma exposição especificada.
- A provisão da liquidez ou facilidades de protecção que podem ser utilizadas se as EFEs encontrarem dificuldades em financiamentos futuros.
- O investimento directo nos títulos emitidos pelas EFEs.

Várias transacções do Grupo têm regresso só para os activos das EFEs não consolidadas. Tipicamente, a maioria da exposição a estes activos é criada por terceiros e o risco do Grupo é mitigado através de garantias sobrecolaterais, características de liquidação e outras medidas de protecção.

As actividades empresariais dentro do Grupo onde as EFEs são utilizadas incluem programas de canais de distribuição de multi-vendedores, títulos de activos, mediação de clientes, estruturação de crédito, realização de activos e gestão de financiamento. Estas actividades são descritas abaixo. Além disso, as secções mais adiante disponibilizam informações quantitativas sobre o envolvimento do Grupo com CDOs, VEIs VEI-Lites e canais de distribuição.

Programas de canais de distribuição de multi-vendedores

O Barclays cria, administra e disponibiliza o aumento de crédito e de liquidez a diversos programas de canais de distribuição de papéis comerciais, inicialmente nos Estados Unidos. Estes canais de distribuição disponibilizam aos clientes o acesso para a liquidez nos mercados de papéis comerciais permitindo-lhes vender bens ou serviços do consumidor ou do cliente ao canal de distribuição, que depois emitem os papéis comerciais aos investidores para financiamento da compra. Os canais de distribuição têm garantias colaterais, aumento de crédito e apoio de liquidez suficientes para manter um grau de investimento para os papéis comerciais.

Titularizações de activos

O Grupo facilitou aos seus clientes formação em titularizações de activos, algumas das quais que passaram a vigorar através da utilização das EFEs. Estas entidades têm um capital próprio mínimo e assentam no financiamento sob a forma de títulos para compra dos activos para titularização. Como estas EFEs são criadas para outras empresas, o Grupo não controla habitualmente estas entidades e, por isso, não as consolida. O Grupo pode disponibilizar o financiamento sob a forma de títulos juniores ou seniores e também disponibilizar derivados às EFEs. Estas transacções são incluídas no balanço.

O Grupo também utilizou as EFEs para titularizar parte das suas carteiras de empréstimo comercial e de revenda criadas e compradas e cartões de crédito de clientes. Estas EFEs habitualmente são consolidadas e o não reconhecimento só ocorrer quando o Grupo transfere o seu direito contratual para receber fluxos de caixa de activos financeiros, ou mantém o direito contratual para receber fluxos de caixa, mas assume uma obrigação contratual para pagar os fluxos de caixa a outra parte sem atraso ou reinvestimento de material, e também transfere substancialmente todos os riscos e as recompensas da participação, inclusive o risco de crédito, o risco de pré-pagamento e o risco da taxa de juro. O valor contabilístico dos activos titularizados juntamente com os passivos associados é definido na Nota 41.

Mediação do cliente

O Grupo estruturou transacções como mediador financeiro para atender às necessidades do investidor e do cliente. Estas transacções envolvem entidades estruturadas pelo Grupo ou pelo cliente e são utilizadas para modificar os fluxos de caixa de activos de terceiros para criar investimentos com um perfil de risco ou de retorno específico ou ajudar os clientes a gerir eficazmente outros riscos. Estas transacções irão resultar tipicamente em transacções derivadas sendo mostradas no balanço, representando a exposição do Grupo aos activos principais. O Grupo também investe em entidades do locador especificamente para adquirir activos para locação. A mediação do cliente também inclui operações para financiamento da compra ou da criação de activos específicos (mais comuns na indústria de propriedade).

Estruturação de crédito

O Grupo estrutura investimentos para apresentar perfis de risco específicos aos investidores. Isto pode envolver a venda de exposição de crédito, muitas vezes por via de derivados, a uma entidade que posteriormente financia aquela exposição emitindo títulos. Estes títulos podem ser inicialmente detidos pelo Barclays antes da venda exterior do Grupo.

Realizações de activos

O Grupo estabelece que as EFEs facilitem a recuperação de empréstimos em circunstâncias em que o mutuário tenha sofrido perda financeira.

Na medida em que há garantias e compromissos em relação às EFEs, os dados são incluídos na Nota 28.

Obrigações garantidas de dívida (CDOs)

O Grupo estruturou e subscreveu as CDOs. No início, a exposição do Grupo assume principalmente a forma de facilidade de liquidez disponibilizada para apoiar futuras dificuldades de financiamento ou fluxos de caixa negativos nos veículos. Se exigido pelo veículo, a facilidade é utilizada com o montante adiantado incluída com os empréstimos e adiantamentos no balanço. No caso de uma situação padrão ou indicadora, o Grupo pode adquirir o controlo de uma CDO e, por isso, ser-lhe exigido a consolidar totalmente o veículo para fins contabilísticos. A possibilidade de as transacções atingirem indicadores padrão antes do fim de 2011 tem sido avaliada e é incluída na determinação de dotações para imparidade de 6m de £ e outras provisões de crédito (2010: 137m de £) em relação à ABS CDO Super Senior e a outras exposições do mercado de crédito para o ano findo em 31 de Dezembro de 2011.

Notas às demonstrações financeiras

Do ano findo em 31 de Dezembro de 2011 continuação

42 Operações do balanço extrapatrimonial (continuação)

A exposição do Grupo às posições da ABS CDO Super Senior antes da protecção foi de 1,842m de £ como em 31 de Dezembro de 2011, (2010: 1.992m de £) equivalente a um agregado de 51,68% (2010: 50.97%) de redução no valor em média para todos os investidores. Isto representa a exposição do Grupo às CDOs de Nível Alto, líquido declarado na depreciação e nos gastos. Estas facilidades são totalmente utilizadas e incluídas em empréstimos e adiantamentos no balanço.

Garantia colateral

As CDOs colaterais não consolidadas que se destacam compreendem 78% (2010: 78%) de títulos apoiados por hipotecas de habitação, 2% (2010: 78%) de títulos apoiados por activos não habitacionais e 20% (2010: 19%) noutras categorias (uma proporção das quais será apoiada por garantias colaterais de hipotecas de habitação). A Média Ponderada da Vida (MPV) restante de todas as garantias colaterais é de 7,41 anos (2010: 6,25 anos). O Valor Líquido dos Activos (VLA) combinado para todas as CDOs foi de 1bl de £ (2010: 1bl de £).

Financiamento

As CDOs foram financiadas com títulos seniores não avaliados e títulos avaliados até AAA. A estrutura senior capital dos títulos AAA em CDOs monetárias foi apoiada por uma facilidade de liquidez disponibilizada pelo Grupo. A parte senior coberta pela facilidade de liquidez é em média de 82% da estrutura do capital. A MPV inicial dos títulos emitida em média é de 6,7 anos (2010: 6,7 anos). A maturidade contratual total é de 38,2 anos (2010: 38,2 anos).

Participações em CDOs de terceiros

O Grupo comprou títulos e assinou instrumentos derivados com CDOs de terceiros. Estas participações foram detidas como activos ou passivos comerciais no balanço do Grupo e avaliadas no justo valor. O Grupo não disponibilizou facilidades de liquidez ou acordos semelhantes a CDOs de terceiros.

Veículos Estruturados de Investimento (VEIs)

O Grupo não estrutura ou gere VEIs. A exposição do Grupo aos SIVs de terceiros composta por: £ nil (2010: nil £) das facilidades de liquidez altos e exposições sobre instrumentos derivados incluídos no balanço pelo seu justo valor líquido de 6m de £ (2010: 46 m de £).

VEIs-Lites

O Grupo expos-se a uma transacção VEIs-Lite. O Grupo não esteve envolvido na sua gestão contínua. A exposição desceu para £ zero (2010:345m de £) representando activos ao seu valor justo

Títulos comerciais e canais de distribuição a médio prazo

O Grupo disponibilizou 14 bl de £ em facilidades de liquidez e protecção não utilizadas para os seus próprios títulos comerciais e canais de distribuição patrocinados. O Grupo consolida totalmente estas entidades para que os activos em destaque sejam reflectidos no balanço do Grupo. Estas entidades consolidadas, por sua vez proporcionam facilidades de 717m de £ (2010: 740m de £) para condutas de terceiros que contenham o principal UK buy-back para arrendar activos de hipotecas garantidas (RMBS) residenciais Backed (RMBS) ativos. Em 31 de Dezembro de 2011, a facilidade total foi utilizada e está incluída nos investimentos financeiros disponíveis para venda.

O Grupo disponibilizou facilidades de protecção para apoiar os títulos emitidos por um canal de distribuição de terceiros. Estas facilidades totalizaram 259m de £ (2010: 129m de £), com uma garantia colateral que se destaca, compreendendo 100% de empréstimos automáticos. Não houve nenhuma utilização nesta facilidade até 31 de Dezembro de 2011.

O Grupo disponibilizou facilidades de protecção a quatro EFEs de terceiros que financiam títulos a médio prazo. Estes títulos são vendidos a investidores como títulos de 12 meses e recomercializados aos investidores anualmente. Se os investidores recusam renovar as suas participações a um preço abaixo de um "spread" pré-acordado, as facilidades de protecção exigem que o Grupo compre os títulos pendentes a uma maturidade planeada. O Grupo disponibilizou facilidades de 0,9m de £ às participações das EFEs e aos activos dos títulos detidos por proprietários do Reino Unido e Austrália. Foram utilizadas estas facilidades à data do balanço e incluídas nos empréstimos e adiantamentos.

Activos penhorados

Os activos são penhorados como garantia colateral para assegurar os passivos nos termos dos contratos de recompra, de titularizações e de contratos de empréstimo de acções ou como depósitos de títulos relacionados com os instrumentos financeiros derivados. A seguinte tabela sumaria a natureza e o valor escriturado dos activos penhorados como títulos face a estes passivos:

	O Grupo		O Banco	
	2011 m de £	2010 m de £	2011 m de £	2010 m de £
Activos de carteiras de negociação	86.677	111.703	50.354	54.716
Empréstimos e adiantamentos	49.613	30.584	38.729	27.550
Investimentos disponíveis para venda	19.974	22.941	17.203	18.907
Outros	2	45	-	-
Activos penhorados	147.266	165.273	106.286	101.173

Em 31 de Dezembro de 2011, o Barclays tem um adicional de 16bl de £ de empréstimos e adiantamentos no âmbito dos seus programas de financiamento de activos que podem ser facilmente utilizadas para aumentar o financiamento garantido adicionais e disponível para apoiar a futura emissão.

Garantia colateral detida como título em relação aos activos

Nos termos de certas transacções, inclusive nos contratos de recompra e revenda e nas transacções de empréstimo de acções, o Grupo tem permissão para revender ou penhorar de novo a garantia colateral detida. O justo valor à data do balanço da garantia colateral aceite e penhorada de novo a outros foi o seguinte:

	O Grupo		O Banco	
	2011 m de £	2010 m de £	2011 m de £	2010 m de £
Justo valor dos títulos aceites como garantias colaterais	391.287	422.890	419.462	394.851
De que o justo valor dos títulos penhorados de novo foi transferido a outros	341.060	347.557	334.527	358.593

A divulgação completa como por IFRS7 foi incluída na garantia e outros reforços de crédito (página 35 a 38).

Notas às demonstrações financeiras

Do ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

Outros assuntos de divulgação

Esta secção detalha outros assuntos de divulgação, compreendendo: transações com partes relacionadas, remuneração de directores, referência para divulgações de risco detalhados e eventos após a data do balanço. Transações com partes relacionadas incluem quaisquer empresas associadas, joint ventures, entidades sob direcções comuns. Acontecimentos após a data do balanço representam assuntos dignos de nota até a data de aprovação do relatório anual. Estes eventos são aqueles que podem ser considerados significativos para os accionistas e a posição financeira relatada ao Grupo.

44 Transacções de parte relacionada e remunerações dos Directores

a) Transacções de parte relacionada

As partes são consideradas estar relacionadas se uma delas tiver capacidade para controlar a outra ou exercer uma influência significativa sobre a outra em decisões financeiras ou operacionais, ou se uma parte controlar ambas. A definição inclui as subsidiárias, as associadas, as "joint-ventures" e os planos de pensão do Grupo, assim como outras pessoas.

(i) O Grupo

Sociedade-mãe

A sociedade-mãe, que também é a sociedade-mãe final, é o Barclays PLC, que detém 100% das acções ordinárias emitidas do Barclays Bank PLC.

Filiais

As transacções entre o Barclays Bank PLC e as subsidiárias também correspondem à definição das transacções de parte relacionada. Quando estas são eliminadas na consolidação, não são divulgadas nas demonstrações financeiras do Grupo. É apresentada uma lista das principais subsidiárias do Grupo na Nota 38.

Associadas, "joint-ventures" e outras entidades

O Grupo fornece serviços da banca às suas associadas, "joint-ventures", fundos de pensão do Grupo (principalmente o Fundo de Reforma do Reino Unido) e a entidades sob direcção comum, disponibilizando empréstimos, adiantamentos, depósitos remunerados e não remunerados e contas correntes a estas entidades, assim como outros serviços. As empresas do Grupo também fornecem serviços de gestão no investimento e serviços de depósitos em relação aos planos de pensão do Grupo. O Grupo também fornece serviços da banca de "unit trust" (fundos de investimento colectivo) e fundos de investimento geridos pelas empresas do Grupo que não são individualmente materiais. Todas estas transacções são conduzidas nos mesmos termos que os das transacções de terceiros.

Entidades sob direcção comum

O Grupo estabelece relações comerciais normais com entidades cujos sócios do Conselho do Grupo também são Directores. Os montantes incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo relativos a estas entidades que não são publicamente apresentados, são mostrados na tabela oposta em Entidades sob direcções comuns.

Os montantes incluídos nas contas, agregados por categoria da entidade de parte relacionada são os seguintes:

	Associados	Joint ventures	Entidades sob direcção Comum	Fundos de Pensões, fundos e Fundos de investimento ^a
	m de £	m de £	m de £	m de £
Do ano findo em 31 de Dezembro de 2011				
Rendimento	(40)	20	1	17
Perda de	(2)	(6)	-	-
Total de activos	176	1.529	364	-
Total de passivos	36	454	112	182
Do ano findo em 31 de Dezembro de 2010				
Rendimento	19	(15)	10	-
Perda de	(5)	(9)	-	-
Total de activos	135	2.113	45	-
Total de passivos	28	477	110	142

Não foram dados ou recebidos compromissos, penhoras ou garantias a respeito destas transacções em 2011 ou 2010. As transacções derivadas por conta de Unidades de Participação em Fundos de Pensões e Fundos de Investimento importou o montante de 568.9m de £ (2010: 206.8 m de £)a.

a 2010 os saldos de 2010 foram revisados para incluir as cauções em dinheiro, os saldos de depósitos e derivados transaccionados em nome de fundos de pensão, fundos de investimento e de Investimento {2 Fundos>.

44 Transacções de parte relacionada e remunerações dos Directores (continuação)

(ii) O Banco

Filiais

Os dados das principais subsidiárias são apresentados na Nota 38.

O Banco também fornece vários serviços bancários e financeiros às subsidiárias assim como várias contas correntes normais e contas de caixa remuneradas aos fundos de pensão do Grupo (principalmente o Fundo de Reforma do Reino Unido) a fim de facilitar a administração financeira diária dos fundos.

As empresas do Grupo também fornecem serviços de gestão de investimento e serviços de depósito. O Grupo também fornece serviços bancários de unidades de participação e fundos de investimento geridos pelas empresas do Grupo. Estas transacções são conduzidas em termos semelhantes aos das transacções de terceiros e não são individualmente materiais.

Os montantes agregados e incluídos nas contas são os seguintes:

	Filiais	Associados	Joint ventures	Entidades sob direcção comum	Fundos de Pensões, fundos e fundos de investimentos a
	m de £	m de £	m de £	m de £	m de £
Do ano findo em 31 de Dezembro de 2011					
Total de activos	327.898	176	1.529	364	
Total passivos	349.205	36	454	112	182
Do ano findo em 31 de Dezembro de 2010					
377.797		135	2.113	45	-
Total passivos	392.770	28	477	110	142

É prática normal do Banco fornecer às suas subsidiárias o apoio e a assistência por via de garantias, indemnizações, cartas de conforto e compromissos, conforme possa ser conveniente, com vista a permitir-lhes cumprir com as suas obrigações e manter o seu prestígio, incluindo o compromisso do capital e facilidades.

Sobre os dividendos pagos ao Barclays PLC, ver Nota 12.

Pessoal de gestão principal

O pessoal de gestão principal do Grupo, e as pessoas a ele associadas, também são considerados ser partes relacionadas para fins de divulgação. O pessoal de gestão principal é definido como o pessoal que está autorizado e é responsável pelo planeamento, direcção e controlo das actividades do Barclays Bank PLC (directa ou indirectamente) e compreende os Directores do Barclays Bank PLC e os Administradores do Grupo, certas pessoas reportadas directamente ao Presidente do Grupo e responsáveis das principais unidades empresariais.

Não houve nenhuma transacção de parte relacionada material com entidades sob direcção comum em que um Director ou outro sócio do pessoal de gestão principal (ou qualquer pessoa a eles associada) fosse também um Director ou outro sócio do pessoal de gestão principal (ou qualquer pessoa a eles associada) do Barclays.

O Grupo fornece serviços da banca a Directores e outro pessoal de gestão principal e pessoas a eles associadas. As transacções durante o ano e os balanços por liquidar em 31 de Dezembro de 2011 foram os seguintes:

Notas

a os saldos de 2010 foram revistos de forma incluir colateral de caixa, depósitos bancárias e derivados transaccionados em nome do Fundo de Pensões, Unit Trusts e Fundos de Investimento.

Notas às demonstrações financeiras

Do ano findo em 31 de Dezembro de 2011 (continuação)

44 Transacções de parte relacionada e remunerações dos Directores (continuação)

Directores, outro pessoal de gestão principal e pessoas a eles associadas

	2011	2010
	m de £	m de £
Empréstimos por liquidar em 1 de Janeiro	4,8	7,0
Empréstimos emitidos durante o ano	0,7	0,5
Empréstimos reembolsados durante o ano	(0,7)	(2,2)
Empréstimos por liquidar em 31 de Dezembro	4,8	5,3

Não foram reconhecidos abatimentos por imparidade a respeito dos empréstimos concedidos a Directores ou a outros sócios do pessoal de gestão principal (ou qualquer pessoa a eles associada) em 2011 ou 2010.

	2011	2010
	m de £	m de £
Depósitos por liquidar em 1 de Janeiro	35,0	30,3
Depósitos recebidos durante o ano	244,2	104,9
Depósitos reembolsados durante o ano	(240,4)	(99,3)
Depósitos por liquidar em 31 de Dezembro	38,8	35,9
Gasto de juros em depósitos	0,1	-

0m de £ (2010: 0,5m de £) estão relacionados com os Directores e outro pessoal de gestão principal (e pessoas a eles associadas) que saíram durante o ano. 1,1m de £ (2010: 0,2m de £) estão relacionados com os Directores e outro pessoal de gestão principal (e pessoas a eles associadas) que saíram durante o ano. Os montantes divulgados em 1 de Janeiro incluem os depósitos por liquidar para aquelas pessoas que se tornaram Directores ou pessoal de gestão principal durante o ano.

Todos os empréstimos concedidos a Directores e a outro pessoal de gestão principal (e pessoas a eles associadas) (a) foram feitos no decurso normal da actividade empresarial, (b) foram feitos substancialmente nos mesmos termos, incluindo taxas de juro e garantias colaterais, conforme as que prevalecem ao mesmo tempo para transacções comparáveis com outras pessoas e (c) não envolveram mais que um risco normal de cobrança ou apresentaram outras características desfavoráveis; com a excepção de 3,465 £ (2010: 2.120 £) concedidos sem juro.

3,465 £ (2010: 2.120 £) sem juro foi concedido a um sócio não Director do Barclays para compra de bilhetes de comboios suburbanos. O empréstimo máximo por liquidar durante o ano foi de 4.620 £ (2010: 4.240 £) Os empréstimos de bilhetes de comboios suburbanos foram disponibilizados a todo o pessoal do Barclays a pedido nos mesmos termos.

Remuneração dos Directores e de outro pessoal de gestão principal

O total de remunerações atribuído a Directores e outro Pessoal de Gestão Principal representa os prémios feitos a pessoas que foram aprovadas pelo Comité de Remunerações do Conselho de Administração como parte das últimas decisões em negociações salariais. Os custos reconhecidos na demonstração de resultados financeiros reflectem o encargo contabilístico anual incluído nas despesas operacionais. A diferença entre os valores atribuídos e o encargo reconhecido da demonstração de resultados financeiros está relacionada principalmente com o reconhecimento de custos deferidos para prémios anteriores anuais. Os números foram disponibilizados durante o período em que as pessoas vão de encontro à definição de Directores e outro Pessoal de Gestão Principal.

44 Transacções de parte relacionada e remunerações dos Directores (continuação)

Directores, outro pessoal de gestão principal e pessoas a eles associadas	2011 m de £	2010
Vencimentos	21,1	28,3
Custos da segurança social dos colaboradores	9,1	12,5
Pós-reforma	0,4	1,0
Pagamentos com base em acções	33,7	39,3
Outros benefícios de longo prazo	39,1	41,9
Custos reconhecidos para fins contabilísticos	103,4	123,0
Custos da segurança social dos colaboradores	(9,1)	(12,5)
Pagamentos com base em acções - diferença entre prémios concedidos e custos reconhecidos	(17,7)	(20,9)
Outros benefícios a longo prazo - diferença entre prémios concedidos e custos reconhecidos	(14,2)	(9,2)
Total de remunerações atribuído	62,4	80,4

b) Divulgação solicitada pela Lei das Sociedades de 2006

As seguintes informações são apresentadas de acordo com a Lei das Sociedades de 2006:

	2011 m de £	2010 m de £
Emolumentos agregados	15,9	15,8
Montantes pagos sob planos de incentivos de longo prazo	5,8	7,0
	21,7	22,8

Não houve contribuições para as pensões pagas em regimes de contribuições definidas em nome da Administração (2010: 13.588£, um Director). Não houve nenhuma contribuição para pensão hipotética em planos de contribuição definidos em 2010 ou 2009.

Em 31 de Dezembro de 2011, não houve benefícios alocados à Administração ao abrigo de um regime de benefício definido (2010: um Director). Dos números da tabela acima, os montantes atribuíveis ao Director com o pagamento mais alto foram os seguintes:

	2011 m de £	2010 m de £
Emolumentos agregados	10,9	7,0
Montantes pagos sob planos de incentivos de longo prazo	5,5	5,6
Pensão acumulada	-	0,1

Não houve contribuições para a pensão efectivamente pagas a regimes de contribuição definidos (2010: 13.588£). Não houve nenhuma contribuição para pensão hipotética em planos de contribuição definidos em 2011 ou 2010.

Adiantamentos e créditos aos Directores e garantias por conta dos Directores

De acordo com a Secção 413 da Lei das Sociedades de 2006 e relativamente às pessoas que desempenharam o cargo de Director da empresa a qualquer momento do exercício, o montante total de adiantamentos e créditos em 31 de Dezembro de 2011 foi de 0 £ (2010: 0 £).